



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA

Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 6-A, de 2019, do Poder Executivo, que "modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências" (REUNIÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA)

Em 18 de Junho de 2019

(Terça-Feira)

Às 9 horas

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Havendo número regimental declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 06-A, de 2019, do Poder Executivo, que modifica o sistema de Previdência Social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.

Em apreciação a Ata da 14ª Reunião, realizada no dia 13 de junho de 2019, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Peço dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Está dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Alexandre Frota.

Indago se algum membro deseja retificar a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem a queira retificá-la, coloco a ata em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunico que a lista com a sinopse do expediente recebido encontra-se disponível na mesa de apoio para V.Exas.

Aproveito para solicitar que as assessorias cedam lugar ao Deputado que porventura esteja sem assento.

Antes de passarmos à Ordem do Dia, reforço alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão os trabalhos de discussão e votação do parecer do Relator desta Comissão:

- A lista de inscrição para discussão continua à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio até o início da fala do primeiro inscrito. Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, contra e a favor do parecer.
- É permitida a permuta de inscrição, porém aqueles que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente a sua inscrição.
- O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para membros da Comissão e para os Líderes; e de 10 minutos para os Deputados que a ela não pertencam.
- O tempo de inscrito poderá ser somado ao tempo de Liderança, se obedecida a ordem de inscrição dos membros.

- Ainda, os Deputados que desejarem fazer a leitura de eventuais votos em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição e pelo prazo já estabelecido, não lhes sendo permitido falar novamente.

- Os autores de eventuais votos em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar o seu voto à Secretaria para inclusão na publicação do avulso.

— Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação.

Discussão e votação do parecer do Deputado Samuel Moreira.

Em discussão o parecer do Deputado Samuel Moreira.

Informo que se encontra aberto o prazo para a apresentação de destaques e declaro encerradas as inscrições para a discussão da matéria.

Observando a ordem de inscrição, concedo a palavra inicialmente, para falar contra a matéria, ao Deputado Jorge Solla.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, antes de abrir a palavra para o primeiro debatedor, ficou uma dúvida no Plenário sobre a intervenção dos Líderes. Isso ficou um pouco confuso para mim, porque, na última reunião de procedimento, houve um acordo — eu não estava presente — e teve uma informação sobre o tempo de fala dos Líderes na lista de inscritos e a questão da intervenção dos Líderes no seu tempo proporcional de bancada. Não ficou claro para nós, Líderes, como é isso, porque há uma inscrição como Deputado, há uma inscrição na lista de Líderes e há o tempo proporcional do Líder como Líder de bancada e como Líder da Minoria e da Oposição.

Então, isso precisaria ficar um pouco mais claro, porque para nós ficou um pouco confuso o uso desse tempo. Seria bom termos esse esclarecimento para que, na hora da inscrição, não haja confusão sobre essa intervenção. Portanto, seria bom isso ficar claro para facilitar a ordem dos trabalhos. Desse modo, eu gostaria que V.Exa. esclarecesse isso melhor, porque, ontem mesmo, na reunião que fizemos, cada um teve um entendimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Jandira Feghali, justamente por conta disso, hoje cedo consultei a assessoria, que já conversou com alguns Líderes, explicando qual é o procedimento regimental.

O Líder que está inscrito na lista tem direito a 15 minutos — na lista. Fora isso, ele tem o tempo de Comunicação de Liderança, que é proporcional a cada partido e ele pode usar em cada sessão.

Então, por exemplo, o Deputado André Figueiredo — calma, é só um exemplo —, quando chegar a vez dele na lista, ele terá direito a 15 minutos. Fora isso, ele tem direito à Comunicação de Liderança, a qualquer tempo, por 3 minutos. Mas, na Comunicação de Liderança, ele tem 3 minutos hoje, 3 minutos amanhã e 3 minutos em cada uma das sessões. O.k.? Essa é a orientação dada pela assessoria desta Presidência.

Passo a palavra ao Deputado Jorge Solla pelo tempo de 15 minutos.

O SR. JORGE Solla (PT - BA) - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só um pouquinho. Os Líderes terão a palavra na hora em que solicitarem — nós não vamos seguir a lista de Líderes —, pelo tempo proporcional ao seu partido.

Com a palavra o Deputado Jorge Solla, por 15 minutos.

O SR. JORGE Solla (PT - BA) - Bom dia, Deputados e Deputadas, povo brasileiro que nos assiste, povo que foi às ruas no dia 14, na sexta-feira passada, se manifestar contra esse projeto que estamos aqui debatendo, povo que nos acompanha e que está atento ao que cada um de nós vai decidir aqui nesta Comissão.

Hoje, felizmente, há um grande grau de transparência da atuação Parlamentar. Inclusive, Presidente, muitos Deputados do meu Estado da Bahia votaram aqui na Câmara, na reforma trabalhista, sob o mesmo discurso que está havendo agora para a Previdência: o de que vai gerar emprego — a reforma trabalhista ia gerar emprego, mas gerou desemprego, e o Relator sabe disso. Da mesma forma, estão dizendo que essa reforma vai gerar emprego, mas vai gerar desemprego.

Quem votou pela reforma trabalhista, quem votou no golpe para tirar a Presidenta Dilma, muitos não voltaram, muitos foram punidos nas urnas. E tenho certeza de que aqueles que votarem nessa reforma, que vai destruir emprego, que vai falir a economia brasileira, também será punido nas urnas, porque o povo brasileiro não se deixa iludir não, gente.

Eu vou tentar usar esse tempo... Presidente, está difícil.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Pessoal, eu quero pedir ordem aqui. O.k.? Reponha o tempo do Deputado Jorge Solla.

Devolvo a palavra ao Deputado Jorge Solla.

O SR. JORGE Solla (PT - BA) - É porque o barulho estava muito grande, Presidente.

Eu vou tentar usar esse tempo que temos aqui hoje para detalhar por que nós não concordamos com essa reforma, por que nós vamos votar contra, o PT e toda sua bancada, os partidos de Oposição, com certeza, mas sem abrir mão de fazer o debate qualificado em cada ponto.

O Relator fez o trabalho de tirar uma parte das aberrações — uma parte. O regime de capitalização foi uma delas, mas o Governo Bolsonaro já avisou que vai fazer outra PEC, porque aqui ele sabia que não passaria a capitalização, mas Paulo Guedes não abriu mão, até porque ele só é Ministro para fazer isso. É bom lembrar quem é Paulo Guedes.

Infelizmente, grande parte da desconstitucionalização, Relator... Eu não quero ser chato, mas é importante que V.Exa. me ouça, porque V.Exa. é o Relator desse projeto.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Eu quero pedir desculpas, porque eu estou tentando administrar.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Claro. Descortês. (*Risos.*)

Mas, especialmente esse trecho, eu gostaria que V. Exa. ouvisse, porque o argumento que foi colocado a público, que é a desconstitucionalização, saiu. Nós nos debruçamos sobre o relatório de V.Exa., e isso não é verdade. A maior parte da desconstitucionalização continua no projeto, continua no relatório de V.Exa. Eu vou tratar isso um pouquinho mais à frente.

Nós entendemos que o agravamento fiscal vinculado à Previdência é o reflexo da crise econômica. Claro, é óbvio isso aí. Com o crescimento do desemprego, reduziram-se as contribuições. E foram 6 milhões de trabalhadores a menos no mercado formal que deixaram de pagar a Previdência de um lado e receberam seguro-desemprego do outro. É só fazer essa conta. Essa circunstância não é levada em consideração na discussão desse projeto.

Nós reconhecemos que é necessário fazer uma reforma, mas não é essa. Não é essa. Há uma real mudança nas relações trabalhistas nos dias de hoje. Isso não pode ser desconhecido. A uberização do trabalho, como já é chamada, infelizmente, é a realidade. Os modelos de financiamento à Previdência Social focados em desconto em folha são coisa do passado, Sr. Relator. Eles são do passado. Não sustentam a Previdência Social, com base na folha salarial, onerando emprego. Isso é obsoleto. Não é mais a realidade presente nem será a futura. Isso, infelizmente, é desconhecido no projeto e no relatório de V.Exa.

Nós estamos mantendo um modelo falido para o futuro. É sustentável hoje, como eu vou provar, mas falido para o futuro, que precisará ser reformado em breve. Deputado Marcelo Nilo, futuro não sustenta a Previdência baseada na folha salarial, porque o trabalho, como é conhecido hoje, a cada dia é menor. Essa reforma da Previdência não ataca o real problema. Na verdade, ela não é uma reforma da Previdência. Ninguém faz uma reforma para piorar. Ninguém faz uma reforma para destruir. Isso é um projeto de ajuste fiscal para reduzir as despesas do Governo. Puxa-se a corda dos mais pobres. Mais de 80% do ônus — vou repetir —, mais de 80% do ônus é para quem ganha até 1.600 reais, ou seja, quem ganha menos de dois salários mínimos. Essa reforma não se sustenta porque a premissa é falsa.

Eu vi ser repetido aqui em várias audiências, pelos representantes do Governo, que nós temos um nível de gasto com a Previdência que é incompatível com a nossa pirâmide etária. Isso não é verdade. É falsa a afirmação de que o nosso gasto com Previdência *versus* o PIB está no nível dos países com a população mais envelhecida. Os nossos gastos previdenciários, Sr. Relator, hoje estão inflados. Estão inflados com duas variáveis que não existem nos países que estão comparando com o Brasil. Uma delas é a aposentadoria rural, porque ela não é contributiva. E a outra é o custo de transição do modelo de aposentadoria do servidor público, que foi feita — é bom destacar — na reforma da Previdência do Governo Lula.

Tirando essas duas variáveis, o nosso nível de gasto corresponde ao envelhecimento da nossa população. O déficit... Eu nem gosto do termo "déficit", porque, na verdade, não é déficit. Quando se fala em déficit, fala-se da parcela do gasto previdenciário que é pago com impostos e contribuições sociais. No mundo desenvolvido, é muito maior o gasto previdenciário pago com impostos e contribuições. A média europeia é mais de 45%. Os países nórdicos, Reino Unido, chegam a 60%, 70%. Então, não é déficit. E nada que temos aqui foge da curva.

Primeiro, vamos explicar a situação dos servidores federais. O que aconteceu? Nós estamos pagando o custo da transição. A reforma já foi feita, Relator, no Governo do Presidente Lula, no Governo da Presidenta Dilma. Nós estamos pagando o custo da transição. Por quê? Porque o Estado garante o pagamento agora do piso da aposentadoria igual ao do INSS para o servidor público: 5.839 reais. Acima disso, o servidor contribui para o FUNPRESP, que é uma Previdência tipo capitalização para o servidor público federal que ganha acima desse valor. O que acontece é que o Governo hoje está arrecadando dos novos servidores em cima do teto do limite da aposentadoria.

Não se pode penalizar de um lado o servidor que já contribuiu, com a expectativa de se aposentar com integralidade. Ele não fez poupança, ele não tem previdência privada complementar. E chegam para ele e dizem: "*Você agora vai se*

aposentar com 5.800 reais". Já quem entrou depois vem contribuindo para o FUNPRESP. Ele já sabe a nova regra desde o início. Ele tem a possibilidade de complementar a aposentadoria com a capitalização. Essa mudança foi feita por Lula e por Dilma. Não podemos esquecer isso. Só que o custo dessa transição está sendo pago e será pago pelos próximos anos. Agora, quem é que ficou de fora? Quem é o privilegiado? Vamos botar o dedo na ferida? Privilegiado é Bolsonaro, que é aposentado desde os 33 anos de idade pelas Forças Armadas, e todos os militares das Forças Armadas, que são o único setor do serviço público federal que não foi atingido por essa mudança. Essa mudança, o nosso Governo não fez, e esse projeto também não está fazendo.

Nos Estados, pelo menos a maior parte dos que eu pesquisei, os policiais militares já estão com o regime de previdência novo. Na Bahia, por exemplo, ele desconta no teto e contribui também para uma previdência complementar. Os militares das Forças Armadas, não. Esse é o privilégio e a propaganda do Governo não aponta quem é o privilegiado. Eles não estão acabando com o privilégio. O privilégio é esse.

Eu gostaria muito que o relatório de V.Exa. botasse os militares das Forças Armadas dentro do teto da aposentadoria. Seria a maior contribuição que V.Exa. poderia acrescentar nesse relatório. Eu deixo esta pergunta aqui, Relator: qual é a justificativa para os militares continuarem sendo os privilegiados da aposentadoria neste País? Qual é a justificativa para o professor, para os servidores de todos os Poderes, já terem um teto de aposentadoria e os militares não terem? O que é que explica isso? É só o fato de o Presidente ser militar e estar aposentado desde os 33 anos de idade? Isso é um absurdo!

Para se ter ideia, se hoje todos os aposentados e pensionistas da União recebessem apenas o teto, o que ocorrerá mais ou menos a duas décadas, esse custo com impostos e contribuições cairia de 44,3 bilhões para 15,5 bilhões. Se adotássemos o mesmo regime para os militares, cairia para 19,3 bilhões, apenas com essa medida. Somente esta medida reduziria de 43,2 bilhões para 19,3 bilhões. Portanto, isso aí está muito claro. A aposentadoria rural — V.Exa. retirou as mudanças no relatório — não é contributiva, ela é um direito previdenciário.

(Pausa.)

É um direito previdenciário estabelecido na Constituição, porque a Constituição de 1988 entendeu que quem bota comida na mesa do povo brasileiro tem direito a se aposentar, mas não é contributiva. Ela é um subsídio claro a quem produz os alimentos da cesta básica. Subsídio à agricultura acontece em todo o mundo, e é um dos subsídios mais inteligentes que poderiam acontecer, porque evitam o êxodo rural, evitam a favelização, reduzem a inflação dos alimentos. É, portanto, um subsídio inteligente.

V.Exa. tirou as mudanças, mas não tirou da justificativa e das contas. Não tirou do cálculo do que vocês chamam de déficit. Volto a explicar que não é déficit, é a parcela paga com impostos e contribuições sociais. Então, eu gostaria também, Relator, que retirasse do relatório, do cálculo do que vocês chamam de déficit, a parcela do pagamento da aposentadoria do trabalhador rural, que é paga com impostos e contribuições.

Neste caso, 116 bilhões de reais são gastos com a aposentadoria rural, que não é contributiva. Se tirássemos os 24 bilhões de reais do custo da transição da aposentadoria do servidor civil com o FUNPRESP, reduziríamos para 165 bilhões de reais o que é pago com impostos e contribuições sociais. Isso é muito menos do que os países desenvolvidos proporcionalmente também gastam. Então, esses ajustes precisariam ser feitos também nos relatórios que estão aqui.

Volto a dizer: não aceitamos economizar mais de 80% desse trilhão nas costas do trabalhador mais pobre. Nós temos 400 bilhões de reais por ano que deixam de ser arrecadados com a desoneração fiscal. Nós entendemos que precisávamos, em vez de estar tirando dinheiro de quem menos ganha, parar com essa discussão de onerar o mais pobre neste País e discutir a receita tributária, discutir como cobrar mais de quem mais ganha.

Temos que cobrar Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. É um escândalo, Presidente! É um escândalo que somente o Brasil e a Estônia, no mundo inteiro, não cobram imposto de quem mais ganha. Os empresários neste País, os que mais ganham, não pagam Imposto de Renda. São 90 bilhões de reais por ano.

As multinacionais que estão aqui no Brasil estão levando o petróleo do pré-sal e agora também vão levar o gás de Sergipe e de Alagoas. A PETROBRAS, de forma escandalosa, mentiu para o povo brasileiro, na sexta-feira passada, dizendo que acabou de descobrir o gás. Nós sabemos que, desde 2013, a PETROBRAS já sabia disso. Não pagam impostos; são 30 bilhões de reais por ano que as multinacionais do petróleo têm de isenção. Reduzindo essas desonerações, são 400 bilhões de reais por ano.

Nós não podemos continuar cobrando do mais pobre e desonerando o mais rico. Não é justo que o motorista de ônibus neste País tenha que trabalhar dirigindo um ônibus até 65 anos de idade. Não é justo que o gari tenha que trabalhar na sua profissão até 65 anos de idade, enquanto que os milionários deste País não pagam nem imposto de renda sobre o que ganham mês a mês.

Não é justo contribuir por 20 anos, no mínimo, para ter aposentadoria. O nosso patamar hoje é de 15 anos, o que já é o limite na experiência internacional. Sabe quanto é esse tempo nos Estados Unidos, em que a elite brasileira gosta de se esmerar, gosta de se inspirar e gosta de ir para lá gastar o dinheiro que rouba nas costas do trabalhador brasileiro? Esse tempo é de 10 anos! Na Alemanha é de 5 anos, na Dinamarca não há nem tempo mínimo de contribuição. Portugal é igual ao Brasil: 15 anos.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Jorge Solla, eu vou fazer esta concessão a V.Exa. porque não tinha avisado inicialmente. Para os tempos de 15 minutos e 10 minutos, não haverá nenhuma prorrogação. Eu o farei a V.Exa. porque não tinha comunicado antes.

O SR. JORGE SOLLA (PT - BA) - Obrigado.

Então, essa questão no tempo mínimo de contribuição é fundamental, porque hoje, Presidente, dos 20 milhões de aposentados no Brasil, apenas 8 milhões conseguiriam se aposentar se fosse exigido o tempo mínimo estabelecido neste projeto.

Então, em função dessas observações, nós vamos deixar antecipado o nosso voto contrário e vamos continuar do lado do povo brasileiro, defendendo a vida, defendendo a saúde, defendendo a capacidade de o Estado brasileiro zelar pelo bem-estar social e não ser o defensor dos lucros bilionários da elite, onerando quem é mais pobre, quem menos ganha neste País. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Jorge Solla.

Com a palavra o Deputado Alexandre Frota pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Presidente, Deputados e Deputadas, Deputado Samuel Moreira, esta é uma reforma importante. Ao contrário do Deputado que me antecedeu, eu não tenho medo das urnas. Nós somos a favor desta reforma e também estamos lutando ao lado do povo brasileiro e pelo povo brasileiro.

Senhoras e senhores, nós estamos no principal momento deste debate. Esta Casa tem o compromisso com a aprovação da reforma da Previdência. Todos estamos aqui para colocar a nossa cara, colocar a nossa digital nesse propósito, nesse projeto. Muitos não vieram trabalhar na mesa como nós trabalhamos. Sejam da Direita, da Esquerda ou moderados, nós somos 49 Deputados aqui dentro, colocando a nossa digital, quando muitos não tiveram a coragem e a capacidade de estar aqui neste momento.

Estamos num momento em que o Congresso assumiu a responsabilidade pela reforma da Previdência para uma economia da ordem de 913 bilhões de reais em 10 anos. Ainda assim, é uma boa reforma. Nós estávamos pedindo — e continuamos pedindo — 1 trilhão de reais. Ainda que esteja muito presente a velha reforma, esta é uma reforma forte.

O nobre Deputado Samuel Moreira fez muito. S.Exa. foi coerente e tem sido decisivo na construção de tudo isto aqui até o momento. Por isso, eu gostaria de parabenizá-lo. O Deputado Samuel Moreira fez um trabalho muito bom, apesar de todas as pressões exercidas, nas últimas semanas, em cima dele, do Presidente Marcelo Ramos, do Vice-Presidente Silvio Costa Filho. Ainda entendo que o Deputado Samuel Moreira irá trabalhar muito — muito! — em cima desse nosso texto.

Quero muito enaltecer o trabalho do Ministro Guedes, que tem comandado sozinho a articulação para a aprovação dessa reforma da Previdência também. Ao meu ver, a economia prevista é bem próxima da que foi proposta pelo Governo Bolsonaro. Nós construímos isso aqui, juntos.

Nós precisamos conseguir o apoio, sim, dos Governadores para a proposta até a votação no plenário. É muito importante que os Governadores que estão nos assistindo agora coloquem aqui a sua assinatura, coloquem aqui as suas digitais. Eles não podem, depois, mais tarde, vir bater de novo na porta do Governo. Então, eles precisam estar presentes nesta discussão. Estamos aqui vivendo um momento da política brasileira de muita, muita responsabilidade para o nosso Congresso. A responsabilidade é nossa. Cabe a nós encaminhar as próximas reformas, inclusive a tão falada tributária. Precisamos fazer essa reforma pelo povo brasileiro, de maneira precisa, correta, como têm sido feitos os debates aqui dentro.

Havíamos pedido 1 trilhão de reais para mostrar que faremos a nossa parte, para garantir milhões de novos empregos e um futuro melhor para a nossa juventude. Mas o valor de 913 bilhões de reais chega muito próximo ao pedido pelo Governo Bolsonaro. Essa reforma já criará milhões de empregos, vai aumentar a eficiência dos investimentos e vai acelerar o crescimento.

Eu defendi a retirada do Benefício de Prestação Continuada — BPC, da aposentadoria rural, pois, ao longo dos meses, ao longo dos debates aqui, percebi a importância disso para as regiões mais pobres. Tive a oportunidade de conversar isso

com o Ministro Guedes. Conversei com o Presidente Marcelo Ramos, com o Relator Samuel, e chegamos a conclusões sem tomar para nós o protagonismo, como muitos aqui, que querem ser o pai da criança, anseiam.

Nós não iremos jogar fora o que foi conquistado até agora, não iremos destruir todo esse trabalho realizado, até aqui, brilhantemente pelo Relator Samuel. Entendemos a importância dessa reforma da Previdência e da luta que temos pela frente. Essa não é a nova Previdência, mas é a nossa Previdência. O Deputado Samuel trabalhou 27 pontos. E uma coisa é fato: a nossa responsabilidade é salvar o País, é salvar o Brasil.

E aí entram com o discurso de salvadores da pátria: *"Mas há 14 milhões de desempregados, 65 milhões de inadimplentes"*. Nós não queremos voltar aqui, daqui a 5, 6 anos, para votar uma nova reforma. Nós e todo o Brasil já sabemos que a Esquerda não irá votar. Isso é fato. Eu gostaria que eles falassem qual foi a reforma que eles fizeram que deu certo. Se alguma tivesse dado certo não estaríamos aqui. E por que não fizeram nesses 14 anos de Governo?

Eu não entendi também o "sustentável" agora e o "falido" no futuro. Falar que a reforma Lula e Dilma foi uma boa reforma é água de salsicha, pois entregaram o Brasil ao caos econômico e ao caos social.

Nós somos a favor do Brasil. Nós somos a favor do povo brasileiro e por isso estamos lutando por uma reforma digna, correta. A reforma da Previdência pode até encontrar resistência, mas a mudança no sistema é inevitável, sob pena de entrar em colapso. Nós sabemos disso.

O maior responsável pelo déficit das contas públicas é o rombo previdenciário, que reduz a capacidade do Estado de investir em outras áreas como saúde, educação, segurança. Para financiar os gastos, o Governo precisa se endividar cada vez mais. Hoje, a dívida bruta do Brasil está atrás apenas da dívida da Venezuela. Além disso, o buraco é crescente. Como são os trabalhadores que financiam os aposentados, a pressão compromete a sustentabilidade do sistema com o passar dos anos. E nós somos unânimes quanto a essa questão. As famílias têm cada vez menos filhos, o que é um impacto na receita bruta.

O que garante direitos é a existência de um sistema equilibrado e sustentável que transforme direitos previstos na legislação em dinheiro todo mês.

Sr. Presidente, está muito barulho. Eu gostaria que, por favor, fizessem silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Mais uma vez eu apelo a V.Exas.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSL - SP) - Obrigado, Presidente.

O que garante direitos é a existência de um sistema equilibrado e sustentável que transforme direitos previstos na legislação em dinheiro todo mês, para que o sustento dos beneficiários seja de fato garantido.

Eu sempre acreditei — e sempre compactuei isso com o Deputado Marcelo Ramos — em uma agenda para o Brasil que fosse maior do que apenas a agenda da reforma da Previdência. Ela será o início para um Brasil melhor, mais igual e que possa mudar a realidade tão dura e injusta para a maioria da nossa população desempregada.

Quero também enaltecer o trabalho do nosso Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, que tem sido um entusiasta, um fiador, uma pessoa que tem trabalhado incansavelmente, muitas vezes até mais do que deveria, nesse tema, para que nós estivéssemos aqui hoje justamente discutindo isso.

Esta é a hora importante que o País precisa mudar. Nós não podemos fraquejar. Nós não podemos ficar reféns de um passado que levou o País a esse caos econômico, a esse caos social.

Por isso eu conto, sim, com o Deputado Samuel Moreira, nosso Relator, para que possamos discutir durante os próximos dias, para que cheguemos a uma conclusão, para que cheguemos a um número que seja favorável ao nosso Governo, ao povo brasileiro. Eu tenho certeza que nós estamos aqui hoje representando 200 milhões de brasileiros que estão atentos ao que nós vamos fazer.

Esta é a hora de separarmos os homens dos meninos. Esta é a hora de realmente trabalharmos por um Brasil melhor.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Muito obrigado, Deputado Alexandre Frota.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PCdoB.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra, como Líder, a Deputada Jandira Feghali, pela Liderança do PCdoB. Depois, o Deputado Rubens Otoni, pela Liderança da Minoria.

V.Exa. dispõe de 7 minutos, Deputada.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do Podemos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, nesta primeira intervenção aqui pelo tempo proporcional — esta ainda não é minha fala como inscrita —, de apenas 7 minutos, eu gostaria de registrar que temos hoje dois grandes importantes debates na sociedade brasileira: um é sobre que democracia estamos vivendo, falando da perspectiva da liberdade, do tempo de vida de muitos, principalmente nas grandes periferias da cidade; o outro é sobre a sobrevivência do povo brasileiro — emprego, trabalho, que tipo de trabalho e com que direitos essas pessoas vão sobreviver, inclusive a proteção na velhice —, e destaco aqui o olhar sobre as mulheres.

O Presidente Rodrigo Maia disse que a Câmara, depois do destempero do Ministro da Economia, unificou-se. Não é verdade, Presidente, que a Câmara esteja unificada sobre a reforma da Previdência.

Aliás, os destemperos têm sido a marca deste Governo: o Presidente da República humilha seus assessores; diz que vai armar a população para dar um golpe, colocando em risco cada vez mais a democracia brasileira; protege o Ministro da Justiça, que viola a democracia, o que vai ficando mais claro a cada dia.

Mas aqui, no tema específico da reforma da Previdência, nós precisamos descortinar o real significado do relatório do Deputado Samuel Moreira. Eu quero entrar na análise mais concreta desse relatório. Primeiro, eu quero dizer que a chamada economia de 900 bilhões de reais continua recaindo sobre as costas dos pobres deste País. Eu quero falar isso em alto e bom som. A chamada economia de 900 bilhões...

Eu pediria que as pessoas falassem mais baixo atrás de mim, senão me desconcentra.

A economia dos chamados 900 bilhões de reais — eu quero falar isto bem alto para chamar a atenção — continua recaindo sobre as costas dos pobres deste País.

Em segundo lugar, quero dizer que continuam as desconstitucionalizações do art. 201, que trata do Regime Geral de Previdência. Localizo alguns aspectos pelo tempo curto que tenho. O primeiro deles é que há uma mudança substancial, Deputado Samuel, de algumas expressões muito importantes, inclusive para as mulheres. V.Exa. substitui a expressão "*proteção à maternidade*", que é muito mais ampla, por "*salário-maternidade*", que é muito mais restrito. Isso no texto constitucional é gravíssimo. O segundo é que V.Exa. retira algo fundamental da conquista de 1988, o que diz que nenhum benefício pode ser menor do que um salário mínimo. No texto constitucional entra a possibilidade de a pensão ser menor do que um salário mínimo porque ela poderá ser temporária e fracionada, como também o abono salarial, que passa a ser de até um salário mínimo — até um salário mínimo é menor do que um salário mínimo.

Terceiro, desconstitucionaliza...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Não, é só ler o seu relatório. V.Exa. mesmo deve ter lido. Isso está escrito lá. Eu sei ler e V.Exa. também.

Os professores também são desconstitucionalizados.

Em terceiro lugar, é importante reafirmar que nós damos, no seu relatório, um cheque em branco, porque muita coisa que vai para disposição transitória, que até na PEC original exigia lei complementar, vai exigir lei ordinária, cujo quórum é ainda menor, de maioria simples, sem sequer exigir quórum qualificado de maioria absoluta. Isso é grave! E pior: nós constitucionalizamos outras coisas que nunca foram de texto constitucional, como, por exemplo, a idade mínima.

Os rurais não estão resolvidos. É bom dizer isso para todo mundo. Os rurais não estão resolvidos, porque vai para o texto constitucional a necessidade de se colocar em lei complementar, mas está escrito no texto constitucional, a contribuição mínima por categoria de segurado. Isso hoje não existe para os rurais. Quanto à média de 100% para o cálculo de benefício, isso nunca esteve no texto constitucional, mas em texto infraconstitucional.

Também é algo gravíssimo — é bom dizermos aqui — o chamado benefício não programado. Sabem o que é isso, senhores e senhoras? Hoje, os regimes previdenciários garantem não apenas aposentadoria e pensão. Eles garantem também acidente de trabalho, invalidez, pensão acidentária. Tudo isso hoje é garantido pelo regime previdenciário. A partir deste relatório e desta chamada nova Previdência, os regimes previdenciários só garantirão aposentadoria e pensão por morte. No Regime Próprio, o ente federado é que vai garantir o resto, e, no Regime Geral, não sabemos quem garantirá. Ficará para a lei estabelecer quem vai garantir, podendo ser o setor privado. Isso significa a privatização desses benefícios. Isso ficará para a lei. Não sabemos quem garantirá o restante da cobertura desses benefícios que hoje são garantidos pelo Regime Geral de Previdência. Isso é gravíssimo!

Além disso, há aspectos importantes, como, por exemplo, a privatização da previdência complementar do servidor público. O FUNPRESP da União e a previdência complementar dos Estados e Município, que é obrigatória, também poderão ser privatizados.

Estou relatando aqui alguns aspectos para que possamos prestar atenção no significado de questões que não estão claras para as pessoas, mas que precisarão ficar claras numa leitura atenta do relatório. O cálculo do benefício continua reduzido. A carência de 15 anos para as mulheres está na transição, porque a lei pode piorar essa carência, impossibilitando o alcance da aposentadoria para as mulheres.

Por fim, quero dizer que há uma grande vitória, sim, neste relatório, que foi a saída da capitalização. Essa é uma vitória essencialmente da Oposição e da sociedade brasileira, que se manifesta com muita força nas ruas contra esta reforma da Previdência.

Se o Sr. Paulo Guedes quiser ir embora, vamos dar tchau para ele no aeroporto.

Pode ir, Sr. Paulo Guedes. A capitalização não ficará no relatório da Previdência Social brasileira.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida. (*Pausa.*)

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Quero só esclarecer algo. Primeiro, bom dia a todos. Eu continuo com o mesmo procedimento de estar ouvindo os Deputados o tempo todo.

O nosso Regimento prevê um voto complementar, ou seja, há a possibilidade de o Relator fazer um voto complementar após as discussões. Eu nunca tive pretensão de que o relatório fosse um decreto. Acho que as pessoas precisam ter cuidado. Nenhuma proposta, nenhuma PEC, nenhum relatório é um decreto. Ele está sujeito a alterações. Estou aqui para ouvir, para melhorar ainda mais o relatório.

Também peço para que as pessoas não tenham qualquer constrangimento e objeção em fazer críticas, em que pese à presença do Relator. Pelo contrário. Eu queria reforçar isso. Estou anotando atentamente, mas, na medida do possível, peço que me enviem detalhadamente, porque algumas coisas são contraditórias e eu não quero ficar aqui fazendo um debate profundo se há ou não garantias de salário mínimo, porque eu tenho a convicção de que há, mas estou sujeito a verificar no relatório o item que está sendo colocado. Então, na medida do possível, se puderem, deem-me um papelzinho com os pontos anotados ou peçam que a assessoria entre em contato conosco. Nós estamos à disposição para continuar esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Daniel Almeida, pela Liderança do PCdoB. (*Pausa.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu enviarei todas as minhas observações, viu, Relator?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Após o Deputado Daniel, falarei como Líder do PT, Sr. Presidente.

O SR. DANIEL ALMEIDA (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres Deputados e Deputadas, o relatório que o nobre Deputado Samuel Moreira apresentou produz alguns avanços conquistados a partir do debate e da luta que os trabalhadores e que o povo brasileiro fizeram nas ruas, informando o conteúdo danoso dessa reforma da Previdência e a absoluta impossibilidade de ela adquirir apoio necessário nesta Casa para ser aprovada. Então, essa é uma vitória da mobilização, da luta dos trabalhadores e do povo brasileiro nas ruas.

Mas, longe de atender às demandas que nós achamos necessárias, o relatório prevalece com danos absolutamente irreparáveis, que não merecem a nossa aprovação. Não corrige privilégios e mantém a lógica de jogar a conta nas costas dos trabalhadores. O grande volume de cortes dos tais 900 bilhões de reais continua na conta dos mais pobres.

Deputado Samuel Moreira, em nenhum momento se verificou qual o impacto, na economia brasileira, inclusive no PIB brasileiro, desse corte de 1 trilhão de reais, que se refere a gente pobre, que, recebendo esses recursos, investe-os na atividade econômica fazendo compras. Uma parte desses gastos inclusive volta como tributo para o próprio Governo. Então, a lógica de os pobres pagarem a conta continua aqui.

Não acabou a lógica da desconstitucionalização. Muitos elementos aqui estão sendo desconstitucionalizados. O Governo faz uma análise exatamente no sentido de trazer de volta para o relatório avanços importantes, taxando o capital — "*Não, não se pode aumentar a alíquota do capital financeiro*" — e querendo voltar com a capitalização, que é exatamente a lógica de acabar com a previdência pública e transferi-la para o sistema financeiro.

Nós vamos votar contra este relatório.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra, pela Liderança do Podemos, o Deputado José Nelto. Agora acertei, não é, Deputado?

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Presidente, nós vamos fazer um acordo. Meu nome é com "é", José Nelto, não com "ê". Assim fica neutro, e não sou neutro. Meu nome é Nelto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Nunca mais eu errarei, Deputado.

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Nunca mais irá errar, até porque eu estou torcendo para que V.Exa. seja o próximo Governador do Estado do Amazonas. Eu poderei ser até seu cabo eleitoral lá, mas V.Exa. não pode errar o nome do seu cabo eleitoral. É uma brincadeira, Presidente.

Sr. Presidente, sobre a reforma da Previdência, nós ouvimos aqui vários Parlamentares, e cada um tem uma posição.

Sr. Relator, Deputado Samuel Moreira, os Parlamentares estão no direito deles. Não vou dizer que são da Esquerda, do PT ou contra a reforma, porque isso vai ocorrer com qualquer reforma apresentada neste momento. A Oposição, no passado, não conseguiu fazer a reforma, e queria a reforma. Sobre isso há vídeos gravados pelo próprio Presidente Lula, que para mim foi um grande Presidente. Eu tenho que reconhecer também o papel do ex-Presidente Lula, a quem respeito. Não é porque hoje ele está preso que vou dizer que o Presidente Lula não foi bom para o Brasil. Foi bom para o Brasil.

Quem foi muito ruim para o Brasil foi a Dilma. Essa foi um desastre. Eleger um poste foi o pior problema para o Brasil. Quando alguém tem muita popularidade, elege um poste. Não dá certo, dá errado. Deu no que deu: a economia entrou em frangalhos no Brasil, a inflação chegou a 14%. Se hoje nós temos 13 milhões, 14 milhões de desempregados, a culpa é da Dilma. Ela é a grande culpada. Não deu conta, mostrou que foi incompetente quando estava na Presidência do Brasil, mentiu para o povo brasileiro e jogou durante a campanha eleitoral aquela conversa do nós contra eles.

Estou vendo aqui Parlamentares também com a mesma conversa, dizendo: "*Nós defendemos os pobres, nós defendemos os mais humildes do Brasil*". Todos nós Parlamentares que defendemos a reforma da Previdência queremos uma Previdência justa. Qual foi a primeira ação do meu partido, o Podemos, juntamente com 11 partidos políticos? Tirar a parte da capitalização, porque a capitalização atende aos banqueiros, e eu não vou fazer papel de defensor de banqueiros aqui na reforma da Previdência.

O Sr. Paulo Guedes ficou descontente quando houve uma taxação pelo Relator Samuel Moreira na questão dos bancos. Isso atingiu o Ministro Paulo Guedes porque ele, sim, é um defensor do capital, dos banqueiros. Ele queria entregar a Previdência para os banqueiros, e nós não aceitamos. Vamos fazer aqui um jogo sério nesta reforma.

Não adianta, Srs. Parlamentares, alguém pensar que Governador tem voto neste Parlamento para mudar a cabeça de qualquer Parlamentar. Essa não é a realidade. Cada um vota de acordo com a sua consciência.

"*Vamos incluir Estados e Municípios*." Eu até sou favorável à inclusão de Estados e Municípios. E quero aqui, com toda a sinceridade, conversar sobre isso. Sr. Relator, meu amigo, tenho uma admiração muito grande e um respeito pela sua qualidade, pela sua decência, pelo seu espírito público. Deputado Samuel Moreira, nós queremos incluir os Estados, mas não através de decretos. Será um escândalo se esta Casa aprovar a inclusão de Estados e permitir que Governadores e Prefeitos possam fazer as suas reformas através de decretos. Vamos fazer por meio de lei ordinária. Através de uma lei ordinária...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado, nós fizemos o acordo de não estender o tempo. Então, eu vou pedir desculpas a V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Oi? Não. Não tem como. Dois minutos? Não, calma! Deputado, eu vou lhe dar 30 segundos para concluir. Nós pactuamos que não haverá tempo de prorrogação. V.Exa. terá 30 segundos por ter precisado de 30 segundos para explicar o seu nome porque eu errei. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Presidente, o senhor não vai errar mais, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Isso só é regra para quem eu errar o nome. *(Risos.)*

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - E para quem for cabo eleitoral para o Governo do Amazonas.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - E para quem pedir voto para mim como Governador do Amazonas. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ NELTO (PODE - GO) - Sr. Relator, eu quero chamar a atenção para o seu relatório, que deixou uma dúvida. O acordo de deixar Estados e Municípios de fora da reforma encontra-se ameaçado em virtude do que está exposto no

art. 4º, § 9º, do texto do eminente Relator. Então, eu gostaria que V.Exa. pudesse rever, porque continuam os Estados e Municípios na reforma...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado José Nelto, acho que V.Exa. está inscrito também. Vai chegar seu momento pela lista.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Otoni, pelo tempo de 15 minutos. O próximo a fazer uso da palavra será o Deputado Bilac Pinto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu vou perder esse voto, não tem jeito. O problema é o sotaque de manauara.

O SR. RUBENS OTONI (PT - GO) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, ilustre Relator Samuel Moreira, Deputado Silvio Costa Filho, que tem contribuído muito com esta Comissão, em primeiro lugar, quero reconhecer o esforço que está sendo realizado para poderemos fazer o debate mais profundo possível, e esta Casa contribuir, realmente, no debate da reforma da Previdência.

Então, quero aqui reconhecer o esforço da Presidência, o esforço do Relator, no sentido de ouvir e refletir sobre os questionamentos colocados e, como o Deputado Samuel Moreira disse, não fazer de uma proposta um decreto. O Deputado está de parabéns no sentido de poder ouvir. Mas, infelizmente, o Governo trata a sua proposta como se ela devesse ser um decreto.

Eu quero fazer um desagravo a esta Comissão, a toda a Câmara dos Deputados, porque o Governo não compreende o papel do Poder Legislativo, o Governo não respeita a posição desta Câmara, o Governo não entende o que é democracia, não respeita a nossa Constituição, não respeita a independência dos Poderes. É por isso que o Ministro da Economia, que deveria apontar soluções para o reaquecimento da economia, para retomar o desenvolvimento econômico do nosso País, para gerar emprego, para gerar renda, para melhorar a qualidade de vida da nossa população, fica emparedando o Poder Legislativo, tentando fazer da proposta do Governo um decreto, como se aqui nós não pudéssemos ter autonomia para discutir e definir os rumos que nós queremos para a reforma da Previdência. Esse é o primeiro ponto que eu gostaria de colocar.

Essa reforma, Sr. Presidente e ilustre Relator, já começa enviesada, porque o Governo a apresenta como se ela fosse o remédio para todos os males e como se ela viesse para resolver o problema da economia. Inclusive um dos mantras que se tenta colocar para toda a mídia é que é preciso aprovar a reforma da Previdência para se recuperar a economia, quando seria exatamente o contrário. E quem fala isso é o Ministro da Economia, quem deveria estar trabalhando e apresentando projetos concretos para a recuperação dessa economia. Assim ele mostra a sua incompetência, porque, com a recuperação da economia, a nossa Previdência também estará recuperada.

Por que no Governo Lula não havia déficit da Previdência? Porque havia economia aquecida, porque gerava emprego, gerava renda, havia emprego formal, havia contribuição. Não apenas a economia ia bem, mas a Previdência também. Esse é um ponto que nós precisamos saber trabalhar.

Não se trata aqui de ser contra ou a favor da reforma da Previdência. Nós não somos contra. Não é verdade que seremos contra tudo e contra todos, que seremos contrários a qualquer proposta que aparecer. Não! Nós queremos discutir conteúdo. Se estamos discutindo essa proposta é porque ela foi apresentada aqui.

Foi falado aqui que nós não podemos ser reféns do passado. Ora, quem é refém do passado é este Governo, um governo que não governa, que não tem proposta para sair do caos que nós estamos vivendo, e cuja justificativa é sempre o Governo passado. Isso é ser refém do passado. Nós queremos discutir o presente, queremos discutir a proposta, queremos discutir o conteúdo. Esse caminho colocado, o de tentar fazer da reforma da Previdência a solução para todos os males da economia, com toda certeza, não é o caminho ideal. Pelo contrário, é uma proposta de ajuste fiscal, uma proposta para tentar acertar as contas do Governo, que, na realidade, retira direitos e também prejudica a economia, porque retira de circulação o dinheiro da aposentadoria, que é um dinheiro que aquece a economia de milhares de Municípios por todo o País.

Gostaria de dialogar aqui, Deputado Samuel Moreira, dizendo que nós podemos pensar ainda em incluir algo nesse nosso relatório, nessa nossa definição aqui da Comissão Especial para podermos avançar, já que a grande preocupação do Governo é o ajuste fiscal, é a economia. Por que não termos na nossa proposta um caminho para diminuir o espaço da sonegação, para combater a sonegação?

Alguém pode dizer que isso não é afeto ao texto de uma Comissão como esta. É sim. Inclusive nós discutimos agora no plenário, e foi aprovada uma proposta do Governo que foi apresentada como proposta antifraude, mas que, na verdade, tem impacto nas aposentadorias. Vamos fazer isso com as empresas. Fazemos alguns encaminhamentos para podermos cobrar os grandes devedores, para podermos diminuir o espaço da sonegação, para podermos diminuir o espaço dessa perda de receita da Previdência, que é a justificativa colocada para podermos fazer este debate que nós estamos realizando aqui.

Deputado Samuel Moreira, V.Exa., na condição de Relator, tem ouvido diversas opiniões, já avançou bastante naquilo que o Governo tinha apresentado, não aceitou a proposta do Governo como um decreto, mas nós temos muitos questionamentos ainda, a partir dessa proposta que agora começamos a analisar, que é o relatório apresentado por V.Exa.

Eu gostaria de, dialogando com V.Exa., entender alguns pontos. O entendimento que eu estou tendo é que, nessa proposta, nesse relatório apresentado por V.Exa., essas regras colocadas vão reduzir de maneira drástica os valores das aposentadorias, tanto no Regime Geral quanto no Regime Próprio, e isso alcançará todos os atuais segurados dos regimes previdenciários.

No caso dos servidores públicos, atualmente, essas regras de cálculo que estão hoje na Constituição Federal serão todas desconstitucionalizadas. Essa é uma discussão que nós fizemos ao debater a proposta do Governo Federal. Para o Regime Geral, o cálculo hoje não consta no texto definitivo da Constituição, e o tempo mínimo de contribuição e a forma de cálculo serão definidos em lei ordinária.

O que quer dizer isso, Deputado Samuel Moreira? É que, tanto na questão dos servidores públicos quanto na questão do Regime Geral, será desconstitucionalizada essa questão do tempo mínimo e da forma de cálculo da aposentadoria. O que significa isso? Significa que esses assuntos, a partir deste relatório apresentado, se isso virar lei, poderão ser modificados por medida provisória. Qualquer medida provisória pode modificar esse texto, alterando tempo mínimo de contribuição, fórmula de cálculo. E isso, para mim, é realmente um absurdo e um retrocesso. Então, essa análise eu gostaria de fazer com V.Exa. aqui neste debate. A primeira redução que nós percebemos: acaba a regra atual que considera, no cálculo, a média de 80% das melhores contribuições. A partir de agora, seriam contadas todas as contribuições. Então, quem perderá com isso? Perderá quem, ao longo da vida, teve trabalhos com salários diferentes.

Há outra redução a partir dessa modificação do relatório: o valor da aposentadoria corresponderá a 60% da média, acrescentando 2% para cada ano de contribuição que exceder o tempo mínimo de contribuição, que é de 15 anos para mulheres e 20 anos para homens.

Isso também modifica muito, mas com um detalhe: no Regime Geral, com as dificuldades colocadas agora do trabalho formal, isso praticamente inviabiliza o acesso à aposentadoria. Para se aposentar com 100% da média de suas contribuições, trabalhadores e servidores públicos em geral também deveriam contribuir durante pelo menos 40 anos. Isso, no caso do Regime Geral, seria praticamente inacessível e ficaria inviável.

Então, Deputado Samuel Moreira, eu gostaria de dialogar com V.Exa. neste momento, porque temos aqui a grande oportunidade de poder contribuir, não para fazer ajuste fiscal, mas para garantir uma Previdência sólida, uma Previdência sustentável e reafirmar que aquilo que está na nossa Constituição seja garantido como um direito. A aposentadoria, na Constituição Federal de 1988, na nossa Constituição Cidadã, não é um favor e não é uma esmola, a aposentadoria é um direito.

O trabalhador e a trabalhadora, que ao longo do tempo se sustentaram com a força de seu trabalho, mas que em algum momento, por um motivo ou outro, não tiveram como se sustentar pela força de seu trabalho, têm o direito constitucional de ter acesso a sua cidadania, a uma vida digna através da aposentadoria. Então, esse direito nós queremos ver preservado. É esse direito constitucional que nós estamos trabalhando para que hoje e amanhã seja garantido.

Portanto, nós precisamos fazer deste debate um debate não apenas de ajuste fiscal, um debate não apenas para acertar as contas do Governo. Para isso, a economia tem que ter capacidade de ter propostas concretas. Nós aqui precisamos garantir que a Previdência seja sustentável, que o Sistema de Seguridade Social seja sustentável, para que aquilo que é direito constitucional seja pago hoje e amanhã.

Para isso, Deputado Samuel Moreira, nós precisamos avançar, além de cortar gastos, além de cortar benefícios, além de cortar direitos, além de dificultar o acesso do trabalhador à aposentadoria, que, no meu entendimento, não é o caminho e não deve ser o objetivo desta Comissão. Portanto, nós precisamos avançar.

Se queremos dar sustentabilidade à Seguridade Social e à Previdência, nós precisamos garantir a cobrança dos grandes devedores, fazer também com que o ralo da sonegação seja fechado. Nós podemos ter regras. Podemos pensar isso. Vamos fortalecer a fiscalização, como já fizemos. Foi aprovada em plenário a medida provisória que trata do combate a fraudes

no acesso às aposentadorias. Vamos impedir a sonegação. Vamos impedir a fraude no pagamento da Previdência, porque esse dinheiro faltará depois para podermos pagar a aposentadoria daqueles que têm direito a ela.

Ilustre Deputado Samuel Moreira, que nós possamos aqui fazer valer o direito constitucional. O direito à aposentadoria não é um favor, não é uma esmola, é um direito constitucional que vem do Constituinte de 1988, da nossa Constituição Cidadã. É esse direito que nós queremos preservar e fazer com que seja garantido hoje e amanhã com a sustentabilidade do nosso sistema.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Rubens Otoni.

Com a palavra o Deputado Bilac Pinto.

O SR. BILAC PINTO (DEM - MG) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Deputado Samuel Moreira, nosso ilustre Relator, quero cumprimentá-los mais uma vez pelo brilhante trabalho que vêm fazendo à frente desta Comissão Especial de reforma da Previdência, da Nova Previdência.

Quero cumprimentar aqui todos os Parlamentares que compõem esta Comissão. Independentemente de posicionamentos, todos vêm dando uma grande contribuição para que nós possamos aperfeiçoar o texto do ilustre Relator, o Deputado Samuel Moreira.

Faço aqui algumas observações com relação à reforma. O futuro do Brasil efetivamente depende da compreensão de todos, porque não existe prosperidade sem esforço. Esta Casa Parlamentar tem feito um esforço muito grande para que nós possamos aprimorar o texto da reforma. A sociedade brasileira, na minha opinião, já compreendeu a importância de aprovarmos esta reforma. Há conscientização dos brasileiros. Eu digo isso porque vejo cada vez mais Governadores, Prefeitos e partidos políticos de diversas regiões do nosso País se posicionando favoravelmente à reforma da Previdência.

Diferentemente do que anda sendo divulgado, o Congresso Nacional não desidratou o texto da reforma da Previdência. Muito pelo contrário, pelo que eu observei, o nosso relatório democratizou o texto, ouvindo inclusive a Oposição em diversos pontos. Isso é muito importante, porque, aqui no Parlamento, é onde nós estamos discutindo conceitos, ideias e aprimorando pontos de vista.

Eu quero, efetivamente, parabenizar os Parlamentares. E digo mais: é papel da Oposição obstruir a agenda, e o nosso papel é fazer a defesa do relatório do Deputado Samuel Moreira, para que nós possamos avançar, dar um passo à frente, buscando a construção efetiva de pontes, Deputado Samuel Moreira.

Eu quero parabenizar também o Parlamento, que trabalhou muito, muito, ouvindo a sociedade. Nós excluímos do texto proposto pelo Governo o BPC e fizemos as mudanças na aposentadoria rural. Os nossos trabalhadores rurais não podem ser penalizados pela irresponsabilidade de governos passados. Isso é um fato que nós temos que levar em consideração aqui. Devemos compreender também as dificuldades enfrentadas pelas classes mais carentes da nossa sociedade, cobrando um maior esforço daqueles que são capazes de dar a sua contribuição, de contribuir mais. Esse, sim, é o ponto crucial, a meu ver, da reforma da Previdência.

Quero deixar aqui, Relator, Deputado Samuel Moreira, quatro observações ao seu relatório. Eu gostaria que V.Exa. se debruçasse sobre elas, pudesse efetivamente ouvi-las e, se fosse o caso, até as aperfeiçoasse. Em primeiro lugar está o PIS/PASEP. No seu relatório, ele vai diretamente para o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, para o BNDES, para, de certa forma, cobrir o déficit da Previdência e fazer parte do pagamento do seguro-desemprego. Eu acho que estamos vivendo um paradoxo, porque, à medida que o recurso ia para o BNDES, nós estávamos financiando empreendimentos que estavam gerando emprego. Então, esse é um ponto que eu gostaria muito que V.Exa. levasse em consideração no seu relatório. Aliás, essas observações foram feitas pelo Deputado Vitor Lippi, que, infelizmente, não está aqui neste momento, e pediu que eu as colocasse aqui.

Há também a contribuição extraordinária, que, de certa forma, vem fazendo um trabalho importante no caso de grandes desequilíbrios. Eu gostaria que V.Exa. pudesse também fazer essa consideração nesse tópico específico do seu relatório. O outro ponto é o sistema integrado de dados, para poder haver um banco para verificar as grandes aposentadorias, os supersalários ou até as aposentadorias indevidas. Essas são considerações relevantes para que nós possamos aperfeiçoar o nosso sistema de fiscalização desse processo de aposentadorias.

Para finalizar aqui, sugiro um gatilho que permita uma revisão de 4 em 4 anos. Isso é fundamental para que nós possamos fazer um ajuste.

Eu quero parabenizar, mais uma vez, o Presidente, o Deputado Samuel Moreira e o Deputado Silvio Costa Filho pelo trabalho que vêm fazendo. Concluo aqui com uma palavra. Faço uma homenagem ao Presidente desta Casa, o Deputado

Rodrigo Maia, que tem sido, talvez, um dos homens comprometidos com o Parlamento na defesa das instituições democráticas e, principalmente, na defesa da reforma da Previdência.

No mais, eu quero parabenizar V.Exas. Deixo aqui essas quatro observações, como uma modesta contribuição deste Parlamentar ao relatório de V.Exa. à reforma da Previdência.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Bilac Pinto. Agradeço as palavras de V.Exa.

Passo a palavra ao Deputado Aliel Machado, pelo tempo de 15 minutos.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, o Exmo. Sr. Relator, Deputado Samuel Moreira, e o Exmo. Sr. Deputado Silvio Costa Filho, Vice-Presidente desta Comissão. Nós tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de debater, junto com o Relator e diversos especialistas, inúmeros pontos desta reforma. O início deste debate se deu por uma premissa do Governo, uma ideia do Governo, um planejamento do Governo de implementar um regime de capitalização. Esse regime de capitalização, além da discussão sobre o déficit fiscal, criaria uma despesa para o Governo. O Governo, sabendo disso, mandou uma proposta de reforma da Previdência muito mais robusta, uma reforma da Previdência que, em cima dos direitos dos trabalhadores atuais, de quem tem expectativa de se aposentar, de quem já contribuiu, de quem está contribuindo, retira inúmeros direitos para criar uma poupança dentro do Governo para a implementação do regime de capitalização.

Segundo o Ministro Paulo Guedes, através de entrevistas em vários órgãos de imprensa, seria necessário 1 trilhão de reais ou uma economia próxima a isso para a implementação do regime de capitalização. Essa proposta veio sem mais informações, veio capenga aqui para dentro, simplesmente entregando um cheque em branco ao Governo, para que depois ele pudesse fazer uma lei complementar.

O Deputado Samuel Moreira, depois de muitas discussões, debates e entendimentos com bancadas e Líderes partidários — esta Casa é plural, representa o anseio da sociedade e tem legitimidade —, decidiu tirar do texto a capitalização. Acho correto, acho uma vitória, porque o nosso País tem um regime de Previdência, Exmo. Deputado Samuel, colaborativo.

Nós temos um país muito injusto e desigual, onde as pessoas não conseguem ter acesso, muitas vezes, ao mínimo para a sua sobrevivência. E dentro da Seguridade Social, nós temos inclusive benefícios assistenciais, como é o caso do BPC, o que V.Exa., acertadamente, também retirou do texto.

Aonde eu quero chegar? Tirando a capitalização — e se isso for real, se for respeitada a vontade desta Casa, que é legítima, e dos Líderes partidários mais diversos —, não existirá mais a necessidade, do ponto de vista fiscal e da necessidade de avanço do País, desse famoso 1 trilhão. Não precisa estar próximo disso, porque a capitalização, que teria um custo de 300, 400 ou 500 bilhões de reais — não sabemos o valor real —, não necessitará mais ter esse dinheiro guardado para a implementação de um regime com o qual nós não concordamos, que é o regime de poupança no qual o trabalhador tem que guardar tudo aquilo que pretende para se aposentar. E as experiências realizadas em outros países não foram bem-sucedidas. Mas esse é um debate para a frente, é outra discussão, porque V.Exa. tirou a capitalização do texto.

Se tirou a capitalização, caiu o argumento do Governo, Deputado Samuel, e o apelo feito a V.Exa. do famoso 1 trilhão de reais em cima da reforma da Previdência.

Portanto, nós podemos avançar em relação às maiores dificuldades e às pressões que temos aqui, principalmente no caso dos trabalhadores mais humildes e das pessoas mais simples.

Deputado Samuel Moreira, eu queria dizer a V.Exa. e ao nosso Presidente Marcelo Ramos que não sou contra uma reforma da Previdência. Gostaria de dizer que eu acho necessário um equilíbrio fiscal, que a questão demográfica exige que esta Casa tome providências e tome decisões. E isso não é só agora. Já foi feito no passado e será feito no futuro. É natural, e esperamos que seja assim, porque significa um avanço na vida dos brasileiros, significa um aumento na expectativa de vida.

Porém, para que se implemente uma ideia de Governo, é preciso haver um debate muito mais qualificado, quando ele está cobrando caro das pessoas mais simples. Eu vejo muita gente dizendo: *"Eu sou a favor da reforma. Eu sou contra a reforma"*. É preciso ler o texto, o que está aqui nestas centenas de mudanças. Muitos trabalhadores que serão afetados, muitas vezes, não têm sequer esse conhecimento, e cabe a nós representá-los. É por isso a minha preocupação.

Agora eu faço um apelo ao Deputado Samuel Moreira, que pediu para que nós pudéssemos colaborar com informações relevantes do relatório. Deputado Samuel Moreira, é muito importante o que eu vou dizer a V.Exa. Peço desculpa, mas é muito importante para mim, é muito caro este debate sobre o assunto que nós estamos tratando.

Um trabalhador mais humilde, um trabalhador do Regime Geral de Previdência que hoje ganha 1.200 reais, 1.500 reais, 2 mil reais, e aqueles que se prepararam um pouco mais e recebem 3 mil reais, mas que inda estão dentro do Regime Geral de Previdência, não são privilegiados. E essa reforma pode atacá-los em várias vertentes. Um único trabalhador do Regime Geral da Previdência pode perder cinco vezes em regras diferenciadas. Eu queria listá-las, porque é muito fácil que esse trabalhador seja afetado cruelmente e tenha a sua vida e a vida da sua família destruídas, não sendo um privilegiado.

A reforma da Previdência muda o cálculo do salário de benefício, ou seja, deixam de ser considerados os 80% das maiores contribuições, passando para 100%. Isso pode retirar, em média, segundo o cálculo publicado de vários economistas e especialistas, cerca de 20% a 30% do valor que ele teria sobre uma aposentadoria. Mas não é apenas essa a mudança. Esse mesmo trabalhador muda o valor do seu benefício, que hoje começa com 85%, com 15 anos de contribuição, e vai começar, com a nova reforma, a partir dos 20 anos, no caso dos homens, com 60%. Para chegar aos 100%, somente aos 40 anos, ou seja, agora ele já perde no cálculo do valor do benefício. Primeiro ele perde no salário do benefício, que é o cálculo sobre a porcentagem. Depois ele perde no cálculo da porcentagem sobre os anos trabalhados. Ele vai trabalhar mais e vai ganhar menos.

Esse mesmo trabalhador, no caso aquele que ganha até 2 mil reais, perde em relação ao abono salarial, o abono do PIS, que hoje é para trabalhadores que ganham até 2 salários mínimos. Então, ele perdeu mais uma vez. Esse mesmo trabalhador perde na pensão por morte, caso deixe a sua família. Veja que eu não estou falando que ele tem a opção de escolher qual a sua perda aqui dentro. É um somatório de perdas colocado pela reforma da Previdência.

Vamos colocar, Deputado Samuel Moreira, um exemplo concreto. Vamos transformá-la num exemplo concreto, para entendermos o quanto é cruel e perigosa essa reforma. Se um trabalhador que ganha 2 mil reais perder uma média de 20% do salário do benefício, ele vai perder 400 reais. Tirando esses 400 reais, ele vai ganhar 1.600 reais. Se tiver 20 anos de contribuição e se aposentar por invalidez, ele perde mais 40% dos 1.600 reais. Se esse trabalhador ganha 2 mil reais, ele também já vai perder, de início, o abono salarial do PIS. Se esse trabalhador que trabalhou 20 anos, contribuiu por 20 anos, já perdeu no salário de benefício, já perdeu no valor do benefício e se aposentou por invalidez vier a falecer, a esposa dele vai ter direito a 60% do novo valor, o que já foi subtraído três vezes. Se a esposa desse trabalhador que ganhava 2 mil reais vender bombom — aqui ele não diz qual é o cálculo ou a receita dentro da família —, a pensão dessa mulher, dessa família, pode ficar abaixo de 400 reais. Eu estou falando de um trabalhador que vai ser punido uma, duas, três, quatro, cinco vezes. A mesma pessoa! Isso está aqui.

Deputado Samuel Moreira, num momento de desemprego como este, de desespero das pessoas... Eu já passei por esse debate na reforma trabalhista, que está em vigor no País há mais de 1 ano e meio. Na ocasião, foram prometidos os empregos devidos. Eu participei desse debate quando foi aprovada a PEC que limitou investimentos em saúde, educação, segurança pública, a famosa PEC do teto dos gastos, que trouxe uma tragédia social para o País. Eu estava aqui fazendo este mesmo alerta. Após a aprovação dessas medidas, nós temos um recorde de desalentados no País, um recorde de pessoas trabalhando na informalidade.

Eu poderia comentar com o Deputado Samuel Moreira as regras de transição. Eu poderia comentar a dificuldade de acesso à aposentadoria aos trabalhadores homens, para os quais é colocado aqui, como tempo mínimo de contribuição, 20 anos, num momento em que a economia brasileira faz com que os trabalhadores estejam na informalidade. Ou seja, eles não estão contribuindo e, por natural, não vão se aposentar pela idade mínima estabelecida.

Eu queria dizer, Deputado Delegado Éder Mauro, que sou a favor da idade mínima, porque ela já existe para o pobre. Acho que radicalismo de qualquer lado é ruim. Sou a favor de que haja uma reforma da Previdência, e nós já tivemos avanços importantes. Mas, num momento de crise como este, de desespero da população, vamos fazer a reforma necessária para corrigir o problema fiscal. Se a reforma necessária é de 400, 500, 550 bilhões de reais, vamos corrigir o problema fiscal do País, para virem os famosos investimentos, a respeito dos quais tenho muitas dúvidas, mas não vamos nos aproveitar de um momento de tanta dificuldade, de tanta crise, de tanto sofrimento das pessoas mais simples para retirar um direito adquirido de quem não é privilegiado no País.

Quero parabenizar V.Exa. quando coloca um dispositivo — que não estava previsto — para acabar com as aposentadorias compulsórias de servidores bandidos da Justiça brasileira que tinham como prêmio esse tipo de privilégio.

Quero dizer que eu concordo com o aumento das alíquotas para todos, Deputado Samuel Moreira. Sabe por quê? Porque só paga alíquota quem está empregado, só paga contribuição o trabalhador que está com carteira assinada, que tem direitos. E a nossa preocupação é com os trabalhadores mais simples, com aqueles que estão desempregados. É maior hoje a necessidade dos trabalhos de assistência social pelos diversos Municípios brasileiros porque as pessoas estão tendo de implorar novamente por um prato de comida. Vamos parar de fazer discursos favoráveis ou contrários à reforma sem nos embasarmos nos dados reais que a reforma está propondo. Há um ataque pesado às pessoas mais simples.

Eu quero dizer que nós temos muito tempo ainda. Deputado Samuel Moreira, vamos avançar um pouco mais no RGPS; melhorar um pouquinho a transição para o RGPS das pessoas mais simples; trabalhar a questão da desconstitucionalização para trazer algumas garantias, para que este Governo, para que o futuro Governo, para que o Governo que seja não venha a alterar isso por medida provisória, porque, a partir da aprovação deste texto, haverá inúmeras questões legais e constitucionais que uma medida provisória poderá, do dia para a noite, vir e mudar a regra para o trabalhador, sem mais nem menos, sem quórum qualificado, sem garantias.

Dentro desta proposta estabelecida pelo Governo, nós temos ainda outras preocupações. O que é bom precisa ser exaltado. O que é ruim precisa ser questionado.

Encerro dizendo o seguinte: Parabéns pelo aumento na alíquota em relação aos bancos. Mas deixo a minha preocupação em relação ao BNDES. Em um momento de crise, é preciso investimento. Os empresários brasileiros não podem ser punidos. O BNDES tem que investir na economia brasileira, tem que investir nos nossos empresários para gerar emprego, para gerar renda, para fomentar a economia. Eu tenho uma preocupação em relação a esses dados.

Obrigado pela oportunidade, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Há dois pedidos de Líderes, do Deputado Capitão Wagner e do Deputado Carlos Sampaio, e o Relator também pediu a palavra.

Eu vou passar a palavra ao Relator e depois ao Deputado Capitão Wagner e ao Deputado Carlos Sampaio, pelo tempo de Liderança.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Quero agradecer as contribuições dadas até o momento. Nós estamos realmente as avaliando.

Quero só colocar algumas questões. Salário mínimo, por exemplo, não há hipótese de não prevê-lo na Constituição, como também as regras relacionadas à pensão por morte e as regras relacionadas a acúmulo, que aqui valem para toda a sociedade.

Eu queria também atenção ao texto. Para quem é de baixa renda, como está definido na própria Constituição, nós procuramos preservar, tirar os efeitos da PEC que atingiam pessoas com menos de 1.364 reais. Nós tivemos todo esse cuidado, inclusive no próprio abono. Nós tomamos esse cuidado.

É evidente que há muito o que se acrescentar ainda na discussão. Todos os cálculos de pensão, que são cálculos novos, e de aposentadoria também são para todos. Nós procuramos fazer esse cálculo.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Eu dei o exemplo de quem tem uma renda. Se a mulher vende bombons e tem uma renda, a pensão cai para menos do que o mínimo.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Não. Nós estamos estabelecendo que, no caso de única renda, ela não possa ser menor que 1 salário mínimo.

O SR. ALIEL MACHADO (PSB - PR) - Mas se ela vender, é uma renda.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Se ela tiver mais que uma renda, se ela tiver mais que 1 salário mínimo garantido... Então, esse foi o nosso cuidado: que ninguém ficasse com menos de 1 salário mínimo. Mas nós podemos estudar essa colocação de V.Exa. Nós procuramos realmente preservar o impacto fiscal e ter uma garantia social bastante forte neste momento.

Estamos sujeitos às alterações propostas no debate para construirmos um relatório melhor.

Desconstitucionalização. Em que pesem as minhas convicções pessoais — eu como Parlamentar não gostaria de ficar discutindo idade mínima —, acho que, se se estabeleceu a idade mínima, poder-se-ia muito bem relacioná-la aos aspectos demográficos. Mas, contribuindo com o desejo da Casa, se for esse mesmo, nós procuraremos já neste relatório tirar todos esses efeitos da desconstitucionalização.

É preciso que se coloquem algumas evidências para nós. Nós tomamos esse cuidado até porque a maioria dos Líderes pediu, como também a própria Comissão, para que se construísse uma unidade. Então, nós fomos mantendo na Constituição, sob todos os aspectos, praticamente. Se houver alguma evidência, passem-nos depois. A construção do relatório está baseada nessas questões.

Eu ouvi várias colocações dos Líderes: sobre contribuição extraordinária, sobre a questão do PIS, do BNDES, do sistema integrado, do gatilho. E quero esclarecer que procuramos fazer, evidentemente, essas regras de cálculo de salário da aposentadoria, de pensão por morte, de acúmulo, para todos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Capitão Wagner, pela Liderança do PROS, por 4 minutos.

O SR. CAPITÃO WAGNER (PROS - CE) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu queria saudar o Deputado Samuel e já parabenizá-lo pela retirada do BPC, que foi um compromisso de V.Exa. com alguns Parlamentares, pela retirada da capitalização e também pela iniciativa de acrescentar a contribuição social dos bancos no percentual de 20%.

Queria fazer uma observação, Deputado, em relação à aposentadoria do agricultor. Lendo o relatório de V.Exa., nós vimos a possibilidade de uma interpretação que leva ao aumento de contribuição dos homens para 20 anos. O art. 20 cita que o tempo de contribuição da mulher seria de 15 anos e o do homem seria de 20 anos, e na sequência cita as exceções. Mas nas exceções não há a aposentadoria do agricultor. Então, peço que V.Exa. verifique com a assessoria que lhe ajudou na formatação do relatório se isso não pode gerar uma brecha para que se aumente o tempo de contribuição do homem de 15 para 20 anos.

Vou ao ponto principal da minha fala, Deputado Samuel. Queria atenção especial de V.Exa. neste ponto que vou tocar, que é a questão dos militares estaduais, os policiais militares e bombeiros militares. Nós temos que definir aqui na Comissão, no relatório e na votação que vai ser feita no plenário, quem é esse militar estadual, porque, para efeito de ônus, ele é comparado aos militares federais, tanto na proposta que veio do Governo como no relatório. Para efeito de ônus, ao aumentar de 30 anos para 35 anos de contribuição, o policial militar e o bombeiro militar estão dando sua cota de sacrifício, estão sendo penalizados, como a maioria dos trabalhadores, porque, de fato, é um ajuste que está sendo realizado. Na hora dos bônus, ele não é mais militar estadual, ele passa a ser policial.

Vamos lá. Tempo de contribuição definido aqui pelo relatório e pela proposta do Governo para os policiais federais e para os policiais rodoviários federais: 30 anos de contribuição. Nesse momento, ele não é policial, ele é militar, porque vai para 35 anos de contribuição. Quanto aos bônus, nós podemos citar, não está no relatório de V.Exa., mas está no pacote da reforma, da nova Previdência para os militares federais, que a alíquota do militar federal está passando de 7,5% para 10,5%. V.Exa. deixou a cargo dos Estados — diferentemente da proposta do Governo, segundo a qual o militar estadual teria a mesma alíquota do militar federal, ou seja, passaria a ser 10,5% —, V.Exa. passou para os Estados a responsabilidade de definir essa alíquota em 14% ou mais, dependendo do valor do salário desses militares estaduais.

Então, vemos que aqui o militar, por conta do relatório de V.Exa., ficou numa situação pior ainda do que a da mensagem que foi encaminhada pelo Governo para a Casa. É preocupante essa situação.

Quando da reestruturação da carreira do militar federal, o militar estadual não é contemplado, até porque a carreira é atribuição dos Estados. Quando deveria receber ajuda de custo ao ir para a reserva, que está sendo, no pacote dos militares federais, multiplicada de 4 soldos para 8 soldos, o militar estadual também não está tendo esse benefício.

Tenho certeza de que V.Exa. conhece a atividade do policial militar e do bombeiro militar, no seu Estado há muitos heróis da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e sabe o quanto é penosa. Se comparada à atividade do policial civil, do policial federal, do policial rodoviário federal — não quero fazer essa comparação para dizer que ninguém é melhor do que ninguém —, não há como querer que o policial militar tenha 35 anos de contribuição e o policial federal apenas 30 ou que o policial militar, o bombeiro militar tenha 35 anos de contribuição e o policial rodoviário federal tenha 30 anos.

Fica difícil explicarmos lá na ponta essa mudança que vai gerar aumento na contribuição do policial militar, mas não vai gerar nas demais carreiras. Portanto, queremos tratamento isonômico em relação ao policial militar, ao bombeiro e aos demais profissionais de segurança. Logicamente, há muito mais coisas para falar, mas o tempo é de 4 minutos. Como sou disciplinado, passo para V.Exa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Nós vamos ouvir o Líder do PSDB. Antes, concedo a palavra ao Relator.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Vamos refletir juntos, Deputado Capitão Wagner. Nós tomamos cuidado para que os benefícios e todas essas questões estejam na União, já que a PEC as remetia para a União e há um projeto de lei das Forças Armadas em que os militares passam a caminhar juntos.

Qual é a nossa preocupação? É exatamente o ingresso. Quem vai ficar com a responsabilidade do ingresso são os Governadores, e ao mesmo tempo ficarão com a responsabilidade de pagar e de cobrar o benefício. Tira-se a gestão de quem paga e passa-se para a União, e quem paga são os Governadores. Então, cria-se um ambiente complexo, inclusive algumas alíquotas já são bem maiores do que a das Forças Armadas, ou seja, haveria significativa redução de alíquota, e os Governadores teriam que pagar. A situação é um pouco complexa. Nessa questão, nós tomamos cuidado de não haver

um contratempo, mas estamos abertos ao diálogo. Entendemos bem o ponto que V.Exa. levantou, porque nós o discutimos bastante. Está bem? Vamos continuar conversando.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Carlos Sampaio, pelo tempo regimental da Liderança do PSDB, por 5 minutos.

O SR. CARLOS SAMPAIO (PSDB - SP) - Sr. Presidente, Sr. Relator, é a primeira vez que venho ao plenário desta Comissão Especial e por razões bastante óbvias. Primeiro, porque estamos muito bem representados aqui através dos nossos Deputados. Segundo, porque o relatório já foi lido por V.Exa., Deputado Samuel Moreira, e era o meu dever, como Parlamentar e como Líder da nossa bancada, vir cumprimentá-lo.

Eu, desde o início, sempre defendi a reforma da Previdência, defendi que ela tivesse a sua potência fiscal respeitada — uso este termo que o Ministro Paulo Guedes gosta muito, mas que ela viesse para corrigir os eventuais erros de natureza social. V.Exa. conseguiu fazer isso, tanto nesse binômio — potência com correção de justiça social — quanto na busca de uma alternativa de consenso, o que é muito difícil nesta Casa.

O Governo esperava uma reforma de 1 trilhão de reais. V.Exa. apresentou uma reforma de 860 bilhões, com mais uma alternativa de 60 bilhões, que é a contribuição sobre o lucro líquido dos bancos, o que eleva para 920 bilhões. Este valor é muito próximo do 1 trilhão que o Governo esperava. Há um detalhe importantíssimo: se, na reforma da Previdência que foi apresentada pelo então Presidente Michel Temer, fosse aprovada a sua emenda aglutinativa, nós teríamos menos de 500 bilhões de reais, e nós estamos com quase 1 trilhão de reais.

Além disso, apresentou-se uma alternativa que não é dinheiro novo, mas é importante porque pode injetar 200 bilhões/ano nessa reforma elaborada pelo Relator Samuel Moreira, que é a questão do PIS/PASEP. Desde 1988, 40% do PIS/PASEP são reservados para o BNDES para que ele possa fazer empréstimo subsidiado a grandes empresas, das quais os trabalhadores nunca viram diretamente esses recursos. Obviamente, se utilizados para a Previdência... Sempre disse: a Previdência não vem aqui para resolver os problemas do Brasil. Ela vem para estancar de forma positiva. Por isso, ganha o trabalhador quando mais 200 bilhões são injetados na Previdência.

Por fim, quero dizer que aquilo que foi motivo de celeuma, de uma discussão bastante acirrada entre o Ministro Paulo Guedes, e não o Governo em geral... O Governo o elogiou. Tanto o Ministro Onyx Lorenzoni quanto o Secretário Rogério Marinho e muitos outros elogiaram o relatório de V.Exa., mas o Ministro Paulo Guedes viu que essa transição gerou, segundo ele, uma perda de 100 bilhões, gerou um problema. Na verdade, V.Exa., Relator, foi o mais firme que podia ser numa transição, impondo 100% sobre o tempo restante como sendo o pedágio a ser pago. Para os militares, quem subscreveu que seria de 17% foi o próprio Ministro Paulo Guedes.

Então, V.Exa. foi de uma firmeza ímpar. E os servidores que poderiam buscar uma alíquota menor, um percentual menor, compreenderam o momento em que o País vive e que tínhamos que ter um relatório seguro, e repito: com a necessária potência fiscal.

Sr. Relator, as minhas palavras hoje são de elogio a V.Exa.. Faço também um pedido a todos aqueles que, como eu, apostaram nesta ponte que sempre existiu entre o Deputado Rodrigo Maia, nosso Presidente, e o Deputado Paulo Guedes, nosso Ministro. Ambos são pessoas de bem que amam este País, tanto o Ministro Paulo Guedes quanto o Presidente da Câmara foram os grandes fiadores desta reforma.

Portanto, faço votos de que voltem a trilhar no mesmo caminho em defesa do seu relatório, que foi subscrito e apoiado por 16 Líderes. O relatório de V.Exa. é a certeza de que nós teríamos no plenário aquilo que aqui foi decidido.

Parabéns a V.Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Carlos Sampaio.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Agradeço as palavras, Líder.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Passo a palavra ao Deputado Major Vitor Hugo.

O próximo inscrito é o Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. MAJOR VITOR HUGO (PSL - GO) - Prezado Presidente Marcelo Ramos, prezado Relator Deputado Samuel Moreira, mais uma vez cumprimento-o pela excelência do relatório apresentado. A potência fiscal pretendida pelo Governo foi atingida em 90%, o que para nós é uma grande conquista também, 900 bilhões de reais vão permitir que a nossa economia avance com toda a certeza.

Para contradizer um pouco o discurso de alguns que nos antecederam, dizendo que o Governo aposta 100% na reforma da Previdência como remédio para todos os males, quero dizer que o Governo tem outras propostas que chegarão aqui

na sequência, como a reforma tributária, como a revisão do pacto federativo e também as medidas que vão impactar a nossa infraestrutura. Há várias outras medidas, como as privatizações, que estou certo de que a sua experiência como ex-Prefeito de uma cidade tão importante, como Registro, em São Paulo, como ex-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, vai nos ajudar também muito a construir todas essas propostas que vão alavancar a nossa economia.

Neste momento, eu queria só fazer breves ponderações. A primeira delas é sobre a capitalização. Nós sabemos que ela foi retirada neste momento na construção de um acordo, mas havia somente uma previsão inicial, um pequeno artigo que propunha a criação de um regime de capitalização futuro, por meio de lei complementar.

O nosso Ministro Paulo Guedes, assim como todo o Governo, acredita que a questão da capitalização é construir um avião que não esteja em pane, como o nosso sistema de repartição simples, este que nós vivemos atualmente, em que a base são as pessoas que trabalham e contribuem para que os aposentados possam estar na inatividade.

Como a taxa de fecundidade no País está diminuindo e, graças a Deus, a nossa expectativa de vida a partir dos 65 anos está aumentando, é preciso que tenhamos um sistema que garanta esta possibilidade, que seria obviamente a capitalização. Nós vamos tentar construir um consenso e tentar conversar com V.Exa., para que, de repente, numa complementação de voto, pensemos em algo para sanar essa retirada, na nossa visão, precoce.

Eu não vou utilizar todo o tempo, para não parecer que o Governo está obstruindo. Vou terminar antes dos 5 minutos, em vez de usar os 15 minutos. Mas não poderia deixar também de fazer outro registro.

Um Deputado da Oposição que nos antecedeu fez alguns comentários sobre a reforma do sistema de proteção social dos militares. É uma injustiça, neste momento, fazermos qualquer avaliação do teor da que foi apresentada por esse Deputado e dizer que os militares não irão contribuir com esse esforço que o País inteiro está fazendo.

Se verificarmos as previsões anteriores, a economia *per capita*, em 10 anos, para os assegurados do INSS, na proposta inicial do Governo era de 10 mil reais — isso foi amenizado agora com a regra de transição proposta pelo Relator —; para o servidor público era de 140 mil reais, e, para os militares a proposta apresentada foi de 180 mil reais, *per capita*, em 10 anos.

Então, a proposta dos militares — essa será discutida em outra Comissão Especial — também os atinge e faz com que contribuam mais ainda além do que vinham contribuindo desde 2001, com a edição da Medida Provisória nº 22, de 2015. Esse é um breve registro.

Quero também dizer que o Governo está confortável com a ideia da retirada dos Estados e Municípios, o que, como efetivamente nos parece, trará votos para esse relatório muito bem construído, até porque, nós vivemos numa Federação em que a União é autônoma em relação aos Estados, que são autônomos em relação aos Municípios. Nós sabemos da liderança, da competência e do engajamento dos Governadores e dos Deputados Estaduais, e, com certeza também, dos Prefeitos e dos Vereadores, para a construção de propostas de reformas das suas Previdênciaias que sejam adaptadas às realidades locais e regionais.

Então, haverá essa economia de 900 bilhões de reais agora, e, temos certeza, algum montante será recuperado numa complementação de votos ou no Plenário, talvez não como gostaríamos, 1,2 trilhão de reais, mas algo intermediário. A retirada dos Estados e dos Municípios não impacta essa economia, e, como disse, tenho certeza de que os Deputados Estaduais, os Governadores, Prefeitos e Vereadores terão responsabilidade, competência e liderança para conduzir esse processo nas suas respectivas regiões.

No mais, quero cumprimentar e parabenizar mais uma vez nosso Presidente Jair Bolsonaro que teve coragem de vir ao Congresso Nacional para pessoalmente entregar essa proposta. Cumprimento o Ministro Paulo Guedes que, logicamente como responsável pelo cofre da União, tem a responsabilidade de estar com a calculadora à mão. A manifestação de S.Exa. deve ser entendida não como um desrespeito ao Parlamento, mas, sim, como uma exortação para que nós Deputados e, de modo particular, o Relator e o Presidente, tratemos com muita responsabilidade — é o que temos feito — esse tema que vai impactar a maioria da população brasileira. Quero ainda cumprimentar todos os Líderes dos partidos, de modo especial o nosso Presidente Deputado Rodrigo Maia pelo esforço que tem feito na articulação para a aprovação da nova Presidência.

Sem mais para o momento, agradeço a oportunidade e desejo a todos um bom trabalho para que essa discussão avance e nós consigamos votar e aprovar uma nova Previdência, que vai garantir um futuro mais sustentável e equilibrado para todos os brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Major Vitor Hugo.

Passo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 10 minutos. O próximo orador é o Deputado Filipe Barros.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, Deputado Marcelo Ramos, Deputado Samuel Moreira, V.Exas. têm, naturalmente na qualidade de Deputados, o meu respeito e não têm exclusivamente a responsabilidade pela catástrofe que aqui está sendo legalizada. Eu não sou a Oposição que faz bem a qualquer Governo e não sou sectário, ao mesmo tempo, mas não sou a Oposição que o Governo reza, pede a Deus.

Não há possibilidade de melhorar este projeto, porque o problema é de raiz. Se nós quiséssemos pensar num projeto de reforma da Previdência, no mínimo — no mínimo —, teríamos feito um cálculo atuarial sério.

A sociedade é chamada, todos têm que dar a sua cota de sacrifício, mas os ricos não estão sendo chamados a dar a sua cota de sacrifício. Apesar dos bodes terem sido retirados, o que é obrigação dos legisladores; apesar de alguns jabutis terem sido retirados, o que é mais obrigação ainda, permanece a essência perversa dessa proposta de reforma.

Eu fico pensando como educador, como professor: será que este Congresso exercitará a sua insensibilidade social? Será que nós vamos realmente, num raciocínio melhorista, achar que ter ampliado para 1.364 resolve o problema? Será que é muito ganhar 1.400, 1.500, 2 mil reais e por conta disso deixar de merecer o PIS/PASEP?

Muitos empresários, muitos banqueiros e muitos Deputados e Senadores empresários gastam, numa noite, mil, 2 mil com *whiskys* e vinhos importados, mas para um pobre receber ao ano um salário mínimo e perder esse direito, porque ganha 1.400 reais ou 1.365 reais. Desculpem-me, isso é criminoso!

Obrigar um professor a ter 10, 12, às vezes 15 aulas num dia, num País tão desigual quanto o nosso. Quinze aulas para conseguir uma renda maior, porque a lei do piso nacional salarial não é cumprida. O piso é uma vergonha! É um pouco mais de 2 mil e 400 reais para um educador! Agora querem obrigá-lo a morrer trabalhando? Será que não se pesquisam as consequências de um trabalho extenuante? Quem não tem filho tem a obrigação de conviver com a sociedade. Qualquer um que tem filho sabe o quanto é difícil educar uma criança, mas uma professora de ensino fundamental tem 30, 40 crianças, entre elas crianças autistas, com Síndrome de Down, com deficiência visual. Essa professora vai ser obrigada a trabalhar e a adoecer com doenças neurológicas inclusive. Aí até o tempo de contribuição está em xeque, na medida em que o art. 20 se remete à lei ordinária. Sabem qual é a dificuldade do Governo agora? O povo tem que saber. É que hoje, se toda a Oposição disser "não" a essa proposta, o Governo não terá 308 votos para cometer essa barbárie contra os trabalhadores, contra os pobres, contra as pessoas deficientes, contra a viúva ou o viúvo. No caso da viúva, por exemplo, ela ganha um salário mínimo. Se o morto ganhava um salário mínimo, e se ela tem outra fonte de renda de mais meio salário mínimo, está condenada a viver com um salário mínimo, ou seja, a perder qualidade de vida. O Governo não terá 308 votos. Não vão contar com o voto deste Deputado, não contarão com os votos do PSOL. Nenhum professor, nenhum idoso que não pode comprovar sequer 1 ano de carteira assinada, porque é pobre e sem escolaridade, nenhum pobre deste País, nenhum policial civil ou militar que arrisca sua vida vai dizer: *"O Deputado Edmilson votou para destruir o meu direito à aposentadoria"*. Não!

"Mas tem solução, Deputado Edmilson?" "Sim". O Orçamento de 2019, por exemplo, criou benefícios fiscais superiores a 300 bilhões. *"Mas Deputado Edmilson, vamos acabar com a Zona Franca de Manaus? Vamos acabar com o Super-SIMPLES?" "Não"*. Mas nós podemos acabar com os benefícios para Shell, Total, BP, as maiores petroleiras do mundo. Só elas têm benefício de 50 bilhões ao ano até 2040, a metade do que quer Guedes, que surrupiou 1 bilhão dos fundos de pensão do BNDESPAR, da PETROS, do POSTALIS, do FUNCEF, ou seja, de trabalhadores das estatais. Cinquenta bilhões é o que foi aprovado ano passado de benefício às três petroleiras.

Por outro lado, até hoje não se regulamentou o Imposto sobre Grandes Fortunas. A nossa equipe mostra que, se nós quisermos, em 1 ano, arrecadaremos algo em torno de 102 bilhões, e, alterando as alíquotas do imposto sobre herança, os Estados conseguirão em torno de 39 bilhões, algo em torno de 142 bilhões, muito mais do que pretendem arrecadar tirando do pobre o pouco para lhe dar o mínimo de dignidade.

V.Exas. sabem que a Constituição de 1988 estabeleceu parâmetros para o cálculo do salário mínimo. Nenhum Deputado pode ignorar isso. Sabem qual é o órgão independente que, baseado na Constituição, calcula o salário mínimo? É o DIEESE. Sabem qual seria hoje o salário mínimo no País? Seria 4.277 reais, mais de quatro vezes o que é pago hoje. Ou seja, este País é muito desigual.

Segundo a Oxfam, cinco ricos detêm riqueza superior à renda de mais da metade dos 110 milhões de brasileiros. E nós vamos querer dizer que a solução para o País é fazer reforma da Previdência, que sem ela não tem jeito, o País não anda? Não podemos, na Casa do Povo, legitimar um crime contra o futuro do País.

Imposto sobre Grandes Fortunas, imposto sobre herança, redução dos benefícios às petroleiras: esse deve ser o pontapé inicial. Com isso, economizam-se, só este ano e no ano que vem, 50 bilhões. É preciso taxar Imposto de Renda dos muito

bem assalariados, os que ganham acima de 50 mil, 60 mil reais. Há estudos da UNICAMP que mostram que isso traria benefícios grandes, sem que seja atingido um único dos 35 milhões que serão vítimas desse projeto.

Por fim, Sr. Presidente, Sr. Relator, é necessário enfrentar os desequilíbrios sociais neste País. Este País é muito desigual. O projeto de Nação, que é o sonho — e muitos sonham infelizmente —, está longe de ser sonhado por um Governo constituído numa perspectiva fascista e de destruição da nossa soberania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Filipe Barros, pelo tempo de 15 minutos.

O próximo orador é o Deputado Subtenente Gonzaga. Depois, falará o Deputado Vinicius Poit.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, quero parabenizá-lo pela condução dos trabalhos desta Comissão, presidindo de maneira muito tranquila, sempre prezando pelo debate, pelo respeito. Parabéns, Presidente Marcelo! Parabenizo também o nosso Relator Samuel Moreira, que se debruçou, nos últimos meses, intensamente sobre o relatório dessa pauta mais importante do nosso País. Imagino, Deputado Samuel, as pressões que V.Exa. deve ter sofrido nos últimos dias. Parabéns a V.Exa. pelo relatório. Meus cumprimentos aos demais membros da Comissão, Deputados e Deputadas.

Sr. Presidente Marcelo Ramos, Deputada Joice Hasselmann, Líder do Governo no Congresso, a história do Brasil se confunde com a história da formação de classes de privilegiados. Essa é a história do Brasil. Os privilegiados são nada mais, nada menos do que os amigos do rei, as grandes corporações, os poderosos, os monopólios, os oligopólios, o estamento burocrático, segundo o escritor Raymundo Faoro.

O escritor Fábio Comparato, na obra em que resume a obra de Raymundo Faoro, diz: *"Para Raymundo Faoro, a sociedade brasileira foi tradicionalmente moldada por um estamento patrimonialista, formado, primeiro, pelos altos funcionários da Coroa, e depois pelo grupo funcional que sempre cercou o Chefe de Estado, no período republicano"*. Essa é a história do nosso País, a história de uma classe de pessoas privilegiadas.

Conversando com minha esposa nesta semana, ela comentou, Deputado Samuel Moreira, que, a empresa da família dela paga aproximadamente 40% de imposto. Então, no nosso incipiente capitalismo, o Estado é um sócio majoritário de todos nós, o Estado é um sócio daquelas pessoas que, de fato, geram emprego e renda no nosso País: as empresas. Elas acabam se incorporando ao estamento burocrático que, como disse anteriormente, é o círculo das pessoas, os donos do poder que fazem da burocracia estatal — prestem atenção a isso — o instrumento de seus interesses grupais, em vez de ser uma máquina administrativa impessoal e científica. Por isso que nós vemos aqui grandes corporações se manifestando em aeroportos, inclusive em horário de trabalho.

O que isso que estou dizendo tem a ver com o nosso sistema previdenciário? Primeiro ponto: a concepção da Previdência, desde que foi criada, é equivocada. Nós sabemos que o sistema de seguridade social é composto por três pernas: a previdência, a saúde e a assistência social. A Previdência, como o próprio nome já diz, que vem do verbo prever, significa antecipar, antever, ou seja, a Previdência é um seguro contra a idade avançada, fase de vida que impossibilita o trabalho.

A Previdência é um seguro destinado a trabalhadores formais e, portanto, ela pouco alcança os trabalhadores informais ou os desempregados. Essas duas últimas categorias — tanto os trabalhadores informais quanto os desempregados — são atingidas por outras políticas públicas, não pela Previdência Social; por outras políticas públicas de combate à pobreza e de geração de renda. O primeiro ponto é que o conceito da Previdência Social no Brasil foi deturpado nos últimos anos, talvez desde a sua origem.

O segundo ponto é justamente a respeito do estamento burocrático sobre o qual eu falava há pouco, ou seja, com o passar do tempo, os amigos da corte, os amigos do rei, aqueles que detêm os privilégios, essa classe de privilegiados foi se apropriando da Previdência Social e criando benefícios e distorções. O exemplo mais nítido disso — e trago aqui dois exemplos — é a aposentadoria por tempo de contribuição, sem o critério da idade mínima. Trata-se do benefício mais caro, que alcança uma minoria de brasileiros, usufruído pelos mais ricos, e que se concentra nas regiões mais ricas do País, onde idade de aposentadoria é menor. Por exemplo, Deputado Samuel, o pedreiro ou a empregada doméstica se aposentam com 65 anos, mas os seus patrões não possuem idade mínima para se aposentar.

A regra em todo o mundo — e o nosso País se insere nessa regra — é ter idade mínima. Se olharmos a história do nosso País, veremos que no Governo Jango foi retirado o critério da idade mínima. Mas, quando analisamos todos os outros países democráticos do mundo e vemos a própria história do País, verificamos que todas as outras nações possuem a exigência da idade mínima. Essa regra, que era válida até no Brasil, foi tirada no Governo Jango.

Outro exemplo de privilégios, de benefícios, de distorção, sem sombra de dúvida, é o Regime Próprio dos servidores, que é uma minoria que recebe os maiores salários. Só o Regime Próprio de aposentadoria é responsável, segundo pesquisas, por 7% de toda a desigualdade do País, por conta da integralidade. As pessoas até brincam, dizendo que, na iniciativa privada, há o fator previdenciário; já no poder público, há o "favor" previdenciário, porque, ao contrário da iniciativa privada, se aposenta com integralidade.

Um exemplo disso está no livro de Paulo Tafner *Reforma da Previdência: por que o Brasil não pode esperar?* Ele inclusive esteve aqui na nossa Comissão. Vejam o que ele diz: no INSS, o valor médio da aposentadoria por tempo de contribuição é de 2 mil reais; da aposentadoria por invalidez é de 1.200 reais; da aposentadoria por idade no meio urbano é de 1.150 reais; das aposentadorias rurais e do BPC é de um salário mínimo. Já a média das aposentadorias do Executivo Federal é cerca de 9 mil reais; do Judiciário e do Ministério Público é de 18 mil; do Legislativo é de 27 mil reais. Então, esse Regime Próprio de fato tem uma distorção.

Por que nós precisamos, Srs. Parlamentares, da nova Previdência? Em primeiro lugar, porque todos os ex-Presidentes da redemocratização fizeram alterações na Previdência Social, só que fizeram alterações pequenas, empurrando o problema com a barriga. Agora chegou o momento em que, ou nós aprovamos uma nova Previdência de fato, uma nova metodologia para a Previdência Social, ou o Brasil vai à falência, ou nós não teremos mais dinheiro. Os ex-Presidentes aprovaram minirreformas. Só que, por causa do populismo e da demagogia presentes nos Governos passados, simplesmente, repito, empurraram o problema com a barriga.

Agora, nós precisamos também da nova Previdência por outra questão: não é possível que o mundo todo esteja errado e só o Brasil esteja certo. No próprio livro que eu citei há pouco, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há um gráfico da porcentagem do PIB gasto com a Previdência em relação à porcentagem da população de idosos acima de 65 anos de idade. Todos os pontos pretos desse gráfico representam outros países. Nós percebemos que todos os países estão dentro de uma faixa linear, ou seja, aproximadamente todos têm o mesmo gasto do PIB em relação ao número de idosos. O Brasil está completamente fora da curva, fora do eixo. Só o Brasil está nesse pontinho aqui, e todos os outros países estão dentro de uma mesma faixa.

Não é possível, Sr. Presidente, que todos os países do mundo estejam errados e só nós estejamos certos. Por isso precisamos da nova Previdência. Não podemos continuar gastando 58% das despesas primárias da União com Previdência Social, enquanto só gastamos 8% com educação. Veja a distorção: 58% com Previdência e 8% com educação. Aí vemos as contradições, as hipocrisias. Recentemente, pessoas foram às ruas supostamente para defender a educação, mas, na verdade, era uma manifestação pró-Lula, pró-PT, etc., e essas mesmas pessoas que estavam nas ruas naquele dia também eram contra a reforma da Previdência.

Ora, se queremos mais investimento em educação, se queremos mais dinheiro para a saúde, se queremos mais dinheiro para as políticas públicas de combate à pobreza, precisamos aprovar a reforma da Previdência Social, porque não é possível que continuemos despendendo 58% das despesas primárias da União com Previdência, sendo que 58%, nos próximos 20 anos, vão se transformar em 72%. Ou seja, de todas as despesas da União, 70% vão para as despesas com a Previdência, o resto vai ser estrangulado, Deputado Samuel, e não vai sobrar mais dinheiro para absolutamente nada. Já já o Estado brasileiro estará trabalhando, única e exclusivamente, para arcar com despesas da Previdência Social. Sr. Presidente, nós precisamos garantir a aposentadoria dos mais jovens. Eu tenho dito isso para todo mundo. Há aquelas pessoas que são contra a reforma da Previdência, contra a nova Previdência. Elas precisam deixar de ser egoístas. Nós precisamos pensar nas futuras gerações. Nós precisamos garantir a aposentadoria das crianças e dos adolescentes de hoje, garantir a futura aposentadoria delas. Não é possível que simplesmente nos esqueçamos das futuras gerações. Nós precisamos garantir mais investimento nas políticas de educação, saúde e outras políticas do nosso País e só vamos conseguir isso se aprovarmos a nova Previdência.

Eu estava em Curitiba, na semana passada. Desci no aeroporto, peguei o táxi, cujo nome do taxista era Fábio. Conversei com o Fábio, que tem 28 anos, estava desempregado e começou a trabalhar no táxi, porque o pai dele também já era taxista. Sr. Presidente, em todo o táxi ou Uber que eu entro pergunto para o motorista sobre a política, porque é um bom termômetro para nós, Parlamentares, termos essa noção. Perguntei para ele sobre a reforma da Previdência. E o Fábio me disse, prontamente, que ele era favorável à reforma da Previdência e informou-me que, desde quando se formou na faculdade, não tinha emprego. E mais, tinha convicção de que, a partir do momento em que a nova Previdência fosse aprovada por esta Casa a economia do nosso País irá melhorar, outros empregos irão ser gerados e, portanto, ele irá conseguir trabalhar na área em que ele se formou. Refiro-me ao Fábio, taxista de Curitiba.

No começo do ano, eu tive oportunidade de estar no Japão junto com outros Parlamentares. Lá nós conversamos com o Ministro da Fazenda do Japão. Eu posso garantir para todas as Sras. e Srs. Parlamentares que estão aqui que o mundo inteiro está de olho no Brasil. Todo o mundo está aguardando a aprovação da nova Previdência para que aumentem os

investimentos no nosso País. Isso não foi dito por mim, isso não foi dito pelo Ministro Paulo Guedes, foi dito pelo Ministro da Fazenda do Japão, quando estivemos lá, no começo do ano, Sr. Presidente, Sr. Relator.

Para finalizar, esse debate, desde o começo do ano, foi travado com muitos *fake news*. Muitas pessoas divulgavam informações equivocadas e errôneas. Propositamente ou não, é fato, mais divulgavam *fake news* sobre a nova Previdência. Eu digo que a Previdência Social é uma pauta do Estado brasileiro, uma pauta do Brasil. No Japão, eles fazem isso, Sr. Presidente, existem pautas — isso dito pelo Ministro da Fazenda de lá — que independem da corrente ideológica dos Parlamentares: eles sentam, discutem como uma pauta do Brasil.

Finalizo aqui com a seguinte frase: *"Este é o momento em que surgem oportunidades para se construir soluções criativas e duradouras para os desafios difíceis. Neste momento nos cabe enfrentar o desafio maior para política fiscal do Brasil e para vários países do mundo, que é a sustentabilidade da Previdência Social num contexto de envelhecimento da população."*

No ano passado, a Previdência Social e os benefícios assistenciais do BPC responderam por 44% dos nossos gastos primários, mantidas as regras atuais de aposentadoria esse percentual tende a aumentar exponencialmente, diante do envelhecimento esperado da população brasileira". Srs. Parlamentares, esta é uma frase da ex-Presidente impeachmentada, Dilma Rousseff, na inauguração do ano Legislativo, quando da sua reeleição aqui, nesta Casa. É por isso que eu digo que a reforma da Previdência é uma pauta do Estado brasileiro, que será aprovada certamente por este Parlamento, pensando nas futuras gerações e pensando no ajuste fiscal de que o nosso País precisa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Filipe Barros.

Concedo a palavra ao Deputado Darci de Matos, que falará pela Liderança do PSD. Depois voltaremos à ordem dos Deputados inscritos.

Deputado Darci de Matos, S.Exa. dispõe de 6 minutos.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Obrigado, Sr. Presidente Marcelo Ramos.

Saúdo V.Exa. e o eminente Relator, o Deputado Samuel Moreira, sempre solícito, sereno, atencioso com as pessoas, com as entidades, com os Parlamentares. Deputado Samuel, V.Exa. apresenta um relatório muito bom, promove o que nós e o Governo esperávamos: proporcionar uma economia de aproximadamente 1 trilhão de reais nos próximos 10 anos.

Sr. Presidente, eu gostaria de repetir o que disse o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a reforma da Previdência, quando então Presidente da República. Segundo ele, Deputado Major Vitor Hugo, ninguém faz reforma por maldade. A reforma é necessária. Todos precisam trabalhar um pouco mais e contribuir um pouco mais. Esse é o espírito de solidariedade que norteia a Previdência. Os que ganham mais subsidiam ou pagam os que ganham menos.

E mais, Sr. Presidente, neste momento, nós precisamos de um espírito de Nação que os americanos têm fortemente na sua cultura fortemente. Ou seja, trabalharmos um pouco mais e contribuirmos um pouco mais, pensando em nosso País, sobretudo nas futuras gerações.

Deputado Major Vitor Hugo, a Previdência surgiu com o Bismarck, no século XVIII, na Prússia, para proteger o velhinho e o idoso. Eu pergunto: a Previdência no Brasil está protegendo somente o velhinho e o idoso?

Há policiais e trabalhadores do Regime Geral que pegam a declaração do sindicato e, a partir dos 12 anos de serviço começa a contar, aos 35 anos de contribuição se aposenta com a idade de 45, 47, 50 anos. Deputado Samuel Moreira, isso é proteger o idoso, o velhinho, o fraco, o desprotegido? Não, senhores, os valores estão invertidos. Essa é a grande verdade.

Portanto, digo neste momento para a Oposição: votar contra a Previdência é exatamente manter o *status quo* e o que está aí. Essa é a grande verdade.

Gostaria de contraditar a Esquerda, que esteve há 13 anos no poder, e não teve a coragem e a competência — teve coragem e competência para fazer outras coisas que todos nós sabemos — para tributar as grandes fortunas, os lucros e os dividendos. A Oposição não cobrou os grandes devedores da Previdência. Por que a Oposição não fez isso? Deputado Ivan Valente, vocês estão com a palavra! Vocês estiveram no Governo, sim, por 13 anos, e se acovardaram, fugiram. Agora, vêm posar de bom moço num debate tão importante para o Brasil: a reforma da Previdência.

Ora, desrespeito com os trabalhadores foi o que fez a Oposição: deixou 13 milhões de desempregados no nosso País, deixou os pobres morrendo na fila do SUS. Deixaram o País, Deputado Major Vitor Hugo, à beira do caos.

Nós estamos desacreditados, falidos, quebrados. Há poucos dias autorizamos um empréstimo, a emissão de título da dívida pública para o Presidente Bolsonaro pagar Bolsa Família e Previdência. Essa é a certidão do caos a que Oposição levou este País, Deputado Samuel. Isso tem que ser dito.

Sr. Presidente, o Relator mandou bem, como dizem os jovens, quando estabeleceu no seu relatório a cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos bancos, que aumentou de 15% para 20%. Parabéns! Isso é um avanço significativo.

Mas quero também dizer à Oposição que votar contra a reforma significa manter os salários, como foi dito aqui pelo Deputado Filipe Barros, do INSS de 1.400 reais; do Executivo de 8 mil reais; do Judiciário de 16 mil reais e do Legislativo de 26 mil reais. Significa virarmos as costas para as nossas crianças, para os desempregados, sobretudo para aqueles que têm menos no nosso País.

Vou lutar com todas as forças, Deputado Major Vitor Hugo, para que possamos recolocar na reforma do plenário a capitalização, que é uma grande alternativa para os nossos jovens e para o nosso futuro. Ora, no Chile não deu certo?! Claro que deu certo. A renda *per capita* do Chile é o dobro do nosso País. O Chile cresceu 4%; o Brasil cresceu 1%. Como é que não deu certo?!

Digo mais, os Estados e Municípios têm que entrar na reforma, sim. Há um déficit anual, Presidente Marcelo, de 100 bilhões de reais. Vai ficar uma meia reforma se não incluirmos Estados e Municípios. A reforma tem que ser completa. Não vamos descansar enquanto não conseguirmos colocar na reforma Estados e Municípios para que o País possa voltar a crescer.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Darci.

Com a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, eu começo a minha fala prestando uma homenagem a um policial militar de Minas Gerais: Rafael Batista Fideles, que, infelizmente, nesta manhã, praticou um autoextermínio dentro do quartel.

Isso, por si só, não sustenta a nossa defesa do tratamento diferenciado aos militares, mas é a demonstração de uma realidade cruel por que passam os militares. Desde a Constituição de 1988, passando pela Emenda nº 20, pela Emenda nº 41, este Congresso, a sociedade brasileira, o Governo reconheceram e mantiveram na Constituição o direito a um Regime Próprio de Previdência para os militares, que, a partir da proposta do PL 1.645/19, consolida-se como um conceito de proteção social, um conceito correto.

Porém, o texto da PEC — e o relatório mantém — está dando um tratamento diferenciado aos militares estaduais em relação aos militares federais. Eu quero argumentar aqui que não há militar de segunda categoria. Quando nós recorremos à Constituição Federal, o art. 42 diz que as Forças Armadas são consideradas militares e que as Polícias Militares são militares dos Estados.

Portanto, a Constituição é afirmativa: são militares. Os militares estaduais, por força de lei, são força reserva das Forças Armadas. Aliás, a lei fala em reserva do Exército. Por outro lado, os militares federais também são forças auxiliares das Polícias Militares para a segurança pública.

Ora, o texto da PEC não faz a alteração de uma vírgula para o caso dos militares federais, não altera uma vírgula. Portanto, mantém o direito ao Regime Próprio em lei específica e leva em consideração a condição de militar, leva em consideração a importância das Forças Armadas, corretamente, para a defesa da soberania nacional, para a defesa do território nacional.

Por outro lado, desmonta-se o regime previdenciário dos militares estaduais ao dividir a competência com a União para, em normas gerais, definir sobre a atividade de pensão, promove, por esse critério, uma separação da nossa classe, a classe dos policiais militares e bombeiros, em ativos e inativos, e, ao mesmo tempo, mantém, no art. 42, a decisão de que lei estadual vai decidir sobre alguns aspectos no art. 142.

Prezado Relator, prezado Presidente, Comissão, eu considero esta proposta um desmonte do nosso sistema e uma divisão da classe dos policiais e bombeiros militares dos Estados entre ativos e inativos, o que até hoje não havia. A lei tratou o conjunto dos militares no mesmo princípio, no mesmo fundamento. Eu não vejo como, Relator Samuel, nós temos normas gerais sobre inatividade e pensão, como está previsto no inciso I, sem que isso dialogue com a contribuição do pessoal da ativa, sem que isso dialogue com o fundamento de um regime previdenciário, ainda que denominado sistema de proteção social.

Não vejo como nós avançarmos nisso.

Eu quero fazer uma defesa aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Pois não, Deputado.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Eu não quero tomar o seu tempo. Na hora em que V.Exa. concluir, eu falo.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Não, eu quero dialogar.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Quero fazer um parêntese em relação ao seguinte: como vamos colocar os militares, que são subordinados aos Estados, na União, se quem paga a conta são os Governos Estaduais? Na verdade, a gestão dos recursos está na mão dos Governos Estaduais, mas quem vai definir quanto ganha, quanto paga, com quanto se aposenta, com qual alíquota e tal é a União. Cria-se um problema realmente grave.

Eu tentei fazer o máximo que pude no sentido de ter esse diálogo mesmo. Talvez falte um ajuste pequeno, mas nós precisamos definir. A Polícia Militar quer ficar com a União, ou quer ficar com o Estado. Ficar com os dois é mais difícil.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - A minha compreensão é que ela não tem como ficar com a União sendo que a União não vai fazer aporte de recursos para pagar a conta. Não vejo como definir, em normas gerais pela União, inatividade de pensão. O que é isso?! É o que nós vamos fazer depois de aposentados, ou é o direito que nós vamos ter? Esse direito será pago pelo Tesouro ou pelo Estado? Se é pelo Estado, eu não vejo como não estar em lei estadual.

Nesse sentido, eu advogo que nós temos que restabelecer a essência do art. 42, que determina claramente o que se aplica aos militares estaduais. Na Emenda 20 e na Emenda 43, o Congresso reconheceu que são todos militares. Portanto, deu a eles os mesmos fundamentos constitucionais, quais sejam: o direito a um regime próprio sem aplicação obrigatória do art. 40. Na Constituição, hoje, no § 20 do art. 40, está a ressalva da não aplicação do art. 40. Portanto, ela dá o direito a uma legislação estadual que cuida de todo o sistema de proteção social, de Previdência, como queiram, podendo ter as mesmas regras dos federais e podendo alterá-las. Alguns Estados as alteraram. Nós temos Estados que já têm os 35 anos como premissa de passagem para a inatividade. Já temos Estados que têm FUNPRESP.

O fundamento do direito ao Regime Próprio em lei específica e o fundamento da não aplicação automática do art. 40 apenas levam para o Estado a discussão de todo o conjunto. E nós precisamos que isso seja restabelecido, sob pena de nós promovemos uma divisão entre as nossas categorias e, ao mesmo tempo, termos um tratamento diferenciado das Forças Armadas. Nós perdemos aquilo que até hoje foi entendido como sendo garantias para os militares.

O Deputado Darci de Matos, que me antecedeu, falou da idade precoce. Ele citou a polícia. Mas quem está aposentando abaixo dos 50 anos entrou com regras vigentes na Constituição de 1988, que admitia militar entrar com 16 anos. Você podia ir para academia com 16 anos. Hoje, só o fato de os Estados já terem imposto, na sua maioria, o terceiro grau, a idade média de entrada já passou dos 20, 23 anos. Portanto, se permanecer nos 30 anos, vão elevar para 50, ou acima de 50 anos.

Portanto, o reflexo da Emenda 20, da Emenda 41, no que diz respeito às condições de ingresso, de contagem de tempo, ao ter acabado com o tempo fictício, já impôs que a geração de hoje não vai aposentar abaixo de 50 anos. Por outro lado, nós precisamos de reconhecer que o militar estadual, que carrega 90% de toda a carga da segurança pública, é aquele que vai para a rua. Todos os policiais têm que ter um tratamento diferenciado, todos! Nós estamos defendendo aqui conjuntamente os policiais civis e federais. Eles devem ter um tratamento diferenciado. Mas para quem faz o ostensivo, quem tem que ir para a rua e que, a cada ocorrência, recebe uma carga diferente de adrenalina por conta do ambiente próprio do serviço operacional, os 30 anos de efetivo serviço é um tempo que justifica a aposentadoria.

Nós temos estudos formais em Minas Gerais sobre a taxa de mortalidade, comparados com estudos do IBGE. Os policiais militares de Minas Gerais têm 9 anos a menos de vida do que os demais cidadãos. Portanto, não é a mesma realidade.

Então, nós queremos advogar aqui que se cumpra, de um lado, essa premissa histórica de reconhecer esse tratamento dos fundamentos constitucionais para os militares estaduais da mesma forma que dos militares federais. Se se admite para os militares federais esse tratamento, com fundamento diferenciado, com caráter eminentemente retributivo, pela importância que têm na defesa da soberania, do território e da democracia, há de se reconhecer a dos militares estaduais, como força reserva e pelo papel que exercem — e eu estou defendendo que se faça assim com as Forças Armadas.

Mas se nós formos considerar o risco de vida, veremos que o último militar, graças a Deus, que morreu na função específica das Forças Armadas, de defesa da soberania, morreu na Segunda Guerra Mundial, enquanto os policiais militares todo o dia morrem e enfrentam tiroteios — todo o dia! Se nós reconhecermos, se o Congresso reconhece que, para os militares federais, há de se ter um tratamento diferenciado por conta de sua importância, há de se reconhecer esse papel dos militares estaduais, que, do ponto de vista do risco de vida, é infinitamente maior; do ponto de vista do enfrentamento diário, nem se compara. Os militares estaduais estão se preparando estrategicamente para uma guerra — tomara que ela não aconteça. Mas a guerra da segurança pública é diária, todo o dia, e cabe aos militares estaduais esse enfrentamento.

Portanto, fazemos um apelo aqui para a Comissão, fazemos um apelo para o Relator, para que possa restabelecer no art. 42 a essência do tratamento dos militares, dos fundamentos de sua previdência, de sua proteção social, resgatando os

fundamentos, e que não tenhamos, daqui para frente, militar de primeira e de segunda categoria, porque a Constituição assim não o fez, ela o fez corretamente.

Que nós possamos dialogar nesse sentido nos próximos dias.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra o Deputado Vinicius Poit.

V.Exa. dispõe de 15 minutos.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Sr. Presidente, obrigado. Vou gastar menos que isso, porque acho que nós precisamos andar.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Então, V.Exa. dispõe de 3 minutos.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Não. Três minutos, não: menos de 15 e mais de 3. (*Risos.*)

Sr. Presidente, quero aproveitar esta descontração inicial para elogiar o Relator, elogiar um trabalho que exige uma habilidade conciliadora gigantesca, um trabalho que exige uma organização, um trabalho que exige uma construção de pontes de diálogo única nesta Casa, para apresentar um relatório passível de ser aprovado. Então, os meus parabéns ao Deputado Samuel Moreira, que também nunca deixou de nos escutar, de debater e de falar comigo na hora em que sempre precisei.

Eu não posso deixar de pontuar o que também acredito que poderia ser melhorado nesse relatório, que poderia ser melhorado nessa reforma. Incondicionalmente, eu aprovo a reforma. Ela é necessária, o Brasil precisa dela, é a prioridade do nosso País. Acredito que, a partir desse relatório — fui eleito para um mandato que defende um Brasil mais eficiente, mais próspero e mais livre; então, tenho que dizer algumas coisas —, nós podemos caminhar até a aprovação dele no Congresso.

Vou focar em quatro principais questões, Sr. Presidente.

A primeira questão já foi muito falada pelos meus colegas aqui: Estados e Municípios. Nós temos a assinatura de 25 Governadores que querem que Estados e Municípios entrem nessa reforma. Se nós não os apoiamos, se nós não botamos os Estados e Municípios dentro dessa reforma agora — já houve desgaste, já houve negociação, já houve conversa com a população —, vai ficar infinitamente mais difícil de apoiá-los nas Assembleias. E o Estado que não entrar, Sr. Presidente, lá na frente vai ter que pedir dinheiro emprestado, vai entrar numa espiral econômica negativa muito ruim para o seu cidadão. Então, Estados e Municípios têm que voltar para essa reforma passar, seja aqui na Comissão, seja no plenário.

A segunda questão é a espinha dorsal dessa reforma, meus colegas: a capitalização, ou vão botar o outro nome. O Deputado Frota estava aqui, e ele deu um nome importante para isso aqui: poupança garantida. É darmos a possibilidade de o mais jovem ter algum dinheiro lá na frente. É darmos liberdade ao cidadão para escolher o que ele quer fazer com a sua aposentadoria. O Deputado Filipe Barros falou aqui: por que só o Brasil está certo e o resto está errado? Por que só o Brasil está na situação em que está? Temos que mudar o sistema previdenciário no Brasil. Tirar a capitalização agora para a colocarmos só depois será um passo muito difícil. Vamos aproveitar agora. Vamos discutir, vamos já fazer uma nova Previdência, Deputado Filipe Barros — uma nova Previdência! Não vamos passar uma reforma, porque, se passar qualquer reforma, vamos ter que fazer outra lá na frente.

Terceira questão: aumento de impostos. Gente, pelo amor de Deus, como é que não está na cara que esse aumento de impostos, aumento de CSLL vai sobrar para o povo? É o povo que paga o pato, gente! Com a concentração bancária que há no Brasil, acham que os bancos vão fazer o quê? Vão manter o preço para o consumidor? Vão manter as tarifas bancárias, não vão subir o preço para ninguém? É o povo que paga o pato. Temos que acabar com outros privilégios, e não fazer o povo pagar o que o Governo não consegue cortar, pelo amor de Deus!

Mas em relação a esses três pontos, Sr. Presidente, já partindo para o final da minha fala, eu até entendo porque há divergências. Falamos de Estados e Municípios, de capitalização e de aumento de impostos, mas o que eu não entendo é como um Parlamento que foi renovado em mais de 50%, como um Parlamento que diz que defende os pobres, que diz que defende o povo, não percebeu o abismo entre a realidade do Parlamentar e a realidade do povo brasileiro. Isto eu não consigo entender e é a quarta questão: os atuais mandatários que vão aposentar-se com mais de 30 mil reais — alguns que assim escolheram, porque há outros em que a consciência já bateu e abriram mão —, os atuais mandatários que, ao optarem pelo sistema especial, vão aposentar-se com mais de 30 paus, como se diz lá no interior de São Paulo, onde tenho minha família, enquanto o teto do brasileiro está em 5 mil, enquanto a maioria está abaixo dos 2 mil.

Temos que dar exemplo, gente! Como não vamos falar disso nessa reforma da Previdência? A maioria do Congresso já abre mão. Faço um convite para todos os meus colegas desta Casa. Vamos dar o exemplo e vamos abrir mão dessa aposentadoria especial. Com isso, vamos conseguir o apoio, vamos conseguir a compreensão do cidadão. Isso é simbólico,

é exemplo. As palavras comovem, mas os exemplos arrastam. E precisamos dar o exemplo para mostrar que essa é uma nova Previdência, que este é um novo Parlamento.

Esse é um dos comentários, Relator. E eu estava elogiando muito sua postura. Sou a favor da reforma, mas coloquei alguns pontos que eu acredito que têm que entrar: Estados e Municípios; capitalização; aumento de impostos, que acaba caindo para o cidadão — não tem jeito —, com a concentração bancária que há no Brasil; e o principal, Deputado Samuel, é a questão dos políticos. Precisamos considerar alguma transição, alguma mudança, porque temos que dar o exemplo. Existe um abismo entre as condições que temos aqui e as condições que os 200 milhões de brasileiros têm lá fora.

Não estou nem falando de BPC e de aposentadoria rural. Não estou falando disso. Eu entendo que temos que flexibilizar o que for possível — e está aqui o nosso Secretário Rogério Marinho — para não perder o impacto fiscal, mas para atender a algumas necessidades da sociedade. Não estou falando de BPC e de aposentadoria rural. Eu estou falando do abismo que existe entre nós e todo o restante da população brasileira.

Temos que acabar com as diferenças entre as classes políticas e os brasileiros que trabalham duro. Trabalham duro como nós aqui, mas trabalham duro, pegam pesado todo dia, mas estão muito distantes dessa realidade que existe não só no Congresso Nacional, mas também em todo o sistema político, na elite do Judiciário, na elite do serviço público. Vamos tirar essas diferenças, vamos fazer alguma coisa, Sr. Relator. Já estão contempladas todas as classes, a política não está. Eu acredito que não vai haver ninguém aqui que vai se opor a fazermos alguma transição e darmos o exemplo, principalmente quem defende os mais pobres, principalmente quem defende os mais necessitados. Acho que podemos ter um diálogo sim, Deputados e Deputadas, para modificar isso aqui nessa reforma.

Eu queria agradecer e reafirmar que essa precisa ser uma nova Previdência, uma nova reforma, não qualquer uma, para evitar que seja feita outra lá na frente.

Obrigado, Sr. Relator, Sr. Presidente, caros colegas.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Deputado Vinicius Poit, V.Exa. é um Deputado muito qualificado entre nós, como todos.

A inclusão de Estados e Municípios está em discussão. Quanto à capitalização, eu acho que há certa dificuldade, mas nada impede de ainda continuarmos debatendo o assunto. No que diz respeito à aposentadoria dos Parlamentares, mantivemos a regra que veio na proposta anterior do Governo e, de fato, não tem transição. Aumenta-se a idade de 60 anos para 65 anos, sem transição, e extingue-se essa possibilidade, ou seja, ninguém mais pode entrar, acabou. A idade passa de 60 anos obrigatoriamente para 65 anos. E, depois, não se pode mais ter o benefício.

Agora, é importante que, se houver alguma proposta mais consensual e que corresponda ao desejo do Parlamento e da sociedade, ela possa ser feita. Há muita dúvida com esse negócio, se vai extinguir, se vai devolver dinheiro ou não vai. As pessoas já depositaram. Como se resolve isso? Extingue-se tudo de uma vez? Trata-se da mesma proposta que veio do Bolsonaro, que é uma proposta que aumenta a idade para 65 anos e não permite a aposentadoria antes em hipótese alguma?

Quanto à questão da CSLL, dos bancos, eu queria só fazer um comentário, porque em que pese os bancos terem reduzido a alíquota de 20% para 15% — porque eles pagavam 20% até o ano passado —, não verificamos nenhuma evidência de que os juros baixaram para a sociedade, nenhuma até agora. Também, não sentimos que há uma relação entre o imposto, a CSLL, e o aumento dos juros. Agora é óbvio que o importante é ter outras medidas de aumento de concorrência. É preciso ampliar a concorrência entre os bancos e baixar os juros. Aí é com a concorrência. Então, continuaremos a trocar ideias sobre essas questões que V.Exa. colocou.

O SR. VINICIUS POIT (NOVO - SP) - Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra a Deputada Luiza Erundina, por 15 minutos

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sr. Relator, companheiros Deputados e Deputadas, os que nos acompanham pela Internet, pelos meios de comunicação, pelas redes sociais, eu quero reconhecer o empenho, a dedicação e o esforço que o Relator e o Presidente dedicaram à construção dessa proposta e à condução desse processo de discussão e de elaboração desse substitutivo. Porém, eu não consigo reconhecer, dentro do texto do substitutivo, aquilo que se acumulou durante as audiências públicas, nas quais foram ouvidos especialistas, trabalhadores, lideranças sindicais, pessoas que, de fato, estão diretamente envolvidas e interessadas nessa reforma. Isso evidentemente tira dela a legitimidade que precisaria ter, do ponto de vista do crivo da sociedade por que deveria ter passado.

O Relator, na introdução do seu relatório, afirma uma série de posições sobre as quais também tenho dúvidas ou não concordo plenamente, quando disse que esse relatório ou substitutivo seria resultado da soma e da adesão completa da Casa em relação à Previdência. Pode ser que haja uma maioria, mas ainda há muita reticência, como em relação ao

campo progressista, que é mais crítico na proposta, no caso dos partidos democráticos populares, que têm outra concepção de Previdência Social, de Seguridade Social, de proteção social, e não se satisfazem absolutamente com essa proposta, resultante desse esforço despendido, durante esse tempo em que se ouviu muita gente. Por outro lado, não se ouviram aqueles que serão diretamente atingidos por essa reforma, os trabalhadores de baixa renda, os segurados do Regime Geral de Previdência Social.

Não se corrigem, com essa proposta, as enormes distorções e desigualdades, como inclusive o sistema de Previdência trata o trabalhador brasileiro. Há ainda enormes distorções, Sr. Presidente. Uma nova Previdência, para ser de fato nova, teria que enfrentar essas contradições, essas distorções, esse custo penoso que recai sobre a maioria da população brasileira, no trato dessa questão.

Não podemos dizer que os pobres não perderam, que ninguém perdeu, que todas as garantias estão asseguradas. Não me parece que isso tenha ocorrido, porque ao mesmo tempo em que se está tentando melhorar um pouco determinado aspecto da proposta, em contrapartida, há uma perda. Ou seja, nunca há uma melhoria que se confirme como tal, porque logo em seguida é exigido de quem é atingido por essa eventual melhoria o fato de perder em outros aspectos. No curso da minha fala, quem sabe eu consiga identificar ou apresentar situações como essas.

Também não concordo, Relator, que a sociedade requeira urgência nessa proposta, como V.Exa. afirma. Não sinto por parte da sociedade essa demanda, esse anseio, essa urgência para que a reforma da Previdência seja aprovada e entre em vigor. Não sei como aferir isso, porque as pesquisas não revelam esse interesse, essa expectativa e essa demanda da sociedade em relação a se acelerar essa decisão sobre a Previdência Social, quando uma nova Previdência vai evidentemente interferir, implicar, ter impacto sobre uma conquista histórica do povo brasileiro, quando da elaboração da Constituição Federal, como marco institucional e político de um tempo de exceção que viveu no País, por 21 anos, e um novo tempo em que os princípios da ordem institucional, constitucional, política, econômica e social do País eram de outra ordem. Não aceito uma previdência e muito menos que se considere nova, quando ela compromete avanços e conquistas importantes que constam do sistema de proteção social. Muita gente vai ficar fora desse sistema de proteção social, embora dizem que o BPC tenha sido preservado. Eu tenho minhas dúvidas não só com relação ao BPC, mas também com relação ao trabalhador rural, que inclusive já passou por algumas perdas ou por um tratamento injusto na PEC 871, Sr. Presidente, e com a insistência, a intensidade com que se apresenta no texto a afirmação de que determinada mudança, determinada melhoria, determinado aspecto da medida não terá eficácia antes da lei complementar ou da legislação infraconstitucional.

Então, a meu ver, essa proposta está submetida a essas ressalvas sobre a desconstitucionalização daquilo que é essencial para se decidir sobre o mérito dela. Fica-se a pensar, diante inclusive das emendas que serão evidentemente discutidas e eventualmente acolhidas ou não, aprovadas ou não, bem como dos destaques que se farão, seja no âmbito da Comissão Especial, seja no âmbito do Plenário da Câmara, absolutamente nessa insegurança, nessa incerteza. Até que ponto essas mudanças que estão sendo apresentadas, algumas até por um lado apresentando certa justiça, mas, por outro lado, deixando a dúvida, a incerteza, poderão ser assim ou não, a depender da legislação infraconstitucional que tem um rito muito mais simplificado, que poderá se fazer por medida provisória.

Sabe-se que nos tempos atuais em que vive o Brasil, na relação Governo/Legislativo, na relação Governo/povo desta sociedade, não há um ambiente de diálogo, de entendimento, de respeito mútuo. Imaginemos, então, no momento em que for para o Plenário uma proposta que eventualmente for aprovada pela Comissão Especial, o que se vai dar, mesmo no âmbito desta Comissão, no momento em que se for votar e se apreciar emendas e destaques. Evidentemente, refiro-me àquelas propostas que estão sendo questionadas e que não são aceitas pela maioria — pelo menos, pela minoria não o serão, com certeza — como a questão da capitalização, Sr. Presidente, e a desconstitucionalização de direitos. Isso é inaceitável, tendo presente que os mais atingidos, os mais vulneráveis, os que perderão mais nessa reforma são exatamente aqueles que são a maioria da sociedade brasileira e não têm o mesmo respaldo do sistema de seguridade social que foi debatido com a sociedade. Portanto, é uma dúvida que, pelo menos do meu ponto de vista, gera insegurança e incerteza e me leva até a pensar: será que essa é a proposta da Previdência que, de fato, vai ser votada pelo Plenário da Câmara? Será que isso não é uma declaração de intenções? Há tantas ressalvas naquilo que é positivo, como no caso de manter o BPC nos termos atuais, ou de dar um tratamento justo nos termos em que se dá hoje ao trabalhador rural. Enfim, há outros aspectos que estariam ressaltados no debate que se fez durante esse tempo. Mas fica ressalva: isso vai depender de quê? Vai depender da legislação infraconstitucional, que poderá inclusive incluir outros termos, outras condições que não são essas que foram aprovadas eventualmente e podem vir a ser aprovadas por esta Comissão. Sr. Presidente, já se fala que a capitalização e a questão dos Estados e dos Municípios serão objeto de uma discussão na própria Comissão, não sei em que momento ou mesmo depois. Diante dessa possibilidade de estar tudo em aberto frente à desconstitucionalização de todos esses aspectos, e se, eventualmente, vierem novamente a ser colocadas a proposta da capitalização ou a proposta da desconstitucionalização total dos direitos previdenciários que constam dessa proposta?

Então, Sr. Presidente, não é verdade que não haja quem tenha perdido — e perdeu muito! Aumentar a idade de acesso à aposentadoria, isso é uma perda. Aumentar o tempo de contribuição para ter acesso à aposentadoria é outra perda. Então, não é verdade que os pobres não tiveram perdas. São eles que vão aportar aquele montante de recursos que, de acordo com essa proposta, atingirá cerca de 900 bilhões em 10 anos, quando o Governo, a área econômica ou o Paulo Guedes queriam muito mais do que isso. Ele está inclusive atacando a Comissão, atacando o Relator, o que é inaceitável.

Se ele saiu tão irado, tão insatisfeito com o resultado desse trabalho da Comissão, não é improvável que ele vá mexer os seus pauzinhos junto ao mercado financeiro, junto aos seus interlocutores privilegiados, no sentido de criar condições políticas no âmbito desta Comissão e do próprio Congresso, para tentar colocar o inaceitável, que são esses pontos que já colocamos aqui em várias oportunidades e essa generalização que o substitutivo apresenta, ao fazer as propostas de mudança. Ao mesmo tempo, vou fazer uma ressalva: até que a lei disponha sobre o tempo de contribuição, ou seja, quanto ao tempo de aposentadoria e ao tempo de contribuição, essas mudanças valerão. Sabemos a facilidade que é aprovar um projeto de lei complementar, ou mesmo uma proposta de emenda à Constituição, ou projetos de lei, cuja votação é ordinária. Portanto, Sr. Presidente, as regras de cálculo, por exemplo, estão submetidas exatamente à legislação infraconstitucional. E, na regra de cálculo, penaliza-se o aposentado pobre, que vai ter apenas 60% da aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social. A pensão por morte é uma questão, Sr. Presidente, bastante justa do ponto de vista de se garantir o salário mínimo, embora vá depender da existência de um único beneficiário, de que apenas um tenha renda naquela família. Caso contrário, a pensão por morte reduz-se para 50% e é distribuída entre os dependentes, até o limite de cinco, até completar 100%, o que evidentemente é um absurdo. Isso é uma negação do direito de proteção social às famílias pobres, que são a maioria dos que compõem o sistema geral de Previdência. Nós não aceitamos, por exemplo, retirar do BNDES os 40% de que ele dispõe do PIS e do PASEP. Isso, combinado com os outros fatos que estão a criar crise no BNDES, é uma clara sinalização de que pretendem privatizar esse banco, que foi criado para promover o desenvolvimento do País em âmbito nacional. Tudo isso, Sr. Presidente, deixa em dúvidas o mérito dessa proposta, e nós não a podemos endossar. Não vamos aprová-la nos termos em que se encontra, com um nível de indefinição, de incerteza e de desconstitucionalização daquilo que é direito, daquilo que é conquista, daquilo que está sendo comprometido. Sr. Presidente, vamos continuar trabalhando para melhorar essa proposta. Do contrário, não teremos reforma da Previdência, por decisão da maioria do povo brasileiro. Não é verdade que a maioria do povo demanda essa proposta. Não é verdade que ela quer urgência na aprovação dessa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Peço que conclua, Sra. Deputada.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - E os aposentados, aliás, os que estão em via de se aposentar estão assustados, estão aflitos, estão angustiados, porque as regras de transição não lhes asseguram que, de fato, serão contemplados de forma justa, no momento de se aposentarem, já no tempo em que não haverá mais possibilidade de se conseguir trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Peço que conclua, Deputada.

A SRA. LUIZA ERUNDINA (PSOL - SP) - Era isso, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância. Quero cumprimentar V.Exas. pelos trabalhos.

Vamos continuar acreditando e dando a nossa parte de contribuição modesta, mas é essa que nós temos para oferecer ao nosso povo nessa tarefa que nos foi confiada.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Márcio Labre.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) - Boa tarde a todos.

Quero saudar a Mesa, o Relator. Quero parabenizar S.Exa. pelo trabalho, pelo esforço, pelo sacrifício e pela dedicação. O Deputado Silvio Costa Filho está presidindo com a maestria de sempre.

Antes de começar a falar o que eu preciso, eu vou deixar algumas perguntas para alguns membros da Oposição, não para todos, porque eu sei que há alguns que, mesmo na Oposição, comportam-se com responsabilidade. Mas sabemos que há uma boa parte que se comporta com absoluta demagogia, pensando em 2020, 2022, 2024, 2026; pensando apenas em manter o seu curral eleitoral em cima de mentiras. Então, vou deixar essas perguntas. O tempo que vai sobrar eu vou doá-lo a essa turma mais irresponsável para que consiga me responder.

Pergunta número 1: qual é a reforma ideal? Dizer que essa reforma não serve não responde. Qual é a reforma ideal?

Pergunta número 2. Os senhores estiveram administrando o País na última década. Por que não tomaram providências acerca de um déficit que chega hoje a 700 bilhões de reais? A resposta é simples: não tomaram providências porque todo o viés ideológico de vocês nunca teve responsabilidade com gestão pública. Aham que dinheiro dá em árvore e pode ser gasto infinitamente.

Pergunta número 3. Algo que está previsto na Constituição não significa, necessariamente, que vai ser entregue para as pessoas. Imaginem se um legislador decidir num ato de devaneio, e o Parlamento votar, que todo cidadão tem direito a um carro e a uma casa e põe isso na Constituição! Isso significa que a Constituição vai poder proporcionar isso a cada brasileiro? O fato de algo estar escrito não significa que é exequível. E essa falta de sensibilidade é conveniente, pois, quando é do interesse de um discurso, chama-se isso; quando não é do interesse, joga-se até a Constituição no lixo. Há partidos que estão aqui hoje que nem quiseram assinar a Constituição de 1988, mas agora chamam a Constituição como algo sagrado para defender um projeto de seguridade social que já está demonstrando o seu colapso.

Pergunta número 4. Não está presente a Deputada que foi uma das primeiras a falar, mas eu gostaria de deixar a pergunta para ela e para muitos que a acompanham. Afinal de contas, vocês vão ou não vão enquadrar as suas aposentadorias no teto de 5.800 reais do INSS? Os senhores vão ou não vão dar o exemplo de austeridade e de comprometimento com a sociedade, aceitando receber o teto máximo de 5.800 reais? Ou vão continuar fazendo o que fazem, buscando o lastro de uma aposentadoria que os coloca dentro do 1% mais rico do País, que, segundo o próprio DIEESE, é quem ganha mais de 21 mil reais por mês? Esse órgão, o DIEESE, é extremamente amado pela própria Esquerda.

Pergunta número 5. Gostaria de deixar esta última pergunta. Por que brasileiros formados, com MBA, com pós-graduação abandonam todos os direitos trabalhistas e previdenciários do Brasil e aceitam virar jardineiro nos Estados Unidos, para ganhar 5 mil dólares, 10 mil dólares? Eu gostaria de uma resposta plausível dos senhores do porquê essas opções são feitas. Quero agora me dirigir ao trabalhador deste País, ao trabalhador que sonha com a verdadeira liberdade de tomar as rédeas do seu próprio destino, que não aceita ter a sua vida controlada pelo Estado, que quer gerir a própria riqueza, que não quer que ela seja gerida por burocratas e políticos. Eu quero me dirigir aos que não aceitam ter o seu futuro tutelado por oportunistas de carreira, gente cuja sobrevivência depende da existência de pessoas humildes, da manutenção da pobreza.

A proposta inicial da nova Previdência vinha num caminho de prosperidade, colocando o Brasil diante de um horizonte virtuoso, mas parte dessa perspectiva está sendo ameaçada pelos mesmos irresponsáveis de sempre, os que defendem os privilégios das suas elites corporativas. Essas elites recusam-se a se aposentar e ganhar o teto de 5.800 mil reais, querem continuar com uma vida nababesca às custas do pagador de imposto.

Para finalizar, eu gostaria de pontuar oito itens que devem ser levados em consideração por este Parlamento antes de tomar a sua última decisão.

Item 1. Nós retirarmos a capitalização desse processo é um perigo do ponto de vista econômico. A capitalização significa poupança. Um país com altas taxas de poupança é um país em condições de produzir crédito de investimento, é um país que tem liquidez. A capitalização proporcionaria isto ao País: uma alta taxa de poupança. E a ameaça dessa poupança força o Estado brasileiro a recorrer, mais uma vez, ao sistema financeiro e à emissão de títulos. Isso está sendo forçado pela Oposição, que depois vai acusar o Estado de pagar juros altos. Quando se tem poupança, corre-se do pagamento de juros altos. Então, é uma situação em que o cachorro corre atrás do próprio rabo. Essa é uma narrativa muito conhecida.

Item 2. Retirar Estados e Municípios desse processo também não é um bom caminho, porque nós vamos abrir um precedente para o populismo de alguns Governadores que estão querendo usar a Previdência como palanque. A realidade é uma só: no final das contas, os Governadores dos Estados que não conseguirem resolver esses problemas vão aparecer aqui em Brasília para pedir ajuda. E ninguém vai negar ajuda a um Estado deficitário, insolvente, sem condições de pagar os ativos e inativos. Esse problema nós já sabemos onde acaba. E essa possibilidade de solução estaria dentro dessa reforma.

Item 3. Cadê o compromisso com o superávit primário? Cadê o compromisso deste Parlamento para que o País comece a gastar menos do que arrecada? Se formos por esse caminho, não apresentamos nenhuma perspectiva futura de redução desse déficit ou de aumento do superávit.

Item 4. Não há garantia alguma de redução da taxa SELIC. Hoje, tal como está o relatório, nós não garantimos que a taxa SELIC chegue aos 5%. E isso vai forçar, mais uma vez, o Estado brasileiro a recorrer a capital com emissão de títulos, com juros altos. Do jeito que foi planejada, essa reforma vai gerar ao Brasil despesas financeiras, das quais nós tanto almejamos sair.

Item 5. Não é possível, a esta altura do campeonato, colocar a perspectiva de aumento de receita por conta de aumento de tributação, seja ele com banqueiros, seja ele com trabalhadores. Nós estamos no caminho de, no segundo semestre, conversar sobre uma possível reforma tributária. Então, colocarmos isso no relatório, no meu entender, é um retrocesso.

Item 6. O risco deste modelo que está aí no relatório é de, mais uma vez, perdermos valor, precificarmos para baixo nossos ativos, estatais ou outros órgãos que possam ser vendidos, fazendo com que o Governo arrecade dinheiro e saia de suas despesas. Isso sofre grandes mudanças com a baixa precificação por conta, mais uma vez, de um modelo previdenciário mais amenizado.

Item 7. Quero dizer aos brasileiros e a este Parlamento que quem sairia perdendo com a modificação desta reforma, tal como ela está, não é o Governo, não, mas sim o povo brasileiro. Quem está perdendo hoje é o Brasil, os brasileiros, e não o Governo Bolsonaro, não! Os brasileiros votaram num projeto: 57 milhões de pessoas votaram num projeto, dentro do qual existia a perspectiva de uma reforma previdenciária, para dar uma nova perspectiva às futuras gerações. Infelizmente, nós esbarramos numa situação de resistência corporativa, na resistência de partidos políticos, cuja missão ou razão de existir é a continuidade da pobreza. Enquanto houver pobres, esses partidos continuam vivos. O dia em que este País for próspero, boa parte desses partidos vai morrer sozinha, por inanição.

A resistência a esta reforma é a comprovação do corporativismo de uma elite que está comprometida somente em não abaixar sua aposentadoria, seus benefícios, para 5.800 reais. No fim das contas, tudo se resume a um grupo de pessoas que se recusa a ganhar 5.800 reais do Estado, do INSS, e a complementar sua aposentadoria de outra forma. Tudo se resume a quem quer continuar ganhando 20 mil, 30 mil, 40 mil, colocando como escudos humanos os pobres. Mais uma vez, os pobres são usados.

Eu me recuso a esta demagogia. Eu me recuso a usar o nome dos pobres para tirar alguma vantagem política. Eu tenho nojo de quem age assim. Infelizmente, neste Parlamento, não são poucos os que agem assim. Eu vou morrer com minhas convicções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro. S.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) - Sr. Presidente Silvio Costa Filho, quero cumprimentá-lo e mandar um abraço a seu pai. Saúdo o Relator Samuel Moreira, parabeno-o pelo esforço que tem feito, por um trabalho que não é fácil, diante desta difícil tarefa de construir um relatório sobre a reforma da Previdência.

Eu quero, Sr. Relator, primeiramente colocar uma preocupação que eu já tinha em relação à própria proposta de reforma da Previdência, a chamada PEC 6 — discordo dos que a chamam de nova Previdência, discordo profundamente, até porque a PEC 6 propõe outra Previdência, ao tempo em que propõe desconstitucionalizar conquistas importantes, conquistas históricas do povo brasileiro, da classe trabalhadora, a duras penas, nos movimentos sociais, nas greves, nas negociações salariais, durante até mesmo a ditadura militar, quando várias lideranças foram mortas, como dirigentes de partidos e dirigentes sindicais. Nossas conquistas se deram a duras penas.

Com a Constituição de 1988, o povo brasileiro conseguiu constitucionalizar conquistas importantes. Se hoje temos o BPC, é porque foi uma luta importante, conquistada na Constituição de 1988, da Seguridade Social. Porém, vários Presidentes não tiveram a coragem de colocá-la em prática. O Presidente Lula, no entanto, colocou em prática o pagamento de um salário para as pessoas velhas, homens ou mulheres, que ficavam à margem da sociedade e muitas vezes tinham de ir para uma casa de misericórdia e ser mais um acumulado de miseráveis.

O BPC é, portanto, um recurso que contribui para que o velho ou a velha tenha um final de vida com mais dignidade porque, muitas vezes, com o que recebem não dá para comprarem um remédio. Se alguém quer fugir desta realidade, é porque não conhece a realidade do nosso País, onde muitas vezes o salário que percebe um aposentado não dá para comprar um remédio no fim da vida.

Sr. Relator, garantir a constitucionalidade destes direitos — o direito à saúde, que é o SUS; o direito à Seguridade Social; o direito à Assistência Social — é fundamental. Aliás, antes do Presidente Lula, quase ninguém conhecia a Assistência Social como categoria profissional. Ela passou a ter valor do nosso Governo para cá.

Manter o direito à aposentadoria, à previdência pública, social e solidária, é fundamental.

Por isso, discordo profundamente dos Deputados da base do Governo que defendem o sistema de capitalização. Adotar um sistema de capitalização significa desconstruir tudo o que nós conquistamos ao longo da nossa história. Esta não é uma luta apenas do Partido dos Trabalhadores: é uma luta de todos os movimentos sociais organizados deste País, de todos os outros partidos de esquerda, de todos aqueles que querem e lutam para que a sociedade em geral, no fim da vida, possa envelhecer com dignidade, homem ou mulher.

É fundamental, Relator Samuel Moreira, garantirmos nesse relatório a constitucionalização destes direitos. Desconstitucionalizá-los nos preocupa muito.

Eu escutei a fala de vários Deputados da base do Governo que me antecederam, Deputados que defendem a PEC 6, chamando a isso "nova previdência". Pelo contrário, o que estão defendendo, a capitalização, foi aprovada há muitos anos no Chile, na época da ditadura Pinochet. Portanto, trata-se de algo velho. Chamar isso de novo é um absurdo.

Nós podemos até criar alguma fórmula no exercício do Parlamento, da discussão e do esforço da relatoria de uma coisa que seja nova. O sistema de capitalização pode ser até outra previdência, mas não nova, porque há muitos anos foi implantado no Chile, mas não deu certo.

Sr. Presidente, Sr. Relator, membros desta Comissão, eu fiz questão de me inscrever, mesmo não sendo membro desta Comissão Especial, para colocar minha posição. Estou percebendo, ao andar nos grotões de Minas Gerais, como a população está assustada com esta discussão da reforma da Previdência na Câmara dos Deputados.

Preocupa-me muito também o relatório, mesmo considerando que V.Exa., Sr. Relator, apresenta um relatório em que já há modificações. Podemos dizer que houve avanços, mas o que estamos vendo é que haverá propostas para alterar seu relatório e voltar à proposta original da capitalização, à discussão dos rurais e, quem sabe, até do BPC, como eu vi aqui, inclusive na fala do Deputado que me antecedeu. Parece que nós vivemos num país em que não existe pobre. Até parece que ele não foi eleito com voto de trabalhadores e de pobres também!

Sr. Presidente e Sr. Relator, tenho um exemplo aqui que nós conseguimos formular. Trata-se de um companheiro que eu conheço: ele é operador. Eu trabalhei, minha vida toda, com carteira assinada. Eu fui peão de chão de fábrica. Eu estou com um colega que é operador de fábrica. Ele está com 62 anos de idade e 30 anos de contribuição.

Eu fiz a conta e coloquei os anos em que ele contribuiu, alguns com dois salários mínimos, outros com três. O fato é que, se considerarmos o atual sistema, ele tem 360 contribuições e se aposentaria com 2.358 reais. Se a proposta passar conforme está no relatório de V.Exa., ele terá que contribuir 396 vezes, terá um desconto de 14% e se aposentará com um salário de 1.794 reais. Portanto, ele deixaria de se aposentar com 2.358 reais e iria se aposentar com 1.794 reais.

Isso é combater privilégios? Esta proposta está em sintonia com os mais pobres? Eu retorno a pergunta ao meu antecessor, que fez uma série de perguntas contundentes. Eu também faço esta pergunta. Este aqui é um trabalhador, um operário de chão de fábrica com mais de 30 anos de contribuição. Ele teria que se aposentar pela Previdência que temos hoje, previdência pública social e solidária, com 2.358 reais. Com o relatório do Deputado Samuel Moreira, que já está melhorado em relação à proposta original da PEC 6, ele só conseguiria se aposentar com 1.794 reais.

Nós vemos que esta proposta, sem dúvida nenhuma, vai atingir drasticamente sobretudo as pessoas que ganham de 1.300 reais para baixo. Que privilégio é este? Como é que esta proposta vai pegar privilégios, vai pegar privilegiados?

Essa discussão, Presidente Silvio Costa Filho, Relator Samuel Moreira, é uma reflexão que eu queria colocar aqui. Nós somos um dos primeiros inscritos para esse debate. Há mais de 100 Deputados inscritos. Portanto, vamos ter mais uns 3 ou 4 dias de debates ainda nesta Comissão, mas nós temos que ter muito cuidado. A minha preocupação é muito grande com relação à desconstitucionalização dos nossos direitos, dos direitos da classe trabalhadora, dos direitos do povo brasileiro, sobretudo com a questão da capitalização.

Sobre a capitalização, Sr. Presidente, só para concluir, eu queria aqui relatar o que escutei em uma reunião que fiz em uma cidadezinha de Minas Gerais. Uma pessoa perguntou para mim: *"Deputado, uai!, hoje, se a gente não conseguir pagar o nosso plano de saúde, a gente pode correr para o SUS. Agora, como é que vai ficar esse negócio de capitalização? Eles estão acabando com a Previdência. Quer dizer que, se eu não pagar a capitalização, não vou ter aposentadoria nenhuma? Vai ser assim, não é? A pessoa vai ter que fazer uma opção"*.

Capitalização é o quê? Quem não conseguir contribuir não vai fazer poupança, não vai conseguir, portanto, se aposentar. Mais tarde, ele vai ter que ir para uma casa de misericórdia sem levar com ele o salário mínimo que recebe hoje. Vai ser um amontoado de miseráveis como era antes.

Portanto, Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria aqui defender que nós pudéssemos continuar com o sistema de previdência solidária pública. Sem dúvida, nós não podemos, de forma nenhuma, aprovar o sistema de capitalização. Temos que garantir que nós possamos ter uma Previdência para todas e todos brasileiros do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra, como Líder, o Deputado Emanuel Pinheiro Neto. Depois, falará o Deputado Paulo Ganime.

O SR. EMANUEL PINHEIRO NETO (Bloco/PTB - MT) - Agradeço, Sr. Presidente, Deputado Silvio Costa Filho, Relator Samuel Moreira, que muito democraticamente têm conduzido os trabalhos na Casa, abrindo espaço aos partidos para fazerem as suas colocações.

Entendo a reforma da Previdência como extremamente necessária do ponto de vista econômico e fiscal, haja vista que 50% da receita líquida do Governo Federal estão comprometidos diretamente com a Previdência. O relatório de V.Exa., Relator Samuel Moreira, foi de uma sensibilidade muito grande, tocando em alguns pontos específicos que aperfeiçoam a reforma proposta pelo Governo, e faz um equilíbrio entre o caráter social e o caráter econômico.

Eu quero fazer uma colocação, um alerta, chamar a atenção para uma categoria especial. Há uma emenda de minha autoria, a Emenda nº 112, em relação aos policiais, especialmente policiais civis e policiais militares.

Sr. Relator, cito algumas notícias que demonstram o risco iminente, constante, diário que os policiais enfrentam no seu dia a dia. O Brasil tem um policial morto a cada 32 horas. Doenças mentais viram epidemia entre policiais. Quarenta por cento do efetivo policial hoje sofrem de doenças mentais e comportamentais.

No momento em que o Governo tinha proposto o corte de 50% da pensão por morte de viúvos, viúvas, cônjuges de policiais, o Relator apresentou sua proposta de que haveria uma alteração para 100% da média da remuneração dos policiais.

Agora, Sr. Relator, eu faço um alerta a V.Exa. — peço atenção e sensibilidade —, no sentido de que não adianta reformarmos o Código Penal, não adianta reformarmos o Código de Processo Penal, não adianta o fortalecimento da legislação e não adianta o pacote anticrime, se não estimularmos as carreiras. Se o policial que está na ponta, na investigação, no trabalho de repressão e no trabalho de prevenção não estiver estimulado, isso não adianta.

Vejam que vamos entrar num dilema com esses cortes e com essas alterações na pensão por morte. O policial vai sair de casa sem saber se volta. A possibilidade de um policial voltar para casa é três vezes menor — estatísticas comprovam — do que a do cidadão comum. Então, um cônjuge de policial, além de correr o risco, todos os dias, de não saber se o seu marido ou a sua esposa volta para casa, ainda vai encontrar um corte nessa pensão por morte. Eu sei que temos que ser responsáveis e prudentes no sentido de garantir o impacto fiscal na economia no prazo de 10 anos, que é o que o governo pede a esta Casa, e de apresentar os dados.

Vejam os dados das médias de morte de policiais no Brasil. Tivemos, em 2018, 517 policiais mortos em exercício. Em 2017, tivemos 474 policiais mortos em exercício. Em 2016, tivemos 437 policiais mortos em exercício. Em 2015, tivemos 372 policiais mortos em exercício. Isso mostra que temos uma média aproximada de 450 policiais mortos em exercício. Cerca de 400 ou 500 policiais vão a óbito devido ao exercício de sua função.

O que eu queria demonstrar é que, desde a Constituição de 1988 até hoje, com essa média de 500 policiais mortos em exercício por ano, mais ou menos 15 mil policiais vieram a óbito, o que garantiu, por consequência, por força de lei, pensão por morte aos viúvos, às viúvas, aos cônjuges. Fazendo a conta, uma média de 5 mil reais de pensão por morte para 15 mil policiais daria em 10 anos, Sr. Relator, 9 bilhões de reais. Esse é um valor de certa forma alto, mas ínfimo perto da quantia dos 900 bilhões, que a Previdência, com o relatório que V.Exa. apresentou, pretende economizar. Seriam 9 bilhões retirados de 900 bilhões. Esse valor não será retirado de forma a garantir privilégios, pelo contrário, seria retirado de forma a garantir investimento social, a estimular carreira e a fortalecer a segurança pública do País, onde ocorrem mais de 64 mil homicídios por ano. No meu Estado, Mato Grosso, ocorrem mais de 1.050 homicídios por ano.

Então, eu queria pedir a sensibilidade de V.Exa. Nós representamos a população em geral que está trabalhando receosa, especialmente o policial militar e civil, que está pouco valorizado e que sai de casa sem saber se volta. A viúva precisa de uma garantia para educar seus filhos, senão vamos botar o policial num dilema: ou ele sai de casa para garantir a segurança da sociedade, ou ele procura outro emprego com menor risco para garantir o sustento da sua família.

Por isso, quero pedir a atenção de V.Exa., especialmente, para a Emenda nº 112, de modo que possamos rever dentro do impacto fiscal equilibrado a pensão por morte integral dos policiais militares e civis e também de toda a categoria policial, para estimular a carreira. Temos que fazer um equilíbrio na Previdência entre o impacto fiscal, o impacto orçamentário, o impacto econômico e o impacto social, porque é esse serviço que chega na ponta e é esse serviço que garante a segurança de milhares e milhares de brasileiros.

No mais, Sr. Presidente Silvio Costa Filho, Relator Samuel Moreira, Presidente Marcelo Ramos, parabênizo V.Exas. pela condução dos trabalhos e agradeço a sensibilidade de ouvir os Parlamentares desta Casa.

Gostaria mesmo de pedir atenção à Emenda nº 112, para que possamos garantir um estímulo à carreira. Já temos uma baixa de efetivo policial por habitantes no Brasil. Se continuarmos nessa caminhada, isso irá piorar. A Previdência e justamente a pensão integral por morte são fatores de garantia de estabilidade familiar e financeira do policial, que já tem um risco de vida acima da média.

Então, peço que avaliemos, dentro do contexto econômico, retirar 9 bilhões de reais de 900 bilhões de reais, num prazo de 10 anos. Isso vai dar uma média de pouco menos de 1 bilhão de reais ao ano, que será investido na segurança pública brasileira. Peço a sensibilidade de V.Exa. para isso.

No mais, muito obrigado, parabéns pela condução. Estaremos sempre aqui na luta por uma Previdência justa, equilibrada e que coloque o Brasil nos trilhos do desenvolvimento, com equilíbrio social.

Muito obrigado.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - O Deputado falou como Líder?

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Falou como Líder.

Com a palavra o Deputado Paulo Ganime.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Boa tarde, Presidente.

Gostaria de primeiro parabenizar não só o Deputado Silvio Costa Filho, mas também o Presidente desta Comissão, o Deputado Marcelo Ramos, que tem desempenhado um papel muito bom na condução dos trabalhos. Acho que nós conseguimos, com isso, ter uma condução pacífica, quando possível, e que consegue ouvir todos os lados.

Quero parabenizar também o Relator, o Deputado Samuel Moreira, que fez um texto muito feliz. S.Exa. conseguiu chegar a um acordo com a maioria dos partidos e conseguiu um texto que garante, com isso, a aprovação aqui nesta Comissão — espero eu — e, em seguida, no Plenário da Câmara.

É claro que, quando vemos o texto, não dá para não tecer algumas críticas porque acreditamos que poderia ser melhor do que está. Eu entendo a dificuldade que o Relator teve para chegar a um texto que conseguisse agregar ideias e posições diferentes. Mas espero que, ainda nesta Comissão — e aí não é uma crítica ao Relator, que fez o seu trabalho da melhor forma possível, mas sim a nós, Parlamentares —, nós consigamos, ao longo desta e da próxima semana, e também no Plenário da Câmara, melhorar ainda mais este texto; que nós consigamos talvez até voltar com alguns itens que o Relator necessitou retirar para conseguir chegar a este acordo, porque entendemos que o texto original era melhor do que o texto que temos aqui hoje.

Mais uma vez, não se trata de uma crítica ao Relator, mas, sim, uma crítica ao nosso trabalho. Nós precisamos, sim, chegar a um acordo, mas a um acordo que garanta aquele impacto fiscal tão falado de cerca de 1 trilhão de reais e também que se garanta uma Previdência nova para as futuras gerações.

Ouvimos alguns Deputados de Oposição criticando a capitalização, falando que ela reduz ou retira a garantia da Previdência para as futuras gerações e até para nós mesmos. Mas é o contrário, é o contrário. Só a capitalização vai garantir a Previdência para as futuras gerações.

Nós não podemos nos esquecer de que a característica demográfica da população brasileira está mudando. A população está cada vez mais velha. Graças aos avanços tecnológicos — o que é muito bom —, temos cada vez menos crianças. Então, é insustentável que continuemos com esse pacto intergeracional, que garante que as gerações atuais banquem aqueles que estão aposentados. Uma hora, isso não vai ser mais sustentável — e já não está sendo mais. Portanto, o modelo de capitalização, que é tão demonizado por aqueles que ou não entendem o modelo ou tentam, como aqui foi falado, garantir uma base política eleitoral, é sim muito bom para o Brasil, é ele que vai garantir a Previdência para as futuras gerações.

É claro que eu entendo também a crítica daqueles que são contrários porque ainda não conhecemos esse modelo de capitalização. Seria interessante termos o modelo para discutir com mais detalhes, mas entendo também a estratégia feita pelo Governo de separar a discussão, de debatermos aqui nesta Comissão, nesta PEC, a possibilidade de um modelo de capitalização e, no futuro, discutirmos que modelo é esse. Então, conseguiremos aprovar o modelo que é ideal e que vai compreender, sim, as visões diferentes de cada um. O que não dá mais para falar é que o modelo de capitalização é ruim, ele não é ruim.

É claro que eu entendo também o argumento de que há gente que não vai conseguir ter a sua aposentadoria caso entremos no modelo de capitalização. Precisamos, sim, ter um colchão, ter uma assistência, e aí não é Previdência, para aqueles que não conseguem contribuir, mas isso já existe hoje. Aqueles que não conseguem contribuir ao longo da sua vida têm o BPC. Temos como garantir um modelo em que tenhamos a capitalização e tenhamos uma assistência para aqueles que não conseguem contribuir.

Então, a capitalização foi muito bem falada aqui pelo Deputado Márcio, do PSL do Rio. Ela não só tem efeito na Previdência, mas tem um efeito econômico muito importante na melhoria dos juros e do crédito no Brasil, porque, como foi também bem falado pelo Deputado Alexandre Frota, é uma poupança garantida, e o Brasil tem uma taxa de poupança muito baixa, é impressionante.

Eu sou membro da Comissão de Finanças e Tributação — CFT. Lá se discute muito o porquê de os juros serem tão altos no Brasil. Quando vimos com propostas que garantem ou pelo menos contribuem para a redução dos juros no Brasil, vemos essas mesmas pessoas que tentam reduzir os juros de forma forçada atacam projetos ou propostas que vão automaticamente reduzir os juros.

E aí, Deputado Samuel, temos que entrar aqui no debate da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido — CSLL. Temos que entender que não é o banco, não é a instituição financeira que vai pagar por isso.

O próprio Deputado Vinicius Poit falou muito bem mais cedo que o mercado financeiro no Brasil é muito concentrado. Temos poucos bancos. É claro e é óbvio que eles vão repassar isso para os consumidores, para os clientes, principalmente para aqueles mais pobres, que são os que pagam mais juros, os juros mais altos e as tarifas mais altas no Brasil.

Então, esse é um ponto que tem que ser revisto. Em especial, acho que não foi intencional, talvez tenha sido um pequeno erro, cito a questão da B3, que não é uma instituição financeira, ela presta um serviço e está incluída aqui. Para eles, então, o aumento é muito significativo. Sai de 9% para 20% junto com as instituições financeiras. Então, é preciso separar as duas coisas, primeiro, a questão da B3, mas também voltar... até porque somos contra o aumento de carga tributária. Estamos falando disso aqui, e acho que esse também é um ponto, Deputado Samuel, em que misturamos as coisas.

Aqui, estamos falando de Previdência. A Previdência tem que ser garantida pela Previdência, não é aumentar a carga tributária para compensar uma perda previdenciária. Esse ponto tem que ser discutido. Acho que é um ponto que não estava inclusive no acordo. Então, podemos aqui debater e voltar ao texto original com relação a isso, compensando com outros ganhos. É claro que temos que garantir 1 trilhão.

A nossa proposta aqui não é para tirar a CSLL sem compensá-la, mantendo um ganho fiscal menor do que 1 trilhão, mas sim para encontrar outras soluções que não sejam o aumento da carga tributária. Ou, pelo menos, Deputado Samuel, eu acho que este é um ponto que também poderia ser discutido: vamos fazer uma coisa transitória em que nós coloquemos a CSLL por um período, que acabe num período curto de tempo, para nós voltarmos a uma carga tributária menor que não impacte juros tão altos no Brasil.

Nós temos que tomar cuidado, Deputado Samuel, com um ponto também dos bancos, principalmente os maiores, que têm créditos tributários altíssimos. Então, talvez, o impacto fiscal que V.Exas. esperam na Previdência com essa mudança não seja sentido no período em que nós precisamos desse ajuste fiscal, porque eles vão usar esses créditos, e isso não vai ser considerado entrada de caixa. Então, eu acho que é importante esse debate.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT é um ponto discutível. Para mim, ele não é um ponto tão duro assim, porque você pode escolher onde vai estar. Nós preferimos que ele esteja no BNDES e seja usado para o microcrédito, para alavancar o investimento, ou nós preferimos que ele seja trazido para a Previdência para garantir a Previdência?

Esse é um debate — eu não vou dizer que ele não seja relevante — relevante sim. Eu acho que ele é de uma relevância muito grande, porque nós estamos tirando de investimento e trazendo para custeio. Esse é um ponto sobre o qual o debate é válido, não sou totalmente contrário a isso. Agora, há outros pontos também muito relevantes nessa mudança, Deputado Samuel, como a questão do tempo de transição.

Nós temos que rever essa questão do tempo de transição. Acabamos penalizando muito a reforma. Isso traz um impacto fiscal muito elevado para garantir, talvez aí, o apoio de algumas classes. E nós não estamos aqui para defender classes específicas, estamos aqui para defender a população.

Principalmente para quem fala muito aqui dos mais pobres, que os mais pobres vão pagar mais, nós temos que pensar o seguinte: os mais pobres de verdade, os mais pobres mesmo, aqueles cerca de 40 milhões de brasileiros que estão desempregados ou no subemprego ou no emprego informal, não porque querem, mas por necessidade, eles não têm Previdência, eles não têm salário. Então, temos que pensar que essa Previdência é para beneficiar quem é, de fato, mais pobre no Brasil, aqueles que estão sofrendo com a crise econômica. Portanto, nós precisamos sim aprovar essa reforma pensando neles.

Na questão também da Constituição, que é um ponto muito abordado aqui, nós temos que lembrar o seguinte: primeiro, eu acho a nossa Constituição muito ruim; ela tenta garantir direitos, é uma Constituição ideológica, uma Constituição que tenta garantir direitos que nós não conseguimos. Está lá na Constituição: saúde, universalidade, segurança, educação. Cadê isso no Brasil? Nós nunca tivemos isso no Brasil e tentamos nos basear na Constituição.

Está lá na Constituição também que a Previdência tem que ser autossustentável. Então, se nós quisermos garantir o respeito à Constituição, temos que garantir dos dois lados, não só o dos direitos fundamentais mas também o da sustentabilidade própria da Previdência. Então, isso é muito importante também.

E nós temos outros pontos sobre os quais poderíamos aqui passar boa parte do tempo discutindo, outros pontos interessantes. Nós vamos apresentar aqui algumas emendas e alguns destaques que achamos que poderiam retornar ao texto original, alguns deles, talvez, nem tão críticos assim, nos quais eu entendo a possibilidade de conseguirmos chegar a um acordo.

Em momento algum, Deputado Samuel, nós estamos aqui para criticar o seu trabalho, que foi um trabalho muito bom para conduzir essa mudança e para conseguirmos garantir essa aprovação. A minha fala vai muito mais, não para V.Exa., Deputado Samuel, para os demais Deputados, para que eles entendam que alguns dos pontos que V.Exa. precisou tirar para chegar a esse documento precisam voltar.

Espero que consigamos fazer esse texto voltar antes do final desta Comissão. Espero que tenhamos os votos para que esse texto volte nesta Comissão e que continue quando for para o plenário. E aí nós podemos falar do trabalhador rural, do BPC, do abono. O abono também é outro ponto que entendemos que pode ser criticado ou não. Mas V.Exa. não tirou a questão do abono, apenas mudou o valor. Essa é uma discussão saudável, positiva. É uma discussão que vale a pena.

Quanto à idade mínima, falando de professores, temos que pensar nos Estados e nos Municípios. Agora, falando de Estados e Municípios, esse é um ponto fundamental. Acredito muito no que V.Exa. disse no dia da coletiva, junto com o Presidente Rodrigo Maia, que é uma decisão para se trazer o apoio, sim, dos Governadores e dos Prefeitos. Eu tenho confiança de que, com esse apoio, vamos conseguir garantir que, até o final desta Comissão Especial, e lá no Plenário também, Estados e Municípios voltem.

Eu sou do Estado do Rio de Janeiro, um dos Estados que mais sofrem com a situação fiscal no Brasil, e acho que nós não podemos jogar essa responsabilidade somente para os Governadores e para os Deputados Estaduais. Nós sabemos muito bem, principalmente eu que sou do Rio, que, quando eles não conseguem cumprir, eles vêm ao Governo Federal, bater na porta e pedir ajuda. Esse é o caso do Rio de Janeiro, que está num plano de recuperação fiscal. Inclusive, não está conseguindo cumprir com tudo aquilo que se comprometeu para entrar nesse plano de recuperação fiscal. Nós vamos deixar, mais uma vez, essa responsabilidade com eles. E a probabilidade de não se conseguir cumprir e não conseguir aprovar essa reforma da Previdência nos Estados e nos Municípios, principalmente nos Estados, é muito grande.

Então, eu quero trazer essa responsabilidade para nós. Espero que nós tenhamos coragem de aprovar, nesta Câmara, essa reforma da Previdência, com Estados e Municípios. É nosso papel também fazer isso. Nós fomos eleitos para liderar o Brasil para uma mudança. Estamos aqui para isso. Todos nós temos que ter coragem de voltar aquilo que não é necessariamente popular, mas que entendemos ser bom para o Brasil, bom para os nossos Estados, para os nossos Municípios. E essa reforma da Previdência é o caso.

Uma reforma da Previdência não só com a aplicação automática dos Estados e Municípios, mas uma reforma da Previdência robusta vai garantir a volta da economia, dos investimentos no Brasil, uma recuperação do potencial econômico do Brasil, que é importantíssimo. Nós temos um mercado consumidor altíssimo no Brasil. Não é possível que passemos por uma situação como essa. Essa reforma da Previdência é fundamental. Para isso, nós precisamos que seja uma reforma da Previdência de 1 trilhão de reais; uma reforma da Previdência que tenha, sim, em algum momento, a capitalização; e que seja uma reforma da Previdência com os Estados e Municípios.

Então, eu peço aos nossos colegas Deputados que tenham essa coragem e tenham também a responsabilidade de garantir a aprovação dessa reforma aqui nesta Comissão, lá no Plenário e depois também com os nossos colegas Senadores.

Obrigado, Presidente. Parabéns a todos pelo trabalho! Vamos continuar conduzindo isso com vigor e tentando fazer com que esse texto seja ainda mais robusto. Eu sei que é difícil. Respeito o seu trabalho e sei que V.Exa. vai conseguir conduzir isso ainda melhor daqui para a frente. Obrigado.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Deputado Paulo, primeiro quero testemunhar a solidez do seu mandato, a qualificação com a qual V.Exa. aborda os temas. É um excelente Deputado, com muito conteúdo nas suas indagações.

Eu queria só fazer uma consideração. A CSLL é uma contribuição social para a seguridade, ela já é relacionada com a Previdência. Nós também fazemos a avaliação de que o setor da sociedade que pode mais contribuir neste momento talvez seja esse, por conta até de que os seus lucros líquidos têm sido bem superiores. Eu não sou contra os lucros absolutamente, de forma alguma, então, não vou limitá-los. Não há problema nenhum neles. Mas acho que eles podem contribuir e percebi que isso era uma coisa que ocorria até 2018 e que tal contribuição poderia, evidentemente, voltar.

Acho que é muito difícil sacrificar, por exemplo, o BPC, as pessoas pobres, ou sacrificar o rural, que tem um impacto no Nordeste enorme, para se obter realmente uma forma de robustez fiscal que possa proporcionar ao País e ao Governo — veja, eu não sou do Governo — um equilíbrio melhor das contas. É evidente que isso não resolverá tudo. O Governo vai ter que tomar outras atitudes. A Previdência é só para dar um pilar de sustentação, pois tem que haver outras medidas.

Então, esse equilíbrio fiscal é fundamental. E caminhamos realmente por aí, mas sempre submetidos à discussão da Comissão Especial, dos Deputados.

Outra questão é a capitalização. Essa não é nem uma questão de mérito. Não dá para discutir o mérito, não se consegue discutir profundamente o mérito de uma nova proposta de Previdência discutindo a reforma da atual, porque, no fundo, nós estamos reformando o sistema atual. Quando colocamos a discussão de uma nova proposta, não foi possível construir uma discussão que permitisse fazer as duas coisas ao mesmo tempo. Então, é uma questão mais de oportunidade do que de mérito.

Aliás, eu, particularmente, sou favorável. Agora, é preciso que haja uma discussão exclusivamente sobre isso. E não custa um governo que está começando enviar uma proposta daqui a 2 meses ou 3 meses. Então, avaliamos um pouco desta forma também: como uma questão muito mais de oportunidade do que de mérito.

Outra questão é a transição. O Ministro não falou a verdade. Eu nem sabia o que era SINDILEGIS, nunca tive a mínima ideia. Sinceramente, SINGLEG ou SINDILEG, eu nunca me reuni com o Presidente do sindicato dos funcionários do Legislativo. Nunca. Não foi nem porque eu achasse que não devesse. Se ele me procurasse, eu iria me reunir com ele como fiz com todos. Eu me reuni com todos.

Agora, essa transição foi colocada para criar mais uma alternativa, porque não tiramos nenhuma das alternativas que vieram pela PEC. Nós não excluimos nenhuma, nós colocamos mais uma, a que possibilita inclusive ao aposentado do INSS, ao trabalhador que está no mercado e contribui para o INSS também optar por ela, até porque, se observarem, só havia pedágio numa regra de até 2 anos e de 50%. Quem estava a 2 anos e 1 mês de se aposentar não tinha outra alternativa que pudesse lhe dar a oportunidade de se aposentar sem o fator previdenciário. Então, procuramos atender a todos, ainda que essa não seja uma regra que está sendo...

Para terem uma ideia, o sindicato está soltando um panfleto com a minha cara, dizendo que o Relator é cruel com os funcionários. É isso que está acontecendo. Será que eles estão satisfeitos? Feito para eles não foi, por mim não foi. E vou dizer mais: o Governo estava sabendo dessas tratativas, e nós, o tempo todo, colocamos o máximo de rigor do ponto de vista fiscal, nessa proposta. Nós não estamos falando dos 17% que foram dados aos militares, nós estamos falando de um pedágio de 100% e, ainda, uma trava de idade de 60 anos.

Portanto, nós precisamos inclusive avaliar isso, porque, daqui a pouco, tiram a trava de 60 anos, e — aí, sim — eu quero ver quem vai segurar. Então, nós precisamos ter muito cuidado ainda com o futuro e os próximos passos.

Mas eu só quero dizer que não vou polemizar com o Ministro porque não vou personalizar o debate. O debate tem que ser no mérito. Nós temos que debater o mérito da questão e não ficar personalizando ou rotulando. Deputado Paulo, eu acabei debatendo aqui com V.Exa. Desculpe-me. Para concluir, o BNDES, que sei que V.Exa. colocou, é outra questão. Eu até gostaria que a Deputada Erundina estivesse aqui, mas, depois, eu vou falar um pouco mais disso com ela.

Não é possível haver uma emenda constitucional de 30 anos! Primeiro, ela não tem nada a ver com privatização! É uma emenda constitucional inclusive do então Deputado José Serra, que hoje é Senador, de 30 anos. Segundo, há 30 anos, os recursos do FAT para salário-desemprego e abono talvez fossem suficientes o tempo todo, mas hoje não são mais. Para V.Exa. ter uma ideia, para o FAT pagar seguro-desemprego e abono, ele tem que pegar dinheiro do Tesouro para completar. E, ao mesmo tempo em que ele pega 9 ou 10 bilhões de reais do Tesouro, para poder completar os recursos para pagar o salário-desemprego e o abono, ele está emprestando, pois esse dinheiro está indo para o BNDES ao mesmo tempo. Portanto, o Governo pega o dinheiro do Tesouro, da saúde, da educação e dos empréstimos que faz com juro mais caro — para, aumentando a sua dívida, poder pagar suas contas —, está levando esse dinheiro para o BNDES e recebendo esse dinheiro de volta com juro bem menor.

Nós queremos abrir essa discussão. Isso tem que ser debatido. É uma emenda de 30 anos! Por que nós não podemos debater o suficiente e criar uma condição adequada para que haja uma fórmula diferente? Nós estamos abertos a isso. É um momento também oportuno para se debater essa questão do BNDES.

Para completar, V.Exa. sabe o quanto nós estamos lutando para que Estados e Municípios voltem para a proposta, mas sempre dentro de um entendimento desta Casa, para haver uma construção de votos suficientes para se aprovar uma reforma para o Brasil. Essa é a nossa ideia.

São essas as considerações em função da sua fala. Quero cumprimentá-lo e agradecer pela sua intervenção.

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Obrigado.

Presidente, V.Exa. me permite só um minutinho, para fazer um contraponto?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu não estou fazendo concessão nenhuma. Então, eu vou lhe pedir desculpas, Deputado Paulo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Na verdade, ele já respondeu a vários, Deputado Paulo. Então, desculpe-me. V.Exa., como sempre, querendo tumultuar as coisas. *(Risos.)* É brincadeira. Desculpe-me, Deputado Paulo. Eu vou passar a palavra para o próximo inscrito, o Deputado Bira do Pindaré. E a culpa de eu não passar a palavra a V.Exa. é do Deputado Bira, pois foi ele que não deixou. *(Risos.)*

O SR. PAULO GANIME (NOVO - RJ) - Como ele me citou, eu só queria falar sobre a questão do Paulo Guedes. Eu não citei aqui o Paulo Guedes...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos ouvir o Deputado Bira do Pindaré.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, nosso querido Relator Samuel Moreira, Deputado Silvio Costa Filho, cumprimento V.Exas. e principalmente o Relator pelo esforço e dedicação que teve na elaboração desse relatório, que considero uma versão melhorada em relação ao que foi proposto pelo Governo Bolsonaro, mas ainda insuficiente.

Considero que houve um avanço em relação à questão dos trabalhadores rurais, embora ainda haja uma pendência, porque o relatório remete a contribuição e a carência dos rurais para lei ordinária, além de outros itens que também foram para lei ordinária.

Houve um avanço também em relação ao BPC, que foi retirado da proposta, e à capitalização, que eu considero uma vitória da Oposição e das ruas, do povo brasileiro, que se mobilizou e reagiu em relação a essa proposta da reforma da Previdência. Também há esse debate introduzido pelo Relator em relação à contribuição do lucro líquido dos bancos. São pontos de avanço indiscutivelmente.

Eu queria aqui demonstrar que não é suficiente o que foi alterado na proposta e comentar alguns pontos que considero relevantes, nesse diálogo de construção com o nosso Relator e toda esta Comissão.

Primeiro ponto: tempo de contribuição. O tempo de contribuição é mantido em 20 anos para os homens. Alterou-se esse tempo em relação às mulheres, mas se mantém, em relação aos homens, os 20 anos. Eu queria falar da crueldade que é essa proposta. Vou pegar aqui o exemplo de um trabalhador muito conhecido em todo o Brasil: o pedreiro. Um pedreiro trabalha hoje 1 ano e passa 2 anos sem trabalhar em média. É por isso que ele contribui durante 15 anos, que é a contribuição mínima atual, e se aposenta aos 65 anos de idade, que é a idade média calculada pelo próprio Governo. Então, ele se aposenta aos 65 anos. Mas, se você acrescenta 5 anos de contribuição para esse pedreiro, ele vai se aposentar aos 80 anos de idade. É muito cruel! É inviável! E eu nem estou falando aqui dos 40 anos de contribuição para a aposentadoria integral, eu estou falando da contribuição mínima.

Não dá para aceitar essa proposta com um tempo de contribuição de 20 anos. Nós temos que rever isso, porque é muito cruel, sobretudo com os mais pobres. Eu citei aqui o exemplo dos pedreiros, mas isso se estende a um conjunto de categorias que vivem a mesma dificuldade de não ter estabilidade no emprego, de ter uma alternância enorme e de não ter garantia. Um pedreiro é contratado por obra, passa 6 meses empregado e, depois, passa 1 ano sem conseguir um novo emprego. Essa é a realidade que vivemos. Ele vai para o seguro-desemprego, vai se virando ali dos seus bicos. Essa é a nossa realidade.

Nós queremos dizer para esse trabalhador, que está na base, que ele não vai se aposentar, que ele vai ter que cair na assistência social, porque não vai conseguir ter tempo de contribuição suficiente para se aposentar. Esse é um ponto central Sr. Relator Samuel Moreira, que precisa ser revisto no seu relatório.

Segundo ponto: cálculo do benefício. O cálculo do benefício mantém a redução do valor do benefício. No cálculo atual, desprezam-se os 20% dos menores salários; no relatório, mantém-se a proposta original do Governo, que é o cálculo em cima de 100% dos salários. Essa média vai provocar uma redução no valor do benefício. Por essa razão, nós consideramos que esse é o segundo ponto que precisa ser alterado nesse relatório, para o Relator conseguir a ampliação dos seus apoios aqui nessa Casa.

Terceiro ponto: transição. Há crueldade na transição tanto do Regime Geral quanto do Regime Próprio, porque se estabelece um pedágio de 100%. Isso significa que, se estiverem faltando 5 anos para o trabalhador se aposentar, ele vai ter que esperar 10 anos para conseguir a sua aposentadoria. Isso é uma crueldade tanto para o trabalhador do Regime Geral quanto para o trabalhador do serviço público.

Além disso, estabelece-se a trava da idade, de 60 anos para os homens e 57 anos para as mulheres. Isso quer dizer que, mesmo que a pessoa tenha cumprido todas as condições, ela vai ter que esperar completar 60 anos, se for homem, e 57

anos, se for mulher. Nós não podemos aceitar essa proposta de transição, que é absolutamente injusta, mesmo porque os militares federais têm apenas um pedágio de 17%.

Deputado Samuel Moreira, 17% é o pedágio dos militares federais. Por que razão? Por que os militares federais têm um pedágio de 17%, enquanto os demais trabalhadores têm um pedágio de 100%? O que explica isso? Não dá para entender. É preciso que haja o mínimo de isonomia na proposta do Governo principalmente em relação à transição, que é um dos pontos mais reclamados pelos servidores públicos. Eu quase não ouço servidor público reclamando da idade mínima. Essa não é a preocupação principal que, pelo menos, chega para mim, é relatada a mim, como Deputado. A reclamação principal é o pedágio. E esse pedágio aqui é muito injusto. Por essa razão, pedimos ao Relator também que isso seja revisto.

Quarto ponto: abono salarial. O abono salarial é retirado da Constituição Federal. Não adiantou fazer alteração no valor da renda baixa, porque esse valor pode ser alterado até por medida provisória. Não faz sentido. Então, nós entendemos que o abono salarial, da forma como está proposto aqui, penaliza os trabalhadores mais pobres, aqueles que ganham até dois salários mínimos. O gari, o pedreiro e a empregada doméstica, esse pessoal é que está perdendo com essa alteração no abono salarial.

Eu entendo que o abono deveria ser retirado dessa proposta. Ele não tem nada a ver com Previdência, não é uma proposta do sistema previdenciário. Então, o nobre Relator Samuel Moreira deveria repensar e analisar, com muito cuidado, a possibilidade de retirar o abono de uma vez por todas. Não tem sentido manter o abono salarial nesta proposta de reforma da Previdência.

Quinto ponto: aposentadoria dos professores e das professoras. Tirar isso da Constituição e manter a proposta de 60 anos para os homens é atacar a educação pública em nosso País, é desestimular uma carreira fundamental para uma política pública prioritária, que é a educação. Nós estamos dizendo para o professor que ele está menos valorizado, que é menos atrativo para a carreira.

Portanto, nós precisamos fazer o inverso e valorizar a profissão, para que ela seja cada vez mais atraente. Assim, poderemos fortalecer a educação pública em nosso País.

Há a questão da desconstitucionalização, que foi falado que ia ser retirada, mas não se retirou. Boa parte das propostas continuam sendo não por lei complementar, mas por lei ordinária, o que é pior. Fala-se aqui do cálculo benefício, do valor da aposentadoria, da pensão por morte, do tempo de contribuição, da carência dos rurais, tudo em lei ordinária. Nós precisamos preservar essas conquistas na Constituição Federal.

Sexto ponto: a manutenção das aposentadorias dos trabalhadores sujeitos a agentes nocivos. A idade continua do mesmo jeito. Nós temos que entender que aqueles que são expostos a agentes nocivos não podem ter uma idade mínima. Eles têm que ter um tempo de contribuição, porque estão expostos a uma situação absolutamente insalubre, que expõe a sua saúde. Então não é a idade que tem que regular, mas sim o tempo que ele vai ficar exposto àqueles agentes nocivos, o reflete na sua saúde. Portanto, esse é outro ponto que precisa ser revisto no relatório.

Sétimo ponto — já tentando avançar para as conclusões nos 5 minutos que me restam: vamos entrar no tema da CSLL. Aqui eu considero um avanço, Relator Samuel Moreira, V.Exa. introduzir este item no seu relatório, porque ninguém falava das receitas, do custeio, só se falava das despesas. Então, eu considero uma inovação o Relator trazer esse item para o debate. Mas é insuficiente, porque a contribuição sobre os lucros dos bancos vai render, segundo a própria estimativa que V.Exas. fazem, 50 bilhões em 10 anos. É muito pouco.

Por que não pensamos em introduzir aqui a taxação das grandes fortunas e dos lucros e dividendos? Nós temos um artigo na Constituição, o art. 153, que está pendente de regulamentação desde 1988. Por que não se regula esse artigo e não se introduz essa contribuição para o custeio da Previdência? É uma medida simples que vai impactar altamente em relação às receitas, para dar sustentabilidade ao sistema previdenciário. Essa taxação de grandes fortunas e dos lucros e dividendos — que teria que ser criada e poderia ser criada no relatório de V.Exa. — vai atacar os verdadeiros privilegiados em nosso País.

E aqui eu quero abrir um destaque para este ponto: os verdadeiros privilegiados. Alguns ficam falando aqui que são os servidores públicos, mas não são, não. Os verdadeiros privilegiados estão aqui na lista dos mais ricos do Brasil. É a lista da Forbes. É a lista dos bilionários. Posso ler aqui os principais. Aqui está o Sr. Joseph Safra, banqueiro, 25 bilhões de dólares de fortuna. Aqui está o segundo da lista...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Setenta e cinco bilhões.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Setenta e cinco? Estou na lista da Forbes. A Deputada está me corrigindo dizendo que é 75 bilhões.

O segundo da lista é o Sr. Jorge Paulo Lemann, dono da AMBEV. Aqui, Deputada Lídice, diz que é 22 bilhões de dólares. V.Exa. deve estar se referindo a reais, imagino que seja isso — não é isso? Eu estou falando aqui em dólares. São 22 bilhões de dólares de fortuna. Esses são os verdadeiros privilegiados.

Continua a lista: Marcel Telles, 10 bilhões de dólares, a fonte da riqueza é a 3G Capital; Eduardo Saverin, 9,7 bilhões de dólares — é aquele do Facebook; Carlos Alberto Sicupira, 8,8 bilhões de dólares, também da 3G Capital; José João Abdalla Filho, 3,4 bilhões de dólares, vários tipos de investimento; Sr. Abílio Diniz, 3,1 bilhões de dólares, comerciante; Sr. Fernando Roberto Moreira Salles, 3,1 bilhões de dólares, do Unibanco; Sr. João Moreira Salles, 3,1 bilhões de dólares, também do Unibanco e o Sr. Pedro Moreira Salles, também do Unibanco, 3,1 bilhões de dólares.

Só para ler o nome dos dez mais ricos do Brasil. Esse pessoal vai pagar quanto na reforma da Previdência? Com quanto que eles entram nessa conta da crise? Então, é aqui que deveria ser implantada a taxa das grandes fortunas, que poderia ser uma fonte de custeio, endossando a proposta do Relator, que é a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Poderíamos adotar a regulamentação desse dispositivo que está na Constituição Federal, que até hoje não foi regulamentado.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que o Governo tem que parar com a sua propaganda enganosa. E eu insisto nisso: o Governo diz que quem ganha mais vai pagar mais, quem ganha menos vai pagar menos. É uma mentira! Quem ganha menos vai pagar mais, porque ele vai pagar 5 anos a mais de contribuição. Isso dá um aumento de 42% de acréscimo nas suas contribuições.

Portanto, é uma enganação. Essas são as minhas contribuições para o relatório de V.Exa., Sr. Relator.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Bira.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (Bloco/MDB - RS) - Sr. Relator, Sr. Presidente, caros colegas, eu gostei do relatório do Deputado Samuel Moreira porque é razoável, é bom e foi negociado. Há alguns pontos que precisam ser negociados com os grandes Líderes — temos que ser pragmáticos, em termos de voto: Estados e Municípios, eu gostaria que ficassem dentro, e a capitalização também. Mas temos que pensar no cálculo eleitoral. E o Relator está pensando assim.

Eu gostaria de propor a V.Exa., Sr. Relator, que mantivesse o sistema integrado, o que poderia ser em lei. Mas já existe lei, e os Poderes não a cumprem. Os Poderes não a cumprem, não adianta! Então, tem que botar na Constituição, porque ali estão os grandes privilegiados do serviço público, acúmulo, teto. Então, isso é fundamental. Quanto à contribuição extraordinária, quando está quebrando, as pessoas têm que pagar mais, principalmente nós, os privilegiados que estamos nesta sala aqui — nós privilegiados que estamos nesta sala!

Da idade mínima de 62 anos e 65 anos, está ótimo! Eu queria que V.Exa., se puder — e eu acho que é possível, vamos conversar, e V.Exa. tem uma semana para dialogar —, mantenha a idade mínima no texto da Constituição Federal, e não na transitória. Se for manter na Constituição, que seja com gatilho, ou a mantenha na transitória sem o gatilho. Mas idade mínima é eixo! Então, para ficar sozinha na transitória, é sem o gatilho, mas, se for para ficar dentro, como V.Exa. deixou, tem que ter o gatilho.

Quanto ao conceito de vulnerabilidade e ao novo conceito de renda, se botar esse conceito de risco, vai continuar a porteira aberta. Não adianta: o BPC é uma porteira aberta. Há muita gente no BPC que não precisa, ganha bem e está recebendo. Precisa-se botar uma trave. O BPC ficou fora, e isso foi uma vitória de todos nós. Os agricultores ficaram fora, e isso foi uma vitória de todos nós. Mas é na ideia que V.Exa. está propondo: se na declaração de Imposto de Renda tiver mais de 300 mil reais, não vai receber o BPC e vai ficar com a sua casinha. Não vai ficar mais em 95 mil. E aqui houve muita oposição à proposta do Governo.

A capitalização eu apoio, mas há que ver o número de votos.

E a reforma? Esta reforma vai pegar, sim, os privilegiados. Só a Oposição não enxerga. Os brasileiros já estão enxergando. Todas as pesquisas mostram isso. A última já passou a dizer que 59% dos brasileiros querem a reforma. Aliás, FHC, Lula, Dilma, no fim do Governo dela, e Michel Temer queriam a reforma, ensaiaram e fizeram alguma coisa. O Jair Bolsonaro foi o mais firme. Os brasileiros já estão entendendo que ela é preciso. Fique tranquilo, Relator. Os brasileiros precisam. E por quê? Os brasileiros estão vivendo mais e tendo menos filhos. Não adianta, a conta não fecha, e o sistema é de repartição. E a Oposição está defendendo o sistema de repartição. Quer dizer, no futuro, vai haver pouca gente, poucos jovens e muitos velhos. Nós aqui com 90 anos, 95 anos vivendo, e não vai haver jovem para pagar a nossa aposentadoria. Inclusive, sem falar de nós, eu falo dos outros, dos desprivilegiados, se existe essa palavra.

Expectativa de sobrevida. Ninguém sabia esse conceito. Nós o aprendemos de 2 anos para cá, nas Comissões Especiais. No Nordeste, a expectativa de sobrevida é de 82,7 anos; no Sul, 84,2 anos. É uma diferença de menos de 2 anos. Quer dizer, as pessoas não vão morrer trabalhando, porque, segundo a expectativa, se não morrerem entre 0 e 5 anos por mortalidade infantil ou durante a juventude por violência, passarão, no Nordeste, a ter 82 anos de expectativa de sobrevida. Então, parem com essa falácia. Parem!

O Brasil está envelhecendo tanto e rapidamente — e ainda tem jovens — que está gastando mais. O Japão e a Alemanha, que já fizeram as reformas, viraram um país velho. Imaginem nós sem fazermos a reforma? E o desequilíbrio é crescente, dramático. No futuro e logo, daqui 5 anos, toda a arrecadação da seguridade vai ser para folha de pagamento, assistência social e aposentados, sofrivelmente. Os números mostram, e os senhores negam.

O sistema é injusto. É injusto. No Regime Geral — e o Deputado Samuel Moreira fez transição —, o privilegiado é aquele que se aposenta no teto. É o médico, o dentista, o farmacêutico, o diretor-executivo de uma fábrica, de uma estatal, que se aposenta com 52 anos, 55 anos, e vai montar seu negócio. O pobre vai se aposentar por idade. Falaram aqui: "*Coitado do pedreiro*". O pedreiro já é coitado hoje, e os governos anteriores não tiveram coragem de fazer a reforma. Então vêm agora fazer uma defesa emocional do pedreiro e do operador de máquinas, quando eles já eram tratorados antes, eles vão continuar se aposentando como hoje. Agora, quando a economia rodar, rodar, rodar, rodar e voltar o emprego, eles vão ter carteira assinada cheia e aí não vão se aposentar por idade. Então, isso que dizem é outra falácia.

A extrema pobreza é 7 vezes maior entre crianças e jovens do que entre idosos. Esta reforma tem que olhar para as crianças e para os jovens, porque eles vão ter que pagar aposentadoria para quem está trabalhando e para todos nós aqui, até para os Deputados — até para os Deputados! O Brasil é muito jovem para gastar tanto com a Previdência.

Taxa de reposição. Todo mundo falou aqui, parece que quem se aposenta, meu caro consultor Magno, isso eu aprendi cerca de 2 anos para cá, eu não entendia o que era taxa de reposição... Ninguém no Brasil se aposenta cheio, nem no mundo. Deputado Samuel, continue firme. Olha, quem tem 20 anos de contribuição no Brasil se aposenta em média com 60%. Em países como Nicarágua, Equador, Costa Rica, Argentina, Colômbia, nos países europeus também, em alguns é um pouquinho acima do Brasil. O Brasil fica entre os que tem melhor taxa de reposição. Quem contribui por 20 anos, se passar para 30 anos, é 80% — com 30 anos de contribuição há 80% de reposição —, não se aposenta cheio. Isso é em todo mundo. Agora, o funcionário público, que o Deputado Samuel agora está mudando, não vai se aposentar mais como cheio. E como é que essa reforma não vai pegar os ricos? Só quem está cego, só quem está cego e surdo... Isso é uma epidemia de surdez, de surdez e de cegueira, porque também podem ler, na Oposição.

Há regras de transição, sim. Todos vão ter que trabalhar, todos, até os assalariados de 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 salários mínimos, vão ter que trabalhar mais. E os ricos também vão trabalhar mais. Esses vão trabalhar muito mais. Esses vão trabalhar muito mais. Esta reforma é da Nação, é para todos, então, eles também vão ter que trabalhar mais. E existe uma razão: a longevidade. Estas palavras "longevidade" e "demografia" não existem para parcela da Oposição. Há Deputados de oposição que estudam, mas há outra parcela — e maior — que nem toca no tema. Se sabe, nem toca no assunto de que as pessoas vão viver mais e vai haver menos gente fazendo filho.

Alíquotas progressivas. É claro que o pessoal mais pobre vai pagar menos. Está aqui na tabela, e ele manteve.

O Benefício ficou fora; a aposentadoria rural ficou fora.

O abono. A situação há 30 anos era diferente. O cara vai receber um abono, ganha dois salários mínimos. Há 13 milhões de desempregados. Isso é um baita dinheiro por ano. E o Relator foi razoável. Isso tem que ser reavaliado, gente, porque mudou tudo, mudou tudo. Todos têm que contribuir. E ele fez justiça, a proposta dele de abono é razoável. É preciso tirar dinheiro dos banqueiros, sim. Eles são gananciosos, são egoístas, não cooperam. Nós votamos, votamos, fazemos microrreformas disso, daquilo, e eles continuam com os juros altos. V.Exa. fez muito bem!

O Brasil das pensões. O Brasil é um dos países que mais gasta com pensão por morte, é campeão mundial. O Brasil chega a gastar em torno de 250 bilhões de reais com pensão. Não dá nem para tocar nisso, porque a Oposição reage. Mas temos que enfrentar essa questão. A Dilma quis enfrentar isso, mas o PT não deixou que ela mudasse essa questão. Ela só mudou um pouquinho, só um pouquinho. Agora a Oposição nem toca nisso. O Governo atual foi corajoso, o Deputado Samuel Moreira foi corajoso. É preciso enfrentar isso. É decisivo mexer nas pensões por morte, e V.Exa. mexeu, Relator.

Já estou encerrando. Há algumas coisas interessantes, alguns mitos. Primeiro mito: "*No Regime Geral da Previdência, a contribuição de 730 bilhões do total de 1,2 trilhão que o Governo mandou, seria dos pobres. Os pobres estão contribuindo, quase só eles, quase só eles*". Vamos lá. Com relação ao tempo de contribuição, quase nenhum país do mundo considera o tempo de contribuição. Mas aqui há gente que olha pelo retrovisor, para o passado, e não quer cuidar do futuro, e, no

presente, só olha para a urna. Hoje 30% do total dos contribuintes da Previdência do Regime Geral se aposentam com idade média de 55 anos, se homem, e 53 anos, se mulher.

Sabem quanto significa isso em despesa da Previdência? Significa 55%. Então, o pessoal que se aposenta novinho, novinho, com todo o respeito, de forma legal, justa — justo não é, é injusto, mas é legal —, depois vai trabalhar mais 30 anos ou vai gozar a vida, com 5 mil e... Aliás, eu ouvi aqui a Presidente do PT dizendo: *"Ah! Qualquer coisa de 5.300 com que o pessoal vai se aposentar, isso não é dinheiro"*. Olhem a visão caolha em relação à necessidade da reforma da Previdência.

Então, vamos lá. Quem são esses do Regime Geral? Empresários, executivos, liberais, empregados de estatais, empregadores de grandes empresas... *(Pausa.)*

Com licença, falem mais baixo, com todo o respeito. Eu adoro vocês, vocês são inteligentes.

Qual é a economia que vai gerar? Então, 55% vai sair da despesa com o pessoal que se aposenta com 53 e 55 anos, não do pedreiro, não da empregada doméstica, que se aposentam com 60 e 65 anos, mas sim dos profissionais que eu citei anteriormente. Isso vai gerar um resultado de quase 500 bilhões de reais. Então, o grosso dessa economia vai sair em cima de 55% da despesa de quem se aposenta novinho. Vou repetir: empresários, executivos, profissionais liberais, empregadores, empregadores de empresas.

Tenho 1 minuto. Na minha apresentação de 10 minutos, a Previdência já teve um prejuízo de 15 milhões de reais. E o déficit está comprovado pelo TCU, pelos órgãos fiscais da Câmara e lá do Senado.

Sobre expectativa de sobrevida eu já falei, sobre investimento também. Os pobres se aposentam sempre depois, sempre depois, muito depois. A Previdência não se concentra nos pobres. Está aqui o dado da Consultoria do Senado. Aposentam-se sempre depois.

Para fechar, esse prejuízo sufoca o crescimento e o emprego. Sufoca o investimento público, eleva o imposto, aumenta o endividamento. Então, é preciso fazer a reforma. O Brasil entra em um círculo virtuoso, e o emprego volta com força. E vamos votar, esta Casa vai votar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Darcísio Perondi.

Antes de passar a palavra ao Deputado João Daniel, passo a palavra ao Deputado Alex Manente, pelo tempo de Liderança do Cidadania. S.Exa. tem o tempo de 3 minutos.

E, antes de passar a palavra ao Deputado Alex Manente, quero só fazer um registro para diminuir a indignação dos amigos do Deputado Paulo Ganime. Quando eu disse que ele arrumava confusão, era uma brincadeira que eu sempre faço com ele. Pelo contrário, ele é um Deputado absolutamente disciplinado, cuidadoso. Foi apenas uma brincadeira, mas os eleitores dele levaram a sério e já me xingaram nas redes sociais dele. Então, quero informar a todos que foi apenas uma brincadeira com o Deputado Paulo Ganime. É só uma coincidência, quando ele chega, sempre está acontecendo alguma confusão. É brincadeira, pessoal, é brincadeira.

Tem a palavra o Deputado Alex Manente, pelo tempo de 3 minutos.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Presidente, primeiro quero registrar aqui que nós entramos na fase final de uma reforma da Previdência evidentemente necessária para o nosso País. Nós, em todos os momentos, procurávamos enxergar quais seriam os impactos especialmente naqueles que mais precisam no nosso País, que é um país, como eu insisto em repetir, ainda composto de muitas diferenças sociais e com muitas injustiças. Eu quero parabenizar o Relator, o Deputado Samuel Moreira, que, em grande parte do seu relatório final, contemplou uma expectativa importante que tínhamos em relação à justiça social atrelada à responsabilidade fiscal. Foi uma frase utilizada no início desta Comissão e, de fato, com o relatório apresentado, nós pudemos notar que isso foi exercitado pelo Relator e por toda esta Comissão. Primeiro, nós ficamos muito satisfeitos em retirar do texto as pessoas que mais precisam, como as da assistência social, da Previdência. O BPC e a aposentadoria rural, era quase unânime que nesse momento nós não poderíamos retirar das pessoas que precisam desses instrumentos. Pode ser que daqui a 20 anos, 25 anos já tenhamos condições de ter uma aposentadoria digna, para a qual todos possam contribuir, aí sim, ficaríamos sem essa assistência social. Não é o caso do momento que vivemos ainda no Brasil.

Quero ressaltar aqui aquilo que eu já tive a oportunidade de falar ao Relator: na minha opinião foi um grande acerto buscar alternativas de financiamento da nossa Previdência. E essas alternativas vêm daqueles que mais têm o poder econômico no nosso País, que são os bancos, com o aumento da taxação de 15% para 20% no lucro líquido do banco, fazendo com que nós tenhamos 60 bilhões de reais pelos próximos 10 anos; assim como uma melhor utilização dos recursos do FAT,

do BNDES, para poder, de fato, contemplar e chegar a previsão que o Governo havia estipulado de quase 1 trilhão de reais ao longo de 10 anos.

Certamente nós ainda temos alguns temas...

Sr. Presidente, eu posso agregar o tempo como membro?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Não.

O SR. ALEX MANENTE (CIDADANIA - SP) - Não.

Nós temos alguns temas para os quais ainda há pequenas divergências. Mas em grande parte, quero dizer da minha satisfação em poder ver uma reforma da Previdência que contempla justiça social, que tem responsabilidade fiscal e, principalmente, que faz com que os que ganham mais tenham mais condições de colaborar com o custeio da nossa Previdência Social.

Por isso manifesto a nossa satisfação ao ver que o relatório contempla grande parte dos nossos desejos nessa reforma da Previdência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Quero explicar a V.Exa., Deputado Alex Manente, que pelo nosso acordo de procedimento só pode acumular o tempo quando falar na ordem de inscrição.

Tem a palavra o Deputado João Daniel, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Parlamentares, nós tivemos o prazer de ter recebido a representação de trabalhadores do Brasil inteiro, em nosso gabinete, na liderança da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nosso escritório de mandato na nossa capital — do Ministério Público, de delegados, de operários, de servidores, de trabalhadores rurais —, que participaram de muitas audiências, de muitos debates sobre a Previdência, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 06, de 2019, para a qual, eu não tenho dúvida nenhuma, o Relator e o Presidente desta Comissão se esforçaram muito para melhorá-la, para mudá-la.

É preciso deixar bem claro nesta Casa, neste momento, que o atual Governo que elaborou a PEC 06 e a enviou para esta Casa sempre foi contra a reforma da Previdência, chamou inclusive de criminosa uma que era menos perversa do que a atual que ele enviou.

Ressalto que ele se encontra numa situação muito crítica, uma vez que foi desvendado e revelado por um jornalista reconhecido e premiado internacionalmente, porque, verdadeiramente, este Governo se instalou no Palácio do Planalto. Muitos podem dizer que a milícia são grupos de *fake news*, mas é, verdadeiramente, o representante do que há de mais entreguista, mais neoliberal da história brasileira republicana: é o Governo sem compromisso nenhum.

E por que a proposta da reforma da Previdência, a Proposta de Emenda à Constituição nº 06, apareceu como única saída? O único projeto do Paulo Guedes, Ministro da Economia do Governo Bolsonaro, é a reforma da Previdência, a PEC 06. Ele, inclusive, agora, é crítico ao Congresso, à Comissão por ter retirado parte do que era muito importante para os interesses do Ministro da Economia, que representa os interesses dos bancos e do setor financeiro. Ele queria implementar, já, agora, como prioridade, a capitalização. Aquilo que ele já aplicou no Chile, graças a uma ditadura militar, onde milhões de trabalhadores hoje estão vivendo numa situação de penúria, muitos aposentados se suicidaram e muitos estão trabalhando na rua.

Por que esta reforma precisa ser aprovada por parte do Governo? Ao ouvir o ex-Líder do Governo Temer, percebe-se que o mesmo discurso da reforma da Previdência que se faz, aqui, neste momento, é o que se fez na reforma trabalhista, na Emenda Constitucional nº 95: *"Precisamos criar emprego, precisamos dar estabilidade, depois, vem a reforma da Previdência, vivemos 100 anos, 85 anos, 90 anos. Temos que tirar os privilégios"*.

Se esta reforma quisesse o apoio da Oposição, do nosso partido e do movimento sindical, ela não mexeria na aposentadoria da classe trabalhadora, que é quem trabalha e produz. Este País só vive, só se sustenta, e o sistema se alimenta porque há meios de produção sendo produzidos pela classe trabalhadora. É com esses que está sendo feita a reforma. Se fosse atacar os privilégios, como bem disse nosso querido companheiro Deputado Bira do Pindaré, do Maranhão, há pouco, ia mexer exatamente com os grandes devedores, os sonegadores e aqueles que são os verdadeiros ricos à custa do trabalho do povo brasileiro.

Esta reforma como está, mesmo com as mudanças, não pode ter o apoio do nosso partido, da nossa bancada e da classe trabalhadora. É uma reforma que vai mexer na vida dos trabalhadores do campo e da cidade. Esta reforma o Governo Bolsonaro precisa fazer, porque ele sabe que está sendo desvendada a mentira que o levou ao Palácio do Planalto. Ele é um Governo que demite, como demitiu o Presidente dos Correios, com a mais completa falta de ética de uma autoridade.

O Presidente dos Correios vem a esta Casa e defende a empresa, em seguida, é demitido porque defendeu que os Correios era uma boa empresa e deveria continuar sendo uma empresa pública. E assim vem fazendo com o BNDES, assim vem fazendo esta campanha de privatização e destruição nacional.

Por isso, neste momento, nós temos o que há de mais sagrado na Constituição Federal, que é a Lei de Seguridade Social. Não tem déficit, não tem rombo, não tem despesa que possa tirar a dignidade de um trabalhador, de uma trabalhadora no sentido de ter o seu direito à aposentadoria, de ter o seu direito à assistência social, de ter o seu direito à saúde. Isso tem que ser garantido. Essa é uma conquista da Constituição. Nós não podemos mudar! Nós não podemos aceitar!

Para debater o problema do déficit da Previdência, o Governo tem que dizer qual é arrecadação da Seguridade Social brasileira, tem que chamar os Senadores que fizeram a CPI da Previdência e dizer a S.Exas. e aos auditores da Receita Federal que aquele relatório não condiz com a verdade. Mas isso não é dito, isso não é feito! Portanto, nós não temos o que temer e não reforçar a importância de esta Comissão Especial, o Parlamento e a Câmara debaterem e compreenderem que a história de gerar emprego, melhorar o País e dar estabilidade foi feito com a reforma trabalhista.

Hoje, o Brasil, Deputado Carlos Veras, é denunciado internacionalmente pela OIT e pela ONU como país que não cumpre a legislação trabalhista. É um país que está denunciado, que pagará o preço nas exportações e na vinda para cá de empresas sérias, porque nenhuma empresa séria quer estar em um país em que se rasga a CLT e os direitos trabalhistas. Mas tudo foi aprovado nesta Casa à custa de gerar mais emprego, estabilidade e confiança para o mercado.

Com relação à Emenda nº 95, até o Presidente desta Casa, Deputado Rodrigo Maia, há poucos dias denunciou: "*Se não revogarmos a Emenda nº 95, será o caos neste País*". E o Brasil continua com os investimentos em educação, saúde, infraestrutura e segurança lá atrás, precários, porque não pode investir devido a um congelamento por 20 anos. Mas o congelamento era para dar estabilidade, dar confiança ao mercado, gerar emprego, assim como foi com o *impeachment*. O Eduardo Cunha canalizava tudo. Há até uns Deputados novos aqui que são da nova Previdência. Esses serão linchados pela história. A história se encarregará — como está fazendo e vai fazer agora com Sergio Moro, com Bolsonaro — de mostrar a verdade, o verdadeiro lixo da história, o lumpesinato usado pela burguesia brasileira, porque a elite brasileira fez e faz feira em Miami e assiste a teatro nos Estados Unidos.

Por isso, Sr. Relator e Sr. Presidente, marcharemos firmes com as centrais sindicais, como aconteceu no dia 30, na greve geral, em defesa da Previdência e dos direitos dos trabalhadores!

"Não" à Emenda nº 6! "Não" à reforma da Previdência! "Sim" ao Brasil, grande para os brasileiros!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado João Daniel.

Com a palavra o Deputado Kim Kataguirí, pela Liderança do DEM, pelo tempo de 5 minutos.

Depois, Deputado Alexis Fonteyne.

O SR. KIM KATAGUIRÍ (DEM - SP) - Sr. Presidente e Sr. Relator, primeiro, eu quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho no relatório. Como já foi afirmado diversas vezes, o trabalho de Relator é um pouco inglório, porque não é a vontade de V.Exa. O acordo feito é o possível, política é aquilo que a gente pode, e não exatamente aquilo que a gente quer.

Quero começar pontuando algumas discordâncias em relação ao relatório, para, no final, defender as concordâncias. Mas eu tenho certeza de que boa parte do que eu vou criticar também é a vontade, é a convicção de V.Exa., que não pode ser expressada em razão de não haver maioria suficiente na Casa para aprovar um relatório nesse sentido.

A primeira questão é em relação aos Estados e aos Municípios. Eu acredito que eles deveriam, sim, estar incluídos na reforma previdenciária. Os Estados estão mais quebrados do que a União, os Municípios estão mais quebrados do que a União — muito em breve, vão faltar recursos para serviços básicos. Em muitos Estados, já ocorre parcelamento, já tem atraso, já tem congelamento de salário. Portanto, eu acredito que seria fundamental — e faço este apelo aos colegas — incluir na reforma previdenciária os Estados e os Municípios.

Outro ponto é a manutenção — e isso não é modificação do relatório — do texto enviado pelo Governo do pedágio de 30% para os Parlamentares. Na regra de transição, nós estamos definindo um pedágio de 50% para o Regime Geral e de 100% para o Regime Próprio dos servidores públicos. O recado que se passa para a sociedade é péssimo quando nós estabelecemos para nós mesmos, Parlamentares, um pedágio menor do que o dos trabalhadores da iniciativa privada ou do que o do funcionalismo público. Eu acho que, no mínimo, o nosso pedágio deveria ser de 100%, igual ao dos servidores públicos, para demonstrarmos que a reforma começa pelo Parlamento, que o exemplo começa pelo Parlamento.

A capitalização é outro ponto que eu lamento que tenha sido retirado. Mas existe o compromisso dos Líderes e do Presidente da Casa de o assunto ser discutido no próximo semestre. Eu apresentei emenda nesse sentido e vou continuar militando para que nós tenhamos um novo sistema de capitalização para as novas gerações.

Eu não vou citar mais uma vez — eu já o fiz diversas vezes no plenário — a questão do terraplanismo contábil, que diz não existir déficit previdenciário no tal relatório da CPI, mas que, ao mesmo tempo, não demonstra qual é o número do superávit e para onde foi o superávit, afinal. Se não houve déficit, para onde o Governo Dilma enviou esse dinheiro de superávit, que não foi demonstrado no relatório em nenhum momento, com nenhum número?

Outro ponto também: *"Ah, o Governo só tem esse projeto"*. Eu tenho várias críticas públicas a serem feitas ao Governo, mas dizer que o Governo só tem esse projeto é mau-caratismo, é ignorância. O ponto é que o Governo Lula também iniciou utilizando seu capital político de recém-eleito para promover uma reforma previdenciária. É exatamente a mesma coisa que o Presidente Jair Bolsonaro tem feito agora, e há diversas outras reformas já encaminhadas.

Foi criticada aqui a questão das desonerações fiscais. Muito provavelmente o Parlamentar, além de não ter lido o texto da reforma previdenciária, também não leu aquele que tramita e foi aprovado na CCJ sobre a reforma tributária, que acaba com essas renúncias fiscais e efetivamente unifica os impostos, simplifica os impostos. Essa é a próxima reforma a ser debatida neste Parlamento.

Há muitas histórias emocionantes e argumentos anedóticos utilizados aqui, como *"mas a professora, o professor, pobrezinhos, que têm 50 alunos na sala, que vão trabalhar 24 horas por dia, vão morrer"*, sem se apresentar absolutamente nenhum dado. Essa e só uma anedota, são historinhas que, de fato, não se mostram reais.

O mesmo foi feito quando o Ministro Paulo Guedes veio aqui e contou a história: *"Vai faltar só um mês para a mocinha da esquina, da mercearia lá de casa se aposentar, e eu tive que falar para ela, olhar nos olhos dela e dizer que, com a reforma, ela vai ter que trabalhar mais 10 anos, mais 15 anos"*. Isso é absolutamente mentiroso, porque nós sabemos que está previsto um período de 2 anos de transição, no Regime Geral, para os trabalhadores da iniciativa privada.

Ouvi aqui também — tive a infelicidade de ouvir — a respeito da taxaço do Imposto de Renda. Eu não sei qual instituto jurídico seria utilizado para implementar essa ideia, porque o imposto já é o Imposto de Renda e teriam que taxar aquilo que já se taxou da renda. Então, parece-me um pouco incongruente a ideia de certos Parlamentares nesse sentido.

Falam muito também que *"isso é coisa de banqueiro, de capital financeiro"*. Mas foi revelado recentemente que certo Líder de partido socialista tem mais de 1 milhão de reais investido em bancos. Então, quando esse argumento é utilizado e chamam o Ministro Paulo Guedes de banqueiro, é mais por inveja — porque aquele Parlamentar não queria ser socialista, queria ser banqueiro — do que por uma crítica propriamente dita.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Kim.

Com a palavra o Deputado Alexis Fonteyne, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Sr. Presidente, novamente gostaria de parabenizar o trabalho realizado até o momento. O Relator Samuel Moreira apresentou um belíssimo relatório, conversando com as bases, com vários Parlamentares. Eu acho que começamos com um bom projeto.

Também temos críticas em relação ao relatório em alguns pontos...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Por favor, eu estou falando. Eu gostaria que as senhoras prestassem atenção aqui ou se retirassem.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço que devolvam o tempo ao Deputado Alexis. Vamos retomar a ordem aqui. Vamos retomar a tranquilidade.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - É porque a gente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço que retomemos a ordem, com paciência.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Falou só para as mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputada Sâmia, eu estou adotando o mesmo procedimento com todos e todas. Apenas quero resgatar a ordem dos trabalhos. Vamos mantê-la. Nós estamos num clima acirrado no conteúdo da proposta, mas tranquilo no andamento dos trabalhos. Então, retomo o tempo do Deputado Alexis.

O SR. ALEXIS FONTEYNE (NOVO - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O fato é que todo mundo quer viver à custa do Estado. Temos escutado muitas histórias tristes nesse processo todo. Professores, policiais, funcionários públicos, juízes, militares abordam-nos nos corredores. Todo mundo apresenta uma situação realmente triste, dá até vontade de chorar com as histórias que são contadas. Mas a pergunta é: quem fez as contas entre os benefícios e as contribuições dessas pessoas que estão nos corredores e tanto reclamam? Na hora em que nós vamos ver essas contas, há um grande desequilíbrio, porque a somatória de cada uma dessas aposentadorias desequilibradas que o cidadão brasileiro tem que pagar com seus impostos para completar a diferença entre a contribuição e o que ele tem de fato de benefício é o que gera o grande déficit da Previdência.

Nós estamos num regime de repartição simples que não funciona mais. O pacto de geração já era há muito tempo, e nós estamos insistindo nisso, toda hora fazendo uma reforma num regime que não funciona mais. Todo mundo quer se aposentar aos 50 anos de idade e viver até os 90 com uma bela poupança gorda, mas a sociedade está disposta a pagar por isso? Com que dinheiro nós vamos ficar sustentando esse tipo de Previdência? Previdência não é seguro-desemprego, e é isso o que nós temos que entender. A partir do momento em que achamos que é seguro-desemprego, alguém pode dizer: "*Não consigo mais emprego após os 50 anos de idade*". Realmente é difícil, mas não é a Previdência que tem que cuidar disso, é a economia. Nós temos que começar a gerar emprego para as pessoas que têm cabelos brancos, porque o fato é que o Brasil simplesmente não tem mais mercado para essa faixa.

O atual sistema é, sim, uma máquina de privilégios, é uma máquina de desigualdades sociais, que concentra cada vez mais. No Brasil, a madame aposenta-se muito antes da empregada, porque ela se aposenta por tempo de contribuição, e não por idade. No Brasil, o engenheiro aposenta-se muito antes do que o pedreiro. Esse é o desequilíbrio que continua acontecendo. Os opositores pregam contra a reforma e os que ficam contra esse sistema de desigualdade. Nós precisamos acertar os equilíbrios, para haver recursos para investir na infraestrutura, na educação, na saúde e na segurança, que nós tanto pregamos. Daqui a pouco nós não vamos ter mais dinheiro para isso. Temos muita urgência, sim, nessa reforma, porque são 28 milhões de desempregados e subempregados, legado dos antigos governos que nós tivemos no Brasil.

O regime de capitalização, que foi tirado da reforma, é algo que nós vamos trabalhar dentro do Partido Novo para que volte, porque é importante que cada um comece a ter a sua própria reserva, a sua própria poupança. O regime de capitalização não começa de zero, mas precisa de um tempo para você poder fazer a sua própria poupança, ter o seu próprio recurso. Portanto, deve-se começar agora para que nós possamos ter isso daqui a 20, 30 anos. Se nós não começarmos agora, daqui a 30 anos teremos o mesmo problema.

Eu gostaria de resumir a minha apresentação, não vou me delongar muito, porque acho que há muita gente para falar. Novamente, Deputado Samuel Moreira, parabéns pelo relatório. Vamos procurar completar isso, tentar voltar ao texto os Estados e Municípios, para passarmos, de uma vez por todas, uma régua nessa discussão e o Brasil possa avançar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Alexis Fonteyne.

Passo a palavra ao Deputado Ivan Valente, pelo tempo regimental de 15 minutos.

Depois, Deputado Daniel Freitas.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Deputado Samuel Moreira pelo esforço e pela tentativa de chegar a um relatório. Eu queria também separar algumas coisas aqui. Hoje saiu uma grande denúncia na *Folha de S.Paulo* a respeito da disseminação de *fake news* por máquinas, robôs, que impulsionam mentiras. Muita gente viveu disso, inclusive o Presidente da República, que foi eleito dessa forma, pela máquina de *fake news*.

Nós estamos no Parlamento brasileiro, onde se está discutindo a vida de 200 milhões de pessoas — 200 milhões de pessoas! Por isso, não temos tido pressa, Deputado Marcelo Ramos, porque entendemos que é muita responsabilidade nossa votar um projeto que vai melhorar ou piorar muito a vida de muita gente.

Portanto, eu queria começar com isto: *fake news*. Há pouco um Deputado se referiu a Deputados de esquerda, queixando-se que eles têm recursos, e ainda disse que o Paulo Guedes é banqueiro. O Paulo Guedes é dono do BTG Pactual, só isso! São bilhões e bilhões de reais! O Presidente do Partido Novo é o João Amoedo, cujo patrimônio declarado é de 450 milhões de reais, Deputado Daniel. Ele mesmo declarou isso na campanha. De repente, eles levantam a vida de uma pessoa que fez um patrimônio salarial honesto e dizem: "*Ah, é muito, porque você não pode*". Deve-se, então, guardar dinheiro no colchão, como alguns aqui devem guardar de mentirinha.

Quero dizer que sei enfrentar *fake news*, mentiras que são plantadas para levar o senso comum à massa, e o senso comum estoura o Parlamento brasileiro, a dignidade dos mandatos parlamentares e a democracia brasileira. Vamos reagir contra isso! Nós devemos reagir contra isso. E isso não depende de partido, não depende da ideologia do partido; depende da dignidade de não mentir. O que se está fazendo é mentir. Mas tudo bem. Temos outros casos, porque a ditadura mentia também; não só mentia, mas torturava e matava.

Quero começar com isso e resgatar, primeiro, a fala do Deputado Darcísio Perondi de 2 meses atrás: "*Quem paga a conta da crise são os pobres*". Ele disse isso aqui, está gravado, e sabe que a maioria dos recursos que vão ser arrecadados por essa proposta vem do Regime Geral de Previdência Social. Todo mundo sabe disso.

Portanto, não podemos começar um debate sem tratar do seguinte modelo econômico, se quisermos politizar: o que temos que fazer para haver mais distribuição de renda no País, para criarmos um sistema de proteção social a milhões de pessoas e, ao mesmo tempo, termos as pessoas empregadas? Porque o regime de repartição, de solidariedade prevê as pessoas empregadas, contribuindo com o sistema. Se não estiverem contribuindo com o sistema, se 50% da mão de obra estiver fora do sistema, então, realmente não se vai poder ter regime nenhum de solidariedade. Essa é a crise brasileira. Só que nós temos uma grande divergência quanto a isso.

Alguns acham que se você falar ao mercado "*olha, vai ter reforma e vai-se economizar 1 trilhão*", vai jorrar dinheiro no Brasil lá de fora, vai baixar a taxa de juros e vai gerar emprego. É mentira! Essa teoria está derrotada pela verdade. Inclusive, digo mais: eu ouço isso desde o tempo do Fernando Henrique. Eu também fui contra a política do Lula e do Palocci, particularmente.

Então, é aí que começa a questão, ou seja, qual é o debate que nós deveríamos estar fazendo aqui? Como arrecadaremos mais para depois falarmos que teremos de fazer sacrifícios gerais? Esse é o debate que nós fizemos ali, Deputado Alexis, naquele dia, e hoje está se instalando a Comissão Especial para analisar a proposta de reforma tributária. Mas a reforma tributária tem que vir antes da reforma previdenciária, porque, a partir da reforma tributária, nós saberemos o quanto se pode arrecadar, quem pode pagar e quem pode pagar mais — e muito. Não é o pessoal do salário mínimo, de 2 a 3 salários mínimos, ou do Regime Geral. Eu estou falando de muito mesmo.

O Deputado Samuel Moreira introduziu uma questão que não estava nas previsões, que foi aumentar a CSLL, que já é contribuição previdenciária, como V.Exa. mesmo disse. E alguém reclamou, acho que foi o Deputado Paulo. Pelo contrário, V.Exa. abriu um gancho para a reforma tributária. Portanto, pode haver, sim, cobrança, mas de quem tem mais. Não dá para dizer que os bancos, em uma era de 7% de recessão, continuem ganhando 80 bilhões de reais e nós falemos que não vamos taxá-los mais porque eles vão repassar o preço adiante. Não existe isso. Os bancos sempre vão repassar através da tarifa bancária, do *spread* bancário. Sempre eles ganham, com crise, sem crise, com desenvolvimento ou sem desenvolvimento. Eles sempre ganham. É a especulação.

Quem tem que ser taxado? Os bancos, mas os senhores são contra a CSLL.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não é verdade. A ideia que se vai passar para o consumidor é a mesma ideia... Eles ganham sempre. Nós temos é de taxá-los e pegar esse dinheiro para fazer política pública. Tanto é assim que o único que está defendendo essa ideia é o Partido Novo. Não vejo outros partidos, da Situação ou o do próprio Governo, defendendo essa questão.

Em segundo lugar, Presidente, se nós quiséssemos de verdade arrecadar nós teríamos várias formas. Por exemplo, V.Exa. poderia ter introduzido no relatório a taxa sobre lucros e dividendos, porque isso não acontece em lugar nenhum do mundo; é só aqui no Brasil, talvez na Estônia, como alguém já disse aqui também — Brasil e Estônia. Poxa vida, vamos taxar os lucros e dividendos. Não tem problema nenhum, porque se está tirando de quem tem mais. A verdade é a seguinte: vamos cobrar a dívida ativa.

Aliás, quero recordar ao Relator, ao Presidente e a esta Casa a seguinte questão: nós temos quatro projetos relativos à Previdência. Primeiro, a MP 871, que passou, mas não com o nosso voto. Eu tenho vários questionamentos em relação ao combate a fraudes que estão lá, como, por exemplo, ao auxílio-reclusão e outros. Segundo, a PEC 6, que agora estamos discutindo. Terceiro, o projeto dos militares, em que ninguém mexeu. E ninguém mexeu porque tremeu na base. "*Não pode!*" Por que não? Por que os militares não entraram aqui? Por que eles foram analisados em separado? De quanto vai ser a economia com os militares? Será de 1 bilhão de reais — eu sei da projeção. Enquanto o pedágio deles é de 17%, o de qualquer outro é de 100%. Em quarto lugar, há um projeto, que está escondido, mas é também do pacote, sobre a cobrança da dívida ativa, do devedor contumaz. Ninguém vai atrás, ninguém instala Comissão. Assim como o projeto dos militares, isso só vai ser votado depois, já com todo o jogo combinado.

Por isso, Sr. Presidente, eu quero dizer a V.Exas. o seguinte: ainda há muita maldade nesse projeto. Eu acho que uma tabela aqui na parede daria conta de dizer de onde vai sair o dinheiro, quem vai pagar a conta da crise.

O que se tirou foi o mais absurdo dos absurdos, que era o bode na sala — a questão do BPC, a questão do trabalhador rural. Todo mundo sabe. Qualquer Parlamentar do interior, das cidades do Nordeste, sabe perfeitamente que, se tirarem o BPC e a aposentadoria rural, acaba-se com a receita dos Municípios, com o gasto no Município, com o círculo virtuoso de receber recurso e injetá-lo na economia, a economia render, a indústria vender, e assim por diante. Os Municípios morrem se isso acontecer. A maioria vive de FPM e desses recursos. Por isso, eles tiveram que ficar de fora. E qualquer Parlamentar sabe, inclusive, que está cometendo suicídio político quando faz isso. Então, isso é lógico.

Mas da onde vai sair o recurso, de que maldade? Logicamente será da idade mínima, porque, no Brasil, grande parte da população começa a trabalhar aos 15 anos, 16 anos. Aposentar aos 65 anos significa contribuir por 50 anos, não é nem por 40 anos. Essa é a questão. Outra questão é o tempo de contribuição, no País da informalidade, no País da sazonalidade, no País do desemprego. Nós vivemos no País do desemprego, gente! Então, a maioria nem contribui para a Previdência Social. Alguém já disse isso aqui.

Presidente, se considerarmos os 40 anos, os 20 anos de tempo de contribuição para o homem e os 15 anos para a mulher — acabou ficando em 15 anos —, quanto sairá daí? Sairão 350 bilhões de reais, 400 bilhões de reais. Esse é o ponto dos 900 bilhões de reais que V.Exa. está dizendo. Inclusive V.Exa. introduziu novidade, não só a CSLL como também a questão do BNDES, dos recursos que vieram do BNDES, e o Paulo Guedes não gostou, brigou com V.Exa., pelo que eu vi. Por quê? Porque ele queria o dinheiro só para pagar juros, para os bancos dele, para a dívida pública. É isso o que ele queria. Com o abono salarial, ainda teriam 100 bilhões de reais. Tirando de quem? De quem ganha até 2 salários mínimos! Basta botar a conta na parede. A pensão por morte não pode ser mais cumulativa, ou tiraram metade para determinadas categorias especiais. Então, somando tudo, vamos ver que a maioria esmagadora dos recursos virão dos trabalhadores assalariados do Regime Geral de Previdência Social.

Eu já falei aqui, Sr. Presidente, por exemplo, sobre essa questão de 100% das contribuições dos assalariados do Regime Geral de Previdência Social. Permita-me dizer, mas eu acho isso uma maldade. Veja: é a vida laboral do sujeito inteira. O cara começou como contínuo, lá embaixo, e tal. Vão tirar 20%, possivelmente, do valor do subsídio final. É muito grave, é em cima dos mais pobres isso aqui, porque os mais pobres são a maioria, que é o que ninguém diz aqui, porque dá a impressão de que a maioria da população é funcionário público, e não é verdade. Também não é verdade que os servidores públicos no Brasil, regimes municipal, estadual e federal... Quer dizer, 86% deles ganham só o Regime Geral de Previdência. Na maioria dos Estados e Municípios, no Brasil inteiro, ganham até dois salários mínimos. Então, estamos falando de uma minoria. O que o Deputado Samuel Moreira vai tirar, através da transição e das alíquotas, é de uma minoria do funcionalismo público. E digo mais. Há uma maldade aí e uma brincadeira de alguns Deputados de partidos que são defensores de bancos, que dizem o seguinte: "*Mas a alíquota do trabalhador diminuiu para 7,5%*". Sabem quanto dá, por mês, para o trabalhador que ganha um salário mínimo? Eu estou falando de 30 milhões de trabalhadores. Sabem quanto é? São 4 reais a menos, apenas 4 reais a menos. Só que o trabalhador vai ter que trabalhar mais. Então, ele vai sair perdendo. Não adianta diminuir de 8% para 7,5%, ele sai perdendo de qualquer jeito na soma final.

Então, é disso que nós estamos falando, Sr. Presidente, Srs. Deputados. E nós estamos aqui para dizer o seguinte: em todos os sentidos, essa reforma não serve. Nós temos outras formas de política econômica, como uma reforma tributária, um giro de política econômica, em que quem tem mais tem que pagar mais. E eu estou falando de um grande momento da política econômica, de taxar lucros e dividendos, grandes heranças, de acabar com as desonerações fiscais de 400 bilhões ao ano. Isso tudo dá recursos enormes para o povo brasileiro não...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Ivan Valente.

Tem a palavra o Deputado Daniel Freitas. A próxima é a Deputada Sâmia Bomfim. O Deputado Daniel Freitas tem o tempo de 15 minutos.

O SR. DANIEL FREITAS (PSL - SC) - Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Da mesma forma, parabenizo o nosso Relator, Deputado Samuel Moreira.

Sras. e Srs. Deputados, quero dizer que a reforma da Previdência não é uma prioridade apenas do Governo Bolsonaro, tampouco deste Parlamento, e sim uma prioridade do povo brasileiro. E ela já vem mobilizando o Governo, a classe política, a mídia, a opinião pública de uma forma geral.

Na verdade, essa reforma trata de uma questão simples. Tudo gira em torno de um cálculo matemático elementar. O sistema atuarial em vigor, baseado na repartição, pressupõe que os trabalhadores na ativa contribuam mensalmente para

pagar os proventos dos atuais inativos. É um sistema dito solidário, uma vez que gerações de contribuintes sucedem-se, responsabilizando-se a cada vez pelos pagamentos dos aposentados. Incide nesse contexto um fator determinante, que é o fator demográfico. O País está envelhecendo. Isso significa, de um lado, que as pessoas estão vivendo mais, o que é ótimo, mas também que a população não vem se renovando. Em 1960 a média de filhos girava em torno de 6,2 por família. Hoje essa média está em torno de 1,8 e deve permanecer assim, estima-se até 2060.

O que significa isso na prática? Que há cada vez menos gente contribuindo para a nossa Previdência, sendo que os aposentados apresentam uma expectativa de vida cada vez maior. Se há 40 anos havia 40 trabalhadores na ativa para cada aposentado, hoje são 7. De acordo com a curva demográfica é certo que, ao tempo dos nossos filhos e netos, serão apenas 2,3 para cada idoso no nosso País.

Cálculos estimativos demonstram que cada brasileiro nasce hoje devendo 380 mil para a Previdência Social. Trata-se de um regime condenado à falência em muito pouco tempo. Já há déficit comprovado em todos os níveis: 200 milhões de reais no Regime Geral; 100 bilhões nos Estados e Municípios; 50 bilhões no Regime Próprio do funcionalismo público; e 20 bilhões no Regime Próprio dos militares. Só neste ano serão 750 bilhões de reais destinados a pagar aposentadorias em todo o País. Isso significa um orçamento sete vezes maior que o da educação, quatro vezes maior que o da saúde e três vezes maior que o da segurança pública.

Como pode um regime desse ser sustentado em nome do princípio de solidariedade? Como se não bastasse, há dados suficientes comprovando que o sistema atual é uma fábrica de privilégios, uma máquina perversa de transferência de renda com imenso prejuízo da camada mais pobre da população.

Para que possamos falar em democracia de fato no Brasil é preciso que todos os trabalhadores aposentem-se com o mesmo valor, sem as disparidades que se verificam hoje entre servidores, militares e trabalhadores da iniciativa privada.

O País não cresce há pelo menos 1 década. Hoje amargamos uma estagnação dolorosa cuja recuperação, ainda que paulatina, exigirá muita responsabilidade e transparência.

A conclusão parece óbvia: não há alternativa para o Brasil, além da implantação de uma nova Previdência que de fato garanta as aposentadorias dos brasileiros nas próximas décadas. A proposta em tela, como se sabe, eleva a idade mínima de aposentadoria para 62 anos e 65 anos para mulheres e homens, respectivamente, o que, a bem da verdade, já acontece na prática com cerca de 80% da população brasileira, Sr. Presidente, justamente a mais desfavorecida.

Apresentando mecanismos contra fraudes e inaceitáveis distorções, a reforma garantiria um aporte de 1,236 trilhões de reais em 10 anos, ao mesmo tempo em que garantiria os pagamentos da própria Previdência e da assistência social, interrompendo, enfim, a expansão descontrolada de gastos que corrompem a política e faz estagnar a economia.

O Brasil entrará em uma fase virtuosa de reestruturação das finanças públicas ao tempo em que desmontará um sistema de privilégios, de iniquidade por meio de proporcionalidade das contribuições.

Para aqueles que ainda duvidam do cabimento e da oportunidade de reforma, gostaríamos de insistir nisto: superando-se o sistema fortemente subsidiado, aprisionado em gastos obrigatórios, por suas vezes responsáveis pela deterioração das contas públicas, interrompe-se o ciclo vicioso, implica-se a emissão de títulos da dívida e em seguida provoca a inflação.

Acreditamos, Sras. e Srs. Deputados, que o esforço da equipe econômica, sobretudo nas sessões realizadas aqui nesta Casa, vem conseguindo sensibilizar a mídia e a opinião pública que já admitem a necessidade da reforma, na esteira, aliás, do que já vinham defendendo explicitamente os quatro últimos Presidentes da República. Cerca de 60% da população já mudou sua percepção e concorda, ainda que com uma ou outra restrição, com o conjunto da proposta.

Tendo em vista a transparência do debate, incluindo a memória dos cálculos, que constam no *site* da Comissão Especial, é de se esperar que a sociedade possa comparar as possibilidades. E já se disseminou o consenso em torno dos pilares da reforma: adequação da idade mínima à realidade nacional; combate ao privilégio; estabelecimento de alíquotas progressivas; contribuição de todos os setores, com diferença exclusiva de características laborais, a exemplo de professores, policiais e trabalhadores em regime de periculosidade; combate a fraudes; e, especialmente, garantia dos direitos adquiridos e atenção aos mecanismos de cobrança das grandes dívidas previdenciárias, já elencadas no PL 1.646/19.

Isto posto, esperamos ter contribuído com o melhor entendimento para o alcance e o sentido da reforma previdenciária, tal como nos apresentaram, com muita competência, o Ministro Paulo Guedes e o Secretário Especial de Previdência, Sr. Rogério Marinho.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu, Deputado Daniel Freitas, do PSL de Santa Catarina, que venho de Criciúma, uma cidade que, por muito tempo, foi considerada a Capital do Carvão Nacional, fui autor de uma emenda, a Emenda nº 144, que tratou — inclusive discuti muito essa emenda com o próprio Ministro Paulo Guedes e com o Secretário Rogério Marinho

— especificamente da questão dos mineiros de subsolo, das minas de carvão, as quais têm em abundância na nossa região, e da nossa preocupação iminente com esses profissionais.

Registrei isso na Emenda nº 144, pois se trata de uma atividade de extrema periculosidade e de insalubridade. Acredito que não passam de 3.500 mineiros em todo território nacional, portanto o impacto dessa atividade seria pequeno na questão da reforma da Previdência. Logo, solicito ao Sr. Relator que considere e faça uma avaliação profunda sobre a Emenda nº 144, que, na verdade, nada mais é do que um modelo de transição para esses mineiros.

O combinado não sai caro. Aqueles que entrassem após a reforma da Previdência adentrariam nesse modelo proposto. Aqueles que hoje estão em atividade, que a exercem, que a exerceram ou que possam voltar a exercê-la a qualquer tempo... Geralmente o mineiro, até pela CLT, como diz a nova Previdência, não passa de 50 anos de atividade. Ele não pode baixar à mina a partir de 50 anos de idade. Então, fica aqui o meu pedido para que seja reavaliada a Emenda nº 144 e se possa garantir a esses mineiros, que ainda exercem essa atividade, a aposentadoria especial, garantindo-lhes 15 anos de tempo de serviço, mesmo não obtendo a idade mínima. Aqueles que adentrarem após a nossa possível aprovação — e assim esperamos, porque o Brasil precisa da aprovação urgente da reforma da Previdência — que possam adentrar no regime proposto pela nova Previdência.

Portanto, Srs. Deputados, nós não podemos postergar a aprovação desta reforma da Previdência.

Eu quero agradecer a todos os Deputados que possibilitaram o quórum na sessão de sexta-feira, bem como na do dia de ontem, quando conseguimos abrir mais uma vez a sessão.

Acelerar a reforma da Previdência significa fazer o Brasil avançar. Quanto mais demormos para aprovar a reforma da Previdência, menos chances teremos de acelerar a economia do Brasil. O empresariado brasileiro precisa da aprovação da reforma da Previdência, a economia brasileira clama pela aprovação da reforma da Previdência. E, na sequência, teremos aqui a reforma tributária e tantas outras ações desse Governo que tanto bem vem fazendo ao povo brasileiro. Certamente nós estamos rumando para o caminho certo.

Então, Sr. Relator, diante desse modelo de proposta, a única solicitação que faço a V.Exa. é que repense, reavalie e posicione a Emenda nº 144 como um artigo do relatório de V.Exa.

Muito obrigado, Sr. Relator. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Daniel.

Com a palavra a Deputada Sâmia Bomfim, pelo tempo regimental de 15 minutos. Depois falará a Deputada Bia Kicis.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sr. Relator e demais Deputados presentes.

Primeiro, quero dizer que este debate, muito importante, a respeito do substitutivo apresentado pelo Relator, acontece no momento de uma crise política significativa no Governo Bolsonaro, em que foram reveladas, através do jornalismo de qualidade do *The Intercept*, conversas muito suspeitas entre um dos principais Ministros do Governo Bolsonaro, o Ministro Sergio Moro, e os Procuradores da Lava-Jato, que, inclusive, tiveram uma interferência direta no processo eleitoral, tendo em vista que naquele diálogo admitem que fizeram o maior esforço possível para retirar do processo eleitoral aquele que estava como principal possível novo Presidente do País. Eu digo isso com tranquilidade porque ele não era o meu candidato à Presidência; nós do PSOL tivemos candidatura própria.

É bastante complicado que nós estejamos debatendo uma agenda tão preocupante para a maioria do povo brasileiro, que V.Exas. julgam tão fundamental para o mercado no momento, fingindo que um escândalo como esse não está acontecendo. Inclusive, a Deputada Luiza Erundina me disse que Deputados da base do Governo estão lá na Comissão dela tentando impedir a possibilidade de convocação do Ministro Sergio Moro a esta Casa. Devem ter muito a esconder não só dos Deputados, mas também do povo brasileiro.

Eu também gostaria de registrar que o Presidente Bolsonaro nunca, em momento nenhum, durante o processo eleitoral, disse que faria uma reforma da Previdência. Aliás, as notas taquigráficas desta Casa revelam que, enquanto era Deputado Federal, quando foi apresentada a proposta da reforma da Previdência do Presidente Michel Temer, ele disse que era uma crueldade muito grande com o povo brasileiro aumentar a idade para poder ter o acesso à aposentadoria. Agora, depois de eleito, aparentemente, ele teve uma crise de amnésia ou mudou de opinião de uma hora para outra.

Ele pode dizer que isso se deu pela pressão do cargo, mas, na verdade, trata-se de alguém que, durante o processo eleitoral recusou-se a ir aos debates. Fez *fake news* para chegar aonde chegou, e faz isso até hoje, não à toa também — utilizam muitas *fake news* para tentar enganar o povo brasileiro sobre a suposta necessidade da reforma da Previdência —, e mostra que não tem projeto nenhum para o povo.

Aliás, ele sempre disse que, quando chegasse ao poder, ia fazer tudo completamente diferente, mudar tudo o que está aí. Acontece que a agenda econômica que ele está implementando no País é exatamente a mesma que vinha sendo aplicada

nos últimos anos e que é responsável pela situação dramática de 20 milhões de brasileiros e brasileiras sem emprego; pela situação de estagnação econômica beirando a recessão, na verdade; pela depressão econômica, com a queda da produção industrial em 6%. Ele repete exatamente a mesma agenda de austeridade, de ajuste, de privatizações, de ataque aos direitos do povo brasileiro. E aí eu lhe pergunto: como melhorar a situação econômica do País e fazer tudo diferente, se está repetindo exatamente a mesma agenda que nos levou a essa situação dramática?

Eles dizem e disseram aqui que a culpa é do Governo anterior, que nos fez chegar a esta situação. Acontece que estão repetindo exatamente a mesma política que vinha sendo adotada pelo Governo anterior. Isso também é sinal de covardia. Querem se esquivar da responsabilidade. Como governantes que são deveriam ter responsabilidade com o povo brasileiro.

Aqui nós estamos discutindo que a reforma da Previdência atinge os trabalhadores mais pobres do País. Deputados da base do Governo dizem que nós estamos mentindo porque os trabalhadores mais pobres do País nem sequer são assegurados pela Previdência Social. Isso é verdade, e deveríamos estar fazendo esta discussão neste momento. Como fazer com que o conjunto dos trabalhadores brasileiros tenham direito à aposentadoria, tenham a cobertura da Previdência Social, possam ser assistidos no momento de mais dificuldade da sua vida? Nós estamos fazendo o contrário. Querem retirar o direito daqueles poucos que hoje conseguem ter assistência previdenciária.

Hoje existem mais brasileiros no trabalho informal do que no trabalho formal. O que estamos fazendo é prejudicar aqueles que também estão no mercado formal, ao invés de pensar saídas para melhorar a situação daqueles que estão na informalidade, que não conseguem contribuir, que estão desempregados. Mas o Governo não oferece nenhuma, nenhuma saída para esses trabalhadores, só tem argumentos terroristas: *"Se não tiver reforma da Previdência, o Brasil quebra"*; *"Se não tiver reforma da Previdência, não tem dinheiro para a educação"*; *"Se não tiver reforma da Previdência, não tem dinheiro para a saúde"*. Diz isso como se aqui houvesse um bando de idiotas que não pensam, que não têm assessoria técnica, que não estudam, que não compreendem que, na verdade, essa é uma escolha política e uma escolha também, do ponto de vista econômico, de privilegiar um setor da sociedade em detrimento do outro.

Um Deputado do PSL disse aqui há pouco que é demagogia falarmos que estamos nos preocupando com os pobres do País. Não se trata de demagogia, mas de obrigação de qualquer Parlamentar eleito numa sociedade como a brasileira, em que a maioria do povo é, sim, pobre. O número de miseráveis está aumentando, e tem gente, inclusive, que está cozinhando com lenha e não mais com gás de cozinha porque não tem condição de ter o mínimo de dignidade dentro do seu lar. Então, se não for para pensar nos problemas mais profundos do povo brasileiro, dos pobres, dos miseráveis, eu não sei o que esse Deputado está fazendo aqui presente. Ele pode ter nascido em berço de ouro, pode morar num condomínio de luxo, mas tenho certeza de que não fez campanha só em condomínio de luxo. Ele teve voto de pobre. E é para os pobres, sim, que nós temos que trabalhar aqui dentro e é com eles que temos de nos preocupar.

Eu reconheço que existiram alguns pontos interessantes de avanço no relatório do Deputado Samuel Moreira, como, por exemplo, a retirada da capitalização. Isso é fundamental, tendo em vista os exemplos que já foram explicados aqui nesta Comissão Especial de que 18 dos 30 países que a adotaram já fizeram a revisão ou estão revendo esse modelo que é insustentável, que cria um número imenso de idosos miseráveis e faz com que as contas públicas não fechem porque o custo da transição é muito maior. E aí eu gostaria de fazer também uma observação sobre o Paulo Guedes, que foi para a imprensa dar um chilique e dizer que é um absurdo que se tenha retirado a capitalização da reforma.

Vejam bem: o sujeito teve 5 meses para apresentar para a sociedade brasileira e para a Câmara dos Deputados os custos da transição, uma projeção que seja, a viabilidade da capitalização, e até hoje não o fez. Aí vem dizer que a culpa, na verdade, é da Câmara dos Deputados de ter retirado a capitalização? Sinto muito! O Sr. Paulo Guedes é o Ministro da Economia, deveria ser obrigação dele mostrar a viabilidade desse processo. Inclusive, disse que, sem a capitalização, pode desistir da reforma da Previdência. Isso é praticamente uma confissão de culpa. Ele não está interessado na suposta economia de 1 trilhão de reais ou de um pouco menos que foi apresentada pelo Relator. Na verdade, ele está interessado, única e exclusivamente, na capitalização, que é uma forma de fazer com que os bancos e fundos de pensão administrem o dinheiro da contribuição dos trabalhadores mensalmente. Aliás, o Sr. Paulo Guedes já ganhou muito dinheiro, pelo que estão dizendo, pelo que o TCU desconfia, a partir de uma investigação que é feita, dos fundos de pensão fraudulentos que ele administrou; com isso ganhou muito dinheiro ao longo da sua vida. Não disfarça: está muito preocupado de ter sido retirada a capitalização. Eu gostaria de dizer que, além da capitalização, da alteração do BPC e dos trabalhadores rurais, que V.Exa. corretamente retirou da reforma da Previdência, ainda há outros pontos que se mantêm muito graves. Um deles é a base de cálculo, da qual não mais se excluíam os 20% menores salários. Isso significa uma redução drástica na renda de milhões de trabalhadores e, consequentemente, um impacto na economia dos Municípios, em especial nos Municípios brasileiros pequenos, aqueles que têm menos de 20 mil habitantes, porque são os que mais dependem da contribuição previdenciária como fonte econômica, como fonte de possibilidade de atividade econômica, muito mais do que do Fundo de Participação dos Municípios, muito mais do que do próprio ISS. Reduzir a renda desses trabalhadores brasileiros tem

impacto direto na economia brasileira, porque significa menor poder de compra, menor poder de consumo. Muitos desses idosos são arrimo de família. É com esse dinheiro que se sustenta uma família inteira e às vezes se abre um negócio local em alguma cidade do interior. Por isso, reduzir o valor da aposentadoria, indiretamente, também é criar uma geração de idosos com condições de vida muito inferiores às da geração anterior, no momento em que o idoso mais precisa, porque tem gasto com remédio, com cuidador e com tantos outros temas.

Pegamos aqui um exemplo, feito pela nossa assessoria, de alguém que hoje recebe dois salários mínimos e contribui para a Previdência por 31 anos, mas que, por 6 anos da sua vida, lá no início, precisou contribuir somente com base em um salário mínimo, porque ele tinha um salário menor. A perda que esse sujeito vai ter na sua aposentadoria é de 394 reais, vai receber menos do que poderia ser com as regras atuais, o que é um impacto gigantesco para aqueles que só têm isso como fonte de renda e de sustento.

Também gostaria de destacar o fato de que ainda se mantém o tempo mínimo de contribuição para ter acesso a 60% do benefício previdenciário. Isso também vai reduzir muito a renda dessas famílias.

Veja bem: eu gostaria de elogiar o fato de o Relator ter ouvido o apelo da bancada feminina de ter reduzido o tempo de contribuição das mulheres de 20 anos para 15 anos. Se se mantivesse a proposta do Paulo Guedes e do Bolsonaro, isso significaria milhões de mulheres brasileiras fora do sistema previdenciário, fora do direito à aposentadoria. Acontece que impor os 15 anos de tempo mínimo de contribuição significa que elas, caso consigam contribuir esse tempo, na verdade, vão ter acesso a 60% do benefício, porque, para ter acesso a 100%, segue sendo 40 anos de contribuição. As mulheres brasileiras, que são a maioria do mercado informal, são expulsas do mercado de trabalho, praticamente, depois que retornam da licença-maternidade. Dizer que elas precisam contribuir por 40 anos para ter acesso a 100% de uma aposentadoria que já vai ser rebaixada, porque vai excluir os 20% menores salários, é uma crueldade sem tamanho.

Também quero destacar o fato de que, ainda que as professoras tenham tido na proposta de V.Exa. uma redução para 57 anos de idade — e não mais 60 anos —, segue sendo uma crueldade, em especial para aquelas professoras que são educadoras da educação infantil, que têm um desgaste muito grande o dia inteiro para cuidar dessas crianças, que ficam abaixadas e muitas vezes as crianças ficam penduradas nos seus colos. Elas vão ter que trabalhar por mais 7 anos, sendo que os homens professores vão ter que trabalhar por mais 5 anos. Eu gostaria de entender por que a carga para as mulheres é maior. Lembro que nós já debatemos aqui o fato de as mulheres terem dupla jornada de trabalho, uma vida mais desgastante. Por que as mulheres são mais penalizadas do que os homens, tendo em vista que as mulheres são a maioria nessa profissão? Na cidade de São Paulo, por exemplo, as mulheres são 98,5% das professoras na educação infantil.

Então, eu gostaria de saber qual foi o critério utilizado, porque ainda obedece à mesma lógica machista da proposta apresentada pelo Paulo Guedes. E essa lógica machista pode também ser expressa na pensão por morte, que, essencialmente, é a pensão de viúva, falando a linguagem do povo brasileiro. Oitenta por cento das pensões de viúvas no Brasil não ultrapassam dois salários mínimos. Ao mesmo tempo, elas representam quase 30% dos benefícios previdenciários. Seriam essas as privilegiadas que devem ser atacadas no relatório de V.Exa., tendo em vista que, dentro do próprio sistema previdenciário geral brasileiro, a média dos benefícios é de 1.300 reais?

Aqui temos que ser bem diretos ao ponto. Não estamos falando de mexer em privilégios, mas é lamentável que Deputados da base do Governo sigam insistindo nesse argumento, sendo que o povo brasileiro sabe muito bem que quem acorda cedo, quem vive de trabalho, quem tem patrão, de longe não é privilegiado.

Se estamos falando de combater privilégios e privilegiados, nós deveríamos, de fato, mexer naqueles que estão muito no andar de cima, a exemplo dos banqueiros. E, por algum motivo, o Partido Novo é contra o aumento da taxa de deles, sendo que deveríamos aumentá-la ainda mais, porque eles são muito e muito privilegiados em nosso País. Por exemplo, podemos fazer isso através da taxa de lucros e dividendos. Com isso, arrecadaríamos 55 bilhões de reais ao ano; com o imposto sobre grandes fortunas, arrecadaríamos 47,6 bilhões de reais ao ano; com a majoração das alíquotas sobre o imposto de grandes heranças, arrecadaríamos cerca de 35 bilhões de reais ao ano.

A nossa sugestão é no sentido de que se faça uma revisão das práticas de desonerações fiscais, tendo em vista que muitas dessas empresas, com o argumento de que contribuem para a sociedade, não contribuem coisíssima nenhuma. É o caso, por exemplo, da Vale do Rio Doce. A maior contribuição que a Vale deu para a população foi matar um rio inteiro e mais centenas de famílias que até hoje, sem indenização, choram pela morte de seus filhos. Nós conseguiríamos fazer uma arrecadação muito maior mexendo no andar de cima, sem atingir aqueles que o Governo chama de privilegiados, que, na verdade, são os mais pobres, os trabalhadores deste País.

Com a nossa proposta, Sr. Presidente, Sr. Relator, nós conseguiríamos ter uma arrecadação de 142 bilhões de reais ao ano, mas, com a proposta apresentada, serão arrecadados 91 bilhões de reais ao ano. Aí eu pergunto: qual é a nossa prioridade? Estamos aqui neste Parlamento, afinal de contas, fazendo o quê? Acredito eu que é para melhorar a vida do povo brasileiro

e aumentar a capacidade de desenvolvimento econômico, social e político do nosso povo. A reforma da Previdência está fazendo justamente o contrário, ou seja, ataca aqueles que mais necessitam, aqueles que vivem de trabalho, que têm baixos salários. E mais: ela pode gerar um impacto gigantesco nas cidades, na economia; ao invés de melhorar, pode piorar a situação econômica. Quando queriam aprovar a reforma trabalhista, diziam que era para gerar empregos. Hoje nós temos 20 milhões de brasileiros sem emprego. E, se seguirem com essa agenda de ajuste e de austeridade, a situação vai piorar cada dia mais. A Previdência Social é o modelo de maior distribuição de renda, de combate à pobreza. O que esta Comissão está fazendo é justamente o contrário, é aumentar a pobreza no Brasil, desmontar aquela que é um dos maiores mecanismos do mundo de amenização das desigualdades sociais.

Por isso, o PSOL é contra a reforma, e vamos seguir na luta contra a reforma da Previdência.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Sâmia Bomfim.

Com a palavra a Deputada Bia Kicis pelo tempo de 10 minutos. A próxima inscrita é a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) - Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente e todos aqueles que nos ouvem também pela Internet.

Este é um momento muito especial da história brasileira, da história deste Parlamento, da história do Brasil. Este é o momento de resgatarmos o País de uma situação de caos, de uma situação de penúria, de tanto desemprego. Estamos à beira realmente de um precipício, em que corremos o risco de ficarmos sem as aposentadorias, sem dinheiro para pagamento de salários dos servidores públicos. Então, este é um momento que inspira muito cuidado a todos nós Parlamentares, que temos agora a obrigação de dar ao povo brasileiro a segurança e o remédio que tanto precisa — precisamos todos! E nem sempre o remédio é doce.

Falar de Previdência, de reforma da Previdência não é uma coisa fácil, nunca foi em nenhum lugar no mundo. Falar de Previdência é mexer com direitos, com expectativas de direitos, é um remédio amargo, mas que pode salvar, curar o paciente de uma doença que o está consumindo. Neste momento Brasil está doente, a economia brasileira está passando por uma série de problemas, herdados de desmandos de governos passados. Temos que tomar essa atitude para que não sejamos a próximo Venezuela. Temos também como exemplo países como Portugal e Grécia, que passaram por isso, sofreram, porque não tomaram o remédio no tempo correto.

De tudo isso que estamos falando, quero dizer o seguinte: temos um projeto que foi trazido pelo Governo, passou pela CCJ, está em trâmite aqui na Comissão Especial. Quero dizer que a expectativa do Governo de 1,2 trilhão de reais de economia foi frustrada, mas porque este Parlamento também tem o dever de fazer a sua parte e aprimorar o que for possível. A minha grande preocupação como Parlamentar e como brasileira é no sentido de que possamos trabalhar na Casa de forma consciente, sensíveis aos clamores da população, para que possamos aprimorar o projeto sem desidratá-lo.

Sabemos que houve declarações por parte do Ministro Paulo Guedes, que demonstrou uma insatisfação com o projeto. Creio que isso tudo é fruto de um primeiro momento de insatisfação, quando se vê e se defronta com o resultado da Comissão. Mas sabemos que esta Comissão tem trabalhado de forma responsável, tem trabalhado para entregar para o Brasil um projeto que possa realmente resolver a situação.

Creio que estamos em um momento em que precisamos ter muito equilíbrio, inclusive com as palavras, porque temos aqui pessoas responsáveis, como o Presidente da Comissão, como o Relator, Deputado Samuel, que é uma pessoa francamente favorável à reforma. Eu acho que hoje poucas são as pessoas que são contra a reforma. Eu, entrando agora há pouco no Anexo, vi que tinha um grupo lá fora com um cartaz dizendo que a Previdência não é deficitária, que o Governo está mentindo. Acho que ninguém acredita nisso. Eu fiquei com vontade de perguntar para aquela pobre moça, que estava segurando o cartaz, se ela tinha consciência da bobagem que estava escrita ali. A verdade é que, mesmo aquelas pessoas que não querem essa reforma, sabem que o Brasil precisa, sim, dessa reforma.

Então, este é o momento de tomarmos muito cuidado com as nossas ações e com as nossas palavras, porque precisamos entregar uma reforma que não seja desidratada e, ao mesmo tempo, temos de fazer melhorias, sim — por que não? — no projeto apresentado pelo Governo. Um dos pontos criticados é a questão da transição. Eu já conversei várias vezes com muitas pessoas do Governo, inclusive com o Secretário Rogério Marinho. Eu, como jurista, tendo preocupação com a segurança jurídica, tenho para mim que, se não houvesse nenhuma transição, nós correríamos o risco de que essa reforma poderia a ser declarada inconstitucional, porque todas as reformas anteriores trataram de uma transição. Creio, portanto, que uma transição para aquelas pessoas que estão na porta da aposentadoria, que estão muito próximas de se aposentarem, deveria ocorrer, sim.

Eu peço que neste momento todos nós saibamos lidar de forma muito adulta, inclusive emocionalmente, às vezes com as críticas que recebemos e fazemos, para que possamos achar a melhor solução, sabendo que estamos, sim, trabalhando. Este Parlamento está, sim, trabalhando para entregar ao povo brasileiro uma reforma que possa solucionar por um longo tempo o problema da nossa Previdência.

Outras questões estão sendo retiradas pelo relatório, como o BPC, e sou favorável que haja um BPC facultativo. Que as pessoas possam optar pelo BPC nos moldes atuais ou nos moldes propostos pela reforma do Governo. Não há nenhum problema e não há nenhum impacto fiscal nisso também.

Acho que nós temos de ter essa responsabilidade. A matéria depois irá ao plenário. O Plenário desta Casa poderá fazer retornar algumas coisas que tenham sido excluídas. O momento é de muito diálogo e de muito respeito pelo relatório do Deputado Samuel, com a condução do Deputado Marcelo Ramos e com todos os integrantes daqui.

Então, embora possamos discordar de um aspecto ou de outro, a minha grande preocupação está em fazermos essa reforma o menos desidratada possível. Ela ainda irá ao plenário. Portanto, que possamos conversar, ter consciência e não fazer disso um momento de críticas acirradas ou de guerra.

A oposição é normal; é natural a diversidade de pensamentos distintos. É isso o que queremos. Mas devemos neste momento ter muita consciência, para que possamos trabalhar com tranquilidade.

Então, eu peço àquelas pessoas que estão criticando em demasia o trabalho do Parlamento que entendam que o Parlamento está lidando com uma matéria difícil e está tentando fazer o melhor. Por outro lado, que aquelas pessoas que trabalham por uma desidratação também possam entender que é preciso entregar a reforma o mais próximo possível da proposta apresentada. Eu defendo uma reforma de 1 trilhão de reais. Não estamos longe disso. Eu defendo uma reforma de 1 trilhão de reais. Então, vamos trabalhar para que isso possa ocorrer; que possamos, sim, ajustar o que for necessário ajustar, mas sem causarmos uma dificuldade tão grande ao Governo, para que, daqui a 5 ou 6 anos, não tenhamos que passar novamente por esse processo desgastante de uma reforma da Previdência.

Sabemos também, como tem dito o Ministro Paulo Guedes, que, após a reforma da Previdência, a tendência, com uma economia desse montante, é que o Brasil acelere de uma forma tão grande. Temos dito que o Brasil vai voar, vai acelerar, e que nós teremos recursos para investir em saúde, educação, infraestrutura, postos de emprego. Oito milhões de postos de emprego foram prometidos para 2022. Então, vamos trabalhar dessa forma, sabendo que este momento é o momento de um remédio amargo, mas necessário.

Eu peço a sensibilidade dos colegas para que façamos os ajustes necessários, mas sem desidratar em demasia a proposta do Governo. Vamos pensar que podemos dar mais liberdade às pessoas. O Estado brasileiro não precisa tutelar tantas pessoas, a não ser aquelas realmente mais vulneráveis. Vamos dar liberdade às pessoas para que possam escolher.

A questão da capitalização é uma opção, sim, que, a meu ver, deve estar disponível. Se isso não for possível neste momento, que o façamos em outro, mas acho que podemos e devemos considerar, sim, a capitalização como uma opção para que o brasileiro possa escolher qual o regime quer para a sua aposentadoria: se ele quer ser responsável pela sua aposentadoria, ao invés de participar de um sistema solidário, em que ele trabalha para pagar a aposentadoria do outro, ou se ele quer poder escolher de que forma pretende se aposentar. Há vários aspectos a serem trabalhados.

Eu parabenizo aqui tanto o Deputado Marcelo Ramos quanto o Deputado Samuel Moreira pelo excelente trabalho que vêm apresentando na Comissão. Sabemos que esse trabalho não é fácil, tem sido alvo de críticas, mas sabemos também que até aquelas pessoas que criticam o trabalho porque acham que foi perdida muita coisa são pessoas que querem o bem do Brasil. Como somos todos pessoas que queremos o bem, eu acho que podemos ter maturidade para encontrar uma resposta que seja melhor. Que nós Parlamentares possamos ser sensíveis para melhorar a proposta sem desidratá-la.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Bia Kicis.

Tem a palavra a Deputada Luizianne Lins; depois, a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) - Sr. Presidente Marcelo Ramos; Sr. Relator, Deputado Samuel Moreira, eu gostaria de saber aqui de fato os argumentos, porque ainda não consegui compreender, das pessoas que defendem esta reforma, porque, na verdade, é uma reforma da Previdência Social no Brasil.

Eu participei da última Comissão da reforma proposta pelo Governo Michel Temer. E nós sabemos que esta é mais cruel do que o cenário maldito daquele momento, que foi a reforma proposta pelo Governo Michel Temer. É uma desfaçatez muito grande ficar dizendo que isso vai beneficiar o povo brasileiro, porque, se fosse beneficiar o povo brasileiro, os Deputados e Deputadas desta Casa tinham tido coragem de votá-la antes das eleições do ano passado.

É claro que essa reforma da Previdência de Bolsonaro é muito mais perversa, muito mais cruel! Vamos parar de ficar dizendo que é bom para o povo, porque, na verdade, o meu questionamento é: como nós vamos continuar prometendo uma coisa e entregando outra? O que foi dito sobre a reforma trabalhista? Dizia-se que ela geraria vários empregos, e hoje nós vivemos num País de quase 13 milhões de desempregados. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo: seis bilionários brasileiros concentram a riqueza equivalente à metade da população. Segundo IBGE, 70% da nossa população têm renda de no máximo dois salários mínimos e apenas 5% têm renda maior do que 10 mil reais. A média da expectativa de vida, nas regiões mais pobres do Brasil, é de 72 anos e, em mais de 80 Municípios pobres, a expectativa não passa de 65 anos, 66 anos.

Por isso, grande parte dos brasileiros e brasileiras começa a vender sua força de trabalho ainda muito jovem, com 15 anos ou 16 anos de idade. Esses números são de conhecimento de todos aqui. Nós estamos falando aqui do maior sistema de proteção social que começa a ser discutido depois do pós-guerra, depois da Segunda Guerra Mundial. Ou seja, quando a seguridade social passa a ser um dos direitos humanos fundamentados na clássica Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. O ímpeto dessa reforma que está sendo feita aqui no Brasil pretende, sim, acabar com a Previdência pública.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu tempo fosse recomposto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu chamo os trabalhos à ordem para que possamos ouvir com atenção a Deputada Luizianne e peço que retome 2 minutos para S.Exa., por favor.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) - Deputados e Deputadas, na verdade, destruir o sistema da Previdência pública é introduzir o chamado regime de capitalização individual. E quem não sabe o que é isso? Gente, isso é acabar com a maior política pública inclusiva de distribuição de renda de um País tão desigual como o nosso, destruindo de forma cruel o pacto social que foi construído a partir da Constituição de 1988. Para isso, de forma desonesta e irresponsável, o Governo anuncia, propaganda, engana as pessoas, afirmando que essa reforma vai salvar o Brasil, senão o Brasil vai quebrar. Venhamos e convenhamos! Nós não estamos aqui para enganar o povo, nós fomos eleitos para ajudar a população a ser melhor e o sistema que é o maior sistema de distribuição de renda hoje, a chamada a seguridade social, não está sendo tratada de forma séria, porque não tivemos um debate qualificado, não tivemos um estudo sério do Governo para que pudéssemos ver os números e dizer que, de fato, a Previdência pública é deficitária. Ela não o é. Todo mundo sabe que a seguridade social tem a Previdência, ela tem todo o Sistema Único da Assistência Social, o SUAS, além do SUS, como ela também tem o sistema de nutrição e segurança alimentar. Todas essas são asseguradas dentro das chamadas segurança pública e essa seguridade social está sendo desmantelada no Brasil somente para poder encher os bolsos daqueles que querem a Previdência privada há muito tempo. O regime de capitalização, para quem não sabe ou para quem fica só reproduzindo o que as suas Lideranças estão dizendo, é exatamente tirar do sistema solidário, o sistema de fundo único, o qual será repartido entre os cidadãos que estão em idade para se aposentar, para que cada pessoa contribua de forma individual, como ocorre em uma previdência privada. Isso, sim, é capitalização, para quem não sabe.

A seguridade, como eu falei, é o principal mecanismo de proteção social. São mais de 40 milhões de beneficiários diretos, contando a previdência urbana, a previdência rural, a assistência social e o seguro-desemprego. Os recursos são transferidos para as famílias, e a maior parte equivale ao piso do salário mínimo. A seguridade social no Brasil, Deputados e Deputadas, simplesmente contempla a oferta de serviços universais, como eu falei, propostos pelo Sistema Único de Saúde, pelo Sistema Único de Assistência Social e pelo Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Previdência Social, seja ela urbana, seja ela rural, e o Benefício de Prestação Continuada — BPC protegem e proveem renda próxima do salário mínimo para 82% dos idosos brasileiros. Além disso, a Previdência Social e o BPC fomentam a agricultura familiar. Como disse a Deputada Sâmia, isso diz respeito a toda a economia dos pequenos e médios Municípios. Eu já fui Prefeita de Fortaleza, e sabemos que hoje, no caso do interior do Estado do Ceará, a previdência rural é um dos principais sistemas que movimentam a economia local. Ela combate o êxodo rural e promove a economia do Município.

O dado que vou apresentar é muito grave, Sr. Presidente, e peço que o senhor desdobre sua atenção sobre isto: em 2014, segundo o IPEA, apenas 8,8% dos brasileiros com 65 anos ou mais viviam com renda menor ou igual a meio salário mínimo. Se não houvesse a Previdência Social e o BPC, o percentual de idosos pobres aos 75 anos superaria 65% do total de idosos nessa idade no nosso País. Mais de 105 milhões de brasileiros fazem parte da chamada população economicamente ativa, mas agora quase 13 milhões estão desempregados e cerca de 35 milhões trabalham sem carteira assinada ou têm algum tipo de vínculo extremamente precário. Nesse cenário, poucos brasileiros vão conseguir comprovar 40 anos de contribuição para ter direito à aposentadoria integral. E a aposentadoria parcial vai ser inacessível para mais de 35% dos brasileiros e brasileiras, que vão ter dificuldade de comprovar 20 anos de contribuição. Eu queria citar aqui que o Prof. Eduardo Fagnani, que é professor e economista da UNICAMP, fala da perversidade desse sistema.

Para finalizar, vou dizer que a situação é grave. Ela também prejudica sobretudo as mulheres, porque se desconsidera a tripla jornada de trabalho das mulheres na sociedade; há dificuldade de se comprovar o tempo de serviço, uma vez que nós mulheres muitas vezes estamos nos trabalhos informais, na chamada economia do cuidado, no trabalho doméstico, no trabalho no campo e na floresta. Além disso, o acesso às políticas públicas é muito mais difícil nas áreas rurais, nas áreas indígenas e nas áreas quilombolas. Portanto, é importante dizer que, para as mulheres rurais, isso significa na prática o fim da aposentadoria no sistema integral para as mulheres do campo e da floresta.

Todo mundo sabe que nós temos um Presidente absolutamente traidor do povo, que se elegeu com mentiras, com *fake news*, dizendo-se o messias do cão, o messias do inferno, o messias que veio para acabar com todo mundo. Se houve um messias que veio para salvar, a quem chamamos de Jesus Cristo, temos agora o messias chamado Jair, que veio para acabar com o Brasil. Isso ele está fazendo, e fazendo a passos largos. Ele teve toda a ousadia de dizer na campanha eleitoral que ele tinha sido o único Parlamentar do Congresso Nacional a votar contra os direitos das trabalhadoras domésticas. Nessa profissão de trabalhadores domésticos, a maioria são mulheres. São 6 milhões de brasileiras que, só a partir de 2014, passaram a ter algum direito trabalhista. Antes disso, 70% delas não tinham carteira assinada, segundo dados do IPEA, ou seja, elas vão ter muito mais dificuldade de comprovar inclusive o tempo de trabalho e de contribuição. Há também a questão das mulheres portadoras de deficiência e das mulheres idosas de baixa renda com a mudança de regras do Benefício de Prestação Continuada. Contudo, eu acredito que o nosso Relator tentou, no contexto do caos, salvar, reduzir danos.

Há também a questão das professoras, que passam a ter mudanças significativas na aposentadoria especial, que não foi conquistada com gracinha, não. Foi comprovada a necessidade e foi comprovado que elas tinham um trabalho diferenciado, sim.

Por fim, há a questão das mulheres negras, que já ganham atualmente 40% a menos, fazendo a mesma coisa que os homens brancos, e ganham 13% a menos do que as mulheres brancas. As mulheres negras ficarão mais ainda vulneráveis e desprotegidas.

Portanto, Sr. Presidente, nós não precisávamos começar esse desgoverno, que até agora ainda não disse a que veio — ainda não deu um prego numa barra de sabão, como diz o bom nordestino — para poder gerar emprego, para rodar a economia. É um desgoverno que, até agora, além de nos fazer passar vergonha com o Presidente da República dizendo uma besteira atrás da outra, tem os filhos também como participantes da República brasileira, através das redes sociais, cada vez mais desastrados. Temos também o terraplanista que está fora do Brasil, emitindo ordens e orientações absolutamente fantásticas, astrólogos etc. e tal para cá.

Nós temos que retomar este Brasil. Só haverá melhoria na Previdência Social com a melhoria do emprego, porque é o emprego que sustenta, na prática, a Previdência Social no Brasil. No nosso País, a Previdência Social é responsabilidade do Governo, é responsabilidade do empregador e é responsabilidade do empregado. Na hora da contabilização para dizer que a Previdência é deficitária, fica o Governo querendo tirar a sua parcela de contribuição.

Eu não vi quase ninguém falando aqui da chamada DRU. Não foi a DRU que começou a gerar o chamado "rombo da Previdência", a chamada Desvinculação de Receitas da União? Começaram a usar o dinheiro da Previdência para tampar outros rombos, desvinculando as receitas para depois dizer que a Previdência é deficitária.

Eu quero dizer uma coisa, Deputados e Deputadas: nós podemos estar aqui jogando uma pá de cal no futuro de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Muito obrigado, Deputada Luizianne Lins.

Tem a palavra a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) - Obrigada, Sr. Presidente.

Boa tarde a todos.

Eu queria parabenizar o Deputado Samuel Moreira pelo relatório e o Presidente Marcelo Ramos pela condução dos trabalhos até aqui.

Eu tive a oportunidade de ouvir um pouco dos discursos feitos aqui, Sr. Presidente.

Quando vemos a esquerda defendendo os pobres, eu não paro de me perguntar por que hoje ninguém da esquerda, absolutamente nenhum dos Deputados, comentou o falecimento da Sra. Edi Alves Guimarães, de 53 anos, 8 filhos, assassinada pela última greve em todo o País, uma greve que não teve nenhum estudante, que não teve nenhum aposentado lá dentro. Na greve só se via Lula Livre, só se via a defesa da esquerda, mas não se viu nenhum trabalhador de verdade na

greve. A Sra. Edi não estava em carro de luxo, a Sra. Edi não estava na greve. A Sra. Edi estava dentro de um ônibus, indo trabalhar, e a Sra. Edi foi impedida de ir trabalhar por uma greve criminosa, ordinária, com a qual ninguém concordava e que só fizeram para poder colocar o nome Lula Livre lá dentro. Não foi para defender os pobres, não foi para defender os negros, não foi para defender os aposentados, então, tudo isso que falam por aqui é só balela. É tudo balela porque, na hora em que morre uma senhora, mãe de 8 filhos, não há um esquerdista aqui dentro para poder defender essa senhora. Quem vai pagar pelo crime? Quem vai pagar pela morte da Sra. Edi? Alguém está pensando nos 8 filhos que essa mulher deixou? Alguém vai se responsabilizar dentro desta Câmara por haver chamado, incitado uma greve contra a nova Previdência e por esta mulher morrer vítima dos pneus queimados pelo PSOL, pelo PT, pelo PCdoB? Quem vai se responsabilizar por essa senhora? Quem vai continuar criando os filhos dela?

Eu queria entender, quando vem aqui uma pessoa loirinha, bonitinha, falar dos negros, mas, na hora em que é para falar de uma trabalhadora que morreu — e com um detalhe: não há uma foto dela na Internet, não há uma foto dela na imprensa —, não se fala do assassinato. Eu quero saber quem mandou matar a Sra. Edi Alves Guimarães!

E quando se fala de Previdência, ora bolas, será que a esquerda ainda não entendeu, será que não leram o relatório do Deputado Samuel Moreira? O mais pobre vai pagar menos, os privilegiados vão pagar mais.

Eu até queria pedir a V.Exa., Deputado Samuel Moreira, a questão da contribuição extraordinária. É tão importante essa contribuição extraordinária, Deputado Samuel, porque é o que vai de fato fazer com que a aposentadoria seja mais justa para todos. Nós não podemos continuar pagando esse déficit de quem ganha muito mais. Nós temos que ter a contribuição extraordinária para que haja menos injustiça no nosso País. Aí, sim, sabe Deputado Samuel, eu queria dizer que eu estarei do seu lado para o que V.Exa. precisar em relação a essa contribuição extraordinária, porque nós, que ganhamos mais, temos que estar ali, firmes do seu lado, para podermos defender isso. Eu imagino o que V.Exa. deve estar passando ao tentar tirar os privilégios dos mais poderosos. Então, eu estou aqui oferecendo o nosso apoio, o apoio de todos os nossos Deputados. Coloque de volta a contribuição extraordinária, ajude-nos a fazer isso acontecer, para que nós tenhamos menos privilégios e mais justiça para os mais pobres, para os menos capacitados.

Eu não vou usar todo o meu tempo, Sr. Presidente, porque eu quero deixar a coisa rolar, e nós precisamos de resolução, do País trabalhando, de menos discurso e mais ação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Carla.

Com a palavra, o Deputado Carlos Veras e depois falará a Deputada Caroline de Toni.

Deputado Carlos Veras, V.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. CARLOS VERAS (PT - PE) - Sr. Presidente, Sr. Relator Samuel Moreira, antes de entrarmos no debate aqui direto da Previdência, não dá para não responder a uma agressão tão forte como tem sido de costume de alguns Parlamentares, de tentar criminalizar o movimento sindical, criminalizar os movimentos sociais, criminalizar as manifestações, as reivindicações legítimas da classe trabalhadora. Infelizmente isso não contribui em nada para a democracia no País.

A greve da última sexta-feira não foi criminosa. Havia, sim, estudantes, professores, pais de famílias lutando pelo seu direito à aposentadoria — pelos seus direitos. Isso é democracia. Se não fossem as greves e as paralisações, não existiriam direitos para a classe trabalhadora, não existiria a democracia neste País, a qual nos permite ouvir inclusive o que ouvimos há pouco tempo.

Então é importante deixar registrado que essa criminalização da Esquerda e dos partidos políticos por alguns Parlamentares não ajuda em nada o Estado Democrático de Direito, porque os que acusam não dão respostas para um monte de indagações que, oportunamente, têm sido feitas — e voltaremos a fazê-las.

Vamos, Deputado Samuel, para o seu relatório. Eu queria dialogar com V.Exa., como estamos dialogando, e agradecer pela oportunidade, pela acolhida de sempre, por nos escutar, tanto V.Exa. como sua assessoria, mas nós precisamos avançar na questão do trabalhador rural.

Desde a manhã, nesta Comissão, tenho ouvido os Parlamentares dizendo que está fora, outros dizendo que não está totalmente fora. Se há dúvidas, se há várias interpretações, é porque o texto não está claro, e nós precisamos encontrar uma saída.

Se V.Exa. observar o seu substitutivo, verá que o inciso II do parágrafo 7º trata da aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras rurais: *"70 anos de idade, se homem, e 55 anos de idade, se mulher, para os trabalhadores rurais e para os que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, nesses incluídos o produtor rural, o garimpeiro e o pescador artesanal"*. O parágrafo 2º do artigo 19 diz: *"A partir do dia 1º de janeiro de 2020, o tempo de contribuição previsto no inciso II do caput será acrescido em 6 meses a cada ano, até atingir 20 anos para o homem"*.

Então, nessa regra de transição, é preciso deixar claro, para que não haja dúvida: "exceto os trabalhadores e as trabalhadoras rurais", senão fica a interpretação de que os homens trabalhadores rurais vão ter que contribuir por 20 anos, com comprovação da sua atividade rural e de contribuição, para poder se aposentar. É importante que nós possamos evoluir numa redação que deixe claro que os trabalhadores e trabalhadoras rurais estão fora dessa proposta de reforma da Previdência.

Outra questão referente aos trabalhadores rurais é que, muitas vezes, aqui, no Parlamento, os nobres Deputados e Deputadas não conseguem compreender a diferença entre os trabalhadores agricultores familiares, os trabalhadores rurais e os assalariados rurais, que trabalham na safra da cana, da fruticultura, que trabalham principalmente na entressafra. Pois bem, se se mantiver essa regra de 20 anos de contribuição para esses trabalhadores — e precisaremos encontrar um meio de deixar claro que os assalariados rurais não vão ter que comprovar 20 anos de contribuição à Previdência para se aposentar —, será muito difícil que eles se aposentem.

Por quê, Deputado Samuel Moreira? Porque um trabalhador que trabalha no corte da cana, que trabalha na fruticultura, que é safrista trabalha em média 4 meses por ano. São 4 meses por ano! Eu fiz até uma tabelinha, para não termos dúvida. Ele trabalha 4 meses por ano e tem que comprovar 240 contribuições. Isso quer dizer, Deputado Samuel, 60 anos trabalhando. Se formos considerar a idade com que ele começou a trabalhar, teremos o seguinte: se ele tiver começado aos 16 anos, ele terá que ter 76 anos — Sras. e Srs. Deputados, 76 anos! —; aos 18 anos, 78 anos; aos 20 anos, 80 anos.

Portanto, precisamos melhorar esse texto. Nós precisamos não deixar dúvida alguma para nenhum trabalhador, para nenhuma trabalhadora, seja o assalariado rural, seja o agricultor familiar, sobre o processo de sua aposentadoria, do seu benefício previdenciário.

Mais um ponto, Deputado Samuel: a questão da pensão. No caso de falecimento da mulher ou do homem, se um deles for aposentado, mesmo que com um salário mínimo, o outro não consegue acumular a pensão; ela é reduzida para menos de um salário mínimo.

Eu acredito que V.Exa. tenha sensibilidade suficiente para entender que um salário mínimo não é uma renda razoável para o sustento de uma família. Então, no caso de quem acumularia uma pensão de um salário mínimo, sugiro que isso seja considerado e não seja reduzido a menos de um salário mínimo.

Como se considerar, pela Constituição, que uma pessoa pode receber um benefício menor do que um salário mínimo? Salário mínimo é para comprar os remédios. Muitas vezes, o aposentado ajuda no sustento da família, dos netos, dos bisnetos. Então, que isso possa ser considerado, para que não haja redução na pensão de quem ganha um salário mínimo. Seria importante que se pudesse considerar essa questão.

Outro ponto importante é a questão da transição, é a questão do tempo para se aposentar por tempo de contribuição. Está sendo considerado aqui, Deputado Samuel, 100% da contribuição. Hoje considera-se 80% das maiores contribuições. Isso vai levar muitos trabalhadores e trabalhadoras que poderiam se aposentar com 2 mil reais, com 2.400 reais, a ter que se aposentar com mil e poucos reais. Então, precisaríamos considerar esse processo para aqueles que ganham menos, para aqueles trabalhadores que recebem um salário, dois salários mínimos.

É preciso considerar essa questão até no aumento do tempo de contribuição de 20 anos para os homens. Por que vamos aumentar para quem ganha um salário mínimo? Por que mudar as regras para aqueles que ganham um salário mínimo? Para que vamos dificultar o acesso ao benefício da Previdência para aqueles que ganham simplesmente um salário mínimo?

A outra questão é em relação aos trabalhadores que trabalham em regime de periculosidade, como os vigilantes e os eletricitas. Esses trabalhadores estão sendo duramente penalizados. Precisaríamos considerar esses trabalhadores e não penalizá-los, como outros trabalhadores estão sendo penalizados.

Por que não considerar, Sr. Relator, a reivindicação dos vigilantes? Eles estão sendo penalizados. Por que não considerar a reivindicação dos guardas municipais; dos companheiros e companheiras que fazem o processo, inclusive dos oficiais de justiça, Sr. Relator, que também trabalham com risco?

Os militares, guardadas as devidas proporções, especificamente esses que são das Forças Armadas, não estão nas ruas, na linha de tiro. Não podemos conceder-lhes tantos privilégios e penalizar aqueles que estão na linha de tiro, que estão nas ruas. Com que cara nós vamos, ao ser parados numa *blitz*, olhar para os policiais rodoviários, para os policiais militares, para os guardas municipais? Precisamos considerar essas questões aqui na Comissão.

Presidente Marcelo Ramos, o Governo Jair Bolsonaro não tem maioria para aprovar absolutamente nada nesta Casa; não tem maioria para aprovar nada. O que passará aqui é o que este Parlamento assumir. Por isso, peço aos Deputados e às Deputadas muito cuidado nessa hora, pois terão que assumir em suas costas a responsabilidade de dificultar o acesso de milhões e milhões de trabalhadores neste País à aposentadoria. Com que cara vamos olhar para o porteiro do nosso prédio

quando ele estiver sabendo que aumentamos o tempo de contribuição dele, a idade para ele se aposentar? Com que cara vamos olhar para esses trabalhadores que estão servindo o café, a água aqui para nós, sabendo que estamos dificultando a aposentadoria deles? Com que cara vamos olhar para os nossos filhos, para os professores e para as professoras? Serão 7 anos a mais para as mulheres e 10 anos a mais para os homens. Com que cara nós vamos olhar para esses trabalhadores e para essas trabalhadoras, para os metalúrgicos, para o conjunto dos trabalhadores neste País?

O Governo Bolsonaro não tem maioria para aprovar a reforma. Então, este Parlamento não pode assumir a responsabilidade de colocar uma medida tão dura para o conjunto das trabalhadoras e dos trabalhadores. Esse aumento no tempo de contribuição, esse aumento na idade mínima vai penalizar muitos trabalhadores e muitas trabalhadoras.

E precisamos ficar atentos, porque, mesmo estando fora do relatório a capitalização e os Estados e Municípios, sabemos que podem voltar a qualquer momento. E temos que estar muito atentos, repito, porque capitalização é privatização da previdência pública, e este Parlamento tem uma responsabilidade muito grande com o povo brasileiro, com esta Nação.

Há, sim, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, alternativas; há caminhos a serem trilhados. Por que fazer uma reforma fiscal em cima do direito à aposentadoria de cada servidor, de cada servidora pública, de cada trabalhador, de cada trabalhadora da iniciativa privada? O conjunto desses trabalhadores é que gera a riqueza deste País. Nós não podemos aqui nesta Casa dificultar o acesso. Nós tínhamos que estar aproveitando este momento para construir o acesso a direitos importantes para a classe trabalhadora.

Esta reforma da Previdência não gera, Deputado Paulão, mais emprego. Foi dito que a reforma trabalhista ia gerar 6 milhões de novos empregos. Não é verdade; não gerou. Nem esta, que é dura, que é cruel, vai gerar.

Nós tínhamos outros caminhos a trilhar, inclusive com a reforma tributária, com a taxação das grandes fortunas, dos lucros e dividendos. Tínhamos tantas outras alternativas antes de propor uma cruel reforma como esta.

Aqui, respondo inclusive a uma Parlamentar que disse que, com esta proposta, quem ganha mais pagará mais e quem ganha menos pagará menos — o companheiro Deputado Bira do Pindaré já fez essas contas mais de uma vez: eu acho que a Parlamentar faltou à aula de matemática. Você não vai pagar menos porque a alíquota abaixou para 7,5%, se o seu tempo de contribuição aumentou em 5 anos. Que conta é essa?!

Precisamos colocar tudo na ponta do lápis; precisamos pegar a calculadora para ver que cada um que está por trás de nós aqui, fazendo funcionar este Parlamento; cada um e cada uma que está no seu local de trabalho fazendo com que a economia neste País pulse, fazendo com que este País continue vivo, está sendo prejudicado e penalizado por esta cruel e dura reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Delegado Marcelo Freitas, que foi o Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça e fez um belo trabalho.

V.Exa. tem o tempo de 10 minutos.

O SR. DELEGADO MARCELO FREITAS (PSL - MG) - Sras. e Srs. Deputados, eu queria inicialmente cumprimentar o Presidente Marcelo Ramos, que tem feito um trabalho exemplar à frente desta Comissão Especial, sem dúvida alguma dando o andamento devido a matéria tão importante e cara ao nosso País.

Ao mesmo tempo, eu queria também elogiar o honrado trabalho do Relator Samuel Moreira, que realmente se debruçou sobre a matéria e se esforçou para apresentar à sociedade brasileira um parecer que buscasse contemplar, na medida do possível, todos os interesses sociais. É claro que algumas questões estão sendo objeto de discussão nesta Comissão Especial e poderão sofrer complementação do voto ou até mesmo destaque por intermédio desta Comissão.

O que nos compete esclarecer, Presidente, é que nos parece uma verdade inquestionável que a reforma da Previdência é uma necessidade de nosso País.

Para poder elucidar essa questão, eu queria perpassar quatro pontos do Estado brasileiro. Início com a educação, que se encontra, sem sombra de dúvida, estrangulada. Passo pela saúde pública, extremamente deficitária. Incluo a segurança pública, ressaltando que 19 cidades brasileiras estão entre as 50 mais violentas do mundo inteiro. No Brasil nós matamos por dia, de acordo com dados do *Atlas da Violência*, cerca de 175 pessoas, sendo esse o maior número absoluto de homicídios em todo o planeta. Agregados a essa questão, os dados do IBGE nos mostram que aproximadamente 14% da população encontra-se desempregada, sendo que 28 milhões de brasileiros encontram-se subutilizados em nosso País, o que equivale a dizer que, sem dúvida alguma, o nosso País se encontra numa situação caótica.

Especialmente a questão do emprego nós temos que enfrentar, fazendo com que 28 milhões de brasileiros subutilizados, que são aquelas pessoas que procuraram emprego nos últimos 3 anos e não encontraram, busquem um lugar ao sol e

também encontrem um caminho neste Brasil, que, nas palavras do Ministro Paulo Guedes, foi corrompido pelo excesso de gastos públicos — o Estado efetivamente se agigantou e hoje não tem recursos para pagar as suas contas, as suas despesas. Se fomos corrompidos pelo excesso de gastos públicos, parece-nos uma verdade inquestionável também que fomos corrompidos pelo desvio de recursos públicos, Sr. Presidente. Nos últimos 16 anos, no Governo anterior, esses desvios de recursos públicos ficaram extremamente evidentes, especialmente quando levamos em consideração as empresas públicas e estatais brasileiras. Para se ter a dimensão da realidade dessa situação, nós perdemos em cada um dos últimos anos cerca de 300 bilhões de reais por conta da corrupção pública, por conta de dinheiro que fora roubado do povo brasileiro, de acordo com dados da Fundação Getúlio Vargas, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União, o que realmente faz com que tenhamos que enfrentar esses problemas, parafraseando o ex-Presidente, como nunca antes se fez.

Portanto, precisamos enfrentar esses problemas. Como devemos fazer isso? Parece-nos inquestionável que o primeiro ponto a ser enfrentado tem relação com as despesas previdenciárias. É claro que o projeto apresentado carece de aperfeiçoamento. É para isto que existe o Parlamento brasileiro: para debater, para discutir, para buscar aperfeiçoar.

Mas eu queria apresentar um dado extremamente objetivo, levando em consideração o que fora extraído do Orçamento de 2019. Os gastos previdenciários do Governo Federal neste ano de 2019 ficarão, segundo o Orçamento em vigor, 540 bilhões de reais acima dos gastos com saúde, educação e segurança pública, o que representa três vezes mais os gastos com essas áreas.

Realmente algo não vai bem e precisa ser reformulado. O sistema de previdência, consubstanciado em 1923 em nosso País com a Lei Eloy Chaves, sofreu algumas alterações no decorrer do tempo, e o sistema de repartição, que hoje se encontra em vigor, precisa ser remodelado, precisa ser reformulado, para que nós possamos rediscutir, neste ou em outro Governo, um caminho alternativo para enfrentar esses problemas.

Qual é a consequência básica disso, Sr. Presidente? É que o Brasil se encontra sem fôlego, o PIB *per capita* do nosso País a cada dia fica mais estagnado, e, realmente, países da América Latina se aproximam cada vez mais do nosso PIB *per capita*. É o caso, por exemplo, da Colômbia e do Peru, da Argentina e do México, que já ultrapassaram o PIB *per capita* brasileiro.

Então, nós precisamos enfrentar essas questões econômicas como nunca antes se fez, buscando realmente colocar o Brasil nos trilhos dos gastos públicos com responsabilidade e acabar com essa política nefasta, que criou uma geração de zumbis que perdeu o referencial do trabalho e busca apenas benefícios sociais para se manter.

Mas, como eu disse, a proposta apresentada pelo Governo carece e é digna de aperfeiçoamentos, e é para isso que existe a Casa do Povo, é para isso que existe este Parlamento.

Um ponto de que eu gostaria de me assenhorear e de esclarecer melhor, Presidente, é o que envolve aquelas instituições que estão diretamente relacionadas com as chamadas atividades de risco. Eu queria deixar claro que as instituições que exercem atividade de risco devem ter tratamento diferenciado na reforma da Previdência. Se pegarmos a visão aristotélica mais modernamente aprimorada por Rui Barbosa, a regra da igualdade consiste em tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualem. Os órgãos de segurança pública, Presidente, exercem atividade diferenciada e, portanto, merecem um tratamento diferenciado na reforma da Previdência.

Não existe igualdade debaixo do sol. Todos somos diferentes uns dos outros. Então, é preciso que esta Comissão tenha sabedoria para buscar equacionar, no relatório final, o que vai ser feito, e tenho certeza de que o nobre Deputado Samuel Moreira irá contemplar esse tratamento diferenciado na reforma da Previdência. E se isso não for feito, nós iremos fazer um destaque buscando realmente tratar com a diferença devida aquelas instituições que exercem atividades de risco em nosso País.

A quais instituições eu me refiro com clareza? Eu me refiro, sem prejuízo dos órgãos estaduais ou municipais — porque neste momento a Previdência separou Estados e Municípios —, aos órgãos federais. E quais são esses órgãos que exigem tratamento diferenciado? A Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal e também aqueles órgãos do Departamento Penitenciário Federal.

E por que eu digo isso, Presidente? Eu digo isso, meu nobre Relator — e nós tivemos inúmeras conversas sobre esta questão —, para que busquemos um texto consentâneo que coloque os órgãos de segurança pública no mesmo patamar.

Eu percebo, eminente Relator Samuel Moreira, que V.Exa. buscou tratar desta questão com o maior zelo, com o maior esmero, mas eu gostaria de fazer esse pedido, porque estamos todos em unidade de entendimento buscando aprovar a reforma — é óbvio que com o menor impacto fiscal possível, mas sempre tentando estabelecer uma visão de igualdade. E, para isso, eu peço a V.Exa. que busque um pouco mais de igualdade entre as categorias que exercem a chamada segurança pública em nosso País.

E o que os órgãos federais pedem a V.Exa. e ao nobre Presidente? Eles pedem que nós possamos tratar a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal nos moldes do tratamento que se tem dado aos policiais militares e aos militares na reforma da Previdência. Essa é a essência da regra da igualdade.

Aqui eu trato especificamente de quatro pontos. Ponto um: a questão da integralidade e da paridade. O Relator tratou muito bem da integralidade em seu texto. Ele trata também da diferenciação entre homens e mulheres, porque a atividade é perigosa e tem que ter tratamento diferenciado. Trata também da pensão por morte e da regra de transição.

Eminente Relator Samuel Moreira, peço a V.Exa. que, numa eventual complementação de voto, leve em consideração esses aspectos, para que possamos chegar a um termo de consenso e para que o partido do Presidente da República, o PSL, vote em peso a favor do seu relatório, fazendo com que o Brasil encontre realmente o caminho do crescimento e da prosperidade.

Muito obrigado. V.Exa. tem todo o nosso apoio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Marcelo.

Com a palavra o Deputado André Figueiredo.

Eu pergunto se V.Exa. vai acumular o tempo de Líder. (*Pausa.*)

Tem a palavra o Deputado André Figueiredo, pelo tempo de 20 minutos.

Depois falará o Deputado Beto Pereira.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, colegas Deputados, antes de mais nada, quero saudar o Relator e V.Exa. pela paciência, por estarem aqui democraticamente ouvindo todas as exposições, uma vez que na Comissão passada, na época do Temer ainda, isso não se evidenciava e muitas vezes vários dos colegas não tiveram oportunidade de falar ou de dar sugestões, porque o Relator se ausentava em vários momentos e não prestava atenção naquilo que poderia servir de subsídio para complemento de voto.

Mas antes de entrar no mérito da reforma da Previdência e no relatório do Deputado Samuel Moreira, eu queria mais uma vez ressaltar o que vimos batendo há bastante tempo.

A reforma da Previdência não é a mãe de todas as reformas. Talvez isso seja quase um consenso nesta Casa. Infelizmente, ela se evidencia por conta de uma pressão demasiadamente grande por parte do sistema financeiro, que, num primeiro momento, tentou implantar um regime que apresentou grande insucesso em praticamente todos os países — e posso dizer: em todos — quando não previu a contribuição patronal, que é o regime de capitalização.

Esse regime, felizmente, pelo menos num primeiro momento, foi retirado do relatório pelo Deputado Samuel Moreira, mas alguns Deputados do atual Governo, completamente desconhecedores do malefício que é o regime de capitalização proposto, mesmo que de forma incipiente, pelo Ministro Paulo Guedes, defendem esse regime, inclusive aqui na audiência pública. Sabemos o que ele poderia acarretar para aqueles que estivessem entrando no mercado de trabalho ou saindo do regime de repartição e, conseqüentemente, não tivessem mais a opção de ter essa parte da contribuição patronal garantida. Mas essa parte foi retirada do relatório.

É bom que se fale também de outro aspecto: o gasto máximo da União já está dado pela PEC do Teto de Gastos. Portanto, qualquer resultado primário aperfeiçoado só será possível com o aumento da arrecadação, e o aumento da arrecadação só será possível quando o Brasil voltar a crescer. O Brasil não está conseguindo crescer, o Brasil está em estagnação há algum tempo, vivendo uma recessão sem precedentes, em que a sua população mais carente vive um momento de extrema dificuldade. Não se trata apenas dos quase 14 milhões de desempregados, mas também dos 5 milhões de desalentados, dos 13 milhões de subempregados. Enfim, é uma legião de brasileiros que beiram o desânimo e dizem: "*Não adianta eu sair de casa, porque não vou conseguir emprego*".

Vimos que, de 2015 para cá, o Regime Geral da Previdência Social começou a apresentar certo déficit, que não apresentava antes. O fato de excluirmos a DRU para a seguridade foi também, digamos assim, um grande avanço. Quando há menor empregabilidade, evidentemente há menor arrecadação previdenciária, há maior gasto com o seguro-desemprego, inclusive utilizando-se recursos do FAT. Isso, lógico, amplia também o déficit nas contas da seguridade. E nós temos que atender claramente os anseios da população brasileira, que clama por emprego. Aí vamos dizer: "*Fazemos a reforma da Previdência e, no dia seguinte, ou em 2 ou 3 meses, teremos mais empregos?*" Não vou alardear, mas o que vimos, desde a reforma trabalhista, é: "*Vamos tirar direitos, porque é melhor ter emprego do que direito*". O desemprego só fez aumentar, a desesperança só fez aumentar. Eu não vejo relação fática nenhuma nisso. Aliás, queria que alguém pudesse explicar quando alguém diz: "*Façamos a reforma da Previdência, e amanhã teremos mais empregos*". Isso não existe! Agora, façamos uma reforma tributária, e tenho absoluta convicção de que ela pode gerar menor imposto sobre o consumo.

Ao gerar menor imposto sobre o consumo, consequentemente alavanca as vendas e aquece o comércio. Aquecendo o comércio, aquece a indústria. Aquecendo a indústria, lógico, aumenta o emprego, tanto na indústria quanto no comércio e serviços, e aumenta a arrecadação previdenciária, iniciando novamente um círculo virtuoso.

Sr. Presidente, Sr. Relator, eu queria utilizar, até para reforçar o que estou dizendo, uma reportagem que saiu hoje no *Valor Econômico* com o ex-Ministro Roberto Mangabeira Unger. Ele concorda — claro, todos nós concordamos — que é indispensável acertar as contas do Estado brasileiro. Mas, para quem? Com que intuito? Ele diz, de forma muito inteligente: *"Temos que, de fato, consertar as finanças do Estado, mas não é para conquistar a confiança financeira, é para que o Brasil e seu Governo não tenham que depender da confiança financeira e possam usar na construção de um projeto de desenvolvimento"*. Qualquer conserto nas contas do Estado necessariamente teria que passar por isso.

Feito esse preâmbulo, Sr. Presidente, Sr. Relator, colegas Deputados, eu queria me ater um pouco ao relatório que o Deputado Samuel Moreira fez com muita paciência e com muita competência, evidentemente sem querer dizer com isso que concordo, no mérito, com o teor do seu relatório.

Inicialmente, quero falar de um tópico que, para nós, é preliminar, mas se reveste de uma gravidade muito grande, nobre Relator, que é a questão da desconstitucionalização. No meu entendimento, a desconstitucionalização proposta em seu relatório foi agravada, porque ela remete a lei simples, não mais a lei complementar. Vários tópicos estão sendo remetidos a lei ordinária. Quando falamos aqui, por exemplo, que a idade mínima não foi desconstitucionalizada, é verdade, não foi, mas todos os demais regramentos foram e remetem-se a lei ordinária, ou seja, exigem maioria simples no plenário.

Então, uma das solicitações, Relator, que eu sei que V.Exa. não vai...

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Sr. Presidente, eu queria que V.Exa. pedisse silêncio.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Mais uma vez, vou chamar aqui os trabalhos à ordem. Eu me dirijo principalmente ao pessoal que está próximo à porta. Peço que façam silêncio para ouvirmos o Deputado André Figueiredo. Continue, Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Eu já estou bem satisfeito, mas, como o Relator deixou essa porta aberta para fazermos sugestões, quero sugerir algo que poderia ser feito. Sei que ele não modificará essa desconstitucionalização de lei ordinária para lei complementar em seu complemento de voto, talvez não o faça.

Eu gostaria que V.Exa., Relator, prestasse atenção no que vou propor, com todo o respeito ao Deputado Paulo Azi. Pelo menos nesse aspecto, eu gostaria que V.Exa. prestasse atenção. V.Exa. poderia colocar uma trava para que nenhuma modificação na legislação previdenciária possa ser feita através de medida provisória. Nenhuma! Isso é imprescindível para que, de repente, não tenhamos o Presidente de plantão editando medida provisória, que tem efeitos imediatos. Então, como é lei ordinária — e medida provisória é lei ordinária —, eu gostaria que essa trava pudesse ser colocada... Eu vou esperar ter a atenção do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Peço a suspensão do tempo só um pouquinho. Estamos cumprimentando aqui o nosso Vice-Presidente, o Deputado Marcos Pereira, que nos visita.

Obrigado pela sua presença, Deputado.

Retorno a palavra ao Deputado André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Perfeito, Presidente.

Então, Deputado Samuel Moreira, eu creio que essa trava seria de extrema valia para que evitássemos a edição descabida de medidas provisórias. O senhor está vendo como é importante que tenhamos uma discussão. De repente, pode vir uma medida provisória e atingir milhões de brasileiros, porque ela tem vigência imediata. Então, se é para desconstitucionalizar — nós não queremos isso e vamos apresentar destaques nesse sentido —, acho que uma complementação de seu voto, evitando que medidas provisórias versem sobre questões previdenciárias, já seria de bom tamanho.

A segunda questão se refere ao trabalhador rural. Isso foi muito discutido e falaram que saiu do texto. Não saiu! Saiu "trabalhadora rural". O regramento que saiu foi o do agricultor familiar, em que V.Exa. modificou a safra mínima, que era de 600 reais. Mas o aumento paulatino de 15 para 20 anos, de 6 em 6 meses, no tempo mínimo de contribuição para o trabalhador rural — na verdade, para o trabalhador como um todo — permanece. Então, para todos nós, há quase uma convicção de que o trabalhador rural não conseguirá se aposentar, uma vez que hoje, em média, para ter os 15 anos de contribuição comprovada, ele chega à idade de 65 anos. Consequentemente, para ter ainda mais 5 anos de contribuição, provavelmente terá que comprovar mais 15 anos, uma vez que em média ele trabalha 45 anos para conseguir comprovar 15 anos. Então, o trabalhador rural está sendo penalizado mais uma vez no relatório de V.Exa.

Vou falar agora das regras de transição. Quanto ao pedágio de 100%, V.Exa. somou com a idade mínima. Isso é até compreensível para quem tem estabilidade, mas, para quem não tem, Deputado, é verdadeiramente decretar a não possibilidade de se aposentar. Isso acontecerá com a grande maioria do povo brasileiro, uma legião de pessoas. V.Exa. pode dizer: "*Mas ele pode se aposentar com 20, 25, 30 anos de contribuição*". Tudo bem, mas quem ganha 2 mil reais, se não contribuir pelo tempo mínimo exigido, terá um decréscimo de 2 pontos percentuais a cada ano que antecede os 40 anos. Talvez não tenhamos nos atentado para o fato de que certamente se garante uma aposentadoria de um salário mínimo para o povo brasileiro, mas, para quem ganha 2 mil reais, baixa-se para 1.200 reais, de repente, o que é uma perda considerável. E todos nós sabemos que mais de 80% da população brasileira têm uma faixa salarial de até três salários mínimos. Não podemos chamar de privilegiado quem ganha até três salários mínimos.

Há uma coisa que nós tiramos e sobre a qual já falei aqui no início: a questão do regime de capitalização. Quanto ao regime de capitalização, nós do PDT inclusive topariamos discutir... Não quero ser chato, mas vamos lá...

No regime de capitalização, nós topariamos discutir...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Deputado André, desculpe-me. Faço questão que V.Exa. retome o que estava falando.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Não, não, eu vou passar esse tópico importante.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Eu acho que os assuntos que V.Exa. comentou são: o rural, a contribuição do rural, o tempo mínimo, a questão de MP. Eu estou anotando aqui. Se houver mais alguma coisa...

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Eu sei disso.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Agora, eu vou analisar esses casos aqui realmente.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - Perfeito.

Quando eu vejo que o assunto requer de V.Exa. maior atenção, inclusive peço sua atenção. Não se preocupe, porque sei que é enfadonho passar o tempo todo aqui.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Não é não. Está tudo bem.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO (PDT - CE) - O que eu queria colocar aqui e alertar, nobre Relator, é que foi retirado o regime de capitalização. V.Exa. modificou o § 15 do art. 40 da Constituição Federal e praticamente privatizou a previdência complementar do servidor público para os entes da Federação. Na nossa Constituição, o § 15 do art. 40 é bastante claro:

Art. 40.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, (...), por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.

V.Exa. tirou "natureza pública". Em seu relatório, V.Exa. coloca:

Art. 40.

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 oferecerá plano de benefícios somente na modalidade contribuição definida, observará o disposto no art. 202 e será efetivado por intermédio de entidade fechada de previdência complementar ou de entidade aberta de previdência complementar.

V.Exa., no relatório, tirou "natureza pública". Eu gostaria que V.Exa. atentasse para o que isso significa. Isso significa, na prática, colocar nas mãos do sistema financeiro, que está ávido por todo esse fundo de previdência complementar dos servidores dos entes federados, a questão dessa previdência complementar.

No tocante às pensões, cabe aqui também fazermos uma autocrítica em relação às audiências públicas que aqui ocorreram. Parece que nós encaramos as pensões como um tema de menor importância. Não fizemos nenhuma audiência pública sobre esse tema. E aqui não fica claro, em nenhum momento, a garantia de um salário mínimo para as pensões. Temos a garantia de que o pensionista receberá, no mínimo, um salário mínimo, mas somado a todos os outros benefícios que ele porventura tiver. Então, não existe, por exemplo, a garantia da pensão de um salário mínimo no caso de falecimento de um dos cônjuges. Pode ser que essa pensão seja até de 400 reais. Pode ser que haja um decréscimo muito grande na renda. Nós temos que nos atentar para isto: se tirarmos uma parte da renda de quem já vive um sofrimento muito grande pela perda do cônjuge, reduzindo 40% da renda dessa pessoa, dessa viúva — porque, na maioria das vezes, é a mulher que

fica, até por conta de a longevidade masculina ser menor —, isso significa um decréscimo para quem ganha até o teto do Regime Geral.

Eu não vou aqui entrar mais na discussão do acúmulo de pensões. Eu farei isso em outro momento, até porque esse tema é excessivamente técnico. Eu vou apresentar, portanto, em outro momento a questão do acúmulo de pensão com aposentadoria. Mas eu queria ressaltar que, na emenda substitutiva do PDT, nós colocamos que não haveria de forma alguma corte em pensão para quem tem isso como uma única fonte de rendimento familiar e para quem ganha até o teto do Regime Geral da Previdência Social. Insisto em dizer que 83% dos assalariados brasileiros têm renda de até três salários mínimos. Então, nós não estaríamos falando em tirar de forma alguma benefícios de privilegiados, estaríamos mantendo um mínimo de dignidade para quem já tem uma perda extremamente excessiva, que é o caso daquele que perde um ente querido.

Enfim, eu também não quero aqui ficar repetindo, mais uma vez, o que nós já falamos em algumas oportunidades. O que eu queria deixar muito claro é que nesse texto nós estamos nos preocupando, evidentemente, em trazer maior equilíbrio às contas públicas do Brasil, mas temos que ter a clareza de que estamos mexendo com a vida de milhões de brasileiros. Por mais que estejamos dando à pessoa o direito de se aposentar com um salário mínimo, estamos tirando de uma grande parcela da população, primeiro, a esperança de se aposentar com o mínimo de dignidade.

Volto a bater na tecla dizendo que reduzir essa média, passando dos 80% maiores salários para 100% de todos os salários, desestimula as pessoas a buscarem melhor rendimento na sua vida efetiva de produtividade, que notadamente se dá acima dos 35 ou 40 anos de idade, porque ele vai ter que levar todo o passivo de sua idade mais jovem para a sua aposentadoria, ao longo dos 40 anos de contribuição, e não ter, de forma alguma, como retirar aquilo dali ou pelo menos parte daquilo. É uma questão evidentemente de visão, visão de relatórios. Nós teríamos outra visão. Aí se respeita o posicionamento do Relator, mesmo discordando.

Mas queríamos pelo menos solicitar, Deputado Samuel Moreira, que V.Exa. pudesse, na sua complementação de voto, observar alguns dos aspectos que nós colocamos aqui. Trata-se de questão de justiça, trata-se de questão de preservarem direitos. Não estou dizendo que seja o Governo atual, não. Pode ser um governo futuro, claro. Todos os últimos Governos fizeram uma espécie de reforma da Previdência. O que nós estamos querendo é preservar a Previdência, para que efetivamente tenha um caráter de proteção social, de proteção àqueles que trabalharam a vida toda e que, na hora em que mais precisam, podem se ver desamparados. Consequentemente queremos evitar que o nosso País tenha a sua velhice cada vez menos preservada.

Mais uma vez, agradeço a atenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado, Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado André Figueiredo.

Eu passo a palavra ao Deputado Beto Pereira, pelo tempo regimental de 15 minutos.

Em seguida, falarão o Deputado Nilto Tatto, o Deputado Capitão Alberto Neto e a Deputada Alice Portugal.

O SR. BETO PEREIRA (PSDB - MS) - Nobre Presidente, nobres pares, gostaria aqui, antes de iniciar os meus comentários, de parabenizar o Deputado Marcelo Ramos, Presidente desta Comissão, pela serenidade, pela firmeza e pelo espírito democrático com que conduziu o processo de análise desta Comissão até o momento. Quero cumprimentar também o Deputado Silvio Costa Filho pelo apoio incondicional que deu a esta Presidência na condução dos trabalhos.

Cumprimento também o nosso querido Relator, o Deputado Samuel Moreira, dando o meu testemunho ocular da dedicação e da responsabilidade de S.Exa. na tentativa singular de harmonizar o seu trabalho dentro do relatório. Quero aqui externar e tornar isso público, haja vista o esforço, junto aos membros desta Comissão, de destrinchar projeto de tamanha relevância para o Brasil e para os brasileiros.

Desde o início das nossas manifestações e do debate nesta Comissão, a nossa sustentação sempre foi favorável à reforma. Destacamos sempre a sua necessidade, destacamos sempre a necessidade de preservarmos os direitos adquiridos, mas sempre ressaltando o papel desta Casa em modular o texto para que pudéssemos garantir o equilíbrio fiscal, todavia garantindo a justiça social, mantendo essa importante rede previdenciária dos trabalhadores brasileiros e das famílias brasileiras.

O PSDB, nobre Relator Samuel, nosso Presidente Silvinho, foi o primeiro que, como partido, fechou questão no texto principal e no relatório do Deputado Samuel Moreira. Nós somos favoráveis à reforma da Previdência. Os ajustes das regras têm como objetivo a equidade e a convergência entre os diferentes regimes. Precisamos — e graças a Deus — considerar que estamos vivendo mais: a mulher até os 85 anos de idade e os homens até aproximadamente 81 anos de idade.

Com isso, com dados que foram objeto da justificativa da chegada desse projeto à Câmara dos Deputados — a despesa pública de 2017 chegou ao patamar de 890 bilhões de reais, o que representou quase 14% do PIB —, comprovamos assim o crescimento acelerado da despesa previdenciária. Isso requer urgência. Precisamos gastar menos com Previdência para podermos gastar mais com o cidadão na saúde, na educação.

Agora, partindo para aquilo que foi objeto de discussão durante todo esse período de produção do relatório do nobre Deputado Samuel Moreira, são inegáveis os avanços que foram introduzidos por V.Exa., Deputado Samuel. Grandes avanços ocorreram, garantindo aqui, repito, justiça social, mas garantindo também o tão necessário resultado fiscal. É leviana qualquer afirmativa de que houve aqui, por parte do Relator ou por parte da Comissão, qualquer tentativa de desidratar a eficiência fiscal. Confidencio que, na verdade, Parlamentares, na sua essência, não enxergam só números, enxergam também as pessoas.

É importante consignar o quanto V.Exa. foi generoso ao retirar um novo regramento perverso ao BPC. V.Exa. não permitiu a diferenciação no valor das aposentadorias por invalidez em razão da causa. Ninguém escolhe a causa para ficar inválido. V.Exa. teve essa sensibilidade. V.Exa. aprimorou o salário-família, manteve num patamar aceitável o abono salarial, criando uma circunstância mediana. A pensão por morte, mencionada pelo meu antecessor, foi garantida para aquele que tem como única renda o salário mínimo. V.Exa. criou uma regra de transição, mais uma, para o RGPS e outra regra para o RPPS, com um pedágio, que muitos podem julgar alto, mas pelo menos agora nós temos uma regra de transição para o RPPS bem definida. V.Exa. foi corajoso ao destinar aquilo que estava reservado ao BNDES, 28% dos recursos do PIS. V.Exa. foi corajoso em acatar a emenda do nobre Deputado Eduardo Cury e incluir no seu relatório, trazendo esses recursos para a Previdência Social.

V.Exa. suprimiu a capitalização. Não que sejamos contra ou a favor, mas V.Exa. remeteu a outro momento a discussão da capitalização, um avanço também considerável. V.Exa. trouxe algo que foi elogiado por esmagadora maioria desta Comissão, que foi o aumento da alíquota do imposto cobrado às instituições financeiras, a CSLL — Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de 15% para 20%. Ora, isso não foi unanimidade dentro da Comissão porque obviamente os banqueiros não gostaram.

Agora, é importante também, nobre Relator, nós consignarmos que existem pontos a serem melhorados. E V.Exa. tem sido atencioso, tem sido metódico em escutar, em anotar, em ouvir para depois, numa complementação de voto, poder agregar novos subsídios. Aqui até a própria Oposição sugeriu algo que eu acho extremamente relevante: não se pode, através de medida provisória, tratar da Previdência. Faço aqui coro com a Oposição nessa reivindicação. É importante nós consignarmos os objetos de algumas discussões, inclusive de emendas, que o próprio PSDB elaborou e que V.Exa. acatou parcial ou totalmente, mas que ainda ficaram fora do seu relatório.

Nós precisamos, na fórmula de cálculo da aposentadoria, considerar 80% das melhores contribuições. Para aquele que ganha pouco, para aquele que tem, para a sua aposentadoria, até dois ou três salários mínimos, o peso de 300 reais, de 400 reais é muito grande. Eu faço um apelo a V.Exa. que faça essa reconsideração e a inclusão disso ainda no seu relatório.

Ao longo de todo o debate, eu sempre fiz uma defesa para que nós tivéssemos o máximo de simetria possível. Houve a diferenciação de gênero, entre homens e mulheres, no RGPS, houve no caso dos professores, houve em todos os casos. Fica muito difícil nós sustentarmos por que não foram contemplados os policiais. Será a única aposentadoria sem diferença de 3 anos no gênero entre homens e mulheres.

Em relação à pensão por morte, tanto deve aumentar o valor das cotas, como também o valor da acumulação, impedindo assim que haja uma drástica queda na renda do núcleo familiar que comprometa as despesas de sobrevivência, como gastos com remédios, planos de saúde, entre outros.

Veja bem, nobre Relator, com a perda de um dos entes que estão segurados, existe, sim, uma diminuição das despesas. Mas algumas despesas são fixas, como aluguel, IPVA, água, luz. Muitas vezes, isso fica estático. E nós precisamos ter uma sensibilidade, um olhar para trazer algo que seja médio entre o que existe hoje e o que foi proposto, para termos algo que esteja no meio, para não prejudicarmos tão fortemente essas famílias.

Faço um apelo aqui também pessoal. É importante demais nós não descuidarmos — eu sei que isso está sendo bem conversado entre as Lideranças — de incluir Estados e Municípios. E faço uma fundamentação muito clara. Quando um Estado passa por dificuldades drásticas nas finanças, quando é decretada intervenção federal dentro de um Estado — aconteceu recentemente no Rio de Janeiro; o Estado ficou incapaz de pagar ativos e inativos —, quem arca com todas as despesas? A União. É a União a mãe de todos. Então, nós precisamos entender que todos os entes federados devem ter os mesmos direitos, mas também as mesmas responsabilidades. Então, faço um apelo para que possamos incluir, sim, Estados e Municípios. Devemos incluir Estados e Municípios.

Quero, para finalizar, dizer que V.Exa. sofreu algumas críticas — e críticas infundadas — logo após a divulgação do seu relatório. Mas eu queria aqui consignar algo que é pensamento meu e que estarei observando dentro desta Comissão. O Governo, que classifico como camaleão, acusa o Relator e a Comissão de desidratação, enquanto, nos corredores, Parlamentares fazem acordo com algumas categorias. Eu vou estar aqui atento ao posicionamento do partido do Governo nos destaques: quero ver se há coerência entre a voz e o voto.

É o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Quero o parabenizar o Deputado Beto Pereira pela lucidez.

Conversando com o Deputado Samuel Moreira, eu destacava a qualidade do debate que está sendo feito aqui, sobretudo a forma técnica, didática, objetiva e responsável com que a Oposição tem tratado o tema reforma.

Com a palavra o Deputado Nilto Tatto.

V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sr. Presidente Silvio Costa Filho, parabenizo V.Exa. pela condução dos trabalhos.

Quero também cumprimentar o meu amigo Deputado Samuel Moreira, que tem o grande desafio de relatar um projeto de reforma que eu diria inoportuno para este momento.

Mesmo considerando a fala recente do Presidente, elogiando o debate técnico aqui sobre a proposta, eu não queria me ater simplesmente ao debate técnico da proposta, o que, de certa forma, escamoteia o significado dessa proposta do ponto de vista do enfrentamento dos grandes problemas que o Brasil tem hoje, especialmente os de desenvolvimento e também os políticos e sociais.

Nós estamos chegando aos primeiros 6 meses do Governo Bolsonaro. Infelizmente, o que nós vemos é uma absoluta falta de ideias e de propostas para os principais problemas nacionais. Para o Presidente da República, as preocupações maiores do Poder Executivo são armar a população, rever a tomada de três pinos e modificar o acordo ortográfico. Em relação às políticas de combate à pobreza e de fomento à geração de emprego e renda, não foi apresentado nenhum programa governamental. Pergunto a quem está nos acompanhando nesta Mesa e aos nobres colegas Parlamentares aqui presentes se alguém consegue citar um exemplo de política de geração de emprego do dia 1º de janeiro até agora, se houve alguma medida nesse sentido.

O discurso oficial coloca a reforma da Previdência como panaceia, remédio para todos os males, como se ela bastasse para, num passe de mágica, liberar a entrada de investimentos e fazer a economia andar. Eu me lembro, 3 anos atrás aproximadamente, do debate na mídia monopolista deste País e aqui dentro desta Casa com relação à reforma trabalhista. Pregava-se que, em 3 meses, 6 meses, 8 meses após a reforma trabalhista, nós iríamos ter emprego em abundância e com bons salários para todos. De lá para cá, temos visto, mês a mês, o desemprego aumentar. Então, não dá para debater a reforma da Previdência separada de outras grandes questões, até porque a reforma da Previdência não foi um tema de debate na campanha eleitoral.

Eu também me lembro — quem está nos assistindo deve ter acompanhado — de comentaristas econômicos, políticos e mesmo apresentadores populares, que na época foram contratados, dizerem que, se aprovássemos uma emenda da Constituição para congelar os investimentos na área de saúde, educação, segurança pública, ciência e tecnologia; se cortássemos os recursos do Minha Casa, Minha Vida, do Bolsa Família e de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Alimentação Escolar, programas que foram incluindo as pessoas, num projeto de País, tirando a população da miséria, o Brasil voltaria a gerar empregos e a crescer.

Hoje, quando andamos pelo País afora, quando visitamos qualquer Município, vemos o sufoco dos Prefeitos, porque o desemprego aumentou. Quem pagava por um plano de saúde, por mais mequetrefe que fosse, está hoje sendo atendido no SUS; quem pagava mensalidade por uma escolinha particular para o filho está hoje na escola pública, e os Prefeitos estão com menos recursos para atender à demanda.

Também vendeu-se a ideia de panaceia no sentido de que, tirando garantias previstas na Constituição e congelando recursos, o País voltaria a crescer, a retomar o crescimento. É mais ou menos com essa lógica que agora se querem permitir a retirada de direitos e garantias previstas na Constituição, como consta do relatório, por meio de lei, como a possibilidade de se acabar com direitos de aposentadoria com uma medida provisória.

Ninguém nega a necessidade de fazermos um debate considerando a perspectiva de vida da população brasileira, que tem aumentado. Aliás, tem aumentado nos últimos anos porque houve investimentos sérios, a partir do Orçamento, em um conjunto muito grande de programas sociais, que fizeram, inclusive, com que o País saísse do mapa da fome. A consequência desse conjunto de políticas sociais fez com que a perspectiva de vida do brasileiro aumentasse.

Ninguém nega a necessidade de se discutir todo o sistema de produção social para o futuro, uma vez que vemos os tipos de emprego mudarem, em função das novas tecnologias. Ocorre que ninguém tem a coragem de debater aqui, por exemplo, da diminuição da carga horária. Todo mundo reconhece que a concentração de renda tem aumentado no mundo todo, inclusive no Brasil — é só examinar o relatório que a OXFAM vem fazendo —, mas ninguém quer debater meios para que a renda desses que estão ficando cada vez mais ricos seja distribuída e que com isso se possa diminuir a carga horária de trabalho e gerar-se mais empregos.

Eu vou citar um exemplo que não veio para o debate: nós temos hoje 14 milhões de pessoas desempregadas — falo daqueles que estão procurando emprego, já não falo daqueles que já desistiram há mais de ano e que estão vivendo de bicos. Quem está me ouvindo siga o raciocínio — Deputado Samuel Moreira, seria importante V.Exa. considerar esse cálculo, porque temos um conjunto enorme de obras que estão paradas: se considerarmos 28% de um salário médio de 1.300 reais — 8% do empregado e 20% do patrão —, haverá um recolhimento por mês de 364 reais para o INSS. Por ano, considerando uma pessoa, seriam 4.732 reais. Multiplicando-se isso por 10 milhões de pessoas, 10 milhões de empregos, tem-se a arrecadação de 47 bilhões de reais em um ano. Se multiplicarmos isso por 10 anos, que é a conta que se está fazendo, serão 473 bilhões de reais. O Relator está projetando aqui, em 10 anos, 860 bilhões de reais, só com 10 milhões de empregos. Nós tivemos isso em 2015, aliás, tivemos muito mais empregos até 2015. Acompanham essa conta? Agora imaginem: retirados os descontos desses 1.300 reais, sobrarão de 900 a 1.000 reais no bolso do trabalhador. Se ele gastar isso no dia a dia, no comércio, fomentando a economia, outras rendas surgirão como efeito, e se estará criando uma outra política.

Caro Relator, amigo Samuel Moreira, nós devemos embutir isso, sim, neste debate da Previdência, e não ficarmos só no debate técnico. Esta Casa tem também a responsabilidade de cobrar outras políticas, para que não se venha fazer uma reforma que tire garantias, direitos garantidos na Constituição. Nesse sentido, este relatório vai afetar principalmente uma área. Eu vou citar um exemplo. Eu moro na Zona Sul de São Paulo, onde existe muita gente que trabalha no comércio e no *telemarketing* — estou me referindo a essa juventude que está entrando no mercado de trabalho agora e que não pertence a categorias, sindicatos fortes. Daqui a 30 ou 40 anos, chegará a hora em que esses irão se aposentar, e nós estaremos produzindo uma nova legião de miseráveis em 20 ou 30 anos.

Então, eu queria chamar a atenção para isto: da mesma forma como os sindicatos fortes fizeram na greve geral, na sexta-feira passada, é importante que a população se mobilize para não deixar avançar e não deixar passar esta reforma da Previdência, porque ela vai retirar direitos do conjunto dos trabalhadores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra o Deputado Capitão Alberto Neto, que disporá de até 15 minutos.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PRB - AM) - Obrigado, Sr. Presidente Deputado Silvio Costa Filho, do PRB.

Cumprimento o Relator, o Deputado Samuel Moreira.

Inicialmente quero parabenizá-los pela condução dos trabalhos. Talvez não seja o que o Brasil precisava no momento, porém os senhores conseguiram algo muito difícil: que esta reforma da Previdência passasse. Ela vai passar — vai ser votada e aprovada —, graças ao esforço da Mesa.

Eu gostaria de esclarecer alguns pontos para a população que está nos assistindo. Eu ouvi muitos absurdos aqui, e precisamos levar clareza para a população, de modo que ela entenda por que estamos fazendo esta reforma da Previdência.

É preciso entender que o País está quebrado, que até agora ele não conseguiu reagir. Vamos imaginar o País fosse a nossa casa: as contas da família estão no vermelho, e todos os meses pedimos empréstimo aos agiotas, a juros altíssimos. Para resolver isso, já que não teremos tão cedo um aumento do PIB, precisamos ajustar as contas. Precisamos reduzir os gastos para sairmos do negativo, do vermelho. Isso será uma demonstração para o mundo de que vivemos um novo momento, de que o País é sério, tem planejamento e sabe trabalhar suas contas.

Os governos passados trabalharam muito mal a parte financeira do País. Eles achavam que o Brasil era um poço sem fundo, que podiam roubar à vontade, que podiam pegar nosso dinheiro e investi-lo em Cuba e na Venezuela, que podiam deixar o Estado extremamente pesado, aparelhando-o com membros dos movimentos sociais, criando assim um círculo vicioso político, danoso para o País.

Agora a população pediu o fim disso. Queremos viver um novo momento, um momento de prosperidade, de pé no chão. Sabemos que temos um problema, um problema grave. Não adianta fantasiar, os números estão aí. Gastamos três vezes mais com previdência do que gastamos com educação, saúde e segurança. Não dá para avançar nesse cálculo. Não dá para avançar. Quem vai contribuir, se seguirmos esse ritmo, com essa quantidade de desempregados? Não haverá ninguém para contribuir!

Falar sobre os pobres é muita demagogia, porque eles não terão trabalho, e não haverá dinheiro nas contas públicas para pagar qualquer benefício. A conta é simples — é como se fosse a conta da nossa casa: precisamos ajustá-las, fechar as torneiras, sair do negativo. Só assim vamos atrair novos investidores. Aqui falam tão mal do mercado... Querem viver no socialismo de novo? Não deu certo! Não dá certo! Olhem a Venezuela! Olhem Cuba! O mercado é bom — nós precisamos de investidores no País, nós precisamos gerar emprego. Quem vai dar emprego para o trabalhador? É o Estado? Como querem que se gere emprego? Eu ouvi muitos aqui dizerem que inúmeros Municípios sobrevivem da aposentadoria de seus cidadãos. Essa é uma realidade, mas isso é ruim. Nós precisamos empregos nos Municípios, entender a vocação de cada local, desenvolver projetos e planejamento para o crescimento da Nação.

E é por isso, Relator, que não vejo com bons olhos a saída da reforma dos Estados e Municípios. Isso procrastina a situação fiscal. Se passarmos a bola para os Estados e Municípios, o País vai demorar mais ainda a ajustar suas contas. Ora, o povo nos elegeu para mudar a história do País, e esta Comissão tem papel fundamental nessa mudança. Ela é o pontapé inicial para a retomada do crescimento, é o pontapé inicial para retirar o País do buraco em que o colocaram.

Contra fatos não há argumentos. São números. Já começamos o ano com uma dívida de 200 bilhões de reais só de Previdência. Não dá, a conta não bate! Não consigo entender um Deputado que ainda seja contrário à reforma. Tudo bem, há um ponto ou outro que tem que ser ajustado. O Parlamento está aqui para isso — nós não precisamos aceitar 100% da proposta que veio do Governo.

Mais uma vez, parabenizo toda a Mesa, o Relator e o Presidente Silvio, que é do meu partido e que teve a coragem desde cedo de se posicionar a favor do nosso País. Aqui não estamos em campanha eleitoral, não podemos ser covardes e enganar o povo, dizendo que estamos lutando pelos pobres, ao mesmo tempo em que levamos o País à ruína. Vamos lembrar que políticas econômicas equivocadas podem levar uma nação à ruína. Temos exemplos claros disso: Argentina, Venezuela... E temos exemplos muito bons, como é o caso do Chile, que ajustou suas contas e conseguiu implementar propostas econômicas eficientes.

A nova Previdência vem no sentido de fazer o dever de casa. Não há como criar grandes projetos, se não fazemos o básico, e o básico é a nova Previdência, o básico é ajustar as contas do País, senão vamos pagar muito caro. Se a reforma da Previdência não for aprovada, nós vamos chegar ao final deste Governo sem resultado nenhum. Nós não podemos aceitar a política do "quanto pior, melhor" ou do "nós temos que colocar o País no buraco para não eleger Bolsonaro novamente". Nós não podemos aceitar essa covardia. O povo brasileiro não aceita mais isso.

Nós elegemos um novo Presidente para uma política nova. Temos que fazer coisas diferentes, coisas novas. Não dá mais para fazer demagogia, dizer que trabalha pelos pobres enquanto levar o País para o buraco. Trabalhar pelos pobres é fazer o País crescer, é criar oportunidades.

Presidente, parabéns! Fico muito honrado em participar com todos desta Comissão da mudança da história do País, do pontapé inicial para a volta do crescimento, para a retirada do País do buraco, para o fim da corrupção que levou este Parlamento à lama.

Muito obrigado. Vamos à luta!

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Tem a palavra a Deputada Alice Portugal por 15 minutos.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, primeiro quero dizer que este está sendo um debate de alto nível. Não à toa nós estamos aqui desde a abertura da reunião da Comissão aguardando, ouvindo, procurando aprender e tirando dúvidas. Salvo alguns episódios de exacerbação, nós tivemos um debate como agora, e eu procurarei encaminhar dessa mesma maneira.

A PEC 6 chegou aqui no dia 20 de fevereiro. Ela altera significativamente a Constituição Federal. Remete textos a futuras lei complementares, constitucionaliza princípios, regramentos. Infelizmente, na minha compreensão, nobre Deputado Samuel Moreira, Relator da matéria, há prejuízo para as camadas mais pobres da sociedade. Ela altera normas da assistência social e alguns direitos trabalhistas. É muito importante dizer isso, porque uma reforma que se diz previdenciária está contaminada com matérias trabalhistas e matérias da LOAS, da assistência social.

Na minha opinião, Deputado Samuel, o relatório não corrige o gravíssimo erro da quebra do conceito solidário e da repartição. A Previdência, como eu tenho dito, é matéria fina. A Previdência é um pacto entre gerações, mesmo que se tente incorporar conceitos do mercado. Aliás, é o "deus mercado" para alguns. Um jovem Deputado acaba de dizer que o mercado é bom. Alguns dizem "o mercado está nervoso". O mercado tem temperamento! O mercado? Nós estamos falando, Deputado Samuel Moreira, de vidas. Nós estamos falando de famílias, nós estamos falando de viúvos e viúvas, nós estamos falando de dependentes. Será que dá para compreender que há uma distância entre a natureza imaterial do mercado... É material para os milionários, já descritos aqui por Bira do Pindaré, mas é imaterial do ponto de vista da

matéria que nós estamos debatendo, que é Previdência Social, é caixa solidário, em que se paga agora para receber depois, em que se paga para sim mesmo.

Então, é uma falácia dizer que a capitalização é você cuidar da sua própria Previdência — você é sozinho para não tê-la, como não tiveram os associados do Grêmio Beneficente dos Oficiais do Exército — GBOEx, da Caixa de Pecúlio dos Militares — CAPEMI, da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil — APLUB. Nós, que já temos alguma estrada, já vimos esse filme, senhores. Já houve capitalização opcional no Brasil.

Infelizmente, essa reforma está em tempo errado, de forma errada, com conteúdo errado. Eu sou contra a reforma, porque ela não enfrenta os problemas reais da Previdência, como encher o caixa, e não colocar o ônus de uma crise econômica nos ombros dos mais frágeis, dos trabalhadores, dos mais sensíveis.

Então, como enfrentar a dívida pública, os riscos, o mercado? Fazendo uma reforma tributária. Mas cadê a coragem de enfrentar o gigante mercado? Cadê a coragem do Ministro Paulo Guedes de legislar contra si próprio? Ele não fará isso. Por isso, ataca a Previdência Social, que é um direito indissociável da condição de viver dos mais pobres, da base da sociedade.

O relatório tenta amenizar as perversidades, e consegue em parte, ou minimamente, mas o que promete também o relatório é empobrecer, abandonar, humilhar na velhice milhões de brasileiros.

Fico satisfeita, porque o Deputado disse que o seu relatório não é um decreto. Está na página principal dos principais sites de política no Brasil. E, já que não é um decreto, vamos a ele: apesar da retirada de iniquidades através da saída da capitalização, prometida que voltará como lei complementar, através da amenização do caso dos trabalhadores rurais, que trabalharemos a seguir, a potência fiscal arrecadatória está mantida, perde pouco e, mesmo assim, Paulo Guedes fica irascível, vira tigrão, como diria o nosso querido jovem Deputado; apesar da retirada das iniquidades, essa potência é mantida, mas a saída da capitalização foi uma derrota do Governo, uma derrota construída nas ruas, na greve geral e na aliança eventual, que eu espero que se mantenha e que se avolume contra esse Governo das *fake news* entre o centro e a esquerda; faz um gesto ao taxar a CSLL, mas descapitaliza o BNDES. Hoje a Constituição Federal garante 40% do PIS/PASEP, e esses 40% financiam programas de desenvolvimento, com critérios de remuneração que lhes preservam o valor.

Então, aqui mentiram dizendo que o dinheiro descapitalizava no BNDES. A preservação do valor foi mantida durante esses anos. Eu desafio: como um banco de fomento e de desenvolvimento que tem a sua digital nas maiores obras realizadas no Brasil poderá sobreviver com as crises, as demissões, e também perdendo 35% dos recursos que daí provêm.

Então, assopra, tachando minimamente a CSLL, mas bate forte no BNDES. E isso, já que não é decreto, Deputado Samuel, precisa ser revisto.

O relatório diz por dentro, realiza uma intensa desconstitucionalização e remete vários artigos à lei ordinária, que tem um quórum muito mais baixo para ser aprovado. Isso é muito perigoso. É perigoso para o Direito Constitucional e Trabalhista.

Começo por esse, falando do abono salarial, que será remetido à nova lei e poderá ser menor que um salário mínimo. Cai, no relatório, o conceito do acesso a dois salários mínimos; para o conceito de baixa renda: 1.364,43. O texto diz: até um salário mínimo, remetendo à nova lei. Isso não é matéria previdenciária e isso desconstitucionaliza.

Quanto ao trabalhador rural, o discurso oficial diz que foram retirados. Não é verdade, FETAGs. Não é verdade, CONTAG. Parte da injustiça já havia sido perpetrada pela MP 871, que aguarda a sanção presidencial. Essa MP retarda as aposentadorias rurais, com novas exigências de comprovação anual do exercício do trabalho. Só aí há uma economia de 9,8 bilhões de reais no primeiro ano. E agora se remete ao regramento dos trabalhadores rurais para a nova lei. Professores também são remetidos para a nova lei complementar. Revogam o §8º do art. 201 e, como está posto, a regra faculta a cada ente federativo a fixação de novos parâmetros.

Sabe o que vai acontecer? Professor mudando de Município, como fizeram algumas corporações, algum tempo atrás, e fazem em alguns Estados, que não regionalizaram a saúde, como a Bahia, para disputar os melhores salários.

É isso, Samuel, que está posto. É preciso ser revisto. Não pode jogar professor para a nova lei, além dessa perversidade com as mulheres aos 57 anos na sala de alfabetização, ajoelhada, de perninha de índio? Como vai poder?

Então, nunca houve a idade. Houve o tempo de contribuição. Isso é uma perversidade. O Governo Bolsonaro não gosta de mulher.

Pessoas com deficiência. Quem ama cuida, quem ama cuida, Deputada Perpétua. E eles não estão cuidando. As pessoas com deficiência: lei complementar. O Relator manda para a nova lei complementar — desculpe-me a ênfase, é porque eu sou assim mesmo. Então, podem ser estabelecidos: idade, tempo de contribuição diferenciado para pessoa com deficiência até que a nova lei venha a ser feita. São calculados pela regra geral, penalizando os que podem se aposentar com menos tempo, porque a deficiência é de alto grau. Isso é uma perversidade. E eu vejo Deputados com deficiência virem aqui e aplaudir o relatório. Pelo amor de Deus! É um negócio terrível.

Contribuições para alavancar a mínima mensal. Isso aqui é trabalhista também. Senhores sindicalistas presentes, como eu, na nova lei, vai poder agrupar as contribuições. E, como no Brasil, o IBGE diz que são 6 meses ao ano de contribuição em média para os trabalhadores, vão se levar quantos anos agrupando para poder fazer 20 anos? É candidato ao BPC. E nem vai poder, porque, se é assalariado, não vai poder, vai ter que correr atrás de atestado. Estímulo à fraude. Vergonha! Tem que mudar isso. Já que não é decreto, tem que mudar.

Benefícios não programados. Sabe o que são? Mulheres, de novo, uni-vos. Está aqui na frente a dona desse *slogan*. Então, veja só, Deputada Lídice, o que é que fazem: reabilitam cobertura de licença-maternidade, eventos decorrentes de acidente do trabalho, aposentadoria por invalidez, etc., eles podem ser atendidos pelo RGPS e pelo setor privado. Volta a discussão que nós derrotamos nesta Casa — eu estou entrando no meu quinto mandato. Aquela privatização da área de acidente de trabalho voltou aqui agora. E voltou com a licença-maternidade.

Deputado Samuel, não é decreto. Eu espero que V. Exa. mude isso ou pelo menos tire as mulheres disso, porque benefício não programado, licença-maternidade pode ser programada, pode não ser programada, depende, mas é lei. Então, não pode ficar à mercê do setor privado, em uma instabilidade jurídica e social.

E mais: o gatilho da idade. A idade mínima para mulheres, 62, sobe; a do homem se mantém. Eu não sei por que essa marcação. Deputada Erundina, não sei por quê. Ele ficou traumatizado com algo, porque não é possível. Então, o tempo de contribuição puro é extinto. Sempre um combinado com a contribuição e a idade. E as carências ficarão incontáveis, porque vão ser jogadas para a nova lei. E, no sentido reverso, constitucionalizam o que não era constitucionalizado.

Eu poderia detalhar cada ponto, porque eu estudei todos os pontos: valor do benefício, pensão por morte, atividades nocivas à saúde. Eu vou falar só dessa. Muda a lógica, Deputado Samuel, da proteção à saúde e passa a exigir efetiva exposição ao agente nocivo, ou seja, a exigência de idade mínima não faz sentido em aposentadorias especiais. O trabalhador está exposto a raios x, à radiação, a uma mina. Eu vi um catarinense lá em Criciúma, onde minha mãe nasceu, dizendo: "*Por favor, isso aqui não tem condições*". Tem que ser judicializado. Como um trabalhador numa mina vai ser, primeiro, exposto em demasia para depois morrer? Isso está errado.

E já que não é decreto, eu peço a V.Exa. que mude esse item, porque ele é duro demais. Então, põe na Constituição agente físico, químico e biológico. Isso nunca esteve previsto na Constituição. Aí constitucionaliza. E se surgirem outros fatores? A Constituição estará limitada a esses fatores.

Eu caminho para o final neste minuto que me resta para protestar, veementemente, contra a diabolização dos servidores públicos. Eu sou servidora pública de carreira com muito orgulho, sei o que é entrar num hospital às 6h30min da manhã e sair, se der, no turno previsto. Eu sei o que é a enfermagem brasileira, que tem absenteísmo, porque adoece cedo, porque a cabeça de paciente, a cabeceira de paciente, cabeceira de leito... Eu sei o que é o trabalho numa biblioteca, num laboratório de pesquisa, de onde eu venho. Não é possível tratar os servidores como elitizados. Oitenta e seis por cento ganham dois salários mínimos. Temos porteiro, caldeireiro, trabalhador de biblioteca, assistente do INSS que calcula as aposentadorias. Não tem só topo de carreira. Estão mitificando, mentindo para a população. Cem por cento de pedágio para quem já contribuiu com 11,5%. Perdeu a paridade, a integralidade desde 2003. Eu estava aqui e votei contra. Sou uma fiel apoiadora do Presidente Lula, que é inocente e está preso, mas vai sair pela força do povo e da lei.

Finalizo, Sr. Presidente, dizendo que é preciso rever essa regra de transição, respeitar o servidor público que, afinal de contas, é quem está aqui na Taquigrafia, é quem está aqui assistindo à reunião e que não pode ser tratado como uma mera franja social de absolutamente iluminados, porque são trabalhadores como outros quaisquer.

Por isso, quero dizer que eles não têm FGTS, eles não têm direitos, que são direitos do Regime Próprio de Previdência Social e do Regime Geral de Previdência Social que precisam ser respeitados, porque são dois regimes existentes no Brasil.

Agradeço a V.Exa. a oportunidade. Peço a mudança desses itens citados para que possamos minimizar o dano. Mas, de fé e coração, espero ainda que o povo brasileiro convença, em cada cidade, em cada aeroporto, os Deputados a derrotarem essa reforma nefasta, fiscalista e que quebra a solidariedade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra o Deputado Dr. Frederico, por 15 minutos.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) - Estamos em que número?

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - V.Exa. é o 32º. Faltam 120. Estamos próximos.

Eu quero apenas saudar o Deputado Betinho Gomes, de Pernambuco, nosso conterrâneo.

Seja bem-vindo, Deputado.

O SR. DR. FREDERICO (PATRIOTA - MG) - Boa tarde a todos. Cumprimento os colegas Parlamentares presentes, os assessores, os funcionários públicos de carreira, que aqui tanto nos ajudam e estão, sim, dando sua colaboração e contribuição, porque sabem a importância deste momento para o nosso País, os representantes da imprensa, demais visitantes e convidados.

Quero parabenizar, especialmente, os Deputados que estão fazendo parte desta Comissão Especial, que vêm se dedicando e trabalhando de forma ética, de forma correta, defendendo seus princípios e interesses, mas respeitando o encaminhamento desta Comissão. Peço que transmitam ao nosso Presidente, Deputado Marcelo Ramos, que não está presente aqui, os meus cumprimentos por estar conduzindo tão bem os trabalhos desta Comissão, essa maratona nesses dias, rumo a um futuro melhor para o nosso País.

Cumprimento o Vice-Presidente, Deputado Silvio Costa Filho, pela dedicação e empenho nesta Comissão, que tem sido um grande auxiliar do Presidente — e tem que ser, porque uma maratona dessa não é fácil —, e o nosso herói Relator Samuel Moreira.

De coração, Deputado Samuel, eu sei o tanto que V.Exa. deve estar abdicando da sua vida pessoal, o tanto que V.Exa. está sofrendo pressão. Louvo a sua paciência de participar de dezenas de audiências públicas e ouvir centenas de colegas Parlamentares e talvez milhares de outras pessoas, grupos, lobistas, grupos que estão realmente discutindo os seus interesses próprios. V.Exa. está sendo uma fortaleza. Então, isso é louvável, E nós temos que exaltar essa contribuição de V.Exa. para o futuro do País.

Destaco que, nos últimos 20 anos, poucas vezes tivemos um projeto tão polêmico e tão difícil de ser discutido aqui no Congresso Nacional. Acabei de assistir a uma bela oratória da Deputada Alice Portugal, que defende pontos com os quais temos que concordar. Refiro-me às pessoas que trabalham em empregos insalubres e às pessoas com deficiência. Temos que pensar nessa questão com carinho e concordar com ela, mas não podemos nos ater ao fato de que a nossa população, graças ao Sistema Único de Saúde, graças à melhoria do saneamento, graças a toda melhoria que o Brasil vem alcançando, está envelhecendo muito rápido.

Quero ressaltar, de acordo com um gráfico do IPEA, que há previsão, em 2050, da nossa expectativa de vida ser maior do que a da França. Isso é quase inacreditável, mas é realidade. Então, o envelhecimento da população, os casais tendo menos filho, os aposentados se beneficiando mais tempo da sua aposentadoria, isso tudo gera déficit. Já foi citado várias vezes aqui o déficit da Previdência Social de 260 bilhões de reais, da Seguridade Social de 171 bilhões de reais. Por isso, nós precisamos fazer a reforma da Previdência.

É lógico que essa reforma não vai agradar a todos. É lógico que vai desagradar muitos indivíduos, quase todos. Talvez poucos indivíduos não tenham nenhuma preocupação com a reforma da Previdência. Isso pode dar um sentimento errado de derrota. Infelizmente eu conheço esse sentimento. Eu sou médico oncologista. Quando precisamos tomar e executar decisões, compartilhar essas decisões com pacientes e familiares, nós fazemos isso sempre com a melhor intenção. A intenção de todo oncologista, assim como dos familiares do paciente, é a cura, é a vitória, é o sucesso, que muitas vezes alcançamos, mas muitas vezes a natureza e a doença são mais fortes. E, infelizmente, pacientes falecem. Às vezes aquela sensação de vitória que todos queriam não é uma realidade. A sensação de derrota é uma realidade na vida de todos. Ninguém ganha sempre, ninguém perde sempre. E muitas vezes achamos que foi o fim quando um ente querido faleceu, mas não foi. Esse ente querido deixou sua família, sua herança, sua educação. E essa família segue em frente. Depois de uma suspeita derrota, observamos que não é derrota, é um passo natural.

E, agora, enxergamos a reforma da Previdência como um passo natural e necessário, que pode, sim, diminuir alguns benefícios individuais, mas vai gerar muitos benefícios à Nação, ao povo brasileiro, e esses benefícios compensam qualquer tipo de problema individual ou de categorias. Isso tem que ser superado. Nós temos que ser francos e apoiar esta Comissão, apoiar o relatório. Porém, eu tenho que dizer que estamos cometendo um erro histórico, e nós vamos ser julgados e condenados por esse erro.

Eu peço muita atenção aos senhores. Nós estamos observando uma reforma muito bem elaborada, que tem a expectativa de economia de cerca de 900 bilhões de reais da União em 10 anos. Mas nós estamos deixando de fora Estados e Municípios, talvez por irresponsabilidade, omissão e até mesmo covardia dos Governadores dos Estados do Brasil, que não se dedicaram e não se empenharam como deveriam — e assim como eles, Prefeitos, Deputados Estaduais e Vereadores, que optaram pela omissão e por não se envolver nessa situação. Uma reforma da Previdência necessária, útil e fantástica, com todas as dificuldades, mas que não está sendo feita para Estados e Municípios.

Eu sou Deputado por Minas Gerais, Estado que amo. Eu tenho amor por Minas Gerais. E, assim como eu, tenho certeza de que todos nós aqui, todos os Deputados amam seus Estados. E, independentemente de bandeiras, de ideologias, todos querem ver os seus Estados bem. Infelizmente, Minas é o Estado da Federação que está mais sofrendo hoje. Eu fico triste,

sim, com essa situação. Eu queria ver o meu Governador mais presente aqui, talvez até numa audiência como esta, mas não está. Nós, enquanto Deputados Federais, somos representantes do povo brasileiro e dos Estados. E, no meu caso, eu sou representante do povo mineiro.

Então, faço aqui um apelo final a todos os meus colegas. Vamos ser estadistas, vamos deixar o futuro político um pouquinho de lado. Vamos fazer o que é certo, eu imploro isso. Por favor, vamos incluir os Estados e os Municípios na proposta da reforma, porque, assim, nós teremos o crescimento do País, juntamente com a população, e a geração de emprego ocorrerá em todos os lugares. Nós não vamos ter uma recuperação fiscal da União se tivermos que tapar buraco dos Estados e dos Municípios.

Então, esse realmente é meu grande pedido, com muita seriedade e muita transparência. Vamos fazer história. Vamos ser reconhecidos por esta e pelas gerações futuras. Vamos abrir mão dos interesses individuais de cada um de nós e até políticos.

Eu gostaria de terminar com uma frase de um Governador de São Paulo que foi nosso colega, Deputado Federal André Franco Montoro, que, coincidentemente, é um dos únicos Governadores não citado nas delações da Odebrecht, que, recentemente, pediu recuperação judicial. Eu acho que essa frase tem que entrar em nossos corações e também vai balizar essa reforma, de preferência nos Estados e nos Municípios: *"Mais grave que a miséria dos famintos é a inconsciência dos fartos"*. Eu quero registrar essas palavras e, com elas, pedir a bênção de Deus. Vamos aprovar esse relatório! Vamos aprovar a reforma!

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra o Deputado e ex-Ministro Alexandre Padilha.

O SR. ALEXANDRE PADILHA (PT - SP) - Muito obrigado, Sr. Presidente, Deputado Silvio Costa Filho. Quero cumprimentar o Sr. Relator, que está atentamente acompanhando este debate. Também quero saudar os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas, pela qualidade do debate, pela responsabilidade de todos nós discutirmos esse tema. Precisamos ter consciência de que nós estamos diante de um desafio complexo. Eu sou daqueles que sabe o quanto o Brasil envelhece, e rapidamente, e o quanto precisamos reorganizar o Estado brasileiro para dar conta desse envelhecimento, a fim de que as populações, cada vez mais idosas, tenham os seus direitos absolutamente garantidos e, mais do que os direitos garantidos, possam continuar contribuindo ativamente, tendo a renda garantida, com a economia e o movimento econômico do País.

O que para mim está muito claro, primeiro, na proposta que foi encaminhada pelo Presidente Bolsonaro e pelo Ministro Guedes, é que o Governo e os partidos que o compõem, ao invés de quererem enfrentar o desafio como um todo, na sua íntegra, resolveram jogar o peso do desafio para o lado dos mais pobres, para o lado dos trabalhadores, demonizando o serviço público. Felizmente, o nosso Relator já retirou aquela que, eu diria, seria a face mais cruel dessa proposta: o sistema de capitalização. A capitalização não é só cruel com os mais pobres, como se mostrou nos países que a adotaram, mas seria uma irresponsabilidade fiscal, diante da situação do déficit público brasileiro. Todos os países que adotaram a capitalização aprofundaram o seu déficit fiscal, sobretudo nos custos de transição. E o Ministro Guedes, que veio a esta Casa e disse, de forma arrogante, que quem era contra a proposta dele deveria ser internado, deveria agora abaixar a cabeça e saber que existe aqui um Congresso Nacional. Se é verdade que o Presidente Bolsonaro foi eleito com 51 milhões de votos, no segundo turno, é mais verdade ainda que o Congresso Nacional representa quem votou no Presidente Bolsonaro e os cerca de 90 milhões de brasileiros que não votaram nele. Então, é muito importante, nesse exercício do relatório, a derrota que teve o Presidente Bolsonaro e o Ministro Guedes em relação à retirada de uma proposta irresponsável e cruel, que seria o sistema de capitalização.

Aproveito este meu tempo, um pouco inspirado pela fala da Deputada Alice Portugal. Estão ao meu lado a Deputada Luiza Erundina, um pouco mais adiante a Profa. Margarida e, aqui atrás, a Deputada Perpétua Almeida. Estou cercado por mulheres, com muita alegria. Estava aqui também a Deputada Fernanda Melchionna, que deve estar voltando. Eu queria trazer e dar visibilidade a esta Comissão, neste momento importante da discussão do relatório e da sua votação, ao exercício que nós fizemos, na Comissão de Seguridade Social, de realizar audiências públicas em todo o País para discutir, especificamente, o impacto dessa proposta de reforma da Previdência sobre as mulheres. Se há uma face mais cruel dessa proposta — não vou dizer aqui o que disse a Deputada Alice Portugal, sobre quais são as motivações para esse Governo não gostar de mulher —, é o impacto, ainda na proposta vigente do relatório, sobre as mulheres, Deputada Lídice da Mata.

Eu tenho certeza absoluta de que a primeira medida foi proposta em virtude da falta de sensibilidade do Governo. Alguém deve ter visto a planilha que mostra que as mulheres vivem mais do que os homens — a expectativa de vida das mulheres é de 79 anos, enquanto a dos homens é de pouco mais de 72 anos — e pensou o seguinte: se é para cortar do trabalhador,

então vou cortar das mulheres, porque vivem mais. É uma falta de sensibilidade em relação à desigualdade, que já existe, ao longo da vida das mulheres.

Eu quero trazer para esta Comissão alguns dados levantados nessas audiências públicas. Primeiro, as mulheres trabalham muito mais do que os homens. Por isso, a proposta de mudança da Previdência não poderia desconsiderar essa situação. No Brasil, as mulheres trabalham, em média, 54 horas semanais, contando o trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham, em média, cerca de 48 horas semanais, contando o trabalho doméstico.

Mais do que trabalhar mais e viver mais, as mulheres começam a trabalhar mais cedo. Cerca de 90% da população brasileira começou a trabalhar com menos de 18 anos e 52% começou a trabalhar com menos de 16 anos. Por isso, é um absurdo pensarmos em uma idade mínima igual para o Brasil, sem considerar que as pessoas começaram a trabalhar mais cedo. Há pessoas que começaram a trabalhar com 14 anos, 15 anos, 18 anos, enquanto outras começaram a trabalhar com 25 anos, 26 anos. E as mulheres começam a trabalhar mais cedo ainda, porque o trabalho doméstico vem mais cedo para elas. Enquanto muitos meninos, pré-adolescentes, estão na rua jogando bola, empinando pipa e andando de carrinho de rolimã e patinete, as meninas estão dentro de casa, lavando a louça junto com as mães, cuidando dos irmãos mais novos, cuidando dos avós, assumindo responsabilidades de trabalho doméstico muito mais precocemente do que os homens.

As mulheres começam a trabalhar mais cedo e ganham menos ao longo de todo o trabalho, segundo dados obtidos nessas audiências públicas. Os homens recebem 28% a mais, em média, do que as mulheres. Quando analisamos as áreas de atuação no mercado de trabalho em que há maior presença das mulheres — educação, saúde e comércio —, os homens recebem 67% a mais de salário, em média, do que as mulheres. Quando nós comparamos mulheres negras e mulheres brancas, as mulheres brancas chegam a receber 70% a mais do que as mulheres negras. Quase metade das mulheres que estão no mercado de trabalho hoje não têm registro e, se não têm registro, dificilmente contribuem. Por isso, é tão cruel o critério da contribuição e da idade mínima. No mercado de trabalho, hoje, quase 40% das mulheres não estão contribuindo para a Previdência, e, na categoria das empregadas domésticas, 70% delas, hoje, não têm condições de contribuir para a Previdência. Seria um absurdo desconsiderarmos essa realidade para o cálculo tanto da idade mínima quanto do tempo de contribuição. Trinta e cinco por cento dessas mulheres não estavam recebendo 1 salário mínimo, e, dessas que recebiam até 1 salário mínimo, 64% não conseguiam contribuir para a Previdência.

A outra face mais cruel dessa desigualdade da presença da mulher no mercado de trabalho é que elas têm menor estabilidade, a rotatividade é maior. Há ainda, no País, uma postura agressiva dos patrões em relação às mulheres que, eventualmente, adquirem uma gestação. A licença-maternidade não é respeitada. As mulheres progredem menos nas suas carreiras. Quando acontece alguma coisa na família, a mulher é a primeira a ser retirada do trabalho — se é para cuidar dos avós, dos pais, dos filhos — e perde a oportunidade de progredir. Muitas vezes, pelo trabalho doméstico, ela não tem condições de aproveitar as oportunidades de estudo e progressão da carreira.

Os dados dessas audiências públicas ainda mostraram que a taxa de desocupação entre as mulheres chega a ser 30% maior em relação aos homens, ou seja, as mulheres teriam menor capacidade de contribuir para a Previdência ao longo da vida. Quando nós falamos das mulheres jovens, até 24 anos, vemos que 30% dessas mulheres hoje estão em situação de desocupação.

Queria trazer esses dados para o debate e para sensibilizar o Relator Samuel Moreira — que, tenho certeza absoluta, não é igual ao Presidente Bolsonaro, que não gosta de mulher; tem sensibilidade para compreender o papel das mulheres na nossa sociedade —, a fim de que possamos considerar essa profunda iniquidade trazida pelas audiências públicas. As audiências públicas foram realizadas no nosso Estado, na região de Ribeirão Preto e de Campinas, na Baixada Santista, no ABC Paulista, além de uma grande audiência pública realizada na Capital de São Paulo, na Assembleia Legislativa.

Quero agradecer muito ao conjunto das entidades que participaram dessas audiências, às universidades, às professoras, às técnicas que desenvolveram esses estudos. Agradeço ainda ao DIEESE; às Vereadoras Bete Siraque, de Santo André, e Telma de Souza, de Santos; às Deputadas Estaduais Márcia Lia, de Ribeirão Preto, Professora Bebel, de São Paulo — que ofereceu um apoio fundamental para realizarmos a audiência pública na Capital —, e Monica da Bancada Ativista, do PSOL. Agradeço, enfim, ao conjunto das mulheres que participaram e trouxeram esses dados.

Que esses dados iluminem a todos nós e, primeiramente, as mulheres deste Congresso. Fico impressionado com o fato de que um governo que tem uma mulher como Líder de Governo no Congresso concorde com uma proposta tão cruel para as mulheres, que aprofunda a desigualdade, que retira direito delas, que faz com que elas fiquem cada vez mais dependentes, inclusive, da sua capacidade de prover seus rendimentos, da sua economia.

Para o conjunto das mulheres da Oposição e para o conjunto dos Parlamentares homens, que são todos filhos de mulheres, que não sejamos cruéis com as mulheres...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Agradeço a V.Exa.

Com a palavra o Deputado Jerônimo Goergen. (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Celso Sabino.

V.Exa. dispõe de até 10 minutos.

O SR. CELSO SABINO (PSDB - PA) - Quero cumprimentar os nobres colegas Deputados da Comissão Especial que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, a dita reforma da Previdência.

Quero também cumprimentar muito carinhosamente, em especial, o Deputado Samuel Moreira, do PSDB de São Paulo. Deputado, V.Exa. nos honra como tucanos. A responsabilidade que V.Exa. assumiu é a de um tucano, partido que implementou o Plano Real, que trouxe ao País estabilidade econômica, que equilibrou a nossa balança comercial, que trouxe o equilíbrio do dólar. V.Exa. honra o partido que criou o BPC — e hoje tanto se fala em BPC —, o partido que criou a Lei de Responsabilidade Fiscal, o partido que tem grandes e importante conquistas para a economia e para o desenvolvimento do País.

Eu quero também fazer uma saudação especial ao Deputado Marcelo Ramos, que não se encontra agora no recinto, mas está com certeza em missão em prol desta Comissão. S.Exa. tem sido incansável.

Cumprimento também, muito carinhosamente, o Deputado Silvio Costa Filho. V.Exa., Deputado Silvio, surpreende aqueles que não o conhecem, porque aqueles que o conhecem, como o povo de Recife, o povo de Pernambuco, sabem do tamanho da sua competência, do tamanho da sua dignidade e do tamanho do seu comprometimento com as causas que envolvem este País, esta Nação.

Deputado Samuel Moreira, V.Exa. soube, com muito afinco e muita profundidade, adentrar nos temas previdenciários mais importantes e mais polêmicos, e conseguiu, com maestria, compor um relatório, que, sem dúvida nenhuma, colocou em xeque todos os questionamentos contra a reforma da Previdência.

A reforma da Previdência é necessária, isso é unânime. As bancadas de oposição reconhecem isso. A bancada do Governo, os partidos de direita, os partidos de centro, os partidos moderados, como é o caso do PSDB, reconhecem a importância e a necessidade da reforma da Previdência. Porém, todos também reconhecem que, além de necessária, ela precisa ser justa e eficiente socialmente.

Os trabalhos desta Comissão avançam, Deputado Silvio Costa Filho, com a forma republicana como V.Exa. vem conduzindo esta Comissão. Conseguimos quórum na Casa na sexta-feira e na segunda-feira, iniciamos hoje os debates e vamos cumprir o cronograma previsto pelo Presidente Marcelo Ramos.

Eu informo aos senhores que, neste momento, a Bolsa de Valores de São Paulo apresenta índice que beira os 100 mil pontos. O IBOVESPA chega a 99.402 pontos, quase rompendo a barreira dos 100 mil pontos, fruto das negociações neste momento, e opera em alta de 1,82%. Isso graças ao trabalho republicano que o Congresso vem fazendo, graças à seriedade com que vimos tratando o assunto. Sabemos da importância que o capital estrangeiro, o capital nacional e o mercado de trabalho depositam nos nossos ombros.

A reforma é necessária e vai ser aprovada nesta Casa. A reforma precisa ser justa e as alterações para buscar essa justiça já começam a ser costuradas. O Relator foi cirurgicamente preciso ao tratar de temas importantes, colocando em xeque todo o discurso daqueles que poderiam ser contra a reforma da Previdência.

Com as alterações que V.Exa., Deputado Samuel, fez na proposta do Governo em relação ao Benefício de Prestação Continuada, aqueles que mais precisam não serão atingidos. Com as alterações que V.Exa. fez em relação aos itens que o Governo propôs desconstitucionalizar, a Previdência continuará tendo a atenção de quem precisa mudar a Constituição para mudar a Previdência. Com as alterações que V.Exa. fez, temos a retirada da capitalização. O maior discurso era: *"A capitalização não funcionou nos outros países; a capitalização vai quebrar a Previdência; nós não vamos votar com a capitalização"*. E V.Exa. disse: *"Tudo bem, vamos tirar a capitalização"*. Então, V.Exa. praticamente esgotou as reclamações, as queixas daqueles que poderiam ser contra a reforma da Previdência.

E foi além: V.Exa. buscou a complementação dos recursos necessários para quase chegarmos ao 1 trilhão de reais de economia nos próximos 10 anos justamente com aqueles que mais podem contribuir.

V.Exa. deu uma cutucada profunda naquelas estruturas que há muito são protegidas e cutucou aqueles que as defendem. Os advogados dos banqueiros, administrativamente, oficialmente ou não, começaram a se levantar, inclusive contra V.Exa. Mas V.Exa. deu uma cartada de mestre para atender aqueles que mais precisam. Para que este Congresso possa demonstrar o seu compromisso social com o povo mais carente desta Nação, V.Exa. foi buscar aqueles que mais têm condições de pagar.

Os bancos no Brasil são os que mais obtêm lucro no mundo. As instituições bancárias brasileiras apresentam os maiores lucros entre todas as outras organizações no Brasil. Há bancos no Brasil que têm orçamento anual maior do que o de grande parte dos Estados brasileiros. Há bancos no Brasil que têm lucro maior que o orçamento do meu Estado do Pará, por exemplo, Deputado Fred.

Então, Deputado Samuel, V.Exa. agiu de forma muito republicana, atendendo aos interesses da Nação brasileira. Muito nos orgulha o relatório de V.Exa. e nós vamos trabalhar para a aprovação desta reforma na Casa. É claro que ainda será necessário fazer alguns ajustes nesta proposta, os quais virão através dos destaques que serão apresentados. O nosso partido, o PSDB, já elabora dois destaques para serem apresentados. As demais bancadas, no âmbito da Comissão Especial e no Plenário, devem levantar alguns destaques, e nós vamos ter o momento adequado para discuti-los.

Este Parlamentar, particularmente, defende, Deputado Silvio, que o político, o magistrado e o servidor tenham uma aposentadoria equivalente à do trabalhador do Regime Geral de Previdência. Nós temos que eliminar os ditos privilégios e temos que começar cortando na própria carne. Eu, desde o primeiro dia de mandato, fiz a opção de não aderir ao regime parlamentar oferecido pela Câmara dos Deputados. E desde o primeiro dia do mandato, sabendo que nós iríamos tratar da reforma da Previdência, tenho defendido uma reforma que inclua os políticos com mandato, os que já estão exercendo cargo neste momento, no Regime Geral de Previdência. Acho que é justo.

Da mesma forma, acho justo também nós combatermos os supersalários, aqueles que extrapolam o teto constitucional com seus ditos penduricalhos. Projeto de lei em tramitação nesta Casa já prevê incluir os ditos penduricalhos no teto constitucional.

Nós temos que combater, da mesma forma, as superaposentadorias. Temos conhecimento de que no nosso Estado do Pará o Tribunal de Justiça, por exemplo, aposentou um servidor com uma aposentadoria de 60 mil reais, Deputado Fred, um absurdo, enquanto a grande maioria dos trabalhadores recebe menos de dois salários como aposentadoria.

E venho aqui também para fazer um apelo a todos os colegas. Vamos vencer logo, logo, esta reforma da Previdência. Estou tranquilo, Deputado Samuel, pois o trabalho de V.Exa. foi brilhante. V.Exa. escreveu seu nome na história deste País. Hoje o Brasil tem um déficit previdenciário de mais de 300 bilhões de reais por ano, ou seja, além do que arrecada para a Previdência, o Governo gasta mais 300 bilhões, precisa completar, inteirar o montante com mais 300 bilhões para poder pagar a conta de toda a Previdência. Se fizermos uma pesquisa com o povo, veremos que suas principais demandas são segurança pública, saúde e educação, e os gastos do Governo Federal com para este ano com essas áreas são 228 bilhões de reais. Enquanto o déficit previdenciário é de 309 bilhões de reais, nós temos previstos em gastos com saúde, educação e segurança, que hoje são as principais demandas sociais, 228 bilhões de reais. Ou seja, nós vamos gastar mais para completar a Previdência do que com aquilo de que mais o povo precisa na ponta.

Então, o trabalho de V.Exa. foi brilhante. Nós vamos aprovar esta reforma.

Faço um apelo aos Deputados para avançarmos, logo na sequência, com a reforma tributária. Segundo estudos, se a reforma da Previdência prevê uma economia aos cofres públicos de 1 trilhão de reais, a reforma tributária, em 10 anos, pode trazer aos cofres públicos mais de 8 trilhões de reais — traremos isso, só com uma reforma tributária justa. Só com a atualização patrimonial do Imposto de Renda, podemos trazer 300 bilhões de reais de uma única vez.

Devolvo-lhe a palavra.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Agradeço a V.Exa.

Tem a palavra, por permuta com o Deputado Marcelo Freixo, a Deputada Fernanda Melchionna, por 10 minutos.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Boa tarde, Deputado Silvio Costa Filho, que preside os trabalhos, todos os Deputados e Deputadas e, sobretudo, quem nos acompanha e de longe segue a reunião da tarde de hoje, observando o futuro da sua aposentadoria.

É muito grave, Presidente, o que vários estão fazendo, uma analogia perversa, dizendo que a reforma seria um remédio para o doente e que a economia brasileira estaria doente, quando na verdade a economia brasileira está doente por causa de uma política econômica exatamente igual à que está sendo implementada com a PEC 06 e mesmo com o relatório apresentado pelo Deputado Samuel.

Nós estamos vendo a tentativa de dar veneno ao doente, porque na verdade essa reforma significa um massacre dos trabalhadores mais pobres, das mulheres e dos Municípios brasileiros.

Nós vemos que no Brasil, ao longo dos últimos anos, está sendo implementada uma política econômica desastrosa, que só tem gerado mais crise econômica. Paul Krugman, ao se referir à crise brasileira, num editorial do *The New York Times*, disse:

(...) o Brasil parece ter sido atingido por uma tempestade perfeita de má sorte e más políticas, com três aspectos principais. Primeiro, o ambiente mundial deteriorou-se de maneira acentuada, com a queda dos preços das exportações de commodities, ainda muito importantes para a economia brasileira. Em segundo lugar, os gastos privados domésticos também caíram, talvez por causa de um acúmulo excessivo de dívidas. Em terceiro lugar, a política, em vez de combater a depressão, exacerbou-a, com austeridade fiscal e aperto monetário, mesmo quando a economia já estava em queda franca.

E a proposta da reforma, a PEC 06, mantém essa lógica de austeridade e de ajuste fiscal, que está aprofundando a crise econômica brasileira, que está aprofundando a lógica em que se vendeu a reforma trabalhista como a solução dos problemas — ela iria gerar 6 milhões de empregos. Mentiram os economistas burgueses e vários Parlamentares da Câmara na época em que eu não estava aqui.

Nós temos aumento do desemprego no Brasil. São 13 milhões de desempregados. Venderam a terceirização geral e irrestrita, que só gerou flexibilização dos direitos trabalhistas e mais baixos salários para a classe trabalhadora. Nós temos 35 milhões de pessoas na informalidade.

Venderam a PEC que resultou na Emenda Constitucional nº 95, de 2016, que significa congelamento de gastos por 20 anos nas áreas sociais, inclusive obras, investimentos em infraestrutura. Nós dizíamos que essa PEC iria congelar o País, iria colocar em risco a educação, a saúde, o SUS, inclusive a possibilidade de medidas contracíclicas para enfrentar a crise econômica. Pois bem, 2 anos depois, vários economistas burgueses estão dizendo aquilo que nós alertávamos quando foi votada a PEC 95, com o voto contrário, obviamente, dos Parlamentares do PSOL.

Na verdade, nós estamos vendo uma lógica que é um verdadeiro austericídio. É privatização, é desmonte das áreas sociais, é uma política de seguir drenando os recursos públicos para atender aos interesses dos mais ricos. Vocês dizem: "*Não, é porque nós temos que dividir a conta da crise*". Pois bem, a Fundação Getúlio Vargas apresentou uma pesquisa este ano que mostra que os 10% mais ricos do Brasil já acumularam um aumento de 3,3% de patrimônio, de capital, de riqueza, e mais de 14% da população entrou na linha da pobreza. Os bancos seguem tendo lucro recorde.

Mais do que isso: o Governo financia, com a sobra de caixa dos bancos, índices altíssimos, remunera dinheiro para o sistema financeiro, que deveria estar no mercado sob juros mais baixos, mas o Governo mantém uma lógica que é a mesma da política econômica desastrosa do Governo Temer, que tem levado a esses dados extremamente estarrecedores e, ao mesmo tempo, extremamente precários para a vida da nossa população. São 20 milhões de brasileiros que cozinham a lenha, porque não têm dinheiro para comprar um botijão de gás, que está custando quase 100 reais no Brasil, e isso vai se aprofundar com a reforma da Previdência, com o relatório que foi apresentado e com o eixo da reforma.

Nós sabemos que ela atinge os mais pobres. Está lá na exposição de motivos: quase 80% da economia que o Governo fala é sobre aqueles que estão no INSS, que têm uma aposentadoria de até 1.300 reais por mês. E quando o Governo fala em economia, fala em pensões que não vão ser pagas, em aposentadorias que não vão ser pagas. E mais: nas aposentadorias mais baixas.

Gente, é um massacre exigir 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, numa reforma extremamente machista, que tenta massacrar ainda mais as mulheres, num País com alta taxa de desigualdade de gênero em relação a salários, em relação a desemprego, que aumenta muito entre as mulheres, em relação a informalidade, e que coloca 20 anos de contribuição para homens e 15 anos, agora com o relatório do Deputado Samuel, para mulheres, como o mínimo para receber 60% da aposentadoria. Para a integralidade, nós estamos falando em 40 anos de contribuição — 40 anos de contribuição!

Botem a mão na cabeça. Vocês vão votar por 40 anos de contribuição para um pedreiro, que carrega 50 quilos de cimento nas costas? Para uma trabalhadora doméstica?

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - E a professora?

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS) - Para a professora?

Massacrando quem começa a trabalhar mais cedo, que são os filhos da classe trabalhadora?

Vocês votarão nisso, numa lógica perversa, obrigando a trabalharem por 40 anos esse mesmo pedreiro, que carrega nas costas 50 quilos, essa mesma professora, que já tem salário congelado, que já sofre com baixíssimos salários no nosso País? Quarenta anos de contribuição para levar até 30% a menos de aposentadoria com a mudança do cálculo que o relatório mantém, que agora vai considerar os 100% de contribuição, colocando os salários iniciais que, em geral, são mais baixos, e as estatísticas mostram que isso vai levar a uma média de diminuição de 20% a 30% da aposentadoria.

Vão votar para as professoras terem que trabalhar até 7 anos mais, professoras estas que estavam prestes a se aposentar — daqui a 2 anos, 3 anos — e vão ter que trabalhar mais 7 anos? E vão dizer que é essa reforma que vai salvar o País?

O Brasil é um paraíso dos bancos, com uma dívida pública que nunca foi auditada, um sistema da dívida que merece uma auditoria séria para mostrar o rentismo do parasitismo financeiro.

Vão mesmo dizer que essa é a alternativa, quando há uma proposta da ANFIP que propõe criar uma nova alíquota de Imposto de Renda para quem ganha mais de 40 salários mínimos e outra ainda para quem ganha 60 salários mínimos, que permitiria economizar 1 trilhão e 500 bilhões de reais em 10 anos, mais do que a reforma do Bolsonaro, demagogo, que nunca falou de reforma da Previdência quando era candidato e que, quando era Deputado, dizia que aposentadoria aos 65 anos era massacre e agora manda esse massacre para os trabalhadores? Mais: 1 trilhão e 500 bilhões de reais. E, sim, dos que estão mais alto na pirâmide. Por que não uma reforma que pega as pessoas que estão no topo da pirâmide para garantir o financiamento dos que estão embaixo?

O que vocês vão dizer no comércio e nos serviços de 70% das cidades brasileiras, onde a maior fonte de renda é a Previdência Social — mais do que o Fundo de Participação dos Municípios, mais do que o Imposto Sobre Serviços —, quando diminuir o comércio e quebrarem mais restaurantes, mais lojas e houver mais gente desempregada? O que vocês vão dizer? Vão fazer como estão fazendo agora com a PEC 95, com a reforma trabalhista? *"Ah, não deu certo", "Ah, é porque os Governos passados não fizeram"*.

Nós do PSOL não fomos Governo e cobramos, na época dos Governos do PT, a taxa das grandes fortunas, que não veio; a auditoria da dívida pública, que não veio. Nós temos muita tranquilidade porque fomos contra a reforma da Previdência lá de 2003, quando Luciana Genro e tantos outros começaram a formação do PSOL.

Agora, não dá para ficar nesse jogo de empurra-empurra, ainda mais com a situação crítica que o País vive e que será lamentavelmente aprofundada.

Eu quero alertar os que nos ouvem de que existe um movimento ainda de retornar ao texto, por emenda de plenário, a famigerada capitalização, que levou a aposentadorias miseráveis no Chile e mais um filão aos bancos, e ainda querem colocar Estados e Municípios, para massacrar os servidores dos Estados e Municípios, num movimento perverso que vários Governadores estão fazendo.

Nós do PSOL dizemos "não" a essa reforma e apoiamos a luta dos trabalhadores; dos jovens, que lutam pela educação; dos metroviários, que deram um exemplo recentemente contra a PEC 06 e contra toda forma de retirada de direitos da classe trabalhadora.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Quero agradecer a V.Exa. e, desde já, saudar o Prefeito de Agrestina, Pernambuco, Thiago Nunes, que aqui está, representando a CNM.

Convido para fazer uso da palavra o Deputado Delegado Waldir. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Heitor Freire. *(Pausa.)*

Convido o Deputado Marcel Van Hattem.

V.Exa. dispõe de até 15 minutos.

O SR. MARCEL VAN HATTEM (NOVO - RS) - Caro Sr. Presidente, caros colegas Deputados, chegou o tão famoso momento, o tão esperado momento, melhor dizendo, de discussão da reforma da Previdência nesta Comissão Especial, tendo em mãos todos nós um relatório apresentado, em que, é verdade, constam muitas propostas que foram feitas de comum acordo com muitas lideranças partidárias, outras propostas da lavra do próprio Relator e uma espinha dorsal, que é a proposta do Governo, particularmente do Ministro Paulo Guedes e do seu Ministério da Economia.

Uma nova Previdência está sendo debatida no Brasil, e o fato de que a sociedade está acompanhando este debate com muita atenção e principalmente com muita apreensão demonstra o quanto esta Casa está exercendo um papel de extrema responsabilidade, não apenas para com o futuro do nosso Brasil, mas também para com o nosso presente. O fato é que esta reforma da Previdência, ou nova Previdência, é absolutamente necessária para que possamos avançar no Brasil. Ela não é a única reforma que vai ser debatida por este Congresso Nacional, longe disso. Aliás, que bom que esta Câmara já está debruçada sobre a reforma tributária também, cuja Comissão Especial em breve será instalada. Ela já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, no que diz respeito à sua admissibilidade.

Esta reforma da Previdência não é a única reforma que este Parlamento fará, mas é essencial para que possamos fazer o debate das demais reformas de que este País tanto precisa. É chegado o momento em que o Brasil reencontra-se consigo mesmo, em que o Brasil começa a debater políticas públicas baseadas em evidências, começa a debater políticas públicas baseadas em fatos, e não em divergências, e não em populismo, e não em demagogia.

É bem verdade que há aqueles que tentam, a todo momento, distrair a opinião pública com argumentos falaciosos. Há aqueles que tentam obstruir os trabalhos apenas por serem contrários àqueles que hoje estão no Governo.

Nós do Partido Novo, caro Relator Samuel Moreira — e V.Exa. tem percebido isso desde o início deste mandato e mantido conversas muito francas e transparentes com todos nós, os oito Deputados da nossa bancada —, não estamos aqui para representar o sentimento do Governo ou para representar o sentimento da Oposição. Nós aqui, de forma independente, queremos buscar o que é melhor para o Brasil, o que é melhor para o povo brasileiro. Esta Casa aqui dialoga e chegará a um veredito no plenário. E esse veredito, para ser alcançado, necessitará de 308 votos. É uma emenda constitucional. Para chegarmos aos 308 votos, algumas coisas ainda serão alteradas; outras, esperamos, permanecerão da forma como vieram no projeto encaminhado pelo Governo.

Porém, mais importante do que tudo é que haja uma reforma da Previdência com uma economia tal que faça o Brasil voltar a andar, que faça, aliás, os brasileiros sentirem-se que estão mais próximos uns dos outros.

Nós sabemos que desigualdades não serão eliminadas, muito menos injustiças, aliás, injustiça é muito pior do que desigualdade. A desigualdade, muitas vezes, é fruto do esforço ou da falta dele de cada indivíduo. A injustiça é fruto de algo muito mais complexo. Infelizmente, a Previdência, da forma como é hoje, é uma fábrica de injustiças.

Nós queremos que os cidadãos estejam mais próximos uns dos outros quando esta reforma estiver aprovada. E, por esse motivo, é saudável e salutar, mesmo que aparentemente redundantes as palavras, ver que quem paga menos vai pagar um pouco menos e que quem hoje já paga mais vai pagar um pouquinho mais. Mas nós não podemos perder de vista o seguinte: que quem vai passar a pagar um pouquinho mais ainda vai receber em proporção muito mais do que aquilo que recolheu nas contribuições, se comparado àquilo que vai receber em benefício o mais pobre, que também não contribuiu o suficiente para aquilo que vai receber de benefício. Esta é a verdade: o sistema previdenciário vai continuar desequilibrado, mas nós vamos impedir que o rombo se aprofunde. E nós vamos poder começar a imaginar a abertura de uma porta em direção a um novo sistema.

Nós do Partido Novo queremos inclusive que o regime de capitalização seja reincluído nesta proposta de reforma da Previdência. Lamentamos que esteja de fora, Sr. Relator, mas entendemos os motivos por que, neste primeiro momento, aqui na Comissão, até por falta de compreensão de alguns colegas Deputados, que, com o tempo, certamente serão convencidos, ficou de fora. Mas esperamos que lá no plenário retorne, porque é o sistema que poderá dar uma perspectiva para os mais jovens.

Eu tenho 33 anos de idade e nunca pensei em me aposentar. Há gente muito mais jovem, com 16 anos, 17 anos, 18 anos, 19 anos, que está entrando no mercado de trabalho, que nem pensa em se aposentar. Mas aqueles poucos que pensam em se aposentar, que gostam de fazer cálculo, que são previdentes — esta palavra é importante repetir, porque é daí que vem a palavra previdência —, que pensam no seu próprio futuro, esses poucos que, na idade tenra de 16 anos, 17 anos, pensam no seu próprio futuro, como aposentados, sabem que o sistema previdenciário piramidal brasileiro de repartição simples está fadado ao fracasso, já não se sustenta mais. O que estamos fazendo aqui não é exatamente uma reforma, é um conserto temporário, mas não é algo que vá permitir para estas futuras gerações o ingresso num novo sistema, numa nova Previdência. Para isso, apenas por meio da capitalização, por meio de um sistema que dê poupança garantida para cada cidadão brasileiro, em que as intempéries e as sazonalidades possam ser mitigadas.

Por isso, Sr. Presidente, nós do Partido Novo entendemos inclusive que precisa voltar à Constituição a previsão de que as alterações na expectativa de vida do povo brasileiro sejam incorporadas de forma automática na revisão da idade mínima, e não fique como acabou ficando no seu relatório, algo que precise ser alterado constantemente por emenda constitucional.

Mais uma vez nós entendemos os motivos que levaram a certos acertos e acordos, pois esta é a Casa do diálogo. Mas nós também entendemos e compreendemos que esta mesma Casa, por meio dos seus 513 membros, Deputados Federais, e a Casa Alta, o Senado, por meio dos seus 81 membros, podem alterar este ponto.

Nós acreditamos também que a regra de transição que foi alterada precisa ser revista novamente e que a idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres deve ser regra para todos os brasileiros, não só para aqueles que estão na iniciativa privada. Não podemos ter duas classes de cidadãos no Brasil, uma classe de servidores públicos e outra de quem está na iniciativa privada.

Os servidores públicos mesmos não concordam com isso, defendem a igualdade. E nós precisamos, portanto, garantir essa igualdade para que o tempo de aposentadoria seja igual, aliás, que a idade mínima para a aposentadoria seja igual para todos.

O que nós vimos aqui — o Deputado Alexis Fonteyne, meu colega do Partido Novo, muito bem relatou —, nos últimos dias no Congresso, foi um pedido de tratamento especial para inúmeras classes, cada um pensa no que é especial para si. Todos têm legitimidade para pensar dessa forma, afinal de contas, todos nós temos, como bem disse o Deputado Alexis Fonteyne, vontade de um dia, estando aposentados, termos uma aposentadoria tranquila, mas ela não pode acontecer à

custa dos outros, não pode acontecer à custa dos mais pobres, não pode acontecer à custa daqueles que mais necessitam, daqueles que, aliás, em proporção ao que recebem, mais pagam impostos.

Esta é a realidade brasileira, a realidade de um país pobre, a realidade de um país de milhões de habitantes que pagam muito imposto. Quanto mais pobre o cidadão, mais imposto ele paga em proporção àquilo que ganha. Portanto, mais ele acaba contribuindo para os altíssimos salários e privilégios que são pagos para quem se aposenta nas elites do nosso funcionalismo público, que também têm, por este motivo, a contrariedade de quem está iniciando em muitas carreiras do serviço público e também tem pedido igualdade de tratamento com quem está na iniciativa privada. Há uma mudança no nosso País em relação à forma como se veem as coisas.

Também entendemos que nós não podemos aumentar imposto em nenhuma área, porque é ilusão achar que, ao aumentar imposto sobre qualquer atividade privada, sobre uma empresa, seja ela um banco, seja um supermercado, seja um escritório de qualquer natureza, esse imposto não será repassado para o consumidor; ele será.

No sistema previdenciário, o pior é que, quando o imposto é repassado para o consumidor, ele está pagando, está sendo taxado, para contribuir com a estabilidade de um sistema previdenciário e não com a de um sistema tributário, que deve existir para garantir serviços públicos básicos, como segurança, saúde e educação. Estes estão, no Brasil inteiro, muito mal providos, com muito pouco recurso, porque muito é pago justamente em previdência. E, se aumentarmos impostos com a finalidade de continuar sustentando um sistema deficitário de previdência, vamos acabar reduzindo a possibilidade de que o dinheiro dos tributos vá para a saúde, para a segurança, para a educação.

Nós do Partido Novo também estamos propondo uma regra de transição para as aposentadorias especiais no Congresso Nacional. Nós estamos propondo, caso não seja possível a regra de transição que os Deputados do Partido Novo e mais de 171 Deputados Federais protocolaram nesta Casa, que se dê pelo menos a opção àqueles que já estão há alguns anos no sistema próprio aqui da Casa de saírem desse sistema e de receberem aquilo que contribuíram de volta. É uma proposta que pode ser fruto de acordo nesta Casa. E há Deputados interessados, Sr. Relator, em que esta proposta caminhe. É uma forma de demonstrarmos também que aqueles que ganham mais estão contribuindo com aqueles que ganham menos.

É necessário, portanto, que nós façamos essa discussão sem as emoções que caracterizam os debates daqueles que, com demagogia, tentam convencer os eleitores daquilo que não são: defensores de pobres, defensores de quem menos ganha. Nada disso!

Se esta reforma da Previdência atacasse os mais pobres talvez estivesse aprovada há muito tempo. São justamente as mudanças para aqueles que mais privilégios possuem nos regimes previdenciários das corporações que têm dinheiro para pagar representantes para virem a Brasília de avião, caminharem em dia de trabalho no Congresso Nacional e fazerem pressão nos Deputados; é justamente pelo fato de esta reforma da Previdência estar buscando também reduzir o fosso que há entre cidadãos, que não deveriam ser de duas categorias; é justamente a pressão desses que está fazendo com que essa tramitação seja mais lenta do que a de outros projetos e de outras propostas de que o Brasil tanto precisa.

Mas estamos passando por todos esses desafios. A reforma da Previdência está virando uma realidade. Nós a votaremos semana que vem nesta Comissão. Certamente, em breve o Brasil contará com uma nova Previdência.

Muito obrigado. Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Silvio Costa Filho. PRB - PE) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos, por 10 minutos. Depois terá a palavra o Deputado Guilherme Derrite e o Deputado José Guimarães.

Queria só fazer, mais uma vez, um registro em nome da Comissão. Aquele Parlamentar que não estiver presente quando for chamado não vai ter mais o direito de fazer o uso da palavra, até em respeito aos Deputados e Deputadas que estão, desde cedo, aguardando o uso da palavra.

Eu queria só fazer esse registro, Deputado Pompeo de Mattos, para depois não ficar uma coisa solta. Esse é o entendimento pactuado na nossa última reunião de bancada na semana passada. V.Exa. dispõe de 10 minutos.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT - RS) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeiro nós temos que, neste debate derradeiro aqui na Comissão da reforma da Previdência, fazer uma espécie de resumo, de rescaldo de tudo o que foi feito para que haja uma compreensão final, definitiva, se não daquilo que a Comissão pensa, pelo menos daquilo que o PDT e este Parlamentar pensam.

A proposta do Governo tem dois pilares: um é o RPPS — Regime Próprio de Previdência Social, e o outro é o RGPS — Regime Geral de Previdência Social. O RPPS é o dos servidores públicos municipais, estaduais e federais, Legislativo, Executivo e Judiciário, e o RGPS é o dos trabalhadores em geral, daqueles do INSS que têm carteira assinada ou pagam o carnê e ganham, em média, 1.370 reais.

O Governo quer economizar nos dois, em 10 anos, 1 trilhão, 236 bilhões de reais, sendo 224 bilhões do RPPS, ou seja, da parte pública, e 1 trilhão e 12 bilhões do RGPS, que é o Regime Geral de Previdência em que estão incluídos, além daqueles que têm carteira assinada e pagam o carnê, os agricultores, o BPC — Benefício de Prestação Continuada, que abrange o idoso pobre, o viúvo e as pessoas com deficiência, e, junto com eles, o famoso abono. Pois bem, essa é a proposta do Governo.

O que nós conseguimos — vamos diz assim — para fazer uma redução de danos nessa proposta? Nós tiramos três coisas. A primeira foram os trabalhadores rurais. *"Água mole em pedra dura tanto bate até que fura"*. Não venham dizer que o Governo fez isso por favor. Não, ele fez isso porque o pau comeu.

A mesma coisa aconteceu com o BPC — Benefício de Prestação Continuada das pessoas com deficiência e do idoso pobre. O Governo queria matar o idoso, que hoje recebe 1 salário mínimo aos 65 anos de idade. Ele só iria recebê-lo aos 70 anos. Nesse ínterim, nesses 5 anos, o Governo queria que ele morresse para não ter que pagar. Pois nós revertermos a situação.

No terceiro item da redução de danos, o Governo queria uma tal de capitalização, que era pegar a Previdência como é hoje e encerrá-la. Ela é de partilha. Atualmente, o aposentado recebe, no final do mês, em função da contribuição de quem está na ativa. Quem está na ativa paga no final do mês, e, com o dinheiro que entra, o Governo paga o aposentado. O Governo queria acabar com esse sistema e criar a capitalização, ou seja, entregar para os bancos o sistema. Ao invés de pagar para o Governo, eu pagaria para um banco, para uma conta bancária, e o banco manipularia o meu dinheiro. Derrubamos isso, embora eles estejam constrangidos e queiram voltar. Mas nós vamos insistir, teimar e trancar o pé para que isso não aconteça.

Então, nós podemos dizer que vencemos nessas três coisas. Mas não quer dizer que isso nos conforte, que está tudo bem. Não, temos mais desafios pela frente. Por exemplo: o PDT apresentou voto em separado exatamente para rever a questão dos pedágios. É muito alto o valor dos pedágios. Pagar 100% de pedágio é alto demais. Nós precisamos encontrar um ponto de equilíbrio.

Sobre a questão das pensões do viúvo ou da viúva é um castigo para as mulheres, porque a maioria dos pensionistas não são viúvos, são viúvas. As mulheres é que vão ser castigadas. O casal está aposentado, e um vem a falecer. O que sobrevive recebe, em forma de pensão, a aposentadoria que o outro tinha, acumula, porque a despesa da casa é a mesma. E a pessoa que sobreviveu está mais idosa, sozinha, perdeu o seu braço direito. Então, a lei é generosa, é decente, é coerente. O que o Governo quer? Que a pessoa que morre leve para o cemitério a aposentadoria e fique lá no cemitério dizendo: *"Vem para cá meu bem, vem para cá também"*. Eu diria assim: seria engraçado se não fosse macabro, mas é a verdade.

Então nós temos que dizer isso. Essa é uma luta que nós temos que fazer. Professores, professoras, 40 anos na de sala de aula; professor, com 60 anos de idade; professora, com 57 anos. Eles reduziram isso de tanto cutucarmos, mas cutucar com vara curta, com ferro e brasa. Eles recuaram, mas nós temos que apertar mais.

Outro item: a questão da média da contribuição. Hoje, o percentual é de 80% das maiores contribuições. Ou seja, em 40 anos tu tiras 8 anos de contribuições, aquelas do começo da tua vida, quando tu ganhavas um salário mínimo. Agora não, o percentual é de 100%! Então, imagine: a pessoa trabalha 10 anos ganhando um salário mínimo, mais 10 anos ganhando dois, mais outros 10 anos ganhando três salários mínimos, e nos últimos 10 anos, para chegar aos 40 anos, ganhando 4 salários mínimos. Ao se fazer a média, o valor vai lá para baixo. É isso o que o Governo quer. Então, essa média é uma média negativa, quando ela pega a média de todas as contribuições desde quando tu eras jovem.

Passo ao item da desconstitucionalização. Eu já expliquei aqui e vou falar de novo. Tirar o tema da Constituição é uma armadilha, porque, vejam bem, o Governo diz assim: *"Não vou mexer com os trabalhadores rurais"*. Mas tira da Constituição. *"Não vou mexer no BPC"*. Mas tira da Constituição. *"Não vou mexer na capitalização."* Mas tira da Constituição. Ou seja, depois, por lei ordinária, o Governo faz essas mudanças. Eu quero deixar essa advertência gravada na memória de todos, porque um dia eu vou cobrar isso aqui. Estando fora da Constituição, eu diria assim, comparando a joia com os direitos dos trabalhadores. *"Onde é que tu guardas a joia?" "No cofre."* *"Onde é que tu guardas o direito dos trabalhadores?" "Na Constituição."* Então a Constituição está para o direito dos trabalhadores assim como o cofre está para a joia. Se tu vais lá, abres o cofre, tiras a joia e deixas na prateleira, na caixa de sapato, ficas desprotegido. Passa um gaiato e leva um brinco, um pingente, uma pulseira, uma corrente. Daí a alguns dias, não sobra nada.

Tirar os direitos dos trabalhadores da proteção da Constituição, do cofre constitucional, e deixá-los ali. Vem um, em 1 ano, passa, leva o direito do agricultor, a idade para o agricultor se aposentar, para a agricultora, para o professor, para a professora, porque não tem proteção. Eu quero deixar isto gravado. Palavras do Deputado Pompeo de Mattos, que vão ficar para a memória, para história, para o nosso passado de glória. Tenho medo de que seja um futuro de vitória, tenho muitas dúvidas, porque eles vão atirar contra esses direitos que hoje permanecem: os do agricultor e o do BPC. Depois, eles os pegam na curva, porque não terá cofre, não estarão na Constituição esses direitos, não terão proteção.

Encerrando, Sr. Presidente, eu falei no começo no RPPS e no RGPS. Então quem vai pagar essa conta são os professores, as professoras, que de privilégios não têm nada; são as mulheres, que de privilégio não têm nada. Agora, eu quero deixar bem claro aqui que os participantes do RGPS são os mais sacrificados. O Ministro disse para mim ali: *"Eles vão pagar menos, mas em quantidades maiores, porque são 82 milhões"*. Então, tirando um pouco de cada um, dá quantia de que ele precisa. Mas tirar dos pequenos é castigo! E aí vai vir a maldição dos pobres! E a maldição dos pobres pega! Nessa Comissão, pegou na eleição passada! Dos 22 Deputados, 20 não se reelegeram! A maldição dos pobres pegou porque eles votaram contra os pobres! É bom saber que quem vai votar essa reforma não é o Bolsonaro! Não é o Temer! Quem vai votar são os Parlamentares, que têm nome, endereço, telefone, e-mail, gabinete em Brasília, e moram nos Estados!

Cobrem deles, porque é seu direito que está saindo ali! Nós do PDT achamos que não podem tirar dos mais fracos! Cobrem dos grandes devedores! Cobrem da Vale, de Brumadinho, que enterrou um monte de gente viva! Cobrem da Havan, que deve milhões! Cobrem da Friboi, da JBS! Cobrem dos bancos! Cobrem da Embaixada Americana! Cada um deve um pouco e não paga, e o Governo não tem coragem de cobrar deles, mas é covarde o suficiente para pisar em cima e no pescoço dos mais fracos!

Nós do PDT não somos contra uma ideia de reforma. O Fernando Henrique fez, o Lula fez, a Dilma fez, e o Bolsonaro pode fazer! Mas não desse jeito, não desse tamanho, não dessa forma!

Alto lá! Devagar com o andor que o santo é de barro! Respeitem os direitos dos trabalhadores!

Nós defendemos e concordamos que o máximo que alguém receba da previdência pública neste País seja 5.800. Não importa se é Juiz, Promotor, Deputado, Governador, Senador, Ministro. O teto é 5.800! Isso, sim, é combater privilégio, mas não tirar dos pequenos, daqueles que não podem, daqueles que não devem; estes não têm o que dar, porque já deram o que tinham, que era o seu suor, o seu trabalho e o seu sacrifício!

Desse jeito, nós continuamos votando "não".

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Guilherme Derrite. (*Pausa.*)

Com a palavra a Deputada Greyce Elias. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Deputado José Guimarães.

V.Exa. tem a palavra pelo tempo de 15 minutos. (*Pausa.*)

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA) - Sr. Presidente, pela ordem.

Até que horas vai a sessão?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vamos ver. Eu acho que até umas 8 horas. Vai até pelo menos a hora que a Deputada Lídice da Mata falar!

Tem a palavra o Deputado José Guimarães.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Sr. Presidente, Sr. Relator, eu até gostaria que, se possível, o Relator pudesse dispensar pelo menos uns 5 minutos para me ouvir, não sem antes elogiar as meninas do Brasil, que ganharam da Itália e que estão nas oitavas de final.

Quero homenagear a Deputada Lídice da Mata, primeiro, a Marta, mas, em nome das mulheres, as Deputadas Alice, Jandira, Erundina, Fernanda, Perpétua, as que estão aqui!

Sr. Presidente, nobre Relator, quero desenvolver um raciocínio de forma bem didática para ver se o nosso telespectador vai entender o significado do relatório do nobre Deputado Samuel Moreira, o Relator da PEC da Previdência.

É bem verdade que, naquilo que o Relator, o Deputado Samuel Moreira, mudou no relatório, existem pontos importantes que fizeram parte dos intensos debates que nós travamos ao longo desses meses todos.

Eu quero fazer esse reconhecimento, Deputado Samuel. Mas, ao tempo em que faço esse reconhecimento, não posso deixar de dizer que, em vários aspectos, V.Exa. piorou o relatório da PEC original.

Em primeiro lugar, vejam, a reforma mantém a sua centralidade e o seu relatório igualmente com a PEC. A centralidade da reforma qual é? É direcionada ao Regime Geral, e ao Regime Geral para aqueles que ganham até 2 salários mínimos.

Não adianta os Deputados do NOVO ou de outros partidos da base do Governo virem aqui dizer que a reforma é para tirar privilégios. Não é! Porque mais de 80%, segundo os dados do Ministério, recaem sobre o Regime Geral, Deputado Samuel.

Ao lado disso, o Regime Próprio, que é a primeira grande questão que levanto, Deputado Samuel, foi praticamente todo desconstitucionalizado! O Regime Próprio foi todo desconstitucionalizado! Aquilo que parecia ser cláusula pétrea, que

integra os regimes próprios, vai tudo para a lei ordinária. Não vai sequer para lei complementar, mas para lei ordinária, que é um traço que vai do meio para o fim. Todas as alterações que V.Exa. faz remete para a lei ordinária.

Em segundo lugar — e esta é uma outra questão importante —, quando V.Exa. segrega as receitas contábeis — Previdência, saúde e assistência social —, isso é um passo para quebrar aquilo que foi a grande novidade da Constituição de 1988, que foi a constituição do sistema de seguridade social.

Esse é o problema, Deputada Luiza Erundina. Quando segrega, contrata, faz uma separação contábil, isso é um passo, porque atinge fortemente aquilo que era a alma, que está como uma das grandes conquistas dos Constituintes de 1988, que era o sistema de seguridade social, fundado na repartição e no princípio da proteção e da solidariedade.

Não podemos dizer aqui, quando discutimos essa questão, Deputado Samuel, que, ao desmontar esse sistema de seguridade social, nós vamos resolver os problemas de despesa da Previdência. Sabe por quê? Porque o relatório é fiscalista; ele analisa, e a grande preocupação de V.Exa. é como arrecadar, é como preservar em 10 anos a história de 1 trilhão! Essa é a questão central! Não se considera nada! Eu quero saber o seguinte: para quem é do Governo, como este País vai suportar uma economia em crise, num processo de desaceleração nunca visto nos últimos anos? Como é que este País vai resolver o problema do emprego através desta reforma da Previdência? Não vai! É um erro! Isso, sim, pode levar o Brasil ao abismo fiscal, como disse o Ministro Guedes. Além disso, Deputado Samuel, nessa tese da desconstitucionalização, V.Exa. diz que os rurais e os benefícios não programados, como o salário-maternidade e o auxílio doença, vão depender de lei ordinária.

Vejam! Não se sabe quem vai pagar. Então, os coitadinhos que precisam desses auxílios vão ficar ao relento sem saber sequer quem vai pagar. E o Governo pode dizer *"Eu não vou mandar lei ordinária nenhuma"*.

Veja bem, Deputado Samuel, a que ponto chegou essa ideia da desconstitucionalização. V.Exa. constitucionalizou a desconstitucionalização nesses pontos.

A mesma coisa acontece com os rurais. Foi dito, em todos os cantos do Brasil, que a reforma ia retirar os rurais. Relator, é verdade, mas preserva algo extremamente grave quando diz no relatório — e o Deputado Marcelo concorda que deveria ter retirado os rurais — que lei ordinária definirá o valor da contribuição.

Isso é pior do que o relatório inicial, porque, se fôssemos votar, Deputado Rubens, pelo menos precisava de 308 votos. Agora, não é mais nem lei complementar. É maioria simples. Está dito lá. Além de não deixar claro se o homem vai contribuir 15 ou 20 anos, remete para lei ordinária o valor da contribuição que vai ser feita por renda familiar.

Portanto, os rurais não saíram da PEC da Previdência. É uma duríssima imposição, que pode afetar fortemente a economia dos Municípios. Todo mundo sabe que a economia dos pequenos Municípios sobrevive dos benefícios previdenciários. A economia de metade das cidades do meu Estado do Ceará vive dos benefícios previdenciários. Isso arreventa com a economia. Portanto, isso tem, sim, impacto na questão econômica do País. Isso não deveria estar no texto. Eu espero que no plenário nós derrubemos essa derivada, que é levar os rurais para lei ordinária.

O cerne dos regimes próprios, a que eu já me referi, está constitucionalizado. O que diz o Relator? Remetam-se os regimes próprios também para lei ordinária. Portanto, é uma desconstitucionalização esse item perverso, que vai exatamente fragilizar as políticas públicas e, sobretudo, as funções de um Estado indutor, planejador e produtor de políticas públicas, que precisam evidentemente ser executadas pelo conjunto dos servidores. E aqui não me venham dizer que é para proteger quem ganha altos salários, porque também a PEC não trata disso. É uma desconstitucionalização perversa, que vai atingir o cerne do Regime Próprio, constitucionalizado na nossa Constituição, conforme quiseram os Constituintes de 1988. A última questão, Sr. Presidente, é que todo mundo sabe que o BNDES foi em governos anteriores — e deveria ser no Governo atual — o principal instrumento de financiamento do desenvolvimento econômico e social do País. Por isso é que 40% dos recursos do PIS/PASEP vão para o BNDES, para ele devolver seja com investimento, seja com as taxas normais de remuneração. Ele devolve para a União. A PEC da Previdência reduz para 28% os 40%. O Relator foi mais agressivo no caso do BNDES e retirou 100%, ou seja, os recursos do BNDES que financiam... Eu não sei como os empresários deste País, a infraestrutura deste País, vai aceitar isso. Isso é praticamente o esvaziamento completo do BNDES e é uma das razões da demissão do Ministro Levy. Não estou aqui para defender o Ministro Levy, porque tenho discordância da visão dele sobre economia, mas essa é também a razão da demissão dele do BNDES, porque se estava construindo um movimento amplo de defesa do BNDES, e o relatório retira 100% desses recursos. Como o BNDES vai financiar o desenvolvimento econômico e social do País? Como os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente, vão sobreviver? Hoje os recursos do BNDES eram usados majoritariamente em investimentos nesses dois Estados, que, de certa forma, são motores do desenvolvimento econômico do País. Portanto, está aí, Deputado Samuel, talvez uma das mais graves questões contidas no seu relatório, que é a desconstituição do BNDES.

Aí vem a questão: o BNDES é um banco público? Ele serve para quê? Para financiar o desenvolvimento do País. Ele serve aos governos estaduais, que nessa crise fiscal sobreviviam dos empréstimos do BNDES. O banco vai ser descapitalizado.

Sabe quanto isso significa em termos de recursos do BNDES, Sr. Presidente Marcelo Ramos? Isso significa 35%, que estão sendo retirados para entrarem na conta a fim de financiar o déficit da Previdência.

É evidente que temos uma divergência frontal com a visão daqueles que querem fazer uma reforma da Previdência pelo lado fiscal e não consideram que, para a Previdência ser superavitária, é preciso haver crescimento econômico, é preciso aumentar o investimento público.

Essa ideia de que a nova Previdência vai resolver os problemas do País, meu caro Deputado Samuel, é um erro grave. Podemos até fazer reforma da Previdência, mas não com essa lógica, porque basicamente retiram-se recursos de dois cantos — do Regime Geral, que atinge quem ganha até dois salários mínimos, e do BNDES, um banco público de forte presença nos Estados brasileiros, inclusive no nosso Nordeste — para tapar o rombo da Previdência e desconstitucionalizar todo o Regime Próprio.

Esta PEC, portanto, não tem só o problema de retirar direitos, porque ela quebra direitos que estão petrificados na nossa Constituição. Esta PEC é um duríssimo golpe em qualquer possibilidade de retomada do crescimento da economia brasileira.

Eu conversei hoje com o Ministro Onyx na Comissão de Constituição e Justiça agora há pouco, quando estávamos discutindo o decreto das armas, Deputado Samuel. Eu sei que V.Exa. não integra oficialmente o Governo, mas, Deputados e Deputadas, País, que está nos ouvindo neste momento, como pode, em 6 meses, a única pauta do Ministro da Economia, Paulo Guedes, ser a PEC da Previdência? Ele não fala na questão do desemprego. As obras do Nordeste estão todas abandonadas na Bahia, em Pernambuco, no Ceará. O mato está tomando conta no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Ele não diz nada sobre investimento público e corta, corta, corta. E corta de onde? Não do andar de cima, corta sobretudo do andar de baixo.

Foi por isso que houve hoje uma demonstração de muito civismo. O PDT, o PSB, o PT, o PSOL e o PCdoB anunciaram ao País que estão unidos para votarem contra o relatório do Deputado Samuel.

Deputado Samuel, V.Exa. sempre nos dizia, e eu discuto isso com todo o respeito, que ia preservar ao máximo os pobres, ia fazer de tudo para não dar a canetada naqueles que ganham pouco.

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - Peço tempo para concluir com uma frase, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Concedo o tempo para concluir com uma frase. Vou ser criterioso.

O SR. JOSÉ GUIMARÃES (PT - CE) - É preciso, Deputado Samuel, que V.Exa. faça essa reflexão. Estão mantidas algumas questões centrais que desconstituem qualquer compromisso do relatório com os mais pobres, sobretudo com aqueles homens e mulheres que estão esperando se aposentar um dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Guimarães.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Uso a palavra só para fazer uma consideração, Deputado José Guimarães.

Não vou entrar no aspecto da convicção que tenho de o texto ter sido melhorado. Entre o texto da PEC e o relatório, do ponto de vista social, acho que conseguimos fazer uma grande melhora, o que não é mérito meu, não, é da Casa, dos Deputados. Houve uma grande melhora, do ponto de vista social, entre o texto da PEC e o relatório.

Eu queria só deixar para a reflexão de todos a questão do BNDES. Qual é o grande debate que precisa ser feito? Tem 30 anos essa lei que remetia 40% dos recursos do PIS/PASEP para o BNDES. Eles entram no FAT, que tem a responsabilidade de pagar o seguro-desemprego, tem a responsabilidade de pagar o abono. O FAT tem responsabilidades com despesas. Mas 40% do dinheiro que entra para o FAT vão para o BNDES. Não vou nem considerar o histórico do BNDES, porque seria até injusto. Vamos trabalhar com a hipótese de que ele estivesse fazendo um grande trabalho. Vamos supor que ele estivesse fazendo os financiamentos, gerando emprego. Vamos desconsiderar o histórico. Ainda assim, em 2018, houve um déficit no FAT. O dinheiro do PIS entrou, o FAT pagou seguro-desemprego, pagou abono, e ficou um buraco de 9 bilhões de reais, que teve que ser coberto pelo Tesouro, pelo dinheiro da saúde, da educação, inclusive com aumento da dívida, pagando-se juros mais altos. E ele está emprestando a juros mais baratos ao BNDES.

Vejam, essa é uma discussão para se abrir. Faz 30 anos que existe essa lei. Querem mantê-la igual? Tudo bem. Eu estou colocando em debate. Eu acho que o BNDES tem que desmamar. Pode ser até que isso seja feito durante um determinado tempo, mas tem que ir desmamando, ainda mais quando se trata de substituir esses recursos com dinheiro do Tesouro, a juros altíssimos inclusive.

Então, vamos tentar construir uma solução, um entendimento. Esse debate deve ser feito. Eu não sou o dono da verdade, mas também não acho que ninguém aqui tenha uma verdade absoluta, já pronta, com relação a esse assunto do BNDES. Inclusive abri diálogos com o Senador Serra, que foi quem fez essa lei lá na Constituição de 1988, e ela está vigendo até agora. Eu acho que ela pode ser melhorada. Eu abri diálogos com as pessoas do BNDES que estão me procurando — nesta semana eu vou me sentar com elas — e com V.Exas., principalmente. Mas é importante se debruçar sobre esse assunto e não ter isso como uma verdade absoluta neste momento, para construirmos uma solução melhor do que essa que há hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Tem a palavra o Deputado Darci de Matos, pelo tempo regimental de 15 minutos.

O SR. DARCI DE MATOS (PSD - SC) - Vou falar um pouco menos, com certeza absoluta. Só quero fazer algumas observações.

Sr. Presidente, eu inicio insistindo na tese, na ideia, de incluirmos os Municípios e Estados na reforma da Previdência, porque nós temos alguns dados que nos convencem. Esperamos convencer os Governadores, buscar apoio dos Deputados Estaduais que ainda estão em dúvida, para que possamos resgatar essa condição no plenário.

Os Estados e Municípios estão praticamente todos falidos. Isso não é novidade para ninguém. Por exemplo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro estão atrasando os salários de professores, de bombeiros, de policiais. Em Minas Gerais, Sr. Presidente, nós temos um exemplo: 0,8 trabalhadores ativos trabalham para 1 inativo. Sr. Presidente, essa é uma situação de calamidade pública. Nós não temos horizonte nesse caso.

Outro dado importante: o déficit atuarial dos Estados é alarmante. Ele chega à casa dos 5 trilhões de reais. Por exemplo, Santa Catarina, um Estado que está com as contas relativamente bem equilibradas, tem um déficit atuarial na casa de 152 bilhões de reais, projetando-se para 20 anos receita e despesa da Previdência. O Rio de Janeiro tem 632 bilhões de reais de déficit atuarial; Minas Gerais, 593 bilhões de reais; Acre, 15 bilhões de reais. Portanto, esses Estados que ainda não estão quebrados têm dia e hora para entrar em insolvência. E isso não pode acontecer.

Segundo a entrevista que li de V.Exa., a economia dos Estados e Municípios, se entrarem na reforma da Previdência, vai chegar à casa de 1 trilhão de reais em 10 anos. Presidente Marcelo, nós temos um déficit nos Municípios e Estados de mais de 90 bilhões de reais, quase 100 bilhões de reais por ano. Então, é um poço sem fundo!

Nós precisamos buscar forças, apoio, voto, para que possamos incluir os Estados e Municípios na reforma da Previdência, até porque, Sr. Relator, vamos ter duas categorias de serviço público: os servidores federais e os servidores públicos estaduais e municipais em outra condição. Ou os senhores têm esperança de que os Prefeitos, os Governadores e Deputados Estaduais farão as suas reformas nos seus Municípios? Jamais as farão! Isso não é justo, porque vamos promover uma economia com a reforma da Previdência, e esses Estados e Municípios, praticamente quebrados, virão bater à nossa porta, à porta da União para serem socorridos nas suas dívidas. Essa é a grande verdade!

Sr. Presidente, quero também afirmar aqui que V.Exa. acabou de fazer uma explicação brilhante, justificando a retirada de recursos do BNDES. Eles não vão fazer falta! Por que não vão fazer falta? Porque o BNDES, como banco de fomento, de investimento, investiu muito mal os seus recursos na última década, nos últimos anos. Investiu em outros países, em países de ideologia de esquerda; investiu em empresas dos amigos, empresas praticamente quebradas. Quer dizer, nós jogamos fora muito dinheiro do BNDES, jogamos pela janela. Agora, com a abertura da caixa-preta do BNDES, com o combate à corrupção que o nosso Governo está fazendo, Sr. Presidente, vão sobrar recursos, sim, para fazer bons investimentos em nosso País, na nossa Nação.

Para concluir, quero fazer outra observação. Quero dizer à Oposição que, quando estive no Governo, ela não cobrou, não tributou as grandes fortunas, os dividendos, os capitais. A Oposição não fez isso! Não teve coragem, acovardou-se! Também não cobrou os grandes devedores da Previdência, porque não teve coragem. Hoje posam de bons moços aqui, nesta tribuna, cobrando do nosso Governo, que está aí há 4 meses. O que a Oposição fez enquanto estive por 13 anos no poder? Nada! Ou melhor, fez muito. Nós sabemos o muito que a Oposição fez. Os brasileiros sabem e não vão esquecer, não vão perdoar.

Portanto, votar contra a reforma da Previdência, categoricamente, Sr. Relator, significa votar pela manutenção da aposentadoria especial dos Parlamentares. Votar contra a reforma da Previdência significa posicionar-se favoravelmente à manutenção dos salários de privilégio, principalmente no setor público. Significa continuarmos maltratando e desrespeitando os trabalhadores pobres deste País, porque 13 milhões estão batendo perna, indo à porta das empresas, em busca de emprego. Quem é que está preocupado com eles? A Oposição, que estive no Governo, não se preocupou. E quanto às crianças? E quanto à educação infantil? Muitos Estados estão deixando de investir na educação, no saneamento básico, nas áreas essenciais para pagar a aposentados e pensionistas. Isso não é justo! Quero concluir, nobre Relator e Sr. Presidente, dizendo que estamos numa encruzilhada: o Brasil quebrou, e nós autorizamos emitir títulos da dívida pública

para pagar comida, para pagar o Bolsa Família, para pagar a Previdência. Essa é a certidão de que o País está quebrado. Ouvi um Deputado dizer — tentando assustar ou, não sei, ameaçar — o seguinte: "*Quem votou na reforma trabalhista não se elegeu mais, quem votar na reforma previdenciária também poderá não ser eleger mais*". Ora, esta não é a Casa de medrosos e covardes, esta é a Casa de pessoas que têm coragem, que enfrentam e que lideram — para isso estamos aqui. Chega de fazer média. Fizemos média, Sr. Presidente, durante muitas décadas, durante muitos séculos, e olha o Brasil que legamos às futuras gerações! Uma situação catastrófica, horrível, principalmente para os pobres do País, para os que têm menos! Portanto, não devemos pensar nas próximas eleições. Este é um projeto de Estado. Temos que pensar, corajosa e inteligentemente, nas futuras gerações, e isso significa enfrentamos, com coragem, de frente, a reforma da Previdência, porque com ela vamos promover a economia, em 10 anos, de praticamente 1 trilhão de reais, e o Brasil vai dar o primeiro passo rumo ao seu crescimento e, sobretudo, à geração de emprego e renda.

Repito: com coragem, com firmeza, com espírito de cidadania, com espírito de nação devemos enfrentar esse desafio, votar a reforma da Previdência para que possamos legar aos nossos filhos e, sobretudo, aos nossos netos um país decente que ofereça oportunidade a todos.

Parabéns pelo relatório, Relator Samuel Moreira! Parabéns pela condução desta Comissão, Sr. Presidente Marcelo Ramos!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Darci de Matos.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata, pelo tempo regimental de 15 minutos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas desta Comissão, caro Relator, caros amigos, quero dividir minha fala em pelo menos dois sentidos: o primeiro sobre o relatório propriamente dito e o segundo sobre alguns palpites políticos, para não dizer que não falei das flores.

Nesse primeiro movimento, Sr. Relator, quero começar elogiando V.Exa. pela capacidade de ouvir — ouvir as ruas e de ouvir a Casa. A retirada do regime de capitalização do projeto é a referência mais forte de sua capacidade de ouvir. V.Exa. vem de um partido que dizia — pelo menos no início, no seu princípio — que era necessário nunca deixar de ouvir a voz rouca das ruas e tem uma formação de centro, de social-democrata, que, esperamos, se revele cada vez mais na afirmação desse relatório.

A capitalização seria o fim do Regime Geral da Previdência Social, que consta na Constituição Federal do Brasil, um regime que compõe a seguridade social, num conceito de fraternidade, de solidariedade, em que os mais jovens pagam a aposentadoria dos mais velhos e que faz parte de um sistema que reúne seguridade, saúde e previdência. Esse é o conceito da Constituição de 88. A capitalização romperia frontalmente o conceito de solidariedade e o trocaria por um conceito individualista. Chegou-se a falar aqui — na minha opinião, um *marketing* quase sádico — em poupança segura. Poupança poderia ser, mas segura? Distante estaria um processo de capitalização dos mais pobres no Brasil, daqueles que não têm como poupar, que seriam obrigados a poupar com um rendimento muitíssimo abaixo daquele que as seguradoras e os bancos receberiam pela sua poupança e que chegariam à idade idosa, idade de boa parcela dos que estão aqui, ou pelo menos à minha idade, tendo de enfrentar uma velhice empobrecida, vivida na linha da miserabilidade. Isso foi o que aconteceu em todos os países onde a capitalização foi implantada.

Mais ainda: Guedes, cuja proposta de capitalização é justamente a menina dos seus olhos, veio a esta Comissão e disse que não se sabe como será no futuro. Não foi capaz de dizer, em nenhum momento, qual é o projeto de capitalização, quanto custaria a transição ou sequer como resolveria o problema. Nós lhe daríamos um cheque em branco, via lei complementar. V.Exa. teve a capacidade de rejeitar essa proposta, sabedor de que ela não teria votos para ser aprovado nesta Casa — graças a Deus!

O segundo destaque que faço de seu relatório, feito dentro do espírito de ouvir o conjunto da Casa, foi justamente não permitir que ficássemos apenas com o olhar fiscalista e não buscássemos outras fontes de receita, algo que foi tão exigido em diversos debates das audiências públicas promovidas por esta Comissão. V.Exa. aumenta de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido, o que gerará uma receita de 50 bilhões, em 10 anos. Esse é um aspecto extremamente importante do seu relatório, que, para minha surpresa, foi combatido — imagino que um dos destaques para votação será justamente sobre isso. Eu disse "para minha surpresa", porque não sou das mais novas — estou aqui com o Gastão há algum tempo. No tempo em que entramos aqui, as referências que os Deputados usavam era a opinião do povo. Hoje, as referências são a opinião do mercado — é como o mercado deseja, não como a população deseja. Inverteu-se o raciocínio do sistema democrático para municiar a democracia apenas do olhar do mercado e da economia.

Eu acreditei que V.Exa. deveria seguir esse conceito para buscar novas receitas, no entanto, V.Exa., infelizmente, volta à lógica fiscal de trabalhar o Regime Geral da Previdência, universo no qual 82% ganham até dois salários mínimos, para daí retirar nova economia. Eu discordo desse processo. Não acho que nós possamos pensar uma reforma da Previdência

no País buscando tirar do Regime Geral da Previdência Social. Alguns aqui, ao falarem do Regime Geral e do cálculo do benefício, falam como se a aposentadoria não fosse resultado de anos de trabalho do trabalhador mais pobre do País, que faz um projeto de vida levando em conta a aposentadoria.

Vou avançar nas medidas ruins. A desconstitucionalização não é para valer. O senhor tira da Constituição Federal a idade mínima do servidor, acaba com as garantias da aposentadoria especial dos professores e as leva para lei complementar, cuja aprovação deixa de exigir um quórum de três quintos para exigir maioria absoluta.

No caso do Regime Geral, muda o cálculo do valor, que hoje é de 80% dos 15 anos, para 60% de todo o tempo de 20 anos de contribuição. Portanto, o trabalhador deverá trabalhar mais para ganhar menos, porque o cálculo levará em consideração não mais o tempo de contribuição, mas do tempo que contribuiu no percentual 60%.

Esse mesmo trabalhador que ganha dois salários mínimos tem pela frente o abono salarial, que o senhor aliviou: o projeto reduzia para apenas um salário mínimo, e o senhor ficou na posição meeira de 1.374 reais. Ainda um salário bastante pequeno para garantir o abono salarial.

Com relação à mulher, que é a mais prejudicada com esta reforma da Previdência, o senhor usa a referência da idade um pouco acima da média do que é hoje a idade em que a mulher se aposenta: a idade sai de 61 anos, que é a média, para 62 anos. Ainda bem que mantém os 15 anos de contribuição, criando uma diferença de resultado e de critérios. Penaliza a mulher quando retira da Constituição a ideia da proteção à maternidade, especialmente à gestante, e substitui a expressão por salário-maternidade. A proteção é mais ampla, ela pode significar, inclusive, um benefício para o filho, e não é apenas uma questão de fórmula.

A pensão por morte também penaliza a mulher. Hoje ela é de, pelo menos, um salário mínimo, mas no relatório ela passa a ser de um salário mínimo apenas se essa for a única renda da mulher. A que renda isso se refere? A uma renda de salário ou àquela renda que a mulher consegue vendendo salgadinhos, vendendo docinhos, na informalidade, para conseguir um valor acima de um salário mínimo?

Ainda há o pedágio de transição, que é igual a 100%. Isso pode levar uma pessoa, no caso de faltarem 6 anos para se aposentar, a ter que contribuir por 41 anos! Essa regra é mais rigorosa do que a contribuição de 40 anos para a integralidade, que o relatório traz e a PEC também.

Além disso, Sr. Presidente, há a questão dos rurais, que V.Exa. e todos nós também capitalizamos como uma grande conquista. Retira-se o rural, mas ele já está prejudicado pela MP 871. O rural também tem aqui o seu tempo de contribuição e carência jogado para lei ordinária. Portanto, isso poderá ser modificado por uma medida provisória ou por uma lei ordinária, novamente indo contra os que são mais pobres.

Aí eu entro na discussão da “penalização” — entre aspas — da mudança de alíquota. No Brasil, os bancos tiveram um lucro de 20%. Isso chega a 69 bilhões de reais! Bradesco, Itaú, Unibanco e Santander lucraram juntos 69 bilhões de reais no ano passado. É o maior valor da história! E ainda há Deputado que vem aqui dizer que é contra, que essa é uma tributação excessiva e que será repassada para o consumidor.

Ora, os bancos têm altas taxas e vão mantê-las, V.Exa. pondo ou não isso no relatório. Agora, a verdade é que essa margem de lucros é altíssima. Não é possível que o BACEN não possa, de forma efetiva, fiscalizar isso e impor uma nova regra. Essas pessoas defendem os acionistas dos bancos, a lucratividade desses acionistas, e não estão preocupadas com gente que não tem sequer conta bancária para receber o seu dinheiro, gente que vive de “bico” e não recebe aposentadoria, gente que vai ficar no BPC.

Sr. Presidente, eu quero finalmente chegar a uma compreensão e a uma afirmação de que o PSB não pode votar esta reforma, porque ela continua mantendo, no Regime Geral da Previdência Social, uma grande parte dos recursos que serão tirados para manter essa economia. Isso significa não apenas tirar dos mais pobres, mas tirar da economia popular, porque aquele que ganha dois salários mínimos gasta tudo, absolutamente tudo, com as suas necessidades.

Por último, eu vou falar dessa nova tese política que vi defenderem aqui. Dizem que só o Governo de Bolsonaro foi capaz de fazer uma reforma da Previdência. Ora, isso é mentira!

Fernando Henrique fez reforma da Previdência; Lula fez reforma da Previdência; Dilma fez reforma da Previdência. Todos tiveram um período de prosperidade e todos enfrentaram crises econômicas, porque as crises são cíclicas. Agora, eu não posso permitir que aqueles que defendem os bancos cheguem aqui para dizer que quem defende o povo trabalhador está fazendo demagogia, porque quem me trouxe aqui foi exatamente esse povo trabalhador. O Congresso não é formado por pessoas que vêm para cá tendo sido votadas em Marte. Elas são votadas aqui, no Brasil, por funcionários públicos, por pessoas assalariadas, por professores — inclusive, há Deputados professores aqui.

Quero dizer a V.Exa. que a Comissão de Educação da Casa, composta por pessoas da Base do Governo e por pessoas da Oposição, faz um apelo a V.Exa. para garantir a aposentadoria especial aos professores brasileiros. Essa é a nossa posição. Nós não vamos aceitar as provocações daqueles que acham que estão refundando o Brasil com a sua chegada à Câmara dos Deputados. O Brasil já existe há muito tempo, as crises também, mas o que não pode continuar existindo é a ideia de que só o povo trabalhador seja aquele que paga a conta dessa crise. O andar de cima, que tem muitos lucros, precisa começar também a pagar a crise.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Lídice da Mata.

Estão inscritos três Líderes: o Deputado Henrique Fontana, o Deputado Tadeu Alencar e o Deputado Alessandro Molon. Depois retornaremos à lista, pela questão regimental.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Sua vez já vai chegar, Deputado Heitor Schuch.

Antes de passar a palavra ao Deputado Henrique Fontana, quero registrar com alegria a presença aqui entre nós do Senador José Serra.

Senador, seja bem-vindo! Peço a V.Exa. que se assente à Mesa e acompanhe a reunião conosco. Para esta Comissão, é uma honra recebê-lo. Tenho certeza de que esse é o espírito de todos, pelo espírito democrático que tem esta Casa.

Passo a palavra ao Deputado Henrique Fontana pelo tempo de 7 minutos.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS) - Obrigado, Presidente. Eu quero cumprimentar V.Exa., o nobre Relator, Deputado Samuel, os colegas e todos os brasileiros e as brasileiras que estão nos acompanhando.

Nobre Relator, eu quero me concentrar hoje numa única página do relatório que V.Exa. apresenta para nós, Deputado Samuel. Eu quero me concentrar exclusivamente nela. Peço muito a sua atenção, nobre Relator, porque eu quero conquistar a convicção política de V.Exa. para mudar essa página do relatório, se eu for feliz na minha argumentação, e outros colegas também o farão.

Eu quero falar, nobre Relator, de um item que envolverá milhões de brasileiros, que é o método de cálculo das futuras aposentadorias do País no Regime Geral de Previdência Social, Senador Serra, do regime de quem se aposenta com 1.200 reais, 1.500 reais, 2.000 reais. Ou seja, não há nenhum privilegiado para ser protegido nesse apoio que eu quero pedir ao Relator para mudar o relatório nessa questão.

Ele propõe a mudança que cortará as aposentadorias de trabalhadores que estão na construção civil, que trabalham como garçons, que são motoristas de ônibus, que são cobradores, que estão trabalhando em serviços pesados, Deputada Margarida. Propõe aqui o Relator que, para salvar o Brasil — é assim que dizem os apoiadores de Bolsonaro —, nós deveríamos cortar as aposentadorias dessas pessoas, Deputado Rubens, em 20%, em 30%, em 40%.

Alguém que vai se aposentar com 2.000 reais precisa ter o benefício cortado para 1.200 reais, porque é um privilegiado e o culpado pelos problemas das contas públicas brasileiras? Eu digo com toda convicção: não! Fazer isso vai prejudicar o Brasil, vai aumentar a desigualdade, vai piorar a economia brasileira, vai criar uma injustiça inominável.

Relator, eu dou aqui exemplos hipotéticos que eu escrevi. Eu poderia falar de milhões de brasileiros, de milhões de Antônio, de Maria e de José. O primeiro, Carlos, pode ser um garçom, que tem hoje 62 anos de idade e que contribuiu, Deputado Chico d'Angelo, com 20 anos de carteira assinada. Ele não conseguiu empregos estáveis para ter a carteira assinada todos os meses como ele teria o direito. Ele teria o direito de ter um emprego com carteira assinada todos os anos da sua vida, mas ele não teve esse direito. Ele já foi prejudicado em sua trajetória, porque só conseguiu 20 anos de carteira assinada. Ele trabalhou 10 anos, contribuindo sobre um salário mínimo.

Relator, eu quero pedir a sua atenção. Eu peço licença ao Senador Serra. Eu quero colocar esse argumento com toda paixão. Ele contribuiu 10 anos sobre um salário mínimo. Ele enfrentou dificuldades, mas conseguiu contribuir os outros 10 anos sobre dois salários mínimos. E, na regra de hoje, com o Regime Geral de Previdência Social vigente neste momento no Brasil, ele tem o direito de se aposentar com 1.583 reais, Deputado Rubens Bueno. Se passar o relatório com essa página que eu quero pedir ao Relator para retirar dessa reforma, se passar esse relatório, o Seu Carlos, garçom de 62 anos, vai passar a ganhar 1.030 reais de aposentadoria. Vão cortar, Deputada Lídice da Mata, 552 reais por mês do Seu Carlos, a partir de 65 anos de idade. Não é justo fazerem isso!

Todos nós queremos equilibrar as contas públicas do País. Todavia, antes de tirar do Seu Carlos, antes de tirar da Dona Maria — tenho outros milhares de exemplos, mas não vou citá-los porque o tempo vai me faltar —, vamos fazer um acordo aqui. Votamos todos a contribuição sobre lucros e dividendos, que pode render, segundo estimativas, 50 bilhões de

reais por ano. Em 10 anos, serão 500 bilhões de reais. E vamos deixar a aposentadoria do Seu Carlos preservada. Vamos preservar a aposentadoria de quem ganha 1.500 reais, 2.000 reais, 2.500 reais.

O que nos divide aqui não é sermos a favor da reforma ou contra a reforma, nobre Presidente Marcelo Ramos, que nos conduz com tanta maestria. O que nos divide aqui é o entendimento de quem deve pagar as reformas, de quem deve se retirar dinheiro para equilibrar as contas públicas do País.

Eu não acho justo, Deputado Pedro Uczai, que se tire do bolso de alguém que tem 62 anos, 60 anos e não tem mais como viver a vida de novo, de quem não tem como fazer outro tipo de trabalho, de quem depende só dessa aposentadoria.

E tem mais, Relator. Há também outra página aqui. Não é possível que o Seu Carlos, no dia em que porventura morra, não possa deixar para a sua esposa o ganho dele de 1.583 reais e tenha que deixar de pensão 618 reais. Trata-se de outro corte injusto, inaceitável do ponto de vista da justiça social. Há setores privilegiados no País que podem, sim, pagar a conta de 1 bilhão de reais, se quiserem, nos próximos 10 anos.

Agora, para esse setor, não é a pensão de uma viúva ou de um marido que ganha um salário, dois salários mínimos. Nós não estamos falando de marajás, Presidente. Nós estamos falando do povo brasileiro, desse trabalhador que ganha pouco, que mereceria ganhar mais e que não pode ser chamado, neste momento, para pagar a conta.

Sr. Presidente, eu peço a V.Exa. 30 segundos para concluir.

Esta parte da reforma deveria ser o grande consenso desta Comissão. A retirada desta regra que altera o cálculo de aposentadorias e de pensões de quem ganha um, dois, três salários mínimos. Este deveria ser o acordo do Parlamento. Em troca deste acordo, nós da Oposição garantimos todos os votos para votar um imposto sobre lucros e dividendos que dê os mesmos 50 bilhões de reais por ano, vindo de outra fonte, e não dessa fonte, que não tem mais como pagar.

Obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Henrique Fontana.

Com a palavra o Deputado Tadeu, pela Liderança do PSB, pelo tempo de 5 minutos.

Depois falará o Deputado Alessandro Molon, pela Liderança da Minoria. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, vou falar pela Liderança da Oposição. Eu peço a V.Exa. que, depois do Deputado Tadeu, passe a palavra para um ou dois membros, a fim de alternarmos a lista. Eu agradeço a deferência de V.Exa. e o cumprimento do Regimento. Mas, até para facilitar os trabalhos, eu pediria a V.Exa. que falassem outros dois Deputados e depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Deputado Tadeu, V.Exa. tem o tempo regimental de 5 minutos.

O SR. TADEU ALENCAR (PSB - PE) - Eu quero cumprimentar todos, especialmente V.Exa., Deputado Marcelo Ramos, que vem conduzindo muito bem os trabalhos desta Comissão Especial. Gostaria de cumprimentar também o nosso querido Relator, Deputado Samuel Moreira, que fez um trabalho inquestionável aqui, com a sua competência, com o seu espírito público. Gostaria de saudar todos os colegas e o Senador José Serra.

Meu caro Presidente, nós temos uma tradição no PSB de ter um zelo muito grande pelo equilíbrio das contas públicas. Pode parecer que nós que estamos contrários a essa proposta de reforma da Previdência não temos esse tipo de preocupação. Mas nós a temos. Nós sempre sustentamos a necessidade de ajustes na Previdência, porque é visível que são necessários. Já houve ajustes em 1998, em 2003 e em 2015.

Portanto, essa é uma questão que está a merecer permanentemente atualizações. E nós estamos dispostos a discuti-las. O que nós sempre criticamos na proposta do Governo é que ele fazia recair a necessidade desses ajustes e a maior parte desses impactos — isso é inegável, isso é inquestionável — sobre a base da pirâmide social, vale dizer, sobre aqueles que ganham até dois, três salários mínimos. Vamos repetir isso aqui à exaustão.

Dissemos que houve, sem dúvida, evoluções importantes no relatório do Deputado Samuel Moreira. Reconhecemos isso aqui na abertura dos trabalhos de discussão. Houve questões que foram discutidas praticamente por todos os partidos, como a aposentadoria rural e o Benefício de Prestação Continuada. Particularmente, como bem disse aqui a nossa querida Deputada Lídice da Mata, em relação à capitalização, não garantir a renda mínima e a contribuição patronal evidentemente é abandonar milhões de brasileiros à própria sorte; é dizer que, não podendo poupar nada daquilo que deveriam poupar, porque já ganham muito pouco, não terão aposentadoria no futuro.

Nós reconhecemos esses avanços. Mas temos que reconhecer também, meu caro amigo, Deputado Samuel Moreira, que a estrutura medular da proposta não foi alterada. Exatamente a crítica que fizemos à proposta do Governo, nós temos aqui,

de forma respeitosa, que fazer a V.Exa., porque mantém os impactos dessa proposta vocacionada a atingir os mais pobres. Nós não podemos aceitá-la. Um partido que tem a história do PSB, um partido de corte socialista, que tem preocupações sociais, quer fazer este debate. Nós fizemos propostas, inclusive de modo a proteger esses que ganham até dois, três salários mínimos, e não tivemos nenhuma sensibilidade desta Casa.

Quisemos também chamar a atenção para o fato de que, se queremos combater privilégios, esses privilégios sejam listados em letras garrafais, para podermos dizer aquilo que estamos dizendo: não temos compromisso com privilégios. Mas não podemos olhar para um relatório, embora eu saiba que tenha sido feito com muito zelo, que não altera substancialmente isso.

Aqui vários dos que nos antecederam, particularmente o Deputado Henrique Fontana, mostraram que as regras de cálculo, tal como estão colocadas, atingem exatamente os mais pobres. É por isso que o Ministro Paulo Guedes fica tão incomodado, porque diz que, para atingir a potência fiscal que se espera, é preciso evidentemente ter escala, ganhar escala, ganhar a maioria da população, que está exatamente no horizonte do Regime Geral de Previdência Social, onde não há nenhum privilégio.

É por isso que eu quero aqui repudiar publicamente, nesta Comissão, o fato de o Ministro Paulo Guedes, pela primeira vez, ficar incomodado, porque diz que o relatório do Deputado Samuel Moreira meteu a mão no bolso da população quando aumentou a tributação dos bancos na Contribuição Social sobre Lucros em 5% para exatamente devolver aquilo que era a tributação dos bancos até 31 de dezembro do ano passado. Então, quero dizer ao Ministro Paulo Guedes que nós estamos preocupados com aquilo que mete a mão no bolso da população desde o momento em que esta proposta foi apresentada, e não apenas quando atinge os bancos. Nós queremos discutir aqui tributação de lucros e dividendos, queremos combater privilégios. E é por isso que, até o dia em que nós formos deliberar, nós vamos ficar aqui mostrando que, apesar de todo o esforço, a proposta do relatório mantém os vícios apontados desde o começo pelo PSB. Por isso, nós vamos votar contrariamente, se esta proposta não evoluir, ao relatório do Deputado Samuel Moreira.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado José Ricardo, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, quero saudar V.Exa., o Deputado Samuel Moreira, Relator, e todos os demais Parlamentares.

Nós vemos uma discussão, já de muito tempo, de que a salvação da economia é a reforma da Previdência, é gerar emprego, é enfrentar essa crise. Essa foi a conversa que nós ouvimos também no Governo passado, quando aprovaram a terceirização total, a reforma trabalhista. Prometeram 6 milhões de empregos, e, na verdade, o desemprego aumentou e continua aumentando.

Também há muita controvérsia em relação a esses cálculos que falam do déficit. Eu já vi muitos estudos, mas considero o que a Constituição nos coloca na questão da Seguridade Social, como ela é financiada. E, aí, os recursos vêm da contribuição dos empregados e empregadores, dos impostos e contribuições, o que, portanto, cobre toda a Seguridade. Até o ano de 2015, esses estudos mostraram que a Seguridade era superavitária. De 2014 até 2018, é bom lembrarmos que houve o aumento do desemprego, que 6 milhões de pessoas perderam emprego, o que significa menos contribuição para o Regime Geral da Previdência.

É claro que, se há uma retração da economia por 2 anos, com fraco desempenho do crescimento em 2017, o resultado é este que estamos vendo hoje aqui. E o equilíbrio das contas previdenciárias não pode acontecer focando o corte de despesas do Governo, principalmente na área social. Precisamos ampliar, é lógico, a produtividade e a oferta de trabalho, aumentar a arrecadação e a receita previdenciária, formalizar trabalhos. Mas isso passa, Sr. Presidente, pelas políticas de educação, pela ciência e tecnologia e por investimentos que o Governo não está realizando. Por isso, não se geram empregos.

O IPEA chama a atenção para o fato de que, em momento de crise e desemprego, não se cortam gastos sociais. E, aí, é bom lembrar o efeito multiplicador dos gastos sociais. O próprio IPEA fala do Bolsa Família, em que cada real tem um impacto no PIB de 1,44%. O mesmo acontece com o BPC, cujo valor estavam querendo reduzir. Também no Regime Geral, com o pagamento das previdências, cada real impacta 1,2% no PIB. E, se formos comparar com o pagamento de juros da dívida, o impacto é menos de 1 real, cada real pago tem um impacto de 0,71%, segundo o IPEA. Portanto, pagar o serviço da dívida, essas taxas exorbitantes, não ajuda o País.

Eu escutei, hoje, um Parlamentar — e isto é repetido — dizer que haverá um grande impacto na economia dos Municípios se essa reforma for aprovada do jeito que está, pois, em 70% deles, o Fundo de Participação dos Municípios é inferior aos benefícios da Previdência, da aposentadoria.

A reforma não vai propiciar a retomada do crescimento econômico. Isso está muito claro. É uma enganação que está sendo colocada para o País. Na verdade, a reforma vai aprofundar a crise. Inclusive, esse é o entendimento de economistas, de

profissionais e estudiosos que estão vendo a história do Brasil e, logicamente, os números. Não vai ser retirando renda da população que vai haver um crescimento da economia. Temos que gerar emprego e renda, estimular investimentos e demanda, senão, não vamos sair desse lugar.

Agora, se o Governo fala em arrecadar, eu acho que vou repetir o que muitos já falaram aqui: vamos cobrar de quem está devendo. A dívida à Previdência é de mais de 400 bilhões de reais. Se somarmos COFINS, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, PIS/PASEP, anistias, vamos chegar a um pouco mais de 900 bilhões de reais. Aliás, esse valor se aproxima do montante que o Ministro da Economia fala que vai economizar, de que seria próxima de 1 trilhão de reais a economia por conta da reforma da Previdência.

E tem mais: vamos começar a cobrar também, como já lembrado aqui por vários Parlamentares, o setor financeiro, que tem altos lucros e não dá a contrapartida adequada em termos de arrecadação de impostos, bem como — quem sabe um dia? —, vamos regulamentar o Imposto sobre Grandes Fortunas, que já está na Constituição.

Mas eu digo mais: por que também não começar a rever juros, pagamento de juros e amortização das dívidas interna e internacional? Estou vendo aqui um quadro que mostra a realidade do ano passado: 2,6 trilhões de reais foi o recurso do Orçamento Federal, e, desse montante, 1,65 trilhão de reais, 40,66%, foi para pagar serviço de juros e amortização da dívida. É muito dinheiro, é muito recurso! E isso não se fala, parece que sempre se protege esse setor.

Essa reforma — é a pergunta que as pessoas fazem para mim — vai melhorar o que na vida delas, vai combater privilégios? Nós vimos que já retiraram Estados e Municípios. Vamos pensar em todos os Estados e no Distrito Federal: vão apresentar projetos para cortar privilégios do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário em cada um deles? Acho muito difícil. Portanto, essa proposta não tem esse foco realmente de combater privilégios e deixa de fora muitos que deveriam estar contribuindo mais.

Mas, na questão bem concreta do projeto, mesmo aqui no relatório, mantêm-se questões que realmente atingem quase de morte muitos brasileiros e brasileiras ao cobrar que tenham 40 anos de contribuição para receber aposentadoria integral. E, aí, olhem o cálculo injusto — como foi dado exemplo, eu também quero dar um exemplo: na hora de fazer o cálculo da média, vão pegar todos os salários recebidos ao longo da vida, portanto, vai cair a média que vai ser utilizada para o cálculo da aposentadoria.

Eu dou também o exemplo de um porteiro, mas que pode ser um professor, pode ser qualquer outro profissional. Aos 62 anos de idade, com 25 anos de contribuição, pela regra atual, ele estaria recebendo 2 mil e 112 reais. Se for aprovado esse projeto, a mesma pessoa receberá mil e 462 reais, numa redução de 31%. Esse trabalhador vai perder se for aprovado esse relatório, se for aprovado esse projeto. A mesma situação nós utilizamos se ele falecer. Pela regra atual, a viúva vai receber 100% de pensão, portanto, 2 mil e 112 reais. Mas, pela nova regra, tanto no cálculo da aposentadoria quanto no cálculo que se refere à pensão, a viúva vai receber 877 reais. Eu vou repetir: de 2 mil e 112 reais vai cair para 877 reais. Essa é a realidade da ampla maioria dos brasileiros e brasileiras, que vão sofrer com esse projeto, uma vez que seja aprovado.

Professoras me fizeram perguntas num debate que nós realizamos sobre aposentadoria. Eu disse a elas que o Governo vai querer que a professora concursada trabalhe mais tempo, mas que tenha um vínculo, para garantir que, ao menos, haja a contribuição. Existe um vínculo se a professora é concursada. Mas a professora que é contratada por processo seletivo, a qualquer momento, pode pegar as contas e, aí, vai ter que ter um tempo maior de idade e contribuição. E se ela não conseguir outro emprego? Também a professora que trabalha numa escola particular e não tem garantia de emprego, dependendo da idade em que for despedida, não vai conseguir outro emprego para completar o tempo de contribuição e cumprir o prazo.

Então, vejam que existem essas situações que realmente deixam as pessoas de fora. As mulheres são as mais prejudicadas, mas, se formos observar os homens, eles vão ter que ter 20 anos de contribuição mínima. Um dado do PNAD de 2015 fala que 9 milhões de brasileiros acima de 55 anos de idade não conseguem trabalho. Então, eles não vão conseguir cumprir essa regra que está sendo exigida.

Todos são contra essa reforma, entre eles a CNBB, o Conselho Federal de Economia. Esse relatório é resultado de quê? Eu acho que não foi ouvida a sociedade. Trago uma frase para terminar, Sr. Presidente. Eu acho que a Comissão não ouviu a sociedade. E eu não sei o que foi feito das mais de 200 emendas apresentadas, porque não vi nenhuma categoria chegar aqui à Câmara, nos procurar e dizer: *"Deputado, por favor, apoie e vote o projeto da reforma, porque realmente é isso o que nós queremos"*. Todos pediram, pelo amor de Deus, que assinássemos a emenda, porque são contrários a esse projeto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado José Ricardo.

Concedo a palavra ao Deputado Alex Manente. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Diego Garcia. S.Exa. tem a palavra pelo tempo regimental de 15 minutos.

Depois falará o Deputado Alessandro Molon, pela Liderança, e o próximo inscrito para falar contrariamente, o Deputado Heitor Schuch.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Obrigado, Presidente, Deputado Marcelo Ramos. Quero iniciar a minha fala parabenizando V.Exa. pela condução dos trabalhos na Comissão com a maior harmonia possível dentro de um tema polêmico, ao mesmo tempo, dando espaço para todos os Parlamentares, membros e não membros da Comissão, atuar e participar.

Foi assim no meu caso. Estou aqui na vaga de suplente do partido. O titular é o Deputado Léo Moraes, ele é que votará pela bancada do Podemos aqui na Comissão Especial. Mas, tendo sido aprovados cinco requerimentos de minha autoria, V.Exa. também nos permitiu participar de forma efetiva desse amplo debate e dessa discussão aqui na Comissão. Eu não tenho do que reclamar de V.Exa. na condução dos trabalhos. Muito pelo contrário, eu só tenho a agradecer, até porque quase todos os convidados, se não todos, dos cinco requerimentos que eu apresentei, estiveram aqui na Comissão debatendo o tema. Então, agradeço a V.Exa.

Faço também um agradecimento ao Deputado Samuel Moreira, a quem parabenizo pelo brilhante trabalho. Na minha visão como Parlamentar de segundo mandato, acredito que o texto que S.Exa. apresentou dá condições e está gerando uma maior harmonia entre as bancadas — falo, pelo menos, pela minha bancada do Podemos — em torno da aprovação desta matéria, que é difícil, complexa.

Deputado Samuel Moreira, eu acho que V.Exa. acolhe no seu parecer também o pedido de inúmeros Parlamentares que estiveram, ao longo desse tempo, debatendo, discutindo e dialogando com V.Exa. Eu sou testemunha ocular disso, pois vi V.Exa. discutindo e debatendo com Parlamentares de todas as bancadas, do Governo, da Oposição, de centro. Enfim, acho que V.Exa. está fazendo um esforço ainda para que nós consigamos ver aprovada essa PEC da nova Previdência. Eu parabenizo V.Exa. por ter entregue um parecer com mais de 150 páginas. Foram 277 emendas apresentadas ao texto, o que mostra que houve, sim, a participação do Parlamento, que quer debater, que quer discutir.

Inclusive, eu sou autor de uma emenda e confesso, Relator, que fiquei um pouquinho mais feliz hoje, porque descobri que a minha emenda foi acolhida parcialmente e não da forma que está no parecer. Houve um erro aí, que será corrigido, com certeza, na complementação de voto apresentada por V.Exa. Ela trata da questão do benefício especial para os servidores que ingressaram antes de 2013 e que migraram para a previdência complementar. Houve uma janela que se encerrou há pouco tempo, e eu apresentei uma correção de texto que V.Exa. acatou no seu parecer e que não apareceu ainda no voto. Mas eu sei que ela irá aparecer na complementação de voto, então, já fiquei um pouco mais feliz.

Eu quero me ater, no tempo que ainda me resta, a dois pontos específicos. O primeiro ponto trata da proteção à mulher, especialmente a gestante. A PEC 6 está reescrevendo o inciso II do art. 201 da Constituição, substituindo o atual termo "proteção à maternidade, especialmente à gestante", prevista como uma das coberturas do RGPS, pela expressão "salário-maternidade". Na verdade, esse é o nome do atual benefício previdenciário que substitui a renda da segurada que se afasta de suas atividades remuneradas em razão do parto.

Eu acho, Relator, que, embora a proteção à maternidade hoje seja apenas o salário-maternidade, nós não precisamos restringir isso na Constituição Federal. Nós poderíamos fazer isso através de mudança no art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Eu queria só chamar a atenção para esse ponto, para que V.Exa. o olhasse com carinho, junto com sua equipe. Nós podemos manter esse termo "proteção à maternidade" na Constituição, porque é um termo importante, fundamental. Acho que essa garantia de segurança jurídica tanto à mulher quanto ao nascituro é fundamental. Nós podemos fazer a correção proposta pela emenda constitucional e mantida por V.Exa. no seu parecer, e essa alteração pode ser feita por meio de projeto de lei. Esse é o primeiro ponto.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Só para entender, os termos são "proteção à maternidade" e "salário-maternidade", é esse o debate, não é?

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - É isso mesmo.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Já ocorreram, aqui, manifestações com relação a esse assunto. Há a questão de o Poder Judiciário interpretar os benefícios de maneira muito ampla e isso sair fora do objetivo exato que se pretende. Então, nós queremos avaliar um pouco isso também.

O SR. DIEGO GARCIA (PODE - PR) - Eu tenho certeza de que V.Exa. vai avaliar com muito carinho.

Acho que isso é algo de extrema relevância e importância, pensando também, Relator, no aspecto geracional, pensando num dos motivos e das razões de nós estarmos aqui debatendo a PEC da reforma da Previdência, que é o problema

demográfico. Nós não podemos, através dessa proposta de emenda à Constituição, deixar de assegurar, ao mesmo tempo, na Constituição Federal, caminhos que, depois, através de projetos de lei infraconstitucionais, nos possibilitem combater também esse problema demográfico, assim como outras nações estão fazendo.

Então, essa garantia, essa segurança à gestante, à maternidade e ao nascituro é uma proteção de extrema relevância e importância. Eu tenho certeza de que, dentro desse aspecto, o Governo também há de concordar. O próprio Governo, através do Ministro Paulo Guedes e dos seus expositores, por inúmeras vezes, trouxe à discussão esse problema da questão demográfica e da taxa de natalidade, que, no nosso País, está em 1,7 filhos por mulher, bem abaixo já do ideal, que é de 2,1. Nós precisamos adotar medidas assim como outras nações do mundo adotaram, que têm dado certo e apresentado resultados positivos.

O segundo ponto, Relator, a que eu quero me ater trata da possibilidade de acumulação do BPC dentro da mesma entidade familiar, para aqueles com deficiências e doenças raras. Antes de entrar nesse ponto, eu quero parabenizar V.Exa. Eu sou Presidente da Frente Parlamentar de Doenças Raras. E V.Exa. acolheu aqui duas emendas importantes, as Emendas nºs 198 e 199, pelo qual quero parabenizar V.Exa. Com o acolhimento dessas emendas, V.Exa., ao mesmo tempo, acolhe milhares e milhares de brasileiros espalhados em todos os Estados da Federação, que estavam muito preocupados com isso.

Então, V.Exa. assegura, em especial, essa proteção às pessoas com doenças raras no nosso País. Por isso, quero parabenizá-lo.

Ao mesmo tempo, nós propusemos, inclusive na Emenda nº 20, uma correção com relação à pessoa com deficiência. Hoje, quando a família trata de uma pessoa idosa, o Benefício de Prestação Continuada não entra no cálculo da renda familiar. Com isso, permite-se o acesso de mais pessoas ao benefício. No caso da pessoa com deficiência, há um problema: a lei que dá essa segurança ao idoso no País não tem o mesmo entendimento para a pessoa com deficiência, em especial as pessoas com doenças raras, que são as mais prejudicadas.

Sabemos que, no caso das doenças raras, é muito comum o problema da consanguinidade. Isso faz com que as famílias tenham mais de um filho com doença rara. E são famílias pobres, carentes na sua grande maioria, para as quais o recurso para terem, por exemplo, acesso a um leite especial que aquela criança necessita, a um alimento especial, acaba sendo consumido apenas no primeiro benefício. Com isso, o segundo filho, que às vezes é acometido da mesma doença, acaba ficando de fora. E essa família, que já tem um problema por conta da condição da deficiência e da doença rara, é muito prejudicada, porque a mãe ou o pai, na maior parte dos casos, já teve que abandonar o trabalho para cuidar do filho, para se dedicar integralmente, porque o filho necessita disso. Ele abandonou tudo.

Então, às vezes, a renda familiar está sob a responsabilidade apenas ou do pai ou da mãe, quando há essa possibilidade, quando o pai não abandona a mãe e a deixa com o ônus de ter que ficar com todo esse problema que gira em torno da deficiência que o filho tem ou da doença rara que o filho tem.

O impacto disso, Relator, é muito pequeno diante do ganho que essas milhares de famílias em todo o território nacional terão. Nós não queremos que o Benefício de Prestação Continuada seja uma regra para as famílias e para as futuras gerações. Muito pelo contrário, nós queremos que o nosso País decole economicamente, que as famílias tenham uma renda que não torne necessário entrarem com um pedido para terem o Benefício de Prestação Continuada.

Relator Samuel Moreira, V.Exa. defendeu, no seu parecer, um sistema solidário, V.Exa., através do seu voto apresentado, retirando alguns pontos que fomentariam uma confusão muito maior aqui nesta Comissão, manteve o princípio da solidariedade. Mas, enquanto isso não acontece, é justo, é essencial, dentro desse princípio, que todos paguem para que mais pessoas, mais famílias, mais crianças tenham acesso a esse benefício.

Por isso, eu quero me colocar à disposição de V.Exa. Nós sabemos que, para a boa legística, temos que trabalhar muito para que, nessa questão, não haja o risco de interpretações equivocadas e que o benefício, futuramente, possa se estender a outras hipóteses que não as que nós Parlamentares estamos aqui debatendo, discutindo e nos debruçando. Então, é preciso que seja resguardado isso.

Quero me colocar à sua disposição para que, nesses próximos dias, não descartemos a hipótese de pelo menos discutir e tentar chegar a um texto. Eu sei que V.Exa. retirou todo o art. 203 pensando, justamente, em evitar qualquer discussão e qualquer dano. Mas eu já consultei aqui Parlamentares, consultei o Deputado Ivan Valente, já conversei sobre isso com a Deputada Erika Kokay e tenho certeza de que é uma pauta, um tema para cuja defesa vamos conseguir, harmonicamente, unir todos os partidos e todas as bancadas, porque ele é muito importante.

Ressalto que V.Exa. já defendeu isso ao acatar a Emenda nº 198 e a Emenda nº 199. Mas nós podemos deixar uma correção que durará por toda a nossa vida e por outras gerações também. O nosso mandato tem dia e hora para acabar, mas o trabalho a que V.Exa. e todos os membros desta Comissão estão dedicados pode perdurar por muitas gerações.

Então, faço esse apelo para que V.Exa. não descarte a hipótese de, num voto complementar, acolher também essa sugestão que estamos colocando hoje aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Diego.

Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, pela Liderança da Oposição, pelo tempo regimental de 7 minutos. Depois, falará o Deputado Heitor Schuch.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Presidente. Quero cumprimentar V.Exa. pela condução democrática dos trabalhos, pela dedicação e pelo equilíbrio, e quero cumprimentar o Relator, o Deputado Samuel Moreira, pelo trabalho, pela dedicação e pelo afinco.

Eu gostaria, Relator, de começar destacando avanços importantes do seu relatório. Eu acho que é importante, mesmo para quem diverge do resultado final do relatório, conseguir conhecer nele aquilo que foi um avanço. E destaco, para início de conversa, aquilo que foi muito bem referido pelo Líder da nossa bancada, o Deputado Tadeu Alencar: a capitalização.

A retirada da capitalização da proposta foi, certamente, uma demonstração de equilíbrio e de responsabilidade de V.Exa. com o futuro da Previdência Social brasileira. Em que pese a podermos divergir dos termos finais do relatório, esse passo foi decisivo para a proteção da Previdência Social brasileira, que acabaria se fosse aprovada a capitalização. Seria um grave equívoco. Por isso, o avanço garantido pelo relatório de V.Exa. precisa ser mantido nesse ponto, por esta Comissão. Parabéns e resista aos ataques injustos que V.Exa. vem sofrendo por esse acerto no seu relatório!

Destaco também a retirada do BPC. Essa mudança é corretíssima, de justiça social, especialmente para quem mais precisa. A manutenção do poder de compra dos benefícios é outro avanço importante em relação ao texto original. Parabéns a V.Exa.

Finalmente, há o aumento da CSLL, que, na reunião passada eu havia imaginado que não tinha sido incorporado. Mas, depois, eu mesmo me corrigi dizendo que V.Exa. corretamente incorporou isso. Também os ataques que V.Exa. sofreu por isso são injustos, são incorretos. É preciso aumentar, sim, essa alíquota, e V.Exa. acerta quando faz isso. Parabéns e obrigado por ter incorporado esse pleito da Oposição!

Há, Relator, alguns avanços parciais: a redução da idade da professora para 57 anos; a redução do tempo mínimo de contribuição de mulheres de 20 anos para 15 anos; alguma alteração no abono. Eu digo que são parciais porque, no nosso entendimento, ainda são insuficientes. São avanços, mas, no nosso entendimento, ainda insuficientes.

Sobre as regras de transição, V.Exa. procura oferecer uma alternativa melhor, mas, no nosso entendimento, ainda muito dura para com os atingidos por ela. Há a distância entre os regimes, que nós gostaríamos de aproximar. Veja que V.Exa. reconstitucionaliza os parâmetros do Regime Geral, mas não do Regime Próprio. Ora, se todo o discurso da reforma da Previdência é a aproximação dos regimes, o correto seria a reconstitucionalização também dos parâmetros do Regime Próprio.

Por fim, o tempo mínimo de contribuição para os homens, de 20 anos, é excessivamente alto. Aqui, Relator, faço um apelo a V.Exa. Essa mudança trazida pela proposta original e mantida por V.Exa. nos traz enorme preocupação, porque este ponto excluirá milhões de homens da aposentadoria. Portanto, faço o apelo para que V.Exa. reduza de 20 anos para 15 anos o tempo mínimo de contribuição para que homens venham a se aposentar.

Eu destacaria dois pontos que considero inovações ruins, Relator. E quero pedir a máxima atenção de V.Exa. para esses pontos, porque acho que é possível, numa complementação de voto, corrigi-los.

O primeiro ponto é o art. 195, §14. Aqui o Relator prevê que a contribuição inferior ao salário mínimo mensal poderá ser agrupada e só será contabilizada quando atingir o valor mínimo. Veja que sempre foi admitido no Brasil, como tempo de contribuição para empregados avulsos e domésticos, uma contribuição inferior ao salário mínimo mensal. Por quê? Porque o salário mínimo tem uma expressão mensal diária e até horária, e, muitas vezes, o trabalhador que trabalha por tempo parcial não ganhará um salário mínimo no mês. Mas não é justo não considerar esse tempo como tempo de contribuição.

De forma que, no texto de V.Exa., o nosso entendimento é que não se considera o tempo de 1 mês, que V.Exa. acabará considerando 3 meses como 1 mês, se o valor de 3 meses equivaler ao valor da contribuição de um salário mínimo mensal. Isso vai impedir que milhões de brasileiros se aposentem. Com a reforma trabalhista, estimulou-se o trabalho temporário, o trabalho parcial. Por isso, se a contabilização do tempo for apenas pelo valor, haverá brasileiros que terão que trabalhar até os 80 anos para conseguir contabilizar o tempo. Não é razoável isso. Portanto, fica um apelo a V.Exa. para que seja revisto esse ponto, porque ele será causa de enorme injustiça social. E eu tenho certeza de que essa não é a vontade de V.Exa. O segundo ponto que merece mudança é o uso dos recursos do FAT. Aqui, Relator, eu queria fazer um apelo também para avaliação de V.Exa. O Ministro da Economia estabeleceu esse número mágico de 1 trilhão de reais sabe-se

lá por quê. V.Exa. reparou que, até hoje, ninguém disse o porquê de 1 trilhão de reais? Por que não 900 bilhões de reais? Por que não 1,2 trilhão de reais? A equipe econômica estabeleceu 1 trilhão de reais.

Ora, se isso era a potência fiscal para se fazer a capitalização, quando V.Exa. retira a capitalização, não há necessidade de se apegar a esse número. Não é razoável isso, quanto mais se tirem recursos do FAT que iam para o BNDES, para financiar investimentos de longo prazo. Isso gerará desequilíbrio fiscal de longo prazo, porque é um investimento de longo prazo que gera emprego e renda e que aumenta a arrecadação. Utilizar isso para pagar a despesa corrente da Previdência não é razoável. Então, eu faço um apelo a V.Exa. para que reponha os recursos do FAT para investimentos de longo prazo através do BNDES.

Peço 30 segundos de tolerância ao nosso Presidente.

A nossa infraestrutura vai muito mal. Estamos na 73ª colocação do *ranking* mundial de infraestrutura do Fórum Econômico Mundial, uma colocação péssima! Precisamos de investimentos, e eles precisam ser públicos. Não se fará isso sem os recursos do BNDES. Por isso, apelo para que V.Exa. reveja essa posição e não fique preso a esse valor de 1 trilhão de reais que o Ministro da Economia anunciou como um número mágico e que ninguém sabe de onde foi tirado. Até hoje, não foi apresentada a razão de 1 trilhão de reais.

Então, por favor, não vamos sacrificar o investimento de longo prazo e o equilíbrio fiscal de longo prazo retirando recurso de investimentos para pagar despesas correntes.

São essas as minhas considerações por hoje, Presidente e Relator.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Molon.

Com a palavra o Deputado Heitor Schuch, pelo tempo regimental de 15 minutos. Depois, falará o Deputado Vitor Lippi.

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero saudar todos de uma maneira coletiva, com muita alegria.

Quero agradecer ao Deputado Tadeu Alencar, o nosso Líder do PSB, a indicação do partido para compor essa importante tarefa de ser um dos Parlamentares do PSB aqui na Comissão e o único agricultor de profissão. Tivemos a oportunidade de mostrar aos colegas, efetivamente, a diferença dessa nossa categoria.

Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos, eu queria fazer um registro especial a V.Exa. Eu participei, há 2 anos, daquela Comissão da PEC 287, quando o seu desempenho foi exemplar. Quero cumprimentar, quero felicitar V.Exa. e dizer que não senti nenhuma saudade do Presidente Marun, que presidiu a Comissão passada.

Da mesma forma, Deputado Relator Samuel Moreira e Vice-Presidente Silvio Costa Filho, eu quero parabenizá-los pelo trabalho que fizeram aqui com espírito democrático de participação. Quero felicitar aqui também a CONTAG, a FETAG, do Rio Grande do Sul, sindicatos, agricultores, agricultoras, professores, professoras, estudantes, trabalhadores do Brasil inteiro, que se interessam por esse tema, em especial a nossa juventude que se mobilizou. Saúdo os Vereadores que fizeram debates e enviaram moções aqui para nós, Deputados, e todos que realizaram debates nas universidades. E também quero agradecer aqui os meus colegas Deputados da Comissão de Agricultura, que aprovaram, por unanimidade, na Comissão uma moção para retirada dos rurais da reforma da Previdência.

Sr. Presidente, Sr. Relator, além de fazer esse agradecimento, quero agradecer também o fato de ter sido realizada, no Rio Grande do Sul, uma audiência pública, em que recebemos 100 mil assinaturas que foram extremamente importantes para a mobilização do nosso público em torno desse tema. Também agradeço pela exclusão dos rurais, até porque a reforma para nós começou mais cedo, com a Medida Provisória nº 871. Esse contemplar da mulher aos 55 anos, que trabalha na agricultura, que não tem horário, que não tem hora extra, que não tem folga, que não tem sábado nem domingo, a posição de permanecer nessa idade, tendo a oportunidade de se aposentar, com certeza isso é muito significativo. Da mesma forma, o BPC e a capitalização, que foram excluídos.

E, colegas Parlamentares, eu me pergunto todo dia: será que os 109 mil gaúchos que confiaram seu voto em mim me autorizaram a mexer em 50 artigos da Constituição Federal, em especial, aqueles relativos à questão social que nós estamos tratando aqui? Eu me convenço cada vez mais de que a resposta é não. Mas a propaganda do Governo já está feita, e o Governo está dizendo que quem é a favor da Previdência é a favor do Brasil e é o salvador da pátria. E quem é contra a reforma é a favor dos privilégios. Ora, eu não consigo ver alguém que ganha dois salários mínimos, que são 90% dos aposentados do Regime Geral, ser considerado como privilegiado com esse valor de aposentadoria, muitas vezes passando por dificuldades ainda em questões de saúde.

Eu tenho um exemplo para relatar aqui. Um cidadão me disse: "*Deputado, vote a favor da Previdência e da reforma para acabarem os privilégios*". Quando eu perguntei quais privilégios, ele me disse: "*Pois eu tenho um vizinho que se aposentou*".

aos 48 anos de idade, e, com a reforma, vai acabar o benefício dele". Ora, vejamos só como a propaganda do Governo foi às bases, fez efeito e comprova que uma mentira contada repetidas vezes se torna verdade. Vamos deixar claro aqui que não há nenhuma lei que possa ser retroativa, com efeito atingindo o passado. Quem se aposentou, aposentou-se e ponto final. A reforma da Previdência, senhores e senhoras, não fará nenhum milagre, muito menos vai resolver os problemas do País. Eu ouvi uma Parlamentar aqui dizer hoje o seguinte: *"O Brasil vai voar com a reforma"*. O Brasil não voou com a proposta da terceirização, não voou com o corte do teto de gastos e também não voou com a reforma trabalhista. E se ouviu dizer, àquela época, que iria faltar trabalhador com a reforma trabalhista. O que faltou foi trabalho. Os trabalhadores continuam em fila buscando seu trabalho, mas não estão conseguindo.

Quanto à reforma da Previdência, não basta aprová-la para que chovam investimentos no Brasil. Não vai ser isso, até porque todos nós sabemos — e se alguém não conhece, é importante pesquisar, ler e ver — que a economia global não está crescendo, está em queda. E que, portanto, não nos iludamos que a volta do crescimento econômico vai acontecer num piscar de olhos ou do dia para a noite. Acho, inclusive — e tenho falado sobre isso com muita gente que tem os pés no chão, que tem consciência do momento que nós estamos vivendo —, que a primeira coisa que o Brasil deveria fazer era suspender o pagamento da dívida pública que nós estamos pagando a valores exorbitantes, conforme o art. 26 da Constituição Federal, que está em vigor há 30 anos e até hoje não está sendo cumprido, e também suspender a remuneração dos depósitos à vista dos bancos que dão fortunas aos bancos, pagos com dinheiro do contribuinte, bem como cobrar e executar os devedores da Previdência e fazer a tal da reforma tributária, que eu duvido que seja feita num futuro muito próximo.

Portanto, senhores, eu queria ponderar aqui a todos, até porque, pelo que nós conseguimos ler — e o relatório, Sr. Relator, é muito melhor do que a PEC original, mas muito melhor —, nós ainda estamos vendo aumento no tempo de contribuição, bem como o valor da contribuição que será maior. Por exemplo, o pessoal que paga INSS no Regime Geral, e podemos falar de todos, como pedreiro, carpinteiro, frentista, motoboy, taxista, comissário de bordo, motorista de ônibus. Ninguém escapa, a exemplo também dos servidores públicos, sejam policiais, sejam agentes penitenciários. Há previsão de mais tempo de contribuição efetiva e mais tempo de trabalho.

O que eu quero louvar aqui, Sr. Relator, com toda sinceridade? O aumento que V.Exa. coloca na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das empresas, dos bancos e, em especial, do sistema financeiro. Fico estarrecido aqui quando eu ouço Deputados do Partido Novo, cuja posição eu respeito, criticarem o relatório do Relator, dizendo que os bancos não podem pagar mais. Ora, todos nós sabemos que vamos ter sacrifício, do mais simples trabalhador, do mais humilde, ao mais graduado. E os bancos devem ficar excluídos disso? Esses bancos, que a cada trimestre anunciam lucros faraônicos e cobram até o ar-condicionado do cliente quando entra na agência. Ora, Sr. Presidente, esse foi um grande acerto do Relator. Parabéns por isso.

Agora, eu não achei certo — e também já estou aqui no segundo mandato — e votei contra nas dezenas e dezenas de votações que tivemos sobre o REFIS, o Parlamento zerando contas milionárias de empresas e de países financiados com dinheiro do povo brasileiro, do BNDES, do Banco do Brasil. No texto ainda se viabiliza a anistia do FUNRURAL, porque os pequenos pagaram o FUNRURAL, houve desconto automático, mas os grandes não o fizeram. Em relação aos 17 bilhões de reais a menos nos cofres da Previdência, é uma contradição abrir mão dessa receita. Eu quero encaminhar, Sr. Presidente, colegas Deputados, Relator, alguns pontos que nós temos que rever. E faço um apelo aqui, assim como também os colegas o fizeram. Nós temos que rever a idade mínima para professor e professora — 60 a 57 anos —, porque é uma profissão estressante e pouco valorizada, mas tem um papel fundamental no desenvolvimento do País.

Da mesma forma, a exigência de 20 anos de contribuição para um trabalhador é demais, ainda mais quando se trata de trabalhadores rurais assalariados, que só 19% deles ficam empregados mais de 6 meses em 1 ano.

Assim também, Sr. Presidente, os 40 anos de contribuição. Eu me lembro dos meus vizinhos que moram lá na minha terra natal, Santa Cruz do Sul, que são safreiros, safristas, trabalhadores temporários da indústria. E, quando muitos conseguem trabalho durante 8 meses por ano, eles vão ter que fazer 60 safras para contemplar os 40 anos de contribuição. Isso é desumano, isso é desigual. Aliás, alcançar 60 safras significa se aposentar perto dos 80 anos.

Há outra questão. No Regime Geral tem a questão da mulher. Eu reverencio o que as mulheres já falaram sobre a dupla jornada. Existe a dupla jornada no trabalho rural e também a dupla jornada das mulheres que trabalham fora que, quando chegam em casa, têm diversos afazeres. Quanto à idade de 62 anos, a pergunta é: onde vão conseguir trabalho? Como contribuir? Quem contratará essas mulheres? Onde elas vão trabalhar?

Para concluir, Sr. Presidente, colegas Deputados, eu tenho aqui uma manifestação que eu queria inclusive entregar por escrito para o Relator, que é da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura — CONTAG. Há uma dupla interpretação ou suscita alguma dúvida sobre a carência para aposentadoria dos trabalhadores rurais homens. Se os rurais

estão fora, como nós aumentamos para 20 anos esse período de contribuição dos rurais? E também se os rurais estão fora da reforma, como a mulher agricultora familiar, que hoje recebe salário mínimo de pensão, vai baixar para 80% esse valor da pensão?

Por último, eu quero fazer coro com os colegas que já falaram muito bem sobre as preocupações com a desconstitucionalização que deixa alguns resquícios, joga muita coisa para lei complementar e ordinária, com a temática da pensão por morte, da transição, dos agentes nocivos que algumas categorias também carregam. Nós estamos, na verdade, colegas, fazendo lei para o Brasil e para os brasileiros. Não vamos nos esquecer de que ela vai atingir os idosos, as pessoas de média idade, os jovens, os adolescentes, as crianças e as pessoas que estão prestes a se aposentar. Nós estamos falando de um sistema em que a filiação é obrigatória, de um sistema solidário, que necessita de sustentabilidade logicamente, mas é preciso olhar também para a justiça social. Não podemos deixar pelo caminho os mais humildes, os mais idosos, os menos abastados.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, para mim foi uma alegria participar desta Comissão. Fiquei ouvindo todas as manifestações, desde às 9h30min da manhã, já passam das 8 horas da noite. Acho que nós não podemos apressar este debate, porque isso pode significar arrependimento lá na frente, e aí será tarde. Concluo, dizendo, mais uma vez, da necessidade de que o Relator dê uma olhada nesses pontos e faça alguns ajustes que me parecem perfeitamente possíveis. Quero entregar ao Relator essa documentação que eu recebi por parte da CONTAG. Muito obrigado e parabéns pelo trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Heitor Schuch.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Deputado Heitor Schuch, quero fazer justiça. Eu seria injusto se dissesse que apenas V.Exa. se dedicou tanto, pois todos aqui se dedicaram. Mas quero fazer uma referência a V.Exa. pela sua dedicação não só na reunião de hoje, mas também em outras. Recebo o documento com muito entusiasmo, inclusive já estamos revendo essa questão do tempo de contribuição do trabalhador rural. Está bem?

Recebo a sua manifestação para que seja avaliada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Só vou repassar a ordem dos trabalhos. Estamos caminhando para o fim dos trabalhos de hoje.

Vou passar a palavra agora para o Deputado Vitor Lippi. Depois falarão os Deputados Gervásio Maia, Boca Aberta, Glauber Braga e Coronel Chrisóstomo. Ainda há outros Parlamentares. Depois seguiremos adiante.

Com a palavra o Deputado Vitor Lippi.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Sr. Presidente, nós definimos até que horas hoje? Vai tocar?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Depois desse, nós vamos avaliar.

O SR. VITOR LIPPI (PSDB - SP) - Muito bem. Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Marcelo Ramos. Quero cumprimentá-lo mais uma vez pela postura, pela liderança, pela paciência, pelo exercício democrático, pelo respeito, pela educação com que pautou toda sua conduta durante todo o tempo. Acho que nós tivemos uma harmonia que, sem sombra de dúvida, marca suas qualidades e sua ótima condução dos processos desta Comissão, que é uma das mais importantes das últimas décadas nesta Casa. Meus cumprimentos.

Quero cumprimentar também o Relator Samuel Moreira, que tem, sem dúvida, uma grande responsabilidade. Todos nós conhecemos a sua história. V.Exa. foi escolhido para essa missão, porque V.Exa. é uma pessoa que tem experiência, tem credibilidade, é uma pessoa séria, responsável, democrática, sabe ouvir e sabe construir consenso. Então, nosso respeito a V.Exa. O processo inicial evoluiu, melhorou a proposta, e nós estamos aqui muito satisfeitos. Eu estou satisfeito também, Sr. Presidente, porque até agora eu só tinha 3 minutos para falar em todas as minhas manifestações. Agora eu vou ter 15 minutos e fico muito satisfeito, porque vou poder concluir melhor as minhas considerações sobre um tema tão importante. Então, primeiro, eu queria dizer da importância daquilo que nós estamos discutindo aqui. Estamos discutindo algo essencial para o Brasil e não temos plano B. Estamos aqui para aperfeiçoar isso, que é o que estamos fazendo. O que nós não podemos é achar que isso não é um problema gravíssimo, porque hoje, sem sombra de dúvida, é o maior e mais grave problema deste País.

Deputado Bilac Pinto, nós temos hoje um rombo de 250 bilhões de reais. E o que é pior, aumenta 40 bilhões de reais por ano. O que o Governo gasta com a Previdência hoje, com as aposentadorias, é dez vezes mais que o orçamento da educação e sete vezes mais que o orçamento da saúde — isso inclui o financiamento dos hospitais —, que garante a saúde dos brasileiros. Estamos diante de uma situação em que o aumento gradativo desse rombo, desse desequilíbrio das contas públicas está nos colocando muito próximos do colapso total, ou seja, daqui a 1, 2, 3 anos, nós vamos ter que usar os

recursos também da saúde pública, da educação pública, dos programas sociais, o que iria penalizar ainda mais as pessoas mais humildes e os mais pobres deste País. Portanto, temos consciência da responsabilidade, de que nós temos que fazer a reforma da Previdência.

Como já foi dito aqui, nós estamos vivendo bem mais do que há 30, 40 anos. Isso é muito bom. Mas também, neste momento, nós temos que ter a consciência de que temos que trabalhar um pouquinho mais, porque nós estamos vivendo muito mais. Essa lição de casa o mundo inteiro já fez. Dos 200 países do mundo, 190 já definiram a idade mínima. O Brasil, infelizmente, não fez isso. O Fernando Henrique, há quase 20 anos tentou, mas perdeu por um voto. De lá para cá, nós não fizemos a lição de casa. Por isso, hoje a situação se agravou. O que os outros países já fizeram há 15, 20, 25 anos, o Brasil não fez até hoje. Agora, não dá para adiar mais isso. Agora, nós estamos na beira do colapso, do precipício.

Mantida essa situação, além do que eu já citei aqui — problemas com os recursos da saúde e da educação, o desequilíbrio total das contas públicas —, também haverá total falta de confiança no Brasil. Sem confiança, aumentam os juros. Aumentando os juros, aumenta a inflação. Aumentando os juros e a inflação, há redução de investimentos no Brasil, o que aumentará ainda mais o desemprego. Então, nós não temos saída, não podemos agora mudar o rumo. Temos que realmente fazer a nova Previdência.

O que é importante é que essa Previdência está sendo feita de forma justa. Nós falamos da necessidade da reforma. Agora, nós vamos falar da sua justiça. Nós estamos tirando dos privilegiados, estamos cortando privilégios, inclusive dos Deputados desta Casa e dos funcionários que se aposentavam com salários altíssimos, e estamos protegendo os mais humildes. Como foi apresentado aqui já, com o aperfeiçoamento do relatório de V.Exa., Deputado Samuel, estamos protegendo os mais humildes, como era o desejo do PSDB e da maioria dos Parlamentares desta Casa.

Portanto, nós estamos protegendo o pessoal que recebe aposentadoria rural, que ganha, na grande maioria, um salário mínimo. Por meio do BPC, os portadores de deficiência, aquelas pessoas que ficaram inválidas por doença, aquelas pessoas que se aposentaram por miserabilidade, todos esses estão protegidos pela nova Previdência. Isso me dá um senso muito grande de que nós estamos fazendo a melhor proposta, aquela justa e necessária, que tira o privilégio de quem tem mais para ajudar os que têm menos.

Foi citada aqui também a questão da idade mínima. Pasmem os senhores: como foi dito aqui tantas vezes e os estudos mostram, os brasileiros que chegam hoje aos 60 anos de idade viverão em média até os 83 anos de idade. Que bom! Só que profissionais de muitas categorias se aposentam em média aos 48 anos. Eu acho que é ótimo se aposentar aos 40 anos, mas como é que nós vamos pagar isso? Ninguém é contra a aposentadoria, mas quando é possível o pagamento dos benefícios.

Então, não é justo que a maioria dos brasileiros, aqueles que trabalham de sol a sol, nos trabalhos difíceis, no trabalho duro, se aposente com 65 anos e muitas categorias se aposentem aos 48 anos. Isso é injusto. Portanto, nós precisamos definir a idade mínima. Nós precisamos que todos, Deputado Marcelo, trabalhem um pouquinho mais. Essa é a contribuição de cada um, dos que podem.

Nós não vamos fazer isso para os mais humildes, para aqueles que trabalham em situações realmente de risco, como foi definido aqui também pela nossa legislação. Vamos proteger aquele trabalhador que trabalha com o risco de adoecer. Então, nós estamos fazendo a coisa certa.

Eu fico triste quando, às vezes, existem aqui críticas injustas, que criam uma confusão na cabeça das pessoas. Por outro lado, nós já sabemos, porque as pesquisas mostram, que a grande maioria dos brasileiros já sabe que nós precisamos realmente fazer uma reforma da Previdência, que isso é necessário para que nós possamos sair da crise.

É lógico que reformar a Previdência não vai gerar emprego de uma hora para a outra. Só que, se nós não fizemos a reforma, vamos perder empregos, vamos aprofundar a crise terrível que há hoje. Portanto, nós sabemos que, só com a reforma da Previdência e, logicamente, com outras reformas, como a tributária, nós teremos possibilidade de voltar a crescer, de gerar empregos para os milhões de desempregados deste País. Não existe solução fácil. A responsabilidade tem que ser a palavra mestra, a palavra fundamental e o compromisso fundamental de todos nós.

Sr. Relator, eu gostaria, além de todas essas considerações que já fiz, de fazer uma proposta para V.Exa., que tem tido a paciência, a sabedoria, a responsabilidade de analisar as sugestões.

Uma das propostas feitas foi maravilhosa: aumentar a contribuição, o imposto sobre o lucro dos bancos. Nós sabemos que o setor financeiro é o que mais ganha no País. Podemos estar em crise, com desemprego e empobrecimento, mas os bancos estão cada vez ganhando mais. Então, eu acho que cabe, obviamente, nós aumentarmos os impostos sobre eles, e V.Exa. teve a sabedoria e o senso de justiça de fazer isso, o que aplaudimos.

Foi também proposta desta Casa aumentar a punição para aqueles que não pagam o BNDES, que poderiam pagar e não pagam. Há empresas consolidadas que estão faltando com a sua responsabilidade social com o Brasil. Parabéns!

Mas há uma questão sobre a qual nós gostaríamos que V.Exa. fizesse uma profunda reflexão. Eu sei que, na responsabilidade de buscar o equilíbrio da Previdência, foi feita a proposta para que o FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador, em vez de ir para o BNDES, que é um banco de financiamento das empresas do Brasil, fosse destinado para recompor, vamos dizer assim, esse rombo, esse desequilíbrio das contas públicas na questão previdenciária. Eu gostaria de dizer que seria louvável ajudarmos em tudo o que for possível, só que, se nós tiramos recursos do BNDES, as consequências serão muito indesejáveis. Eu diria que, entre elas, estará a diminuição do financiamento da micro e da pequena empresa do Brasil, a diminuição dos recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME, que financia as empresas brasileiras. Serão prejudicados ainda o agronegócio, que compra máquinas, que gera empregos no Brasil; os institutos de pesquisa do Brasil, que promovem a inovação, que é absolutamente fundamental para a modernização das nossas indústrias; o setor de máquinas; o setor eletroeletrônico do País.

Todos os setores buscam principalmente o BNDES. Por quê? Porque infelizmente os outros bancos não estão interessados em financiar as empresas brasileiras. Nós temos os maiores juros do mundo, e o BNDES acaba sendo a grande oportunidade de termos juros um pouco mais baixos, o que é fundamental. Em todos os países desenvolvidos do mundo, nós temos bancos de financiamento, porque são eles que financiam o desenvolvimento.

Lembro que esses recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, que hoje vão para o BNDES, financiam as empresas que vão gerar os empregos de que o Brasil precisa, a modernização de que o Brasil precisa, os setores estratégicos de pesquisa do Brasil. Quer dizer, os recursos são fundamentais para o desenvolvimento sustentável do Brasil e para a competitividade. Depois, eles voltam corrigidos para o trabalhador. Então, eu acho que essa é uma forma inteligente de usar os recursos do trabalhador brasileiro, que estão ajudando a financiar o Brasil, a gerar mais empregos.

Estamos bastante preocupados, porque essa medida proposta vai retirar aproximadamente um terço dos recursos do banco. Isso significa um terço das indústrias brasileiras, um terço do financiamento e um terço dos empregos que podem ser criados. Portanto, peço uma reflexão de V.Exa. para que possamos analisar isso com a responsabilidade que uma medida como essa exige.

Certamente vamos buscar um caminho, porque o Brasil precisa, ao mesmo tempo, equilibrar as contas públicas e promover o crescimento. Por sinal, nós estamos fazendo tudo isso exatamente para o Brasil sair desse ciclo terrível de recessão e conseguir a retomada dos empregos. Só tem um jeito de se retomarem os empregos: através das empresas brasileiras. Por isso, nós precisamos arranjar recursos para financiar as empresas. Não queremos subsidiar as empresas, mas financiar o crescimento, as oportunidades para que elas se modernizem.

Eu me sinto absolutamente contemplado. Estou muito satisfeito. Deputado Silvio Costa Filho, eu acho que nós estamos cumprindo um dever com a Nação, uma missão importantíssima. Nós começamos isso desacreditados, mas, ao longo do tempo, a população foi conhecendo tanto a gravidade da situação como a importância e a justiça das propostas que foram aqui aperfeiçoadas. Portanto, sinto-me absolutamente contemplado e quero continuar discutindo ainda algumas questões, algumas propostas interessantes endereçadas ao nosso Relator Samuel Moreira.

Queria mais uma vez dar parabéns a V.Exas. pelo trabalho.

Deputado Samuel Moreira, levaremos, obviamente, mais informações, novos subsídios. V.Exa. sabe o tamanho da preocupação que eu tenho com os empregos no Brasil. Certamente, um pilar essencial do empreendedorismo no Brasil é um financiamento que não seja abusivo. Em vez de as taxas serem de 40%, 50% ao ano, que elas possam ser um pouco mais baixas, porque hoje o banco pode emprestar sem ter prejuízo. Quer dizer, ele consegue ter superávit, consegue usar de forma inteligente o Fundo de Amparo ao Trabalhador, financiar o empreendedorismo no Brasil e depois devolver o dinheiro corrigido para o trabalhador.

Portanto, queria mais uma vez agradecer a oportunidade. Fiquei muito feliz, porque, volto a dizer, em vez de 3 minutos, agora eu pude falar durante 15 minutos. Realmente, isso faz uma grande diferença.

Eu queria, mais uma vez, agradecer a oportunidade. Fiquei muito feliz, porque, volto a dizer, em vez dos 3 minutos, agora eu pude falar 15 minutos, e, realmente, fez uma grande diferença.

Parabéns a todos vocês pela contribuição ao País!

Obrigado.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Deputado Vitor Lippi, quero cumprimentá-lo pela sua manifestação e dedicação aqui na Comissão.

Vou citar só mais um dado do BNDES, para refletirmos. Eu acho que esse é um assunto para o qual precisamos encontrar um bom caminho. No BNDES, para financiamentos de longo prazo e investimentos em todos os segmentos da economia brasileira, em todos os segmentos, a participação do FAT foi aumentando a partir de 2015: de 25% foi para 30% em todos

os financiamentos do BNDES. Então, participava com 25%, foi para 30%, para 32%, para 36%, e agora já está na ordem, neste ano, de 35% na composição dos financiamentos. Quer dizer, vai crescendo. Eu acho que o BNDES devia inverter um pouco essa curva. Não estou dizendo que tenha que ser tudo, mas nós precisamos estudar uma solução para essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Vitor Lippi e Deputado Samuel Moreira.

Passo a palavra ao Deputado Gervásio Maia, pelo tempo regimental de 10 minutos, e depois ao Deputado Boca Aberta.

O SR. GERVÁSIO MAIA (PSB - PB) - Obrigado. Presidente Marcelo Ramos, Relator Samuel Moreira, nosso 1º Vice-Presidente, Deputado Silvio Costa Filho, preciso dizer que, desde que essa matéria desembarcou aqui na Câmara Federal, eu tive a oportunidade de participar de inúmeros debates no meu Estado, no Estado da Paraíba, principalmente com a classe trabalhadora, que é a quem mais interessa esse tema da PEC 6.

O fato, Sr. Presidente, é que se alegou o tempo inteiro que a solução para resolver o problema fiscal do País passaria pela aprovação da reforma da Previdência da forma como foi encaminhada pelo Presidente Jair Bolsonaro a esta Casa. E o que se viu de lá para cá foram inúmeros debates, de várias correntes políticas, de vários partidos, da Situação, do Centrão, da Oposição, enfim, das correntes que representam o povo brasileiro nesta Casa Legislativa.

É importante ressaltar que temos tido uma preocupação muito grande com o comportamento do Presidente Jair Bolsonaro, porque ele tem se mostrado, primeiro, um Presidente antipovo. Todas as decisões adotadas pelo Presidente Bolsonaro, Deputado Samuel Moreira, são voltadas para o capital privado. Foi assim agora, quando ele vetou a questão da isenção de cobrança das bagagens nos voos. Isso foi decidido lá atrás, e o preço das passagens não baixou. Elas ficaram mais caras. Mas o Presidente, para proteger o capital privado, veta uma matéria importante e de interesse, com certeza, do povo brasileiro. A privatização da água é outro exemplo claro. Ele quer entregar ao capital privado a nossa água.

E, aí, Sr. Presidente, surge, com certeza, uma luz no fim do túnel: a importância do papel do Congresso Nacional e da Câmara Federal com o nosso País, com o progresso do nosso País.

Eu confesso que estava muito cético, Deputado Samuel Moreira, com relação a esse tema da reforma da Previdência. Confesso que imaginei que o rolo compressor ia prevalecer, mas eu vejo que o Governo está muito insatisfeito com o relatório apresentado por V.Exa., principalmente no tocante à questão da capitalização, que era outra frente aberta pelo Governo para proteger e para fortalecer o capital privado.

A questão da contribuição sobre o lucro líquido dos bancos, o aumento de 5%, contrariou também setores do Governo, mas esta Casa tem que agradar ao povo brasileiro. Nós estamos aqui para isso! E temos que agir, Sr. Presidente, como se nós estivéssemos em outubro passado, como se estivéssemos em um ano eleitoral. Não podemos fazer agora o que não podíamos fazer em outubro passado.

Agora, o fato é que existe uma preocupação muito grande no País inteiro. Fala-se de uma economia em torno de 1 trilhão de reais, Sr. Presidente. E essa economia gira em torno de quem ganha entre 1 e 3 salários mínimos. Eu enxergo que é aí que reside uma das nossas maiores preocupações, porque, para economizar 1 trilhão de reais, será tirado muito dinheiro de circulação, principalmente dos Municípios mais pobres do Brasil, Deputado Samuel Moreira, do Nordeste, Deputado Sílvio Costa. V.Exa. sabe muito bem que a economia desses Municípios é aquecida, Deputado Marcelo, duas vezes ao mês, quando a Prefeitura paga os seus poucos servidores e quando os aposentados recebem o seu dinheiro. Na hora em que isso se desidrata, como ficarão esses Municípios? Como ficará a economia dos lugares mais pobres do Brasil?

Eu faço uma pergunta muito simples e muito prática. A aprovação dessa matéria retira ou acrescenta conquistas? Retira conquistas. E eu não consigo aceitar, Deputado Marcelo Nilo, da Bahia, não consigo compreender como, depois de 30 anos, descobriram que a conta é impagável. Isso não é verdade!

O problema, Sr. Presidente, é que existe má gestão dos recursos. São dadas isenções fiscais gratuitas, e há caloteiros ricos que devem e não querem pagar. Se nós não ajustarmos a gestão, a conta vai ser jogada no lombo, nas costas dos mais fracos. Nós não podemos manter isso no Brasil. Isso vem de 1500, com o descobrimento do Brasil, Sr. Presidente, quando os oportunistas depositavam, jogavam a conta nas costas dos menos favorecidos para crescerem na vida. A solução do Brasil não está na retirada de direitos e conquistas. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Agora, é preciso que enfrentemos as pautas importantes de ajuste fiscal, da reforma da Previdência. É claro que sim! Se aumenta a expectativa de vida, vamos discutir o tema. Agora, cá para nós, dar o meu voto no Plenário Ulysses Guimarães, Deputado Samuel Moreira, da forma como a reforma se encontra, não dá. V.Exa. já contrariou muito. Confesso aqui que nunca imaginei que V.Exa. fosse retirar do relatório a capitalização. Eu a chamava inclusive de a joia da coroa, Deputado Marcelo. Eu não imaginava que a Casa tivesse peito para enfrentar os interesses do capital privado, defendidos pelo Governo Jair Bolsonaro. Parabéns, Deputado Samuel Moreira! Mas a estrada até a votação em plenário é muito longa.

Eu repito aqui o que disse há pouco o Deputado Henrique Fontana. Se nós tivéssemos como ajustar uma reforma que não retirasse conquistas, que vêm de 1988, e, de lá para cá, só há igualdade social... Precisamos de um país mais justo. Nós vivemos num país rico. Aqui tem de tudo um pouco: riquezas marinhas, riquezas no subsolo, energia solar, energia eólica.

Nós temos alternativas para o Brasil. Agora, se o País embicar, esses empresários privilegiados vão embicar junto. Não existe essa história de País quebrado, não. Isso é mentira!

Eu venho de um Estado chamado Paraíba, que é encravado do Semiárido. Lá o Governador cumpre as obrigações mensais, Sr. Presidente, Deputado Marcelo, e, no final do mês, está sobrando dinheiro em caixa. Por que, num País forte como o nosso, alguns Estados não estão na mesma situação? Por falta de gestão. Eu não tenho a menor dúvida disso.

Eu quero fazer um apelo, Deputado Samuel Moreira. Já parabeneizei V.Exa., mas vamos reunir o Colégio de Líderes. Vamos tentar aprovar algo que não traga retrocesso para o País, que não gere fome, que não gere miséria. Só quem sabe o que nós estamos discutindo aqui neste momento é quem está nos assistindo lá num pé de serra, que sabe que, sem a sua aposentadoria, acabam-se as esperanças. Lá não há emprego, não chove. A miséria passa na porta dessas pessoas todos os dias. E este não é um discurso político, não é um discurso partidário. Esta é a fala de quem sonha com um Brasil mais igual, de quem sonha com um país mais justo. E é possível! É possível, sim!

Não se pode admitir que o País, Sr. Presidente, desde 1995, presenteie os ricos brasileiros. Eles não pagam Imposto de Renda. Que País é este, minha gente? Que País é este, Câmara Federal, que permite que mais ou menos 26 mil ricos não paguem Imposto de Renda? A conta tem que ser dividida. Só assim nós teremos um país justo.

A Câmara Federal, Deputado Rodrigo Maia, tem que protagonizar, tem que acabar com essa história de entregar o protagonismo, por exemplo, ao Supremo Tribunal Federal. Quero parabenizar o Supremo Tribunal Federal, Deputado Samuel Moreira, pela causa LGBT, um tema importante. São amores, paixões que se transformam em discórdia por parte de uma sociedade hipócrita. O Supremo Tribunal Federal teve de chamar o feito à ordem.

A Casa do Povo tem que seguir nesta mesma linha: da pauta defendida, da pauta enfrentada na reforma da Previdência. Eu reconheço os avanços, reconheço a coragem de V.Exa., reconheço a coragem de alguns Parlamentares que estão contribuindo muito neste momento com o País, mas nós não temos como votar favoravelmente à reforma da Previdência.

E eu, que estava muito cético, quero chegar ao Plenário Ulysses Guimarães — quem sabe? — discutindo avanços para o País, conquistas para a classe trabalhadora. A questão, por exemplo, da associação do tempo com a idade mínima, que vai fazer com que o trabalhador tenha que trabalhar 40 anos para receber 100% da sua aposentadoria, precisa ser discutida. Há também a questão do BNDES e dos investimentos. São muitos temas importantes.

Agora, o ponto nevrálgico, Deputado Marcelo, é a questão da economia em cima de quem ganha entre 1 e 3 salários mínimos. Existe esperança para o País, e essa esperança, diante de um desmantelo vivido no Governo Bolsonaro, passa pela Câmara Federal.

Vamos juntos! Nós temos como avançar. Mas, neste momento, diante de como se encontra o texto, o nosso voto, Deputado Marcelo, terá que ser realmente contrário.

Espero que as coisas possam mudar. Há esperança, há tempo. E quando há tempo, há esperança.

Na coragem de V.Exa., Deputado Samuel Moreira, na coragem da Comissão Especial, eu deposito a esperança de que possamos avançar o máximo possível até a votação final no Plenário Ulysses Guimarães.

Sim a um Brasil próspero! Sim a um país que possa se desenvolver! Não ao retrocesso! Não à retirada de direitos daqueles que acordam todo dia cedinho, Deputado Silvio Costa Filho, para colocar o Brasil para funcionar! É a classe trabalhadora: são os professores, são os agricultores, são aqueles que pegam no pesado e que estão com as mãos calejadas pelo peso da chibança.

Muito obrigado, Deputado Marcelo Ramos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Gervásio Maia.

Com a palavra o Deputado Boca Aberta, pelo tempo de 10 minutos. Depois falará o Deputado Glauber Braga.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR) - Boa noite. Boa noite a todos e a todas.

Achei que eu não iria falar hoje aqui, Sr. Presidente, porque ficaram aí no vai para lá, vem para cá. Enfim, colocaram-nos quase no último lugar.

Antes de começar a falar, eu quero deixar bem claro o seguinte: chamaram-me de V.Exa. agora. V.Exa. é o povo brasileiro, que acorda cedo para trabalhar, pega o "busão" lotado, e vai todo mundo em pé, um em cima do pescoço do outro,

parecendo uma lata de sardinha, para pagar 33.700 reais para cada Deputado aqui. Então, a única "V.Exa." que existe aqui no Congresso Nacional é o povo brasileiro.

Antes que algum espírito de porco e porca lá de Londrina, no Paraná... Cambé, Rolândia, Ibitiporã, Jataizinho, Apucarana e Arapongas, Sr. Presidente, são cidades desconhecidas por muitos dos senhores aqui, mas abrigam um povo trabalhador, assim como os demais abençoados brasileiros.

Eu não sou de Esquerda, não sou de Direita, não sou de Centro, não sou de cima, não sou de baixo. Nem o meu próprio partido, o PROS, dá apoio a mim. Tanto é verdade que eles vieram aqui, depois da última fala na terça-feira, e tentaram jogar uma água benta, dar uma abençoada na minha fala. Eu falo por mim e pelo povo, que depositou o abençoado voto em mim, o Deputado Boca Aberta.

Presidente, eu coloquei uma emenda aqui, e V.Exa. a jogou na lata do lixo, na rede de esgoto. Estou com uma lista aqui dos grandes maiores devedores da Previdência. Cadê a imprensa? Cadê a Rede Globo? Cadê a Bandeirantes? Cadê uma das maiores reservas morais do jornalismo nacional, o José Luiz Datena, o Datena? Aqui é como gritar no deserto. Aqui nós gritamos, gritamos, e só os Deputados escutam. A imprensa tem que noticiar! Rede Globo, plim, plim, vamos falar!

Por exemplo: eu coloquei a emenda ao texto do Presidente Bolsonaro. E tenho todo o respeito pelo Presidente. Votei no senhor, Presidente Bolsonaro, assim como a minha família: minha esposa, meu filho, que é Deputado Estadual, e até a minha neta Ana Clara. Só que não é porque votamos no senhor, Presidente Bolsonaro, que nós vamos ter que dar e arreganhar. Não!

Então, eu e o povo brasileiro queremos saber: quando era Deputado, o senhor pregava que a idade de 65 anos para a aposentadoria dos homens era um crime. *"Onde já se viu? O povo vai morrer!"* A expectativa de vida do povo abençoado lá do Norte é 70 anos. Aos 65 anos, o povo já está com uma mão na vela e a outra no soro, está com um pé na cova e o outro na casca da banana. E agora vêm com os 65 anos.

Eu coloquei a emenda, Sr. Presidente, e o senhor — volto a repetir — jogou fora. Acho que nem a apreciou. Quero que a minha fala seja garantia de ponta a ponta, de capa a capa. E peço que eu não seja interrompido, como foi feito na outra vez. Se o senhor é Deputado, eu também sou. Se o senhor tem direito, eu também tenho. E estou amparado pela Constituição, art. 53, que trata da imunidade parlamentar, do direito ao voto e à fala.

Então, eu quero saber. Coloquei 58 anos para os homens — atenção, Brasil! — e 53 anos para as mulheres. Isso nem foi apreciado. Jogaram fora. *"Ah, seu Boca Aberta, não dá, não dá para baixar"*. Dá, dá, sim! Está aqui na minha mão.

O que os senhores vão fazer, Relator, que está na aposentadoria especial? O Deputado Samuel Moreira, Relator, com todo o respeito, está na aposentadoria especial. O senhor não vai ser aposentado igual a um trabalhador comum. O senhor não vai ser aposentado como um motorista de "busão", um servente de pedreiro, o próprio pedreiro ou um vendedor. Ou seja, Relator, com todo o respeito a V.Exa. — e eu volto a repetir que V.Exa. é o povo, que votou no senhor e em mim, e devemos dar respeito e satisfação à população —, o senhor não vai estar no Regime Geral. O senhor não vai estar.

O senhor paga 3.900 reais de aposentadoria por mês com o dinheiro do povo trabalhador brasileiro, que paga o seu salário, e é descontada na fonte. Ou eu estou louco? Eu vou ficar louco? Eu estou doente? É evidente que não.

Agora eu quero saber do Sr. Relator...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR) - Deixe-me terminar! Não me interrompa, não.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Ninguém o interrompeu.

O SR. BOCA ABERTA (PROS - PR) - Por favor, eu estou falando com o Relator. Eu quero saber! O povo quer saber! Cadê a imprensa? Está aqui a lista. Os senhores vão anistiar os 500 maiores caloteiros, devedores, inadimplentes da Previdência Social. A JBS deve 1,3 bilhão de reais; o Instituto Mackenzie, 600 milhões de reais; a Águas e Esgotos do Piauí S.A., 500 milhões de reais — só vou falar os mais conhecidos —; a Caixa Econômica Federal, 600 milhões de reais; a Gazeta Mercantil — peço silêncio, por favor! —, 484 milhões de reais; o Banco Bradesco, 465 milhões de reais — Sr. Relator, V.Exa. está na aposentadoria especial —; Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia, 400 milhões de reais.

Estão dando calote no povo. Esse é um dinheiro roubado do povo brasileiro.

Vamos lá, no fluxo, na batida, na sintonia da informação: Companhia de Saneamento do Pará, 347 milhões de reais. Vamos lá, seguindo na sintonia: Jornal do Brasil, 274 milhões de reais; Diplomata, que era de um Deputado Federal, o Alfredo Kaefer, do Paraná, 274 milhões de reais. Banco do Brasil, Sr. Bolsonaro. Olhe aí! E eu não sou contra o senhor, não, Bolsonaro. Eu só quero mostrar a verdade, rasgada sem maquiagem, que a imprensa comprada, vendida e muitos

Deputados aqui jogam para debaixo do tapete e escondem do povo. Lojas Americanas, Sr. Presidente, 166 milhões de reais; COPEL, a companhia de energia do Paraná, Sr. Ratinho Junior, Governador do Estado do Paraná, 171 milhões de reais; UNIMED, 119 milhões de reais; pasmem os senhores, Volkswagen do Brasil, aquela que faz o Gol, o carro mais popular do Brasil, 111 milhões de reais; Mercedes-Benz — ah, meu Pai do céu! —, 110 milhões de reais.

E aí? Os senhores vão anistiar? O povo quer saber. Os senhores vão dar o perdão a essas empresas, que aplicaram o golpe no povo brasileiro?

Dá para baixar, sim, a idade para 58 anos para os homens e 53 anos para as mulheres. E o senhor jogou fora a minha emenda. O senhor jogou fora, como se fosse um papel higiênico jogado na lata do lixo, na privada. Jogou!

Sabe quanto dá, imprensa, grosso modo, o que devem só os maiores devedores da Previdência? Duzentos e quarenta bilhões de reais, que dariam para amenizar a paulada no povo brasileiro.

E alguns Deputados aqui que ficam falando a favor ou contra a reforma não têm moral, não têm ética para falar. Alguns Deputados mais conhecidos que estão na aposentadoria especial de alto luxo: Onyx Lorenzoni, Ministro do Presidente Bolsonaro; Alice Portugal; Jandira Feghali; Túlio Gadêlha, namorado da Fátima Bernardes, da Rede Globo — para terminar: "plim plim"; Diego Garcia, do Paraná; Celso Russomanno, patrulha do consumidor; Samuel Moreira; Ivan Valente; Benedita da Silva; Erika Kokay.

Beijo no coração! Que Deus...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Com a palavra o Deputado Glauber Braga.

V.Exa. tem o tempo de 10 minutos.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Presidente, não dá para acreditar na seriedade dessa briga entre o Ministro Paulo Guedes e o Presidente Rodrigo Maia. Os dois buscam o mesmo objetivo. São interlocutores do mercado financeiro, procurando aprovar a reforma.

Eu acho, Presidente, Relator, demais Parlamentares, que nós temos que analisar com muito cuidado essa tentativa de festejar itens que foram retirados num primeiro momento da reforma, até porque V.Exas. sabem, nós sabemos que essas matérias podem retornar a partir de destaques. Inclusive, existem Parlamentares que já estão anunciando publicamente que farão isso. Aí se diminui o processo de mobilização social, e depois essas matérias retornam ao texto.

Não é preciso ir muito longe. O Presidente da Câmara, o Deputado Rodrigo Maia, fez uma publicação no seu Twitter dizendo que, em relação à capitalização, por exemplo, nada obsta que, daqui a alguns meses, no segundo semestre, ela possa retornar para a avaliação do Congresso Nacional.

Quando o Relator, o Deputado Samuel, desconstitucionaliza matérias, o que ele está dizendo, com todo o respeito, é que matérias que precisavam de 308 votos para serem modificadas não mais precisarão de 308 votos, precisarão de 257 votos favoráveis ou, nos casos em que o Relator remeteu para legislação ordinária, menos do que isso inclusive, de maioria simples no plenário da Câmara dos Deputados.

Então, cabe-nos toda a atenção, para que não diminuamos a nossa mobilização para enfrentar e derrotar o que é estrutural.

Por exemplo, eu falei do tuíte do Deputado Rodrigo Maia. Mas, Relator eu fiz essa pergunta ao próprio Ministro da Economia quando ele esteve sentado no lugar onde o senhor está agora. Eu perguntei a ele o seguinte:

O senhor contesta os dados oficiais de que no Chile, que é apresentado pelo Governo Bolsonaro como exemplo de sucesso em relação à reforma da previdência que foi feita no passado, em que foi instituído o regime de capitalização, mais de 90% dos chilenos aposentados — se se fizer uma conversão para a moeda brasileira, o salário mínimo lá seria R\$1.200,00 — ganham R\$ 600,00, aproximadamente metade de um salário mínimo?

Ele fez uma careta na hora e eu continuei o questionamento, perguntando a ele o seguinte: "Não, conteste os dados que eu estou aqui apresentando. Mas eu gostaria que o senhor apresentasse os dados oficiais para essa contestação". E, quando foi responder, ele não contestou; pelo contrário, ele disse que de fato não vinha acompanhando os dados presentes do Chile e que há muita flutuação em dados previdenciários.

Hoje, um assessor representante do Senador José Serra entregou aqui aos Parlamentares uma defesa de pontos que ele queria ver reinseridos no texto. E o primeiro deles — é por isso que eu considero que nós não podemos descansar nem diminuir a nossa mobilização — foi a solicitação de retorno da capitalização.

Imagino — o Senador Serra permaneceu algum tempo ao lado do Relator, o Deputado Samuel — que ele tenha pedido isso pessoalmente a V.Exa., porque apresentou esse documento ao conjunto dos Parlamentares que aqui estavam. Se não o fez, eu queria dizer a V.Exa. que aos Parlamentares...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Só para ser correto, não me pediu.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - ...aos Parlamentares apresentou o documento. Quero inclusive passar aqui às mãos do Relator o documento que foi distribuído pelo representante do Senador José Serra, pedindo, como primeiro item, o retorno ao relatório da capitalização. Ele está aqui na minha mão; ao final, eu o passo ao Relator.

Olha, dá-me agonia quando eu ouço alguns Parlamentares dizerem que esta proposta é para combater privilégios, com todo o respeito, Deputado Samuel. Eu acredito que V.Exa. tenha menos de 60 anos. Numa das alterações...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Tem menos de 60.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Estou dizendo que pode parecer, mas eu não tenho.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vão segurar o tempo lá.

Eu brinquei dizendo que ele tinha menos de 60 anos antes de ser o Relator da reforma. Agora, envelheceu um bocado.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu entendo as pressões que qualquer relatoria exerce sobre quem vai fazer a redação de um documento.

Relator, Deputado Samuel, eu só posso estar equivocado em relação ao levantamento que nós fizemos daquilo que está disposto na matéria que V.Exa. apresentou. De um trabalhador de mina, que hoje teria que comprovar 15 anos de atividade numa ação insalubre, V.Exa. está exigindo 55 anos de idade mínima. Eu pergunto a V.Exa... V.Exa. está exigindo 55 anos de idade mínima. Se V.Exa. quiser contestar, fique à vontade, até porque...

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Eu não quero prejudicar o seu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Eu peço que interrompam o tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Vamos lá. Em atividade de mineiro de subsolo é 15 anos, mas, evidentemente, se com 15 anos ele parar de trabalhar e tiver começado aos 20 anos, é muito complicado aposentá-lo, até porque trabalhar 15 anos numa mina de subsolo não significa que esteja inválido. Então se permite que ele possa trabalhar em outra atividade, até porque ele não pode trabalhar mais do que 15 anos na atividade de mineiro de subsolo. Então, espera-se que ele possa trabalhar mais algum tempo em outra atividade; por isso, a idade de 55 anos, que está em discussão.

O SR. GLAUBER BRAGA (PSOL - RJ) - Eu pergunto a V.Exa., Relator, com todo o respeito: uma pessoa que venha a trabalhar numa mina e que tenha começado essa atividade com os seus 20 anos... A legislação que hoje determina os 15 anos tem uma motivação específica: é porque se está tratando de uma atividade que é altamente tóxica, difícil, uma atividade que chega ao grau mais alto da insalubridade.

Mas vamos para outro exemplo. Um trabalhador coletador, que hoje no Brasil é aquele que trabalha em cima de um caminhão de lixo, correndo de um lado para o outro, para que as casas possam ter coleta domiciliar. Hoje, ele precisaria comprovar 25 anos de contribuição; pela proposta apresentada por V.Exa., e eu peço que me conteste se não for isso, 60 anos de idade. Eu pergunto: uma pessoa que trabalha como gari, se perde o seu emprego, vai conseguir algum outro tipo de atividade?

Eu desafio, por exemplo, qualquer Parlamentar desta Comissão, o Presidente da Câmara, que tem um pouco mais de 40 anos ou um pouco menos de 50 anos, a trabalhar como coletador de lixo por 1 mês e dizer que uma pessoa de 56 anos vai conseguir continuar desempenhando essa atividade. Senhores, não irá! Essa pessoa vai ser mandada embora e, dificilmente, vai conseguir outra colocação no mercado de trabalho.

O texto de V. Exa. mantém a necessidade de 40 anos de contribuição para o acesso à aposentadoria integral. Como disse aqui o Deputado Henrique Fontana, não são 40 anos de contribuição para quem está no topo da pirâmide, são para quem recebe um salário e meio, são para quem recebe dois salários mínimos, que vai ser jogado para o recebimento de um salário mínimo. Essa é a realidade do texto apresentado.

No meu 1 minuto final, para dizer que nós não temos uma proposta alternativa... O Ministro Paulo Guedes fala em economizar 1 trilhão de reais, um pouco mais do que isso. Não vou contestar os cálculos do Ministro neste momento, mas

vamos dar uma fonte alternativa que foi apresentada inclusive na emenda do PSOL. Esta Casa, a Câmara dos Deputados, com voto contrário da nossa bancada, aprovou uma medida provisória de renúncia fiscal no valor de 1 trilhão de reais para as multinacionais do petróleo, Shell e companhia. Aí eu pergunto: vai tirar do coletador, do gari, do trabalhador de mina e vai dizer que a multinacional de petróleo precisa de uma renúncia fiscal de 1 trilhão de reais? Isso é escolher retirar de quem nada tem para beneficiar os que já muito têm. Existem alternativas apresentadas e essas alternativas podem ser acolhidas por V. Exa., inclusive como emenda que já foi apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Vai falar agora o Deputado Coronel Chrisóstomo e em seguida o Deputado Marcelo Nilo.

Com a palavra o Deputado Coronel Chrisóstomo.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Sr. Presidente, muito grato pela oportunidade. Antes, eu queria fazer umas observações. Talvez V. Exa. não vá ficar tão contente, mas quero me permitir isso. Fora desses espaços, algumas pessoas ficam dizendo que talvez V.Exa. não terá força para avançar nessa grande peleia.

Eu quero dizer, tornar público aqui que eu conheço o Presidente há anos, quando S.Exa. era Parlamentar no Estado do Amazonas, onde eu era militar, e tão somente militar do Exército Brasileiro. Tivemos vários encontros: encontros formais e até encontros próximo de uma churrasqueira. Sempre vi V.Exa. como um homem firme nas suas ações, defendendo ações públicas. E aqui não estou tratando de cores de partido. V.Exa. sempre se mostrou um homem íntegro, de família, trabalhando em prol — naquele tempo — do Amazonas, dos amazônidas. Aqui, no Congresso Nacional, tenho certeza de que V.Exa. fará igual ou melhor.

Quero também, nesta oportunidade, parabenizar o Relator, o Deputado Samuel Moreira, e o Deputado Silvio Costa Filho. Naquela oportunidade, quarta-feira passada, num pré-lançamento, estava presente o Presidente desta Comissão, Deputado Marcelo Ramos, e V.Exa., junto com o nosso Presidente e grande defensor do crescimento do Brasil, Rodrigo Maia, e V.Exas. não me viram, naquele momento em que estavam fazendo uma pré-apresentação, até porque eu estava na retaguarda de V.Exas. naquele momento. V.Exas. não tiveram tempo de olhar para trás e ver o coronel ali, postado, na retaguarda, contente com tudo o que estava sendo apresentado por V.Exas., pelo Presidente Rodrigo Maia. Por isso estou feliz.

Há certas coisas que na guerra retratam tempo de paz. Muitas vezes se vence uma batalha sem atacar certos flancos, porque não há necessidade de atacar certos flancos, pois a batalha já está vencida naquela situação. É o caso aqui, com certeza. Nenhuma reforma que passar por aqui será 100% aceita pelos nobres e queridos Parlamentares, qualquer que seja, Presidente, nenhuma, nem esta, nem outra qualquer que venha a existir aqui no plenário. Todas elas terão alguns contra, sem dúvida nenhuma; outros, na dúvida. Mas eu tenho certeza de que esta nós venceremos com uma larga folga — eu não tenho dúvida —, pelo trabalho que esta Comissão vem realizando aqui na Câmara Federal. E eu, como um jovem Parlamentar, estou aprendendo muito com V.Exas.

E quero, nesta oportunidade, nobre amigo, também trazer para o entendimento do povo que está nos acompanhando que, tempos atrás, se alguém tirasse uma foto minha e aparecesse nela Deputados de oposição ao meu Governo, com certeza os meus pais ficariam chateados comigo. Hoje não somente o Coronel Chrisóstomo, Deputado Federal que chega a esta Casa, como também o próprio povo, está vendo que aqui nós somos Parlamentares e temos a nossa vontade em atendimento ao povo brasileiro. Não importa que a Deputada Socorro goste de uma cor...

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Eu sou Perpétua.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PSL - RO) - Perdoe-me. Não importa que a Deputada Perpétua goste de uma cor e eu goste de outra. Eu tenho certeza de que aqui nós somos povo brasileiro. É isso, Deputado Frota. Todos nós queremos o melhor para a nossa Nação.

E eu tenho certeza de que muitos colegas Parlamentares da Oposição vão estar conosco aqui também. Eu não tenho dúvida disso. Como disse o nobre colega do PSDB, o momento é de construção. Nós temos que avançar. Não há mais tempo. Nós não temos mais tempo. Não podemos falhar. Não há aqui adversários. Nós não somos adversários. Nós defendemos aquilo que trouxemos lá das ruas, das cidades. E aqui refletimos e concluímos aquilo que queremos defender, porque vamos defender é o povo, independentemente da cor.

Quero aqui comentar, antes que encerrem o meu tempo — depois de tantos elogios assim, Presidente, eu tenho certeza de que V.Exa. vai dormir em paz —, que estou feliz, nobre Relator, com a idade proposta para as professoras. Elas estão felizes, com certeza. Quero também parabenizar V.Exa. pelos trabalhadores rurais. Isso é muito bom!

Agora, como nada é 100%, eu quero fazer uma solicitação a V.Exa., Sr. Relator, sobre um princípio: preexistência de custeio. Para criar, majorar ou estender um benefício, é preciso indicar a fonte de custeio. Eu quero dizer que foi retirada uma vírgula que havia aqui onde se diz: *"inclusive por decisão judicial"*. E V.Exa. retirou o pós-vírgula. Solicito a V.Exa. que faça uma nova reflexão, porque senão o juiz vai mandar pagar de um dinheiro que não existe. Essa é a solicitação de um jovem Parlamentar que está chegando a esta Casa e que muito tem aprendido com cada Parlamentar que está aqui, seja da Oposição, seja do Governo, seja do centro.

Sr. Deputados, nós achamos que 10 minutos é muito, mas, quando começamos a falar, já está na hora de encerrar. Cito outra coisa — fiquei feliz agora —, para fechar com chave de ouro: o fim da aposentadoria punitiva dos magistrados. Não é o Deputado Coronel Chrisóstomo que quer isso, não é o Parlamentar, é o povo. Até a própria categoria dos excelentes magistrados não quer mais isso. Portanto, meus agradecimentos ao Presidente, ao Relator, a toda a Mesa e aos meus colegas Parlamentares que muito me ensinam e me orientam aqui.

Para encerrar, quero fazer um convite a todos os Parlamentares que estão aqui e aos seus colegas também. Amanhã será comemorado o dia da única Força que veio junto com D. João em 1908 para o Brasil: a Marinha do Brasil. Amanhã, como a proposta do Deputado Coronel Chrisóstomo foi aceita, faremos essa comemoração no plenário da Câmara dos Deputados, a partir das 9 horas. Gostaria de vê-los todos lá, inclusive para falar bem, logicamente, da Marinha do Brasil. Muito obrigado. Uma boa-noite a todos. Fiquem com Deus! Até a próxima oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado. Obrigado pela gentileza de V.Exa.

Vou passar a palavra agora ao Deputado Marcelo Nilo, depois ao Deputado Cleber Verde e em seguida à última inscrita, a Deputada Perpétua Almeida.

Com a palavra o Deputado Marcelo Nilo, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. MARCELO NILO (PSB - BA) - Sr. Presidente Marcelo Ramos, Sr. Vice-Presidente Silvio Costa Filho, Sr. Relator Samuel Moreira, meus cumprimentos.

Inicialmente eu gostaria de parabenizar o Deputado Marcelo Ramos pela condução dos trabalhos, uma tarefa árdua. É muito difícil ser Presidente dos iguais, e os iguais aqui são muito diferentes. Quero parabenizar o Deputado Samuel pelo trabalho. Sei que sua tarefa foi muito difícil. Os 200 milhões de brasileiros envolvidos, com certeza, serão atendidos ou prejudicados, conforme a decisão desta Casa, através do relatório de V.Exa. Eu gostaria muito de parabenizá-lo pela maneira como conduziu a sua missão, ouvindo todos os segmentos da sociedade e todos os Parlamentares, tanto da Oposição como do Governo.

Não posso deixar de reconhecer o avanço do relatório de V.Exa., que retirou os pontos relacionados ao BPC, à capitalização, ao trabalhador rural. Mas, na minha visão, nobre Relator, ainda é muito pouco para ter o meu voto na sessão histórica que nós teremos no Plenário Ulysses Guimarães, onde vamos decidir os destinos de 200 milhões de brasileiros.

Na Bahia, havia um técnico de futebol, Sotero Monteiro, que dizia que conhecia o jogador de futebol pelo arriar das malas no aeroporto. Nós já sabemos como será o Governo Bolsonaro. Passou os primeiros meses falando do passado, do Governo Dilma e do Governo Lula. Isso já cansou o povo brasileiro, afinal de contas, ele foi eleito. Depois, passou a dizer que a reforma da Previdência iria resolver todos os problemas do País, quando é público e notório que, na realidade, o Presidente Bolsonaro não gostaria que a reforma fosse votada o mais rápido possível, porque ele vai perder o discurso.

Por que essa reforma na realidade não terá meu voto? Porque 83% dos 913 bilhões de reais serão tirados de quem ganha menos de dois salários mínimos. Talvez o Ministro Guedes, talvez o Presidente Bolsonaro não saibam o que é um trabalhador rural. É alguém que sai de casa às 5 horas da manhã com a enxada nas costas para plantar milho, para plantar feijão. E qual é o sonho dessa pessoa? Um dia se aposentar e ver os netos crescerem. Então, Relator Samuel Moreira, apesar de reconhecer os avanços de seu relatório, ainda é uma reforma muito perversa para quem ganha dois salários mínimos. Repito: mais de 80% dos 900 bilhões de reais serão tirados de pessoas carentes.

Imaginemos nós uma cidade pequena no Nordeste brasileiro, por exemplo na minha querida Bahia. Quatro tipos de recursos movimentam sua economia: o Bolsa Família, o trabalhador rural, o Fundo de Participação dos Municípios e, quando São Pedro é generoso conosco, a chuva. No Nordeste, às 5 horas da tarde está todo o mundo olhando para o céu para saber se vem chuva. Dizem que esta reforma vai resolver o problema do desemprego, mas vão tirar 900 bilhões de reais do povo brasileiro, dos mais carentes. Consequente, ela vai penalizar principalmente aqueles que ganham dois salários mínimos.

Sr. Relator, vários Deputados falaram sobre isso, mas dois deles — o Deputado Aliel e o Deputado Henrique Fontana — detalharam algumas considerações que eu gostaria que V.Exa. pudesse estudar, afinal, V.Exa. tem sido muito atencioso

e, pelo Regimento, pode inclusive mudar seu relatório. Diga-se de passagem, achei uma grandeza de V.Exa., que se disse favorável à inclusão de Estados e Municípios, não ter mantido esse ponto, por ter sentido que maioria não o aprovaria. Pelo menos V.Exa. se declarou favorável — como se resolvem os problemas do Governo Federal, segundo aqueles que concordam com esta reforma, se não se resolvem os problemas dos Estados e Municípios?

Eu sei que esta reforma serve como desculpa para o Presidente Bolsonaro, um Presidente que, na minha visão, não sabe o que é prioridade política. Na semana passada, nobre Relator, eu estava andando em um corredor da Câmara, e lá vinha o Bolsonaro. Eu tomei um susto. Ele ia para uma sessão especial do humorista Carlos Alberto de Nóbrega. Não tenho nada contra este humorista, pelo contrário. Salvo engano, trata-se de um grande ator, um grande humorista. Mas um Presidente da República, com tantos problemas na economia, com tantos problemas na educação, com tantos problemas na saúde vir para uma sessão especial, aqui nesta Casa, sem dúvida nenhuma, é falta de prioridade. Dois dias depois, no mesmo corredor, lá vinha o Presidente Bolsonaro, para trazer um projeto da CNH — Carteira Nacional de Habilitação, a fim de tirar multas de quem não utilize aquelas cadeirinhas nos carros.

Nobre Relator, isso é falta de prioridade. O Brasil está se cansando de ouvir a desculpa de que a reforma da Previdência vai resolver todos os assuntos deste País, o que não é verdade. Não posso deixar de reconhecer os avanços da relatoria de V.Exa., mas eu imaginava que seria uma reforma que tirasse dos mais ricos — juízes, desembargadores, Deputados, gerentes de bancos, Ministros, empresários — e poupasse aqueles que ganham 1, 2 ou 3 salários mínimos, porque não é fácil uma pessoa viver hoje com 998 reais. Nós deveríamos, sem dúvida nenhuma, proteger essas pessoas.

Nobre Relator, nobre Presidente, todos nós sabemos que quem precisa do político, do Parlamentar é o pobre, o humilde, o carente. Quando um humilde, um carente ou um necessitado nos procura o que ele pede? Uma ambulância, uma escola, um posto de saúde. O rico não, quando um rico se senta com um Deputado, Governador, Prefeito, Ministro só fala em milhões, bilhões.

Eu imaginava que essa reforma fosse exclusivamente para tirar dos mais ricos e proteger os mais necessitados. Mas, infelizmente — repito e não cansarei de repetir —, 80% desses recursos serão tirados de quem ganha até 2 salários mínimos. Todos os estudos feitos pelos técnicos dos partidos políticos mostram que 82%, 83% são tirados das pessoas necessitadas e carentes.

Eu sei, nobre Relator, que a tarefa de V.Exa. não é fácil. Eu até não o conhecia pessoalmente, mas senti que V.Exa. é uma pessoa que está à altura desta relatoria. Eu sei das pressões. O Ministro Paulo Guedes não sabe o que é um professor primário, com mais de 40 anos de idade, chegar aos 60 anos de idade e ter que dar aula para adolescentes ou em creches, diferentemente dos professores universitários.

Talvez, o Ministro Paulo Guedes, que só anda na Avenida Paulista, só conversa com bancários, não saiba o que é um idoso receber um BPC de mil reais. E ele queria baixar para 400 reais, mas V.Exa. teve a grandeza de atender não os Deputados de oposição que pediram, mas o povo brasileiro que foi às ruas, para dizer que não concordava com as novas regras para o BPC, para a capitalização — e, na minha visão, a capitalização é para atender os banqueiros — e para o trabalhador rural. Apesar disso, houve um avanço, mas não o suficiente para nós dormirmos com a nossa consciência tranquila, porque todos nós nos elegemos com o sentido de proteger os que mais precisam.

Então, eu concluo parabenizando a Comissão e dizendo que ainda não me convenci desse voto no plenário. Nós avançamos, mas poderíamos avançar muito mais, poderíamos proteger mais quem mais precisa, e não privilegiar aqueles que mais recebem. Aliás, o Ministro Paulo Guedes disse que vários *lobbies* de servidores que ganham mais de 25 mil reais foram atendidos por esta Relatoria. Portanto, continuarei votando contra, porque, apesar de reconhecer o avanço da Relatoria, poderíamos ter avançado muito mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância e compreensão de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputado Marcelo Nilo.

Com a palavra o Deputado Cleber Verde, pelo tempo de 20 minutos, sendo 15 minutos da inscrição e mais 5 minutos da Liderança.

O SR. CLEBER VERDE (PRB - MA) - Sr. Presidente, primeiro quero agradecer a V.Exa. e dizer que não vou usar todo o tempo, mas eu gostaria de iniciar cumprimentando V.Exa., que honra o Amazonas, o povo do seu Estado, que o conduziu para esta Casa. Eu não conhecia V.Exa., mas tive oportunidade, como membro titular desta Comissão, de acompanhar a firmeza, a forma clara e consciente e a postura determinada como conduziu os trabalhos nesta Comissão.

Estou aqui no quarto mandato e confesso que V.Exa. foi uma feliz surpresa para todos nós, certamente para mim, pela condução dos trabalhos na Presidência desta Comissão, uma Comissão extremamente importante, que está discutindo o futuro dos milhões de brasileiros. Portanto, eu inicio a minha fala cumprimentando e parabenizando V.Exa. pelo trabalho.

Quero cumprimentar também o nobre Relator, o Deputado Samuel, que, da mesma forma, honra São Paulo, Estado que o elegeu e o trouxe para esta Casa.

E quero cumprimentar, de forma muito especial também, o nosso querido Deputado Silvio Costa Filho, do nosso partido, o PRB. Eu me orgulho de fazer parte dessa sigla partidária, de ser o decano da bancada e de poder perceber, no seu primeiro mandato, Deputado Silvio Costa, a sua desenvoltura. Como Vice-Presidente, V.Exa. também ocupou estrategicamente a sua posição nesta Comissão e fez o seu trabalho de forma brilhante.

Portanto, eu cumprimento a todos os que compõem a Mesa Diretora desta Comissão, que fizeram um belíssimo trabalho.

Sr. Presidente, conforme está escrito nos Anais desta Casa, eu fui o único Deputado eleito por um partido de aposentados: eu fui eleito pelo Partido dos Aposentados da Nação. Infelizmente, o PAN incorporou-se a outro partido e, a convite do então Vice-Presidente da República e atual Presidente do meu partido, hoje, o PRB, eu vim para essa sigla partidária. Mas fui eleito pelo Partido dos Aposentados da Nação e, desde que cheguei a esta Casa, um dos nossos trabalhos mais veementes foi o de defender, junto com o Deputado Arnaldo Faria de Sá, que não está mais entre nós porque não conseguiu sua reeleição, e o Senador Paulo Paim, os direitos dos nossos aposentados, que, nós sabemos, ao longo dos anos, infelizmente têm tido algumas dificuldades de avançar nas suas pretensões.

Nós entendemos que a reforma que discutimos aqui hoje é extremamente necessária. Eu dizia e tenho dito aos meios de comunicação, quando me perguntam a respeito da reforma, que os aposentados do Brasil deveriam estar nas ruas pedindo por esta reforma, afinal de contas, fazer a reforma da Previdência é, acima de tudo, trabalhar as condições mínimas para que possamos preservar o direito à manutenção das aposentadorias e pensões dos brasileiros. Então, não seria eu, inclusive como membro titular desta Comissão, que, neste momento em que o Brasil exige de todos nós uma postura de responsabilidade e de compromisso, estaria contra essa reforma.

Quando eu o elogiei, nobre Relator, Deputado Samuel Moreira, foi porque V.Exa. teve a capacidade de, durante todas as audiências públicas aqui na Comissão, ouvir cada segmento, cada dirigente sindical, cada Parlamentar e pôde absorver as mais diversas inquietudes de cada um. E V.Exa. trouxe, no relatório, no substitutivo, aquilo que era pretensão nossa. Inclusive foi apresentada por mim uma emenda, e V.Exa. retirou do texto da reforma da Previdência, a questão do trabalhador rural, mantendo, na verdade, o direito à aposentadoria das mulheres aos 55 anos e dos homens aos 60 anos.

Eu digo isso e parabeno V.Exa. porque sou do Nordeste, especificamente, do Maranhão. Essa aposentadoria rural é muito importante para o nosso Estado. Há Municípios no Estado do Maranhão em que o que entra de recursos de aposentadorias e pensões é superior ao FPM, como foi dito aqui em audiências públicas. Isso é extremamente importante para manter esse trabalhador rural na sua comunidade, no seu assentamento. Esses recursos que lá chegam, levam desenvolvimento, circulam na economia local dos povoados e bairros distantes e assentamentos dos Municípios do meu Estado. Essa aposentadoria rural é extremamente importante. V.Exa. teve a capacidade de ouvir os Parlamentares, as entidades e os movimentos sindicais e o clamor do Nordeste, preservando esse benefício.

V.Exa. também manteve o Benefício de Prestação Continuada — BPC, que é importante para os idosos do nosso País. Nós sabemos que nem todos os trabalhadores rurais conseguem se aposentar como lavradores. Nem todos os trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social — RGPS conseguem se aposentar aos 65 anos como contribuintes individuais ou contribuintes de carteira assinada. Quando ele perde a carência ou perde a qualidade de segurado, quando chega aos 65 anos — quando já não tem mais qualidade nenhuma, não há mais carência para obtenção do benefício de aposentadoria —, só lhe resta um benefício: o Benefício de Prestação Continuada. V.Exa., de forma muito sábia e muito sensível a essa temática, não alterou o Benefício de Prestação Continuada, preservando os direitos dos idosos e das pessoas com deficiência.

É muito importante neste momento, quando se discute essa reforma, poder preservar esse benefício no substitutivo, e V.Exa. o fez. Portanto, quero parabenizá-lo.

Da mesma forma também, V.Exa. tirou o sistema de capitalização, que não ficou claro para esta Comissão. V.Exa. não o absorveu no relatório, assim como a previsão de cobrança de alíquota extraordinária para os servidores; a desconstitucionalização; a aplicação das normas aos Estados e Municípios — V.Exa. retirou, mas pode obviamente ainda ser colocado no Plenário; a redução da idade mínima para os professores, com idade reduzida para as professoras de 57 e 60 anos; a redução do tempo mínimo de contribuição da mulher; a criação de uma regra de transição para o Regime Geral, enfim.

Aqui há um resumo do resumo do que V.Exa. acolheu no substitutivo, face aos debates que aqui ocorreram. Isso é prova de que V.Exa., ao estar aqui, absorveu toda a discussão que ocorreu nas diversas audiências públicas que nós tivemos na Comissão.

Quero, inclusive, agradecer a V.Exa., que acolheu uma emenda de minha autoria. Essa emenda tratava exatamente da questão da aposentadoria rural, da manutenção dos direitos de lavradores, pescadores e especialmente, também, que havia ficado de fora do texto da PEC, dos garimpeiros. V.Exa. trouxe de volta o garimpeiro para o texto da Constituição. Trata-se da Emenda nº 145. Seu parecer menciona a aprovação integral da minha emenda. Entretanto, eu queria chamar atenção para que, ao examinar o relatório de V.Exa., concluí que a emenda não foi atendida integralmente, mas sim parcialmente, uma vez que V.Exa. revogou o §8º do art. 195 da Constituição Federal. Eu queria pedir sua atenção de forma muito especial, Deputado Samuel, porque talvez V.Exa. tenha que fazer uma modificação no seu texto. A Emenda nº 141 não foi atendida na integralidade, porque V.Exa. revogou o §8º do art. 195 da Constituição Federal. Dito isso, passo a apresentar as considerações que espero que sejam revistas e incorporadas em seu relatório.

O art. 195 da Constituição Federal trata das contribuições sociais para o financiamento da seguridade social. E V.Exa. o revogou. Nos termos da PEC 6/2019, texto original, o §8º desse artigo define que o produtor rural, o extrativista e o pescador artesanal, que trabalham em regime de economia familiar, contribuirão para a Previdência Social com uma alíquota sobre a comercialização da produção. V.Exa. extraiu, revogou este artigo por completo. Eu chamo sua atenção para isso, porque V.Exa., ao garantir a idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, não deixou claro de que forma, como estava previsto na Constituição, art. 195, §8º, como se dará essa alíquota de contribuição. Para o trabalhador rural é facultativo, mas, se quiser, ele pode contribuir. Ocorre, repito, que V.Exa. retirou do texto da PEC esse parágrafo relativo à alíquota.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CLEBER VERDE (PRB - MA) - V.Exa. retirou. Eu chamo a atenção para que V.Exa. possa observar que, no seu substitutivo, está como revogado o § 8º, que estabelece alternativa para o recolhimento da contribuição, caso não haja produção em determinado ano ou período. Já o § 8º-B trata dos trabalhadores rurais empregados, ou sem relação de emprego, e dos produtores rurais individuais, que contribuirão sobre o salário de contribuição e eventualmente farão contribuição patronal.

A minha emenda defende a permanência do § 8º e pretende introduzir, como V.Exa. absorveu, a questão do garimpeiro. Concluo, todavia registrando, mais uma vez, a revogação desse parágrafo, o que extingue a fórmula de cálculo da contribuição dos trabalhadores rurais em regime de economia familiar e não menciona os demais trabalhadores. Portanto, solicito a V.Exa. que faça essa avaliação para aprovação do substitutivo.

Quero agradecer mais uma vez a V.Exa. porque, além de manter aquilo que queríamos, que era preservar o direito do trabalhador rural, lavrador e pescador, V.Exa. inclui o garimpeiro, o que é fundamental para a obtenção do seu benefício, pois ele estava de fato no limbo jurídico. V.Exa. o traz de volta e o compara com o trabalhador rural, o que vai ser muito importante para a obtenção do seu benefício.

E concluo, não vou usar o meu tempo todo, nobre Relator, fazendo um pedido a V.Exa. A Emenda Modificativa nº 143, de minha autoria, trata da pensão por morte. Eu vou ler apenas uma síntese da minha justificativa para que V.Exa. possa, se possível, reavaliar a emenda que infelizmente não acatou, sobre a questão do acúmulo de pensão por morte.

Na minha avaliação, eu justifico a intenção dizendo:

(...) cientes de que nenhuma família pode adaptar-se a um corte abrupto de receitas na ausência de um dos membros provedores, propomos que se permita a acumulação de pensão com proventos de aposentadoria até o limite máximo dos benefícios do RGPS pelo período de 10 anos. A PEC prevê uma acumulação máxima de dois salários mínimos. Contudo, tal limite é assaz pernicioso às famílias de classe média baixa deste país. Não é verdade que a família de um casal de professores primários possa de imediato reduzir suas despesas praticamente à metade na ausência de um dos consortes.

Então, eu queria que V.Exa. — sei que V.Exa. tem muita sensibilidade, demonstrada inclusive no relatório do substitutivo — avaliasse melhor a questão das pensões por morte. E eu trago essa questão do acúmulo até o limite máximo, até o teto do Regime Geral de Previdência, porque foi inclusive uma das solicitações feitas pela COBAP — Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas. Ela apoia a reforma, mas entende que, nesse ponto específico do acúmulo de pensão por morte, é fundamental que apreciemos a possibilidade, o direito, no caso da morte de um dos cônjuges, de acúmulo até o teto do RGPS, é óbvio, pelo período máximo de 10 anos.

Eu encerro aqui minha intervenção, mais uma vez cumprimentando V.Exa. pelo seu relatório. Tenho certeza de que, como fruto dessas discussões aqui com os Srs. Parlamentares e de propostas que ainda vão surgir, de forma objetiva, V.Exa. terá sensibilidade para reavaliar esses dois pontos que acabei de colocar e, então, apresentar um texto para que nós possamos apreciá-lo aqui nesta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SAMUEL MOREIRA (PSDB - SP) - Vou verificar.

Só quero reafirmar que o § 8º do art.195 não foi retirado, acabamos de lê-lo. Ele não foi suprimido.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Deputado Cleber Verde, eu quero agradecer a gentileza de V.Exa. pessoalmente, como Presidente da Comissão, e elogiar a precisão e a objetividade da intervenção de V.Exa. Obrigado.

Tem a palavra a última inscrita do dia de hoje, a Deputada Perpétua Almeida, pelo tempo de 10 minutos.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Não são 15?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Desculpe, Deputada Perpétua. V.Exa. tem a palavra pelo tempo de 15 minutos. A esta hora já vamos...

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC) - Mas precisamos resistir.

Caro colega Deputado Marcelo, nosso Presidente da Comissão, nosso Relator e nosso Vice-Presidente, eu confesso que, lendo e relendo, eu continuo discordando do relatório. Eu não consigo ainda concordar com o parecer, Deputado. Mas eu também devo reconhecer que houve um esforço gigantesco da sua parte, Deputado Samuel, para chegar até aqui, porque eu mesma, na última reunião, fiz referência a algumas mudanças importantes no relatório, as quais inclusive fiz questão de escrever e anotar para eu não esquecer.

E eu preciso também reconhecer que a própria Comissão, dirigida pelo nosso Deputado Marcelo, fez um excelente trabalho. Aqui, chamamos inclusive especialistas que concordam e que não concordam com a reforma; alguns até desnudaram completamente a reforma; outros até mostraram que o próprio Presidente Bolsonaro nunca foi a favor de nenhuma reforma que apareceu nesta Casa.

Eu me lembro, no início do debate desta reforma, do próprio Guedes reclamando que o Bolsonaro ainda não tinha conseguido defender a reforma da Previdência. Eu acho que o Guedes o pressionou muito para defender esta reforma, mas parece que nem o próprio Presidente da República quer esta reforma.

Foram muitas as emendas aqui, salvo engano, quase 300 emendas, o que quer dizer que há uma grande insatisfação com a proposta da reforma da Previdência. E, diante da quantidade de inscritos, perto de 200, isso quer dizer também que ainda há uma quantidade enorme de colegas insatisfeitos com o próprio relatório, apesar do meu reconhecimento, e eu já afirmei isto aqui, de que houve um esforço da parte de V.Exa.

Então, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, ninguém quer estar nesta reforma, ninguém. Eu vi muitos Parlamentares pronunciando-se aqui, e alguns até defendendo a reforma, mas defendendo para os outros. Quando mexia na sua categoria, ele já pulava: "*Não, mas isso aqui não!*"

Vamos ver aqui a seguinte questão. Os militares não quiseram entrar nesta reforma, conquistaram uma reforma específica para eles, e eu concordo com ela. Eu até já pedi ao PCdoB para estar na Comissão Especial que vai debater a reforma da Previdência dos militares. Aliás, eu gostaria muito que todos os trabalhadores do País que vieram nos pedir — "*pelo amor de Deus!*" — para mudarmos a proposta da reforma da Previdência do Bolsonaro tivessem essa oportunidade que os militares tiveram de uma reforma da Previdência diferenciada.

O fato é que a reforma da Previdência do Guedes não leva em consideração o modelo da Previdência de solidariedade, como ela é hoje, em que os trabalhadores da ativa contribuem para a aposentadoria dos mais idosos, em que os trabalhadores urbanos contribuem para a dos rurais, em que a contribuição de diversos segmentos sociais ajuda aqueles menos favorecidos.

Então, a proposta original não teve essa preocupação, e o relatório, de certa forma, seguiu isso aí. Como eu disse, o relatório recebeu 300 emendas. Como eu disse também, o próprio Bolsonaro teve dificuldade em defender a própria proposta — dele e do Guedes.

Reafirmo: os militares correram dessa reforma. Eles conquistaram a reforma deles.

E quanto aos policiais? Nenhum quer estar nessa reforma. Aliás, foram os que mais fizeram emendas para a reforma.

Os policiais rodoviários federais não querem estar nessa reforma porque serão prejudicados. Os policiais federais não querem estar nessa reforma. Os policiais civis, militares e bombeiros dos Estados não querem estar nessa reforma. Os agentes penitenciários também não. Aliás, eles se sentem enganados, porque, no dia 20 último, foram recebidos às 17 horas na Presidência da República pelo Presidente Bolsonaro, pelos Líderes do Governo desta Casa, e lhes foram prometidas mudanças. Eles até maneiraram no discurso contra o Presidente da República naquela manifestação que fizeram, mas

foram enganados. O Presidente, a base do Governo, os Líderes do Governo não encaminharam nenhuma das propostas acordadas com os policiais, que estão dizendo que vão voltar às ruas. Então, pergunto de novo: quem quer estar nessa reforma? Ninguém, porque ela é ruim.

Os juízes e toda a magistratura não aceitaram nem discutir a possibilidade de estarem na reforma. Os professores, os médicos e os demais trabalhadores em saúde e em educação também não estão satisfeitos com a reforma. Aliás, que judiação com as professoras! As professoras encaram 40 alunos em escola infantil. A maioria das escolas do Brasil tem 40 alunos em uma sala de aula. Imaginem elas ficarem ali, até 60 e poucos anos, com crianças! Vão ficar malucas em uma sala de aula se não mudarmos um pouco mais essas regras, mesmo com as mudanças já feitas.

Sr. Presidente, não é verdade o discurso do Governo de que essa reforma da Previdência acaba com privilégios. Não é verdade isso. Aliás, em todas as minhas falas eu pergunto quais são os privilégios. Na proposta que o Guedes trouxe, em que se teria uma economia de 1 trilhão, em média, 800 bilhões seriam daqueles que ganham menos de três salários mínimos. E, por acaso, você se aposentar com três salários mínimos é um privilégio? É óbvio que não. O relatório também vai nesse eixo aí.

Eu acho que o próprio Governo ou a própria Comissão ou o próprio relatório deveria encaminhar uma solução para os grandes devedores da Previdência. Não é nada menos do que 500 bilhões o que devem à Previdência a JBS e os bancos, que, aliás, seriam muito beneficiados se o Relator tivesse mantido a questão da capitalização. Os bancos seriam os grandes beneficiados. E eles já devem à Previdência. Nós, nesta Comissão que faz a reforma da Previdência, no nosso relatório, no relatório do Governo, na proposta que o Governo mandou para cá, não encaminhamos nenhuma solução de como o Estado brasileiro poderia arrecadar os 500 bilhões dos grandes devedores. Esses, sim, são os privilegiados, e o Governo não mexeu com eles.

Então, Sr. Presidente, caro Relator, eu reafirmo que houve avanços. Eu disse isso na minha fala anterior. Considero também que houve um esforço enorme do próprio Centrão, da Esquerda nesta Casa, do bloco da Oposição e do povo nas ruas. Aqui mesmo, foram mais de 20 reuniões em que a Oposição dizia todos os dias que não concordava com alguns absurdos que a proposta da reforma da Previdência trazia.

Considero uma proposta importante a retirada da capitalização. Essa sim, ia quebrar o País. O que é a capitalização? É você desestimular os depósitos na Previdência pública e jogá-los para os bancos, para os amigos do Guedes, do banqueiro. Isso é, de fato, um resumo da capitalização. Aí eu digo: com a capitalização, quem mais iria perder é quem já se aposentou, porque não teria tranquilidade. Se os depósitos na Previdência pública são o que garante o pagamento da aposentadoria daqueles que já se aposentaram, se você canaliza esses depósitos para o setor privado, para os bancos, como é que quem se aposentou vai receber? Isso não tem o menor cabimento.

Então, Sr. Presidente, considero que a saída da capitalização foi um dos maiores avanços do relatório. Agora, é preciso ficarmos atentos, porque pode, sim, haver um joguinho para voltar a capitalização no plenário. Eu quero ver Deputado aqui nesta Casa votar a favor de devolver a capitalização ao relatório e ter que chegar no seu Estado e se explicar. Será que vão ter coragem de dizer àqueles que já se aposentaram que nós estamos botando em risco não só as aposentadorias futuras, mas também as aposentadorias daqueles que já se aposentaram? Isso é a capitalização.

Outro avanço, Sr. Presidente, que eu considero necessário resgatarmos aqui, e eu fui quem mais falou disso, é a questão das regras draconianas que a PEC trazia sobre o BPC — Benefício de Prestação Continuada. Quando o Ministro Guedes esteve aqui, eu citei o exemplo da D. Rosa, que vende tapioca numa banquinha lá em Cruzeiro do Sul. Mais ou menos até 11 horas da manhã, ela está lá, pegando sol e vendendo a tapioca dela. Ela já estava inconformada com a vida, revoltada, e dizia assim: *"Minha filha, a minha irmã vai se aposentar daqui a 1 ano e meio, e talvez a Previdência não a pegue. Mas eu, que vou me aposentar daqui a 2 anos e meio..."* Quando os mais simples falam do Benefício de Prestação Continuada, para eles é uma aposentadoria. Eles se referem a esse benefício como uma aposentadoria. Ela disse assim: *"Não é justo, para mim, a minha irmã, que vai se aposentar daqui a 1 ano e meio, receber um salário mínimo, e eu, que vou me aposentar daqui a 2 anos e meio, receber apenas 400 reais, como quer o Guedes"*. Era isso que trazia a proposta do Bolsonaro e do Guedes. O pessoal do BPC, do Benefício de Prestação Continuada, aliás, os mais pobres, a D. Rosa, como eu citei aqui no dia em que o Ministro Guedes veio, não receberia um salário mínimo. Ela receberia apenas 400 reais, perderia 600 reais. E um salário mínimo ela só receberia quando completasse 70 anos. Quando eu falei isso para ela, ela disse: *"Minha filha, pegando sol todos esses dias, eu não vou resistir até os 70 anos."*

Então, eu quero reafirmar que foi uma conquista importante a retirada do BPC desta reforma da Previdência. D. Rosa, foi a nossa luta, foi a sua reclamação, foi o povo na rua que garantiu essa mudança no relatório e na proposta original do Governo.

Agora, há muita coisa ainda com a qual não dá para concordar nesta reforma. Eu insisto em dizer: os policiais estão todos insatisfeitos, os da Polícia Rodoviária Federal, os da Polícia Federal, os da Polícia Civil, os da Polícia Militar, bem

como bombeiros dos Estados e da União e os agentes penitenciários. Os professores, os trabalhadores em educação, os trabalhadores em saúde não querem que votemos esta reforma da Previdência. Aliás, Sr. Presidente, preocupa-me ainda o fato de haver muita desconstitucionalização no texto. Nós estamos tirando muita coisa da Constituição. É preciso manter, porque fica mais difícil fazer mudanças mais à frente. Eu sugiro, então, Deputado Samuel, o aperfeiçoamento nas regras de transição, que ainda são muito duras. Eu penso que todos os gabinetes estão recebendo mensagens todos os dias pedindo mudanças nas regras de transição. Há alguns casos que chegam ao gabinete, em que dizem que 1 mês pode valer 5 anos. Então, é preciso que tenhamos cuidado, até porque, com o desemprego que há no País, há muita gente fora do mercado de trabalho e essas pessoas não têm perspectiva de se aposentar.

Outra preocupação, Deputado Samuel, eu vi isto no seu relatório, é com a questão do BNDES. O BNDES é o responsável pelo desenvolvimento do País, é quem financia o desenvolvimento, é quem financia as empresas. Então, o nosso relatório ajudar na descapitalização do BNDES significa prejudicarmos o desenvolvimento do Brasil. Eu não concordo que nós possamos fazer isso. Penso que nós precisamos mudar — como diz o Bolsonaro: *"Tem que mudar isso aí, tá o.k.?"* —, porque senão vai ficar difícil.

Sobre os rurais, eu posso estar enganada, Relator Samuel, mas a sensação que eu tenho é de que permanece escondida no relatório a exigência de comprovação contributiva no exercício do trabalho. Isso vai fazer com que saia da Previdência a maioria dos rurais. Jogar isso também para lei ordinária é um problema. Eu posso não ter entendido bem, penso que depois pode haver explicação para isso, mas estou preocupada com a situação dos rurais no relatório — justamente com os rurais, que botam comida na nossa mesa. Eu costumo dizer o seguinte: o mamão, a banana, a macaxeira, o buriti, o açaí, a farinha, o peixe, a carne, tudo isso são eles que botam na nossa mesa, então nós temos que dar atenção para eles neste relatório da Previdência.

Outra questão me preocupou muito, Sr. Presidente e Sr. Relator, e eu queria pedir uma ajuda especial aos dois. O Deputado Marcelo é do Amazonas, eu sou do Acre. Somos de uma região onde aconteceu a saga dos soldados da borracha, em que eles ajudaram no esforço de guerra. Deve haver menos de 10 mil hoje no Brasil, todos a partir de 90 anos. Em mandatos anteriores, nós conquistamos uma indenização, mas eles não recebem o que nós chamamos de 13º salário. A maioria deles têm acima de 90 anos. Talvez vivam mais 5 anos ou 10 anos, se formos muito otimistas. Então, eu penso que valeria a pena uma homenagem desta Comissão, no seu relatório, aos soldados da borracha. Seria um reconhecimento que o Brasil faria a esses heróis que ajudaram no esforço de guerra se eles recebessem a gratificação natalina. Eles sonham com isso, e é mais do que justo.

Muito obrigada, colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Ramos. PL - AM) - Obrigado, Deputada Perpétua Almeida.

Antes de encerrar, eu quero registrar que, nesta reunião de debates de hoje, nós ouvimos 51 Deputados da lista de inscritos, mais 14 Líderes partidários.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Convoco reunião para amanhã, quarta-feira, dia 19 de junho, às 9 horas, no Plenário 1, para continuação da discussão do parecer.

Está encerrada a presente reunião.